

Outubro de 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1 Governo relança programas nas zonas rurais	1
1.2 Cresce o número de crianças na rua	1
1.3 Inflação deve ficar quase nos 50% em 2016, quarta mais alta do mundo	2
1.4 Bispo de Luanda apela ao governo angolano medidas económicas mais justas à população	3
1.5 O combate à pobreza em Angola	4
1.6 Empresas portuguesas afastam-se de Angola	4
1.7 32,8% Dos angolanos passam fome, problema que atinge nível "sério" no país	5
1.8 Angola é um dos dez piores países do mundo para fazer negócios	6
1.9 Angola é um dos dez piores países do mundo	6
1.10 Angola tem o 9º pior ambiente de negócios do Mundo	7
1.11 Preços da cesta básica em queda livre	8
1.12 Rendimento percapita suficiente para graduação	9
1.13 Negócios com Angola? Fugam!	11
1.14 Consumidores recuperam poder de compra	13
2. MICROFINANÇAS	15
2.1 BNA incentiva poupança nas famílias	15
2.2 Angola deve apostar na criação de micro e pequenas empresas para crescer ambiente de negócios	15
2.3 Administração do BPC sai e deixa crédito mal parado acima dos 20%	15
2.4 Camponeses do Moxico recebem crédito agrícola Apoios visam aumentar a produção e rentabilizar as Associações	16
2.5 Crédito & legítimas preocupações (II)	17
2.6 Crédito agrícola beneficia 93 mil famílias	18
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 Livros fora do sistema de ensino à venda em Luanda	20
3.2 Vendedores e clientes com maior dignidade	21
3.3 Indústria do pronto-a-vestir ameaça arte milenar	22
3.4 Marceneiros também inovam a arte	23
3.5 Mixa engorda dirigentes em Cacuaco	24
3.6 Modernizar para sobreviver	25
3.7 Profissões em risco de extinção	25
3.8 Venda de medicamentos nas ruas	26
3.9 Material escolar vendido na rua é roubado	26
3.10 Vendedoras agastadas com a falta de saneamento básico do mercado	27
3.11 Vendedores do Lubango com mais espaços	28
3.12 A aposta na venda porta-a-porta	28
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	30
4.1 Rochas ornamentais já fazem a diferença nas receitas do OGE	30
4.2 Protecção social no OGE em debate	32
4.3 Governo viola limites da dívida pública	32
4.5 ADRA defende o aumento do fundo	33
4.6 Conselho de Ministros analisa Proposta do OGE de 2017	33

4.7	Proposta do OGE é analisada	34
4.8	Orçamento da coragem	35
4.9	Executivo e Oposição mais uma vez desencontrados em relação ao OGE	36
4.10	Fatia do sector social há dois anos em queda, atingem em 2017 mínimo desde fim da guerra	36
4.11	OGE 2017: Fazer melhor é (ainda) possível	37
4.12	As conts dos dinheiros públicos	38

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 39

5.1	Especialista defende desconcentração do poder administrativo	39
5.2	Três províncias já actualizam dados das autoridades tradicionais	39
5.3	Autarquias são factores para o desenvolvimento da sociedade	40
5.4	Autárquicas no Parlamento	40
5.5	75% Dos médicos estão em Luanda	41
5.6	Luanda cresce duas vezes mais depressa que Angola	41
5.7	Diálogo enfraquecido entre governo e as ONGs	42

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 44

6.1	Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável ministra representa o chefe de estado	44
6.2	Luanda moderniza vias alternativas	44
6.3	Municípios da Nova Urbanização dão lição a Carlos Cavukila	45
6.4	Projecto de desenvolvimento urbano do Mussulo apresentado em Conselho de Ministros	46
6.5	“Temos que estar preparados para urbanização dos musseques”	47
6.6	Nova Agenda Urbana Mundo à procura de uma sociedade justa e inclusiva Angola apresenta em Quito resultados do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo	51
6.7	Urbanismo e sustentabilidade	52
6.8	Taxa urbana é satisfatória	53
6.9	Luanda cresce duas vezes mais depressa que Angola	53
6.10	Obras impulsionam crescimento	54
6.11	Habitação no centro das prioridades governamentais.	55
6.12	Executivo mobiliza sector empresarial	56
6.13	Fomento do Programa Habitacional	57
6.14	Jornalistas do Huambo agastados com governo	57
6.15	Aldeia Pacata do Zaire ganha vitalidade	58
6.16	Uma parte dos edifícios estão privados de energia	59
6.17	Cartoon	60
6.18	Ministra do Urbanismo na conferência Habitat III no Equador	60
6.19	Governo finta pobres e constrói Centralidade para ricos	61
6.20	Pânico na Centralidade do Dundo	62
6.21	Novo padrão de qualidade de vida nasce com a Centralidade da Quilemba	62
6.22	Executivo está a repensar o papel da banca no sector imobiliário	64
6.23	Ministra do Urbanismo e Habitação	68
6.24	No projecto Maquis. O antigo combatente tem prioridade mas não tem capacidade de compra	71
6.25	Drama das famílias no Panguila permanece	72
6.26	Angotec vai produzir mais de 100 casas contentorizadas até 2017	73
6.27	APIMA quer parques industriais para assegurar o sector imobiliário	73
6.28	Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla	74
6.29	Cartoon	75
6.30	Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié	75
6.30	Mais soluções habitacionais	76
6.31	Mercado imobiliário nacional continua atractivo e dinâmica	76
6.32	Operadores criam fórmulas para contornar crise na comercialização dos imóveis	77
6.33	Seguro de habitação obrigatória	79
6.4	Seguro habitação vai ser obrigatório em centralidades	79
6.35	Seguro habitacional obrigatório para centralidades	80

6.36	Vem aí seguro obrigatório multi-risco habitação	80
6.37	Venda das casas nas centralidades aguarda conclusão das obras externas	81
6.38	Funcionários da SONIP detidos	81
6.39	Mais de noventa famílias sem residências	82
6.40	Moradores das centralidades serão obrigados a pagar seguro habitação	83
6.41	“Os invasores vieram do prédio da Cuca”	83
6.42	Projectos habitacionais	84

7. TERRA 86

7.1	Demolições forçam mais de 50 mil famílias a viver em tendas	86
7.2	No Zango populações comemoram dia do habitat ao relento	87
7.3	Novas demolições no Zango derrubam capela da Igreja Católica	88
7.4	Construções anárquicas em Luanda	88
7.5	ONGs pedem ajuda à União Africana	89
7.6	Assessores Diplomáticos do Presidente Esbulham Terra	90
7.7	Demolições continuam no Zango após visita do governador	92
7.8	Nunda desdramatiza envolvimento das FAA em demolições no Zango	93
7.9	Desalojados do zango esperam por respostas há dois meses	94
7.10	Provedor da Justiça revela que foi impedido por um coronel	94
7.11	Construções ilegais travadas no Lobito	95
7.12	Bispos católicos manifestam-se contra demolições em Angola	95
7.13	Saiba mais sobre a Lei de Terras	96
7.14	Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla	97
7.15	Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié	98
7.16	Mais de noventa famílias sem residências	99
7.17	“Os invasores vieram do prédio da Cuca”	100

8. SERVIÇOS BÁSICOS 101

8.1	Central de atendimento inaugurada	101
8.2	Lixo na Vila Chinesa	101
8.3	Ingombotas entre os distritos com maior produção de mosquitos	102
8.4	Deixar Luanda suja para “limpar” a Defesa	103
8.5	Novo modelo de recolha de lixo entra em vigor	103
8.6	Trabalhadores da ELISAL ameaçam entrar em greve	104
8.7	Trabalhadores da ELISAL em greve	105
8.8	Capitais provinciais vão ter aterros sanitários até 2020	106
8.9	Definido modelo para tratamento do lixo	106
8.10	Trabalhadores da ELISAL em greve	107
8.11	Distribuição de vectores	108
8.12	Recolha de lixo em Luanda sem grandes efeitos desejados	108
8.13	Trabalhadores da ELISAL ameaçam entrar em greve	110
8.14	Bacia do Coelho deixa de ser problema	111
8.15	Vendedoras agastadas com a falta de saneamento básico do mercado	111
8.16	Falta de transparência na recolha de lixo coloca governador em queda livre	112
8.17	Saneamento Básico no Huambo	113
8.18	Água com cheiro a gásóleo nas torneiras do Alvalade	113
8.19	Água não potável mata a sede de moradores do Banga Wué	114
8.20	Cidade de Luanda tem cortes de água	114
8.21	Fubú Consome Água Imprópria	115
8.22	Conduta de água do Kilamba vandalizada por garimpeiros	115
8.23	Expansão dos sistemas de distribuição de água	116
8.24	Chafarizes e fontenários abandonados pela EPAL	117
8.25	Cacula oferece oportunidades de investimentos aos privados	118
8.26	Ministério de Energia e Águas prevê cobertura nacional até 2025	120

8.27	Água para Todos chega aos bairros do Londuimbali	120
8.28	Sistema de água inaugurado no Uíge	121
8.29	Vandalizados equipamentos da EPAL	121
8.30	Começou disputa da água entre Bitá e Kilamba	122

9. GÉNERO E VIOLENCIA 124

9.1	Meliantes aterrorizam bairros de Luanda	124
9.2	Amnistia tornou cazenga e sambizanga mais perigosos	124
9.3	Cresce a Criminalidade Violenta em Angola	125
9.4	Moradores desesperados no distrito do Sambizanga	126
9.5	Banga Wué à saque	127
9.6	São precisas condições para combater o crime	127
9.7	A lei da amnistia e a criminalidade	130

10. AMBIENTE 133

10.1	Alerta para fortes chuvas no norte do país	133
10.2	Rigor na exploração de madeira	134
10.3	É necessário sensibilizar a população	134
10.4	Nepotismo na exploração de madeira no Uíge	135
10.5	Alterações climáticas em de bate a largado	135
10.6	Projecto de Adaptação às Alterações Climáticas População protegida contra inundações	136
10.7	Chuva desaloja famílias na Galanga	137
10.8	Dezenas de pessoas ficaram sem abrigo	137
10.9	Governo incentiva surgimento de indústrias de exploração	138
10.10	Madeira ilegal e dos desafios da gestão ambiental	138
10.11	Avisos dos céus	139
10.12	Construções ilegais travadas no Lobito	139
10.13	Chuvas destruíram dezenas de casas	139
10.14	Ambientalistas encorajam área de conservação marinha na requalificação do Mussulo	140
10.15	Os números da tragédia & os apoios	140
10.16	Sinistrados das chuvas de 2015 continuam a viver em condições precárias	141
10.17	SJL prevê exportar madeira em touro	142
10.18	Produção Agrícola na Chibia	143
10.19	Exploração ilegal de madeira preocupa as autoridades	143
10.20	300 Toneladas de madeira interceptadas	145
10.21	Dezenas de habitações em risco de desabarem	145
10.22	"Rio Coelho" está sob controlo	146
10.23	Centenas de famílias recebem assistência social	146
10.24	Mais de seis milhões de dólares aplicados na reabilitação de estações hidrométricas	147

11. MIGRAÇÃO 149

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 149

12.1	Rochas ornamentais já fazem a diferença nas receitas do OGE	149
12.2	Crise quebra impacto da produção de diamantes no Produto Interno Bruto	151
12.3	Brigadas de Fiscalização	151
12.4	Exploração de inertes “mutila” meio ambiente	152
12.5	Extracções no Bengo e impostos pagos em Luanda	153

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Governo relança programas nas zonas rurais

Jornal de Angola
04 De Outubro de 2016
Texto: João Constantino

O Governo Provincial do Bié vai relançar, nos próximos dias, o programa de reinserção social da população das comunidades rurais, com a implementação de um projecto-piloto multi-sectorial de combate à pobreza.

O vice-governador do Bié para a Esfera Política e Social, Carlos da Silva, afirmou que o Executivo está a levar a cabo várias acções que visam redefinir as estratégias para a Redução dos níveis de pobreza nas comunidades.

Carlos da Silva salientou que o projecto-piloto e multi-sectorial estão a ser executados em três províncias do país e, no Bié, os municípios do Chinguar e de Catabola são.

Os beneficiários.

O vice-governador salientou que a implementação do projecto vai facilitar a compreensão dos problemas da população vulnerável, o que permite a redefinição da intervenção do Estado, para atender e reinserir socialmente o referido segmento.

Execução do programa Para uma melhor execução do programa, a equipa nacional do projecto de apoio à progressão social está a formar quadros das administrações locais sobre as técnicas de identificação de riscos e a vulnerabilidade da população rural. No município de Catabola, uma das regiões escolhidas para a implementação do projecto-piloto, 25 técnicos, entre administradores comunais e funcionários das administrações locais, começaram na semana finda a receber formação sobre a triangulação e diagnósticos de vulneráveis. A formação, uma Acção inserida no projecto de apoio à progressão social, de que fazem parte os ministérios da Assistência e Reinserção Social, Família e Promoção da Mulher, Justiça e Direitos Humanos e da Juventude e Desportos, conta com o apoio da União Europeia, através da Unicef. Carlos da Silva reconheceu que a acção formativa vai potenciar os

técnicos com ferramentas essenciais para realizarem com êxito as várias etapas do projecto, com vista a se ter a dimensão real da população vulnerável.

Além disso, o vice-governador do Bié para Esfera Política e Social salientou que o projecto vai abordar questões ligadas às várias intervenções já realizadas, seus atores directos e indirectos, bem como os resultados obtidos, para facilitar a redefinição de novas operações nos diversos contextos sociais que o país (vive, até à elaboração do plano de desenvolvimento da Acção social.

Plano de desenvolvimento O administrador municipal de Catabola, Domingos Óscar Pascoal, disse que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 tem sido materializado em diferentes projectos sociais, o que está a garantir um progresso considerável do bem-estar da população.

O responsável municipal de Catabola reconheceu as limitações orçamentais que as instituições gestoras do Estado enfrentam atualmente, por causa da crise financeira, mas assegura que "as administrações comunais têm estado a concretizar os planos de desenvolvimento." O coordenador nacional do referido programa para a província do Bié, Hilário Guilherme, esclareceu que o projecto de apoio à progressão social insere-se nos objectivos do Executivo, no quadro do estabelecimento de um quadro geral do segmento dos mais vulneráveis. " O município de Catabola, na província do Bié, com cerca de 127 mil habitantes, que se dedicam maioritariamente à agricultura, dista 55 quilómetros a Leste da cidade.

I.2 Cresce o número de crianças na rua

Jornal Grandes Noticias
07 De Outubro de 2016
Texto: Narciso Pedro

O assunto não é novo e remonta ao conturbado período de conflito armado que ocorreu no país. Famílias de todos os pontos do país deslocavam-se para Luanda à procura de melhores condições de vida e, em consequência disso, muita gente, não tendo outro modo de sobrevivência, acabou por mendigar nas ruas da capital, que passou a ser a sua residência.

Passados já 14 anos desde o fim da guerra civil, custa a compreender a razão para tantas crianças continuarem a viver nas ruas.

João, ou simplesmente "Perturbado": como é chamado no seio dos amigos, vive na rua e tem 12 anos. Interpelado pela reportagem do Grandes Notícias disse que fugiu de casa por causa dos maus tratos e também já fugiu de vários lares preferindo ficar na rua.

O mesmo contou ainda que droga-se inalando gasolina para ficar tonto e ignorar as dificuldades da vida. "Fugi de casa porque me mandavam fazer muito serviço": informou o rapaz que disse ter fugido de um centro de acolhimento há já 6 meses.

No momento da reportagem, um outro adolescente, de nome Adilson, que também fugiu de um dos lares de acolhimento da cidade de Luanda, revelou que sofria agressão física por parte dos jovens mais crescidos do lar. "Os mais velhos do lar gostam de bater": disse o rapaz, acrescentando que a violência que sofreu por parte dos outros foi a razão que o fez fugir do lar. Nas ruas, Adilson e os outros meninos que fugiram com ele sobrevivem pedindo dinheiro ou comida às pessoas que passam na via pública.

"Se eles fogem é porque já estão acostumados com vícios e dinheiro", declarou Joaquim, um jovem que já morou em lares de acolhimento. Este disse que abandonou o lar com a 9ª classe no ano de 2007. "Se eu continuasse no lar até hoje, eu estaria distante", lamentou.

O jovem, afirmou ainda que nas ruas fizeram muitas coisas erradas. "Comecei a roubar e isso fez com que eu fosse parar na cadeia onde fiquei durante 4 anos e 6 meses preso".

Para o educador social Bruno Moisés Pedro, as crianças quando vivem na rua, encontram dificuldades para se adaptarem aos centros de acolhimento por não estarem habituadas a uma vida com regras. Na opinião do educador social, para resolver esse problema devia-se fazer um trabalho que não dependesse apenas dos lares mas de toda a sociedade. "É uma matéria que requer um estudo aprofundado de várias instancias, não apenas dos lares de acolhimento", explicou.

A Baixa de Luanda, Largo das Escolas, Largo da Independência (vulgo primeiro de Maio), arredores do Museu das Forças Armadas, Ilha de Luanda e Aeroporto de Luanda, são alguns dos lugares aonde crianças e adolescentes de/ou na rua e os que fogem dos lares preferem ficar. A céu aberto ou em edifícios abandonados, com fome ou sede, os meninos na rua vão pedindo a quem de boa fé que os ajude com comida ou algum trocado para continuarem a sobreviver.

Junto de um centro de acolhimento, na voz do seu responsável, soube-se que apesar das dificuldades que os centros enfrentam tal como a falta de profissionais, excessivo número de crianças, falta de apoios financeiros e não só, tudo se faz para dar uma vida digna as mesmas, apesar de haver a necessidade de se criar um centro de reintegração especializado para trabalhar com aquelas crianças mais problemáticas, referiu o responsável.

1.3 Inflação deve ficar quase nos 50% em 2016, quarta mais alta do mundo

Jornal Expansão

14 De Outubro de 2016

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O custo de vida em Angola deverá subir 48% em 2016, a quarta taxa de inflação homóloga mais elevada do Mundo, de acordo as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas com as Perspectivas Económicas de Outono da instituição financeira internacional.

A Venezuela, com um aumento dos preços de 720% em Dezembro de 2016 face ao mesmo mês de 2015, o Sudão do Sul (583,9%) e o Suriname (76,7%) ocupam o pódio da subida de preços em termos homólogos, à frente de Angola, com os referidos 48%, e da Argentina, quinta do ranking, com uma taxa de inflação homóloga de 39,4% - ver página 12.

As previsões do FMI para a inflação em Angola são mais pessimistas que as do governo que na revisão do Orçamento Geral do Estado 2016 aponta para um aumento homólogo dos preços de "apenas" 38,5%. Contudo, esta meta já foi superada em Setembro, mês em que a taxa de inflação homóloga se fixou nos 39,4%, de acordo com o índice de preços no consumidor na Província de Luanda divulgado esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em termos mensais, isto é, de Agosto para Setembro, os preços em Luanda, Província, que nos últimos anos serviu de referência para a inflação em Angola, aumentaram 2,1%, o menor aumento desde Dezembro de 2015.

De acordo com cálculos do Expansão, se a taxa de inflação mensal entre Outubro e Dezembro for igual à média dos primeiros nove meses do ano, ou seja 3,3%, a taxa homóloga encerrará o ano nos 47,2%. Se os preços não aumentarem no mesmo período, a inflação será de 33,6%.

Com excepção da inflação mensal, o ritmo de crescimento dos preços em Luanda está a registar máximos, qualquer que seja o critério utilizado, corroendo o poder de compra dos angolanos. Devido à austeridade imposta pela descida do preço do petróleo, os funcionários públicos não foram aumentados e no sector privado também são poucas as notícias de aumentos.

Com os 39,4% registados em Setembro, a inflação homóloga, taxa que compara os preços do mesmo mês de dois anos consecutivos, está em máximos de mais de 12 anos; sendo necessário recuar a Julho de 2004, mês em que o aumento anual dos preços foi de 40,7%, para encontrar uma taxa tão elevada.

A taxa de inflação acumulada, que mede o aumento dos preços até um determinado mês do ano, fixou-se nos 30,9% em Setembro, máximo de 13 anos. Com efeito, é preciso recuar a Setembro de 2003, quando a taxa acumulada foi de 62,5%, para encontrar um aumento de preços nos primeiros oito meses do ano tão elevado.

Já a taxa de inflação média, que mede o aumento médio dos preços nos últimos 12 meses e que serve de referência para as negociações salariais, avançou para 25,4% em Setembro, máximo de 11 anos, desde Setembro de 2005, mês em que a taxa média de inflação foi de 26,3%.

As classes de produtos que mais aumentaram de preço em Luanda em Setembro face a Agosto foram: Recreação e Cultura (5,2%), Bens e Serviços Diversos 4,0% e Vestuário e Calçado 3,7%. Educação e Comunicações ambas com 0%, e Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis, com 0,1 %, foram as que menos encareceram.

As províncias que registaram maiores aumentos mensais de preços de Agosto para Setembro foram: Lunda Norte e Cuando Cubango, ambas com 2,9% e Zaire 2,8%. No extremo oposto ficaram Benguela, Cuanza Norte, ambas com 2,0% e Huambo, com 2,1%.

Em termos nacionais, os preços aumentaram 2,1 % em Setembro face a Agosto.

I.4 Bispo de Luanda apela ao governo angolano medidas económicas mais justas à população

Jornal República

21 De Outubro de 2016

O presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), Filomeno Vieira Dias, fez um apelo às autoridades de Angola para tornarem mais justas à população as medidas adoptadas devido à crise financeira no país. O apelo foi feito durante discurso de abertura da II plenária ordinária, que arrancou esta quarta-feira (12.10.), em Luanda. Segundo o representante da Igreja Católica angolana, o poder de compra das famílias mais pobres está a diminuir cada vez mais.

"Continuamos a perceber e a sentir na nossa sociedade as consequências da crise financeira, com a baixa do poder de compra das famílias e exortamos a quantos têm responsabilidade nesta matéria que se tornem as medidas políticas mais justas de modo a que as pessoas menos protegidas não lhes falem a protecção e o apoio da sociedade": referiu o arcebispo de Luanda.

Demolições, violência e pobreza

Devido às demolições em Luanda, cerca de 500 famílias foram deslocadas para Kinanga, na periferia da capital.

Os bispos lamentaram a continuidade das demolições e o "cortejo das famílias que ficaram desamparadas, vivendo ao relento e algumas há vários meses ou mesmo anos, como no Panguila, partilhando (famílias diferentes) a mesma residência".

Sobre a situação política, Filomeno Vieira Dias lamentou ainda a continuidade de sinais de intolerância política um pouco pelo país, bem como os assaltos violentos e outras situações de insegurança. O Presidente da CEAST manifestou também preocupação com o aumento do número de desempregados, sobretudo entre a juventude.

Vieira Dias fez igualmente referência à "necessidade urgente" de se realizarem eleições autárquicas em Angola, que considerou um "factor importante" para o desenvolvimento da sociedade angolana, tendo saudado o processo de registo eleitoral em curso.

Justiça social

O arcebispo de Luanda sublinhou que, apesar de a igreja não poder colocar-se no lugar do Estado, na assunção da responsabilidade da organização política da sociedade, não pode ficar alheia à luta e à exigência pela justiça.

No âmbito da crise económica e ausência de justiça social em Angola, outros sectores da sociedade manifestam-se e prometem ir às ruas da capital Luanda no dia 26 de Novembro. O principal motivo desta marcha é a nomeação da filha do Presidente José Eduardo dos Santos e empresária Isabel dos Santos para o cargo de Presidente da maior empresa estatal do país, a petrolífera Sonangol. Como forma de contestação, um grupo de 14 advogados instaurou um processo no Tribunal Supremo alegando que a nomeação de Isabel dos Santos é inconstitucional e ilegal. Porém, passados mais de 100 dias, a Justiça ainda não apresentou nenhuma resposta.

Os organizadores da marcha do dia 26 de Novembro apelam à participação dos cidadãos indignados com a nomeação da filha de José Eduardo dos Santos à Sonangol, e também com a politização do sistema de Justiça em Angola.

Angola: Os contrastes de um gigante petrolífero Lama no quotidiano

O bairro Cazenga é o mais populoso de Luanda ali, vivem mais de 400 mil pessoas numa área de 40 quilómetros quadrados. Em Outubro de 2012, chuvas fortes obrigaram muitos habitantes a andar na lama. Do Cazenga saíram muitos políticos do partido de governo angolano MPLA. "Uma das prioridades de políticos pobres é a riqueza rápida" diz o economista angolano Fernando Heitor.

1.5 O combate à pobreza em Angola

Jornal República

21 De Outubro de 2016

O combate à pobreza em Angola passa, seguramente por um plano de governação que assente na exequibilidade translúcida das políticas sociais, económicas, etc.

É preciso que o Governo angolano conceda mais emprego às famílias vulneráveis, por serem aquelas

que se sentem mais excluídas, principalmente no mosaico social e político traçado pelo Executivo, já que existe um número desproporcional de famílias cujo rendimento é inferior a um dólar norte-americano por dia.

Entretanto, o combate à pobreza implica naturalmente que sejam traçadas políticas eficazes que se adequem à realidade da família angolana, de forma que a nossa economia não ande a deriva, isto é, limitada na produção do petróleo caindo dessa maneira na "soneira" económica.

Por outro lado, é preciso que Executivo angolano paute por uma governação inclusiva, ou melhor, que sejam potenciados de modo gradual o sector da indústria alimentar, tal como aconteceu no nosso país nos anos 70, 80 e 90, embora tivéssemos passado por uma fase de guerra e esta terá afectado grande parte das indústrias, sobretudo aquelas que funcionavam no interior de Angola.

Mas, a política é uma acção contínua, pois abrange todos os sectores da vida social quando as políticas tendem mais pela transparência, proibidade criando dessa maneira as fontes de emprego e de rendimentos sociais, que permitam que os cidadãos obtenham um trabalho digno e bastante produtivo.

Porém, é uma linha hábil que deve ter como pedestal a política que congregue todos cidadãos angolanos, visto que o combate em discussão pressupõe igualmente que ocorra uma mudança de mentalidade por parte de quem governa, pois o combate à pobreza deve ser desbaratado com honradez cerebral do ponto de vista da construção política social e económica.

O objectivo global da política de desenvolvimento deveria ser o de reduzir o elevado nível de pobreza e, em particular, melhor as condições do grande número de angolanos que vivem actualmente em condições de pobreza extrema.

É preciso que seja consolidada a democracia, permitindo que os cidadãos participem activamente no processo de governação, havendo mais confiança entre as duas partes, autoridades governamentais e os cidadãos.

1.6 Empresas portuguesas afastam-se de Angola

Jornal Folha8

26 De Outubro de 2016

O número de empresas que vende para Angola caiu quase 22% entre 2014 e 2015. E o número de

empresas que apenas exporta para o mercado angolano encolheu em mais de 1.100.

O número de empresas portuguesas que exporta para Angola caiu quase 22% num ano. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 2014 e 2015 cerca de 2.230 empresas deixaram de vender para o mercado angolano, cujas compras ao exterior foram muito afectadas pela crise económica e escassez de divisas. Em 2015, o valor das exportações caiu mil milhões, o que representa um recuo de 35%, face a 2014.

O INE analisa a exposição das empresas exportadoras aos mercados onde se registou uma maior redução nas vendas no primeiro semestre deste ano: Angola, China e Estados Unidos, usando os dados relativos a 2015.

As quedas mais expressivas foram as verificadas no mercado angolano. Se olharmos apenas para as exportadoras que vendiam exclusivamente para Angola, o número de empresas que tinha relações com aquele mercado encolheu 26%. O que representa menos 1141 sociedades. Ou seja, se estas empresas não passaram entretanto a vender para outros mercados, deixaram de ser exportadoras por causa da queda do mercado angolano. Segundo o INE, estes números evidenciam "claramente uma elevada exposição das empresas portuguesas em relação ao mercado angolano. Em 2015, 40,5% das empresas que exportaram bens para Angola apenas exportaram para esse país (o peso é de 26,5% no valor exportado) e 62,8% das empresas destinaram pelo menos 50% das suas exportações a esse mercado (71,4% no valor ex-portado)".

Apesar desta elevada concentração, o INE destaca uma redução do grau de exposição das empresas a Angola, mas realça que essa evolução corresponde já a uma diminuição "significativa" do valor das exportações para este mercado em 2015. Por outro lado, assinala, a alta exposição a Angola, nos casos em que este destino representa pelo menos 50% das exportações, afecta principalmente empresas de dimensão reduzida, sobretudo ao nível do pessoal: cerca de 65% tinham menos de 10 pessoas ao serviço no ano passado.

O destaque do INE que analisa o comércio internacional por tipo de empresas conclui ainda que cerca de 70% das empresas exportadoras vende apenas para um mercado. A percentagem nas empresas importadoras é de 87%. Outra conclusão revela também que as 100 maiores empresas são responsáveis por quase 44% das exportações.

1.7 32,8% Dos angolanos passam fome, problema que atinge nível "sério" no país

Jornal Manchete

28 De Outubro de 2016

Angola apresenta um nível "sério" de fome, destacando-se como o 8.º estado africano pior classificado no Índice Global da Fome 2016, elaborado anualmente pelo Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares.

Segundo o estudo, recém-apresentado em Bruxelas, 32,8% da população angolana passa fome.

Apesar da evolução verificada nos últimos anos, com a redução, desde 2008, de cerca de 8% da franja da população afectada pela fome - passando de 40,5% para os actuais 32,8% -, Angola surge como um dos oito piores estados de África na avaliação do Índice Global da Fome 2016.

De acordo com esta classificação, que atribui ao país um nível "sério" de fome - o segundo mais grave observado pelos especialistas -, Angola ocupa o 106.º lugar entre 118 estados analisados, com base em indicadores que avaliam não apenas a quantidade de alimentos ingeridos mas também o seu valor nutricional.

No último lugar da tabela surge a República Centro Africana, onde 46,1% da população vive em privação de alimentos, situação que coloca o país em estado "alarmante".

Este é o pior nível que consta da presente edição do Índice Global da Fome, que, no entanto, chama a atenção para a falta de dados em relação a países reconhecidamente "preocupantes", como por exemplo Síria, Sudão, Eritreia, Somália e Congo.

Ainda que os maus indicadores caracterizem quase metade dos países classificados com 50 estados classificados com os níveis "sério" ou "alarmante" -, o estudo elaborado pelo Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares destaca as melhorias observadas.

De acordo com os especialistas, assiste-se globalmente a uma redução da fome: Desde 2000, os níveis recuaram 29%, embora 795 milhões de pessoas em todo o mundo, ou 13,1 % da população mundial, continuem a ser afectadas pelo problema.

1.8 Angola é um dos dez piores países do mundo para fazer negócios

Jornal Manchete

28 De Outubro de 2016

O país não viu melhorar nem piorar o seu ambiente de negócios, apesar de ter descido um lugar no "ranking", para a 182.3 colocação

Angola está entre os 10 países onde é mais difícil fazer negócios, segundo o ranking Doing Business do Banco Mundial, no qual apenas um terço dos países lusófonos melhoraram o seu ambiente de negócios.

No relatório do Grupo Banco Mundial (BM) "Doing Business 2017- Igualdade de Oportunidades para Todos", que avalia 190 países, conclui-se que 137 países realizaram reformas para melhorar o ambiente de negócios em 2015/16, mais 20 por cento do que no ano passado.

O relatório inclui um ranking dos 190 países, liderado pela Nova Zelândia, que com uma classificação de 87,01 pontos surge como 'a economia onde é mais fácil fazer negócios. No fim da lista surge a Somália, com uma pontuação de 20,29.

Entre os 10 últimos encontra-se Angola, com 38,41 pontos e na 182: posição, embora esteja entre os países que aboliram ou reduziram o capital mínimo requerido para a constituição de uma empresa e entre os que reduziram outros impostos para além dos impostos sobre o trabalho e sobre o lucro.

Angola, tal como seis dos nove Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), não viu melhorar nem piorar o seu ambiente de negócios, apesar de ter descido um lugar no ranking.

Na melhor posição entre os lusófonos está Portugal (com 77,4 pontos), um dos três países da CPLP que viram melhorar o seu desempenho, embora desça duas posições no ranking, para 125.º.

Os autores do relatório escrevem que as reformas em Portugal resultaram numa redução do tempo e do custo da formalização de uma empresa, aumentando o número de start-ups em 17 por cento e a criação de sete novos empregos por 100 mil habitantes por mês.

Apesar de estas start-ups serem mais pequenas e mais frequentemente criadas por mulheres do que antes das reformas, eram também lideradas por empreendedores com menos experiência e menos qualificações.

São Tomé e Príncipe (162.º) e Guiné-Bissau (172.º) foram as duas outras economias lusófonas que viram melhorar a sua classificação no ranking Doing Business.

Sobre São Tomé e Príncipe, que obtém 46,75 pontos no ranking, o relatório destaca a introdução de um salário mínimo para o sector privado.

Já quanto à Guiné-Bissau, (41,63 pontos), os autores escrevem que o país tornou mais fácil a resolução das situações de insolvência, ao introduzir um novo procedimento conciliatório para as empresas em dificuldades financeiras e um processo de liquidação preventiva simplificada para as empresas pequenas.

O Brasil é o segundo país lusófono mais bem classificado no ranking, onde surge em 123: posição, abaixo da 116: que alcançara no ano passado.

Apesar disso, a economia brasileira recolhe 56,53 pontos, classificação que não sobe nem desce face ao ano passado.

O Brasil, pode ler-se no relatório, facilitou a criação de empresas ao implementar um portal on-line para licenças de negócios no Rio de Janeiro.

Em 129:, Cabo Verde é a terceira economia lusófona mais bem classificada, recolhendo um total de 55,28 pontos.

Os autores sublinham que Cabo Verde introduziu um seguro de desemprego para trabalhadores com um período contributivo de, pelo menos, seis meses.

Angola (182.º), Guiné Equatorial (178:) e Timor-Leste (175.º) são os países lusófonos com piores ambientes de negócios, estão todos entre os 15 últimos e nenhum dos três sofreu melhorias face ao ano passado.

1.9 Angola é um dos dez piores países do mundo

Jornal Grandes Notícias

28 De Outubro de 2016

Texto: Renato da Fonseca

No relatório do Grupo Banco Mundial (BM) "Doing Business 2017 - Igualdade de Oportunidades para Todos", que avalia 190 países, conclui-se que 137 países realizaram reformas para melhorar o ambiente de negócios em 2015/16, mais 20 por cento do que no ano passado.

O relatório inclui um ranking dos 190 países, liderado pela Nova Zelândia, que com uma classificação de 87,01 pontos surge como a economia onde é mais fácil fazer negócios. No fim da lista surge a Somália, com uma pontuação de 20,29.

Entre os 10 últimos encontra-se Angola, com 38,41 pontos e na 182.a posição, embora esteja entre os países que aboliram ou reduziram o capital mínimo requerido para a constituição de uma empresa e entre os que reduziram outros impostos para além dos impostos sobre o trabalho e sobre o lucro.

Angola, tal como seis dos nove Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), não viu melhorar nem piorar o seu ambiente de negócios, apesar de ter descido um lugar no ranking.

Na melhor posição entre os lusófonos está Portugal (com 77,4 pontos), um dos três países da CPLP que viram melhorar o seu desempenho, embora desça duas posições no ranking, para 125.º.

Os autores do relatório escrevem que as reformas em Portugal resultaram numa redução do tempo e do custo da formalização de uma empresa, aumentando o número de start-ups em 17 por cento e a criação de sete novos empregos por 100 mil habitantes por mês.

Apesar de estas start-ups serem mais pequenas e mais frequentemente criadas por mulheres do que antes das reformas, eram também lideradas por empreendedores com menos experiência e menos qualificações.

São Tomé e Príncipe (162.º) e Guiné-Bissau (172.º) foram as duas outras economias lusófonas que viram melhorar a sua classificação no ranking Doing Business.

Sobre São Tomé e Príncipe, que obtém 46,75 pontos no ranking, o relatório destaca a introdução de um salário mínimo para o sector privado. Já quanto à Guiné-Bissau, (41,63 pontos), os autores escrevem que o país tornou mais fácil a resolução das situações de insolvência, ao introduzir um novo procedimento conciliatório para as empresas em dificuldades financeiras e um processo de liquidação preventiva simplificada para as empresas pequenas.

O Brasil é o segundo país lusófono mais bem classificado no ranking, onde surge em 123.a posição, abaixo da 116.a que alcançara no ano passado. Apesar disso, a economia brasileira recolhe 56,53 pontos, classificação que não sobe nem desce face ao ano passado. O Brasil, pode ler-se no relatório, facilitou a criação de empresas ao implementar um portal on-line para licenças de negócios no Rio de Janeiro.

Em 129.a, Cabo Verde é a terceira economia lusófona mais bem classificada, recolhendo um total de 5,28 pontos. Os autores sublinham que Cabo Verde introduziu um seguro de desemprego para trabalhadores com um período contributivo de pelo menos seis meses.

Angola (182.º), Guiné Equatorial (178.a) e Timor-Leste (175.º) são os países lusófonos com piores ambientes de negócios, estão todos entre os 15 últimos e nenhum dos três sofreu melhorias face ao ano passado.

I.10 Angola tem o 9º pior ambiente de negócios do Mundo

Jornal Expansão

28 De Outubro de 2016

Angola é o 182º país do mundo, de um total de 190, com pior ambiente de negócios, baixando um lugar no ranking, de acordo com o relatório Doing Business 2017 do Banco Mundial, divulgado esta semana, com data de referência de Junho de 2016.

O relatório revela que Angola desceu uma posição relativamente à edição do ano passado, passando da 181.ª posição (em 189 países) para a 182.ª (em 190). O facto de o relatório ter acrescentado um país à lista, faz com que, apesar de Angola ter descido um lugar na lista, se mantenha como o 9º pior ambiente de negócios do mundo, o que já acontecia no ano passado.

O relatório, que vai na 14.ª edição, pretende reflectir as facilidades e dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas da principal cidade de cada país, no caso de Angola, Luanda, em dez critérios que vão desde abrir um negócio até fechar uma empresa, obtenção de crédito, acesso à electricidade e pagamento de impostos, entre outros.

No relatório deste ano, Angola desceu em cinco dos critérios e apenas subiu num, nomeadamente relativamente ao pagamento de impostos, em que deixou o 161º lugar para o 157º.

De acordo com o relatório, Angola é o quarto pior país no cumprimento de contractos, o sétimo em comércio internacional e o nono pior em termos de obtenção de crédito. Em relação à protecção de investidores minoritários, Angola ocupa a 81.ª posição, e está em 111º no que respeita à obtenção de licenças de construção.

Este ano, o ranking global surge liderado pela Nova Zelândia, seguida de Singapura (com a qual trocou de

posição face à edição anterior), da Dinamarca e de HongKong.

Da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Angola, com 38,41 pontos, só está atrás da República Democrática do Congo (37,57), encontrando-se praticamente todos os restantes países acima da média africana (50,13). Apenas a Mauritânia (47,21), o Zimbabué (47,1) e Angola estão atrás da média da região.

No ranking geral, em relação a países africanos, só a Eritreia, o Sudão do Sul, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo e a Somália estão abaixo de Angola.

Ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), lidera Portugal (com 77,4 pontos) e é um dos três países que viram melhorar o seu desempenho, embora desça duas posições no ranking, para 25°. Cabo Verde encontra-se no lugar 129, Moçambique no 137º lugar, o Brasil em 123º, Timor-Leste em 175º e a Guiné-Equatorial em 163º.

As piores classificações de Angola são em critérios como a resolução de falências (169º) e o cumprimento dos contractos (185º), bem como ao nível dos registos de propriedade (170º). As melhores classificações de Angola são na protecção de investidores minoritários (81º) e na obtenção de licenças para construção (111º).

O Banco Mundial destaca os progressos de Angola relativamente a impostos, sendo um dos países que reduziram outros impostos além dos que incidem sobre o trabalho e sobre o lucro.

Os dados recolhidos referem que iniciar um negócio no País demora 36 dias e custa 27,5% do rendimento per capita da população. Em média, demora 203 dias a obter uma licença de construção, depois de completar cerca de dez procedimentos, e o registo de propriedade demora 190 dias a tirar.

Angola é mesmo um dos piores países do mundo em relação à obtenção de crédito uma vez que, de acordo com o Doing Business 2017, tem registos muito abaixo dos outros países em relação a parâmetros como a disponibilidade de informações de crédito.

I.11 Preços da cesta básica em queda livre

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2016

Texto: Luísa Victoriano

A queda de preços dos principais produtos da cesta básica em vários estabelecimentos comerciais em Malanje está a deixar os consumidores satisfeitos.

Numa ronda efectuada pelo "Jornal de Angola", em diversos pontos da cidade, os consumidores estabelecem comparações em relação aos meses anteriores e dizem que a situação melhorou de forma significativa.

Branca Manuel é uma das entrevistadas que solicita ainda assim que os preços dos produtos alimentares continuem a baixar para responder às necessidades da população. Branca Manuel afirmou que, anteriormente, com os preços altos, adquiria poucos produtos e com menos lucros. "Mas, actualmente, conseguimos adquirir diferentes bens para comercialização a retalho", referiu.

A vendedora ambulante Eugénia Feidão, por seu turno, exprimiu a sua satisfação pela realidade que se assiste hoje com a queda de preços dos produtos nos diferentes estabelecimentos comerciais da cidade. Luzia Domingos sustenta a sua família, revendendo produtos adquiridos nos armazéns da cidade. Com os preços antes praticados, não tinha como vender, mas agora, retomou a sua actividade devido à baixa dos mesmos.

Com a baixa de preços dos principais produtos como o arroz, óleo alimentar, feijão e fuba de milho, entre outros, já consegue retomar o seu negócio para sustento da família, assim como a formação dos filhos.

O gerente do estabelecimento comercial Gota Comercial, Tavares Evaristo, reafirmou que os actuais preços dos produtos baixaram significativamente, facto que está a facilitar os clientes na sua aquisição.

"Anteriormente, com os preços altos, era difícil ter clientes para os vários produtos para a comercialização a retalho ou mesmo para o consumo, mas, actualmente já se verifica a compra de diferentes bens alimentares", sustentou o gerente do armazém.

Já o responsável da casa comercial Cristina, Morais José da Silva, afirmou que a diminuição dos preços vai facilitar as famílias a diversificarem a sua dieta alimentar e aumentar o seu poder de compra.

Para Morais da Silva, a queda dos principais preços da cesta básica é fruto dos esforços do Executivo angolano na perspectiva de ver melhorado o nível de vida da população. O gestor encorajou o Executivo a continuar a desenvolver acções viradas à redução dos preços dos principais produtos alimentares e de outros bens, como material de construção, para permitir a sua aquisição pela população.

Nova tabela

Durante a reportagem efectuada em vários estabelecimentos comerciais, verificou-se que o saco de arroz de 25 quilogramas de arroz está a ser vendido ao preço de oito mil kwanzas contra os 10 e os 11 mil praticados anteriormente. O de 50 quilogramas de açúcar baixou de 21 mil para 9 mil e 100 kwanzas, assim como o saco de farinha de trigo de 50 quilos caiu de 21 mil para 9.700.

A caixa de óleo alimentar, antes comercializada a 11 mil kwanzas, está a ser vendida a 6.450, ao passo que o saco de fuba de milho que custava oito mil agora é comercializado a 5.100. O preço do saco de sal de cozinha de 25 quilogramas baixou de seis mil para quatro mil kwanzas, assim como a caixa de massa alimentar baixou de 4.500 para 2.600 mil.

O chefe dos serviços da Direcção Provincial da Defesa do Consumidor (Inadec), Carlos Correia, reafirmou que o baixo preço dos principais produtos da cesta básica nos mercados informais se deve às políticas implementadas pelo Executivo central na importação dos mesmos, assim como os trabalhos de fiscalização desenvolvidos pelos profissionais do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), Serviços de Investigação Criminal (SIC) e Comércio.

Carlos Correia garantiu acções de fiscalização nos estabelecimentos comerciais para proteger os interesses dos consumidores e salvaguardar os seus direitos, de acordo com a Lei 15/2003 de 22 de Julho.

O responsável apelou aos comerciantes locais para pautarem por uma conduta leal, comercializando os produtos de acordo com as normas de

acondicionamento dos mesmos e respeitarem os consumidores para melhor desenvolver as suas actividades comerciais. Aos consumidores, Carlos Correia alertou para reclamarem sempre que constatarem os seus direitos violados.

I.12 Rendimento percapita suficiente para graduação

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2016

Texto: Josina De Carvalho

O coordenador residente das Nações Unidas, Pier Balladelli afirmou ontem, em Luanda, que o rendimento nacional bruto percapita já é suficiente para a passagem de Angola à categoria de país de rendimento médio, por superar o dobro do limiar seleccionado.

Pier Balladelli, que discursou na abertura do seminário sobre "Graduação de Angola da categoria de países menos avançados", disse que a condição de alto rendimento que caracteriza o país vai permitir, se bem gerido, eliminar a pobreza, desenvolver plenamente o seu capital humano, incluindo mulheres e jovens, reduzir a desigualdade nos rendimentos, descentralizar competências as províncias e procurar um óptimo de diversificação económica e industrialização.

"Por outras palavras, Angola tem o que é preciso para reforçar o desempenho dos principais indicadores sociais e reduzir os choques económicos e vulnerabilidade", clarificou.

Na sua visão, as autoridades angolanas e a população transmitem uma mensagem positiva de actuar com eficiência na gestão dos recursos, dando prioridade às estratégias económicas que liberem o país de uma dependência total do petróleo e as de investimentos em sectores como a agricultura, minerais, turismo, indústria e comércio de alimentos e outros produtos para a exportação.

"São estas oportunidades que podem tomar maior relevância na transição, conjuntamente com a busca de condições de formação e emprego para a franja juvenil, de maneira que eles e as mulheres sejam os sujeitos privilegiados na produção de rendimentos domésticos e nacionais, se os números forem de grande magnitude", acrescentou Pier Balladelli. O processo de transição, recomendou, deve envolver todos os ministérios governamentais, o parlamento, sociedade civil, academia, sector privado e organizações internacionais de desenvolvimento. "Estamos com o Governo para oferecer um apoio

estratégico e coordenado, para até Fevereiro de 2021, e depois até 2025, o país possa implementar de forma conjunta a agenda da graduação e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável", garantiu.

Oportunidades

Pier Balladelli, que é também representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugere que se o país aproveite esta fase de transição para renegociar, ao nível regional e internacional, as garantias para o acesso a subsídios aos medicamentos, empréstimos concessionais e condições necessárias para fortalecer o talento humano, sair da pobreza e criar opções de desenvolvimento económico. "O processo de graduação proporciona ao país mais uma oportunidade para iniciar um ajuste dinâmico das suas políticas, programas, projectos e orçamento para estar pronto para a graduação", reforçou.

O roteiro de elaboração da Estratégia Nacional de Transição Suave, informou, deve incluir a formação de comités de graduação e consultas nacionais, a criação de um mecanismo de consulta, estudos de análise identificar as perdas e ganhos do país com a graduação, bem como a identificação de medidas de apoio internacionais com os países menos avançados, articulação e o aprofundamento das parcerias e dos esforços já empreendidos para lidar com a crise económica em curso.

Estratégia de Transição Suave O coordenador residente das Nações Unidas disse que a missão da ONU para a graduação de Países Menos Avançados (PMA), neste momento em Angola, vai providenciar assistência técnica para a preparação da Estratégia Nacional de Transição Suave, com o foco no rendimento nacional bruto per capita, nos índices de activos humanos e de vulnerabilidade económica.

Na perspectiva do ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, a Estratégia Nacional deve ser robusta, efectiva, estar integrada no Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 e promover a diversificação económica e a realização dos objectivos do desenvolvimento sustentável.

Para a elaboração dessa Estratégia, referiu o ministro, Angola tem de beneficiar da experiência dos países que fizeram já esse mesmo caminho e da parceria das agências do Sistema das Nações Unidas, em particular do PNUD, que são depositários do necessário e específico conhecimento científico e técnico.

O ministro explicou que a graduação vai colocar Angola ao lado de um grupo restrito de quatro países, Botswana, Cabo Verde, Maldivas e Samoa, que

conseguiram migrar da categoria de país menos avançado para a de rendimento médio.

Job Graça recordou que as Nações Unidas consideraram Angola elegível para a graduação de país menos avançado pela primeira vez em 2012, tendo como base o critério de rendimento per capita de cerca de 6.135 dólares.

Para avaliar as condições objectivas e subjectivas da transição de Angola para país de rendimento médio, foi criada em Abril de 2013 uma comissão interministerial, cujo trabalho levou as Nações Unidas a convidar o país a preparar durante cinco anos a sua estratégia nacional de transição suave, com o seu apoio, de parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e comerciais.

Depois da elaboração da Estratégia Nacional de Transição Suave a partir deste ano até 2020, Angola deve implementá-la no período entre 2022 e 2024, para finalmente ser graduada a país de rendimento médio no período de 2025 a 2029.

Processo complexo

O economista-chefe do Bureau regional para a África do PNUD, Ayodele Odusola, durante a sua dissertação sobre "Graduação da categoria de PMA - desafios e oportunidades: PNUD como parceiro estratégico para os países envolvidos nestes processos" disse que a graduação é complexa devido a reduzida capacidade dos países para gerir a vulnerabilidade económica e a transformação social, ao receio de perder privilégios dos parceiros de desenvolvimento e ao receio do desconhecido, por não saberem o que lhes vai acontecer no futuro.

No seu ponto de vista, Angola é uma terra abençoada porque tem recursos minerais, terras agrícolas e capacidade de transformar, diversificar a economia e exportar produtos acabados para qualquer parte do mundo.

Mas, alertou, é preciso trabalhar na mobilização de recursos, investir na agricultura, nos jovens e nas mulheres, reduzir as fragilidades da económica, aumentar a sustentabilidade do capital humano e saber lidar com as mudanças climáticas.

O seminário sobre "Graduação de Angola da categoria de países menos avançados" terminou ontem e teve como objectivo a apresentação em linhas gerais do roteiro para a elaboração da Estratégia Nacional de Transição para a graduação de Angola de país menos avançado e contribuir para uma melhor compreensão dos custos e benefícios desse processo e do papel do governo, sector empresarial privado e da sociedade civil.

1.13 Negócios com Angola? Fujam!

Jornal folha8

29 De Outubro de 2016

Angola está na 182ª posição do ranking "Doing Business", que avaliou 190 países. O último desta classificação é a Somália. O melhor é a Nova Zelândia, Portugal ocupa o 25º lugar. Angola está, portanto, entre os dez países onde é mais difícil fazer negócios, segundo o ranking "Doing Business" do Banco Mundial, no qual apenas um terço dos países lusófonos melhoraram o seu ambiente de negócios.

No relatório do Grupo Banco Mundial (BM) "Doing Business 2017- Igualdade de Oportunidades para Todos", que avalia 190 países, conclui-se que 137 países realizaram reformas para melhorar o ambiente de negócios em 2015/16, mais 20% do que no ano passado.

O relatório inclui um ranking dos 190 países, liderado pela Nova Zelândia, que com uma classificação de 87,01 pontos surge como a economia onde é mais fácil fazer negócios. No fim da lista surge a Somália, com uma pontuação de 20,29.

Entre os 10 últimos encontra-se Angola, com 38,41 pontos e na 182ª posição, embora esteja entre os países que aboliram ou reduziram o capital mínimo requerido para a constituição de uma empresa e entre os que reduziram outros impostos para além dos impostos sobre o trabalho e sobre o lucro.

Angola, tal como seis dos nove Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), não viu melhorar nem piorar o seu ambiente de negócios, apesar de ter descido um lugar no 'ranking',

Na melhor posição entre os lusófonos está Portugal (com 77,4 pontos), um dos três países da CPLP que viram melhorar o seu desempenho, embora desça duas posições no ranking, para 25º. Cabo Verde encontra-se no lugar 129, Moçambique no 137º lugar, o Brasil em 123º, Timor-Leste em 175º e a Guiné-Equatorial em 163º.

São Tomé e Príncipe (162º) e Guiné-Bissau (172º) foram as duas outras economias lusófonas que viram melhorar a sua classificação no ranking "Doing Business".

Os nossos (maus) exemplos

Mais de metade das 140 mil empresas registadas em Angola em 2015 estavam na província de Luanda, mas só 30% tinham iniciado actividade, segundo o

relatório anual do Instituto Nacional de Estatística (INE) angolano.

De acordo com o Ficheiro de Unidades Empresariais do INE, Angola tinha em actividade no final de 2015 um total de 41507 empresas, das quais 22.930 a operarem em Luanda.

Segundo o relatório do INE, a província de Benguela é a segunda mais industrializada do país, com 3.643 empresas em actividade, enquanto no oposto da tabela, com apenas 383 empresas, está o Kuando Kubango, no sul de Angola.

Em 2015 estavam constituídas em Angola 139.980 empresas, das quais 96580 ainda a aguardar início de actividade, 1692 com actividade suspensa, enquanto 273 foram mesmo dissolvidas. No ano anterior o país contava com 39.884 empresas em actividade, de um universo total de empresas constituídas de 116.894.

O estudo do INE refere 51,3% das empresas constituídas em Angola dedicam-se ao comércio por grosso e a retalho e à reparação de veículos automóveis e motociclos, com um total de 21.306 negócios em actividade.

Em termos de alojamento, restauração e similares funcionavam em Angola 4.046 empresas e na construção 2.308.

No que toca à forma jurídica, em cada 100 empresas constituídas em Angola, 55 são sociedade por quotas e 41 em nome individual, além de sociedades anónimas ou empresas públicas.

Desaceleração estrutural

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) de Angola admite que o país entrou num período de desaceleração estrutural do crescimento e que apenas crescerá a cerca de 2% ao ano até 2020.

A posição foi transmitida pelo director do CEIC, Alves da Rocha, durante a apresentação do Relatório Económico de 2015, elaborado por aquela instituição da Universidade Católica de Angola, tido como o mais relevante do género no país.

"Desde 2009, após a mini-idade de ouro de intenso crescimento económico, assistimos a uma desaceleração estrutural da economia, ano após ano. Estamos convencidos desta atenuação do crescimento da economia e neste momento não vislumbramos condições para que o país retome as taxas de crescimento do passado", apontou o académico.

O Relatório Económico, apresentando juntamente com o Relatório Social também de 2015, o CEIC faz projecções do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) angolano até 2020, que não deverá passar uma taxa média anual "à volta dos 2 a 2,5%".

"Pensamos que Angola está a entrar num período de desaceleração estrutural do crescimento, é uma situação de enorme preocupação para nós, no CEIC", assume Alves da Rocha, recordando a importância do petróleo nas contas angolanas, que só em 2008 permitiu uma taxa de crescimento económico de 12,8%.

Com uma reforma tributária e outros impostos entretanto criados "insuficientes" para cobrir a quebra nas receitas petrolíferas, o economista não tem dúvidas em classificar o momento que o país atravessa: "A crise do petróleo é mãe de todas as crises em Angola".

Entre 2002 e 2015, recordou, Angola registou "fantásticas receitas do petróleo" de 538 mil milhões de dólares (486 mil milhões de euros) e 320 mil milhões de dólares (289 mil milhões de euros) em receitas fiscais, cenário que a crise petrolífera - o crude representa cerca de 98% das exportações angolanas veio entretanto comprometer.

"O país perdeu muitas oportunidades para melhorar substancialmente a qualidade de vida em Angola", afirma.

Ainda de acordo com o CEIC, Angola acumulou um saldo orçamental de 33 mil milhões de dólares apesar dos recentes défices das contas públicas, como o de 06% que o Governo prevê para este ano, a financiar com endividamento público.

"Nós de facto tivemos muito dinheiro", observou.

Além de uma verdadeira aposta na diversificação da economia angolana, o director do CEIC refere a necessidade de medidas para corrigir o modelo de distribuição de riqueza no país, que "está inquinado". Alertou igualmente, como preocupação do CEIC após a análise a todos os indicadores de 2015, para o "contágio" da crise ao sistema bancário, "que vive da concessão de crédito, actualmente com taxas de juro de 17%, e do negócio das divisas, que "simplesmente não as há".

"O país não está em recessão, nem há nenhuma indicação que possa entrar em recessão, com os dados que temos. O mesmo não podemos dizer do PIB petrolífero", admitiu o economista e académico angolano, director do CEIC.

Concluiu apontando que a taxa de inflação em Angola pode chegar este ano aos 50%, estando já a rondar os 40%.

Facturar nos impostos

O Programa de Potenciação da Receita Tributária (PPRT) de Angola prevê arrecadar até mais 780 milhões de euros em 2016 com recurso a medidas estruturais de combate à fuga aos impostos e à habitual informalidade das transacções.

A informação consta de um documento de suporte à estratégia do Governo angolano para ultrapassar a crise financeira provocada pela quebra nas receitas do petróleo, prevendo um "impacto" do PPRT nas contas públicas deste ano entre 75 mil milhões de kwanzas (420 milhões de euros) a 140 mil milhões de kwanzas (782 milhões de euros).

Embora sem concretizar as medidas, o documento, elaborado pelo Governo, refere que estão previstas 25 acções tidas como prioritárias ao abrigo da execução do PPRT, desde iniciativas de "elevado valor", "estruturais" e de "visibilidade e combate à informalidade".

De acordo com dados anteriores do Ministério das Finanças, a receita tributária não petrolífera representa já 44% do total de receita do Estado, mas a informalidade económica (negócios que não pagam impostos) em Angola ronda os 60%, colocando o país na lista dos que têm níveis mais altos na África subsariana.

Além do PPRT, o documento define igualmente a necessidade de o Governo adoptar "medidas legislativas complementares" para "promover a uniformização da tributação dos rendimentos do trabalho, o alargamento da base tributária e a promoção da equidade horizontal".

O ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Iob Graça, informou na altura que as contas angolanas reflectiram o efeito da crise petrolífera com o barril de crude médio exportado por Angola a ver a cotação cair de 96 dólares, em Janeiro de 2014, para 53 dólares em Dezembro de 2015.

De acordo com o governante, que falava no final da reunião do Conselho de Ministros que aprovou uma estratégia para fazer face à contínua diminuição das receitas petrolíferas, esta quebra teve como efeitos a redução da receita fiscal total angolana de 26,35% no espaço de um ano, o equivalente a mais de 850 mil milhões de kwanzas (4,75 mil milhões de euros), Passou de 4,096 biliões de kwanzas (22,9 mil milhões

de euros) em 2014 para 3,242 biliões de kwanzas em 2015 (08,1 mil milhões de euros), precisou Iob Graça.

O crescimento económico do país também se reflectiu e desceu dos 4,8% de 2014 para 2,8% em 2015.

O Governo projectou para 2016 um preço médio de 45 dólares por cada barril exportado, quando a cotação no mercado internacional caiu em [aneiro até aos 27 dólares, agravando os receios sobre a execução de alguns projectos, investimentos e despesa pública pelo país.

1.14 Consumidores recuperam poder de compra

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2016

Texto: Francisco Puto

Na cidade de Ndalatando, na província do Cuanza Norte, a maioria dos produtos registou uma queda acima da metade. Tal é o caso do quilograma de arroz que está agora a custar menos de 300 kwanzas contra os anteriores 500. O quilograma de açúcar baixou de 600 kwanzas para 250, enquanto o litro de óleo vegetal desceu de mil e 200 para 600 e o pão de 25 para 20.

O saco de arroz de 25 quilogramas, que anteriormente custava oito mil e 800, está a ser vendido a 7.500 kwanzas, enquanto a caixa de massa desceu de seis mil para 3.700.

O comerciante Domingos da Silva Neto atribui a baixa de preços nos mercados e estabelecimentos comerciais à facilidade na importação dos produtos da cesta básica, bem como ao aumento da sua oferta no mercado nacional, fruto das políticas que o Executivo está a adoptar para inverter a situação.

Isabel Maria, munícipe e comerciante no mercado municipal, disse que actualmente os preços dos produtos básicos variam de acordo com a oscilação do dólar no mercado informal.

"Há semanas em que quando o dólar está baixo, o preço de alguns produtos de primeira necessidade também reduz", explicou.

Benguela

Em Benguela, o açúcar, o óleo vegetal, o arroz, o sal, a massa alimentar' a fuba de milho e a batata rena continuam a registar uma baixa considerável desde Agosto, nos hipermercados, supermercados, armazéns grossistas e mercados informais. A maioria

dos bens alimentares da cesta básica registou uma diminuição de preços e apenas poucos mantêm a tabela verificada nos meses de Agosto e Setembro.

A título de exemplo, o quilograma de arroz, que no mês passado custava 250 kwanzas reduziu para 200, o açúcar de 300 baixou para 250, o litro de óleo vegetal variou de 850 para 600, o óleo de palma de mil para 750, o quilograma de sal de 200 para 100 e o pacote de massa alimentar passou de 200 para 150.

Nos mercados informais o feijão está actualmente a ser comercializado a 550 kwanzas contra os 650 anteriores, o preço da fuba de milho mantém-se a 200, enquanto cinco quilogramas de batata rena nacional custam mil contra os mil e 500 anteriores. Mas o quilograma de carne de vaca nacional registou uma subida, variando de 1.200 para 1.500 kwanzas, devido, alegadamente, às chuvas que caem no interior da província, dificultando a deslocação dos vendedores das zonas de produção para a cidade.

Um quilograma de carne de porco está a ser vendido ao mesmo preço (1.300 kwanzas) praticado nos meses anteriores. A cebola também mantém o seu preço de há dois meses (800 kwanzas por cada cinco quilogramas).

Zaire

Na cidade do Mbanza Congo, na província do Zaire, os preços registaram quedas acima da metade, na maioria dos casos. Um quilograma de açúcar, que há um mês estava a ser vendido a 600 kwanzas, custa agora 250. O quilograma de arroz passou de 500 para 300 kwanzas e o litro de óleo alimentar de 1.100 passou para 650. Uma lata de leite em pó passou de 7.500 para 6.500 kwanzas.

Alguns munícipes de Mbanza Congo aplaudiram as medidas do Executivo que visam o fim da especulação sobre os produtos da cesta básica e o restabelecimento do poder de compra dos consumidores.

Maria Graça, funcionária pública, disse que, apesar de os preços dos produtos de primeira necessidades estarem ainda um pouco altos, já se consegue adquirir quantidades consideráveis de produtos da cesta básica para a dieta das famílias.

André Nzuzi, também funcionário público, aguarda por mais redução dos preços até a um nível que seja proporcional ao salário actual na função pública.

"Os preços continuam a reduzir, de facto, mas esperamos que desçam mais ainda para equipará-los com o salário actual", disse.

Cunene

Na província do Cunene, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) promete reforçar a vigilância, durante os meses de Novembro e Dezembro, nos mercados e estabelecimentos comerciais, para impedir a venda de produtos com prazo de validade vencido e a especulação de preços.

"A venda de produtos com datas vencidas e a especulação de preços são as infracções mais constatadas nos últimos meses", referiu o chefe do sector na região. Bernardo Hilundilwa lembrou que os preços dos produtos da cesta básica registaram uma queda significativa, mas, apesar disso, o sector vai trabalhar de forma contínua, permanente e sistemática para evitar uma subida brusca de preços.

Dados do primeiro trimestre do ano em curso referem ter ocorrido, na província, 38 infracções relacionadas com o mau estado de conservação de produtos, datas vencidas, especulação de preços, bem como a ausência de fixação de preços pelos comerciantes.

2. MICROFINANÇAS

2.1 BNA incentiva poupança nas famílias

Jornal de Angola
01 De Outubro de 2016

A chefe do sector de acompanhamento comportamental do Banco Nacional de Angola (BNA), Priscila Alberto, disse, na cidade do Lubango, província da Huíla, ser essencial que os cidadãos façam planificação financeira, para terem fontes de garantia com os recursos à sua disposição.

Ao dissertar numa palestra sobre gestão e planificação financeira pessoal, uma iniciativa da Delegação regional do BNA, a técnica informou que tal gesto evita gastos desnecessários e, Com isso, a sociedade pode centralizar-se em hábitos e costumes novos sobre uma educação Financeira mais saudável, aprendendo, continuamente, como lidar com o dinheiro.

Para o efeito, considerou necessário que se estabeleçam prioridades, quando se tem recursos, ou se planifiquem negócios em que se pode incluir uma efectiva poupança. A palestra foi dirigida aos efectivos de distintos órgãos do Ministério do Interior (Minint) da cidade do Lubango e foi realizada em parceria com este ministério, no quadro de uma agenda do BNA que pretende persuadir as instituições públicas e privadas e pessoas singulares a obterem conhecimento sobre as medidas de superação de problemas financeiros. Esse encontro juntou mais de 150 efectivos do Minint, entre os quais do Comando Provincial da Polícia Nacional, de Intervenção Rápida, do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, da Polícia Fiscal, do Serviço de Migração e Estrangeiros e convidados.

2.2 Angola deve apostar na criação de micro e pequenas empresas para crescer ambiente de negócios

Jornal Expansão
07 De Outubro de 2016

Os empreendedores devem apostar na criação de micro empresas para mais tarde fazer crescer de forma consolidada os seus negócios, defendeu o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, durante um colóquio sobre oportunidade de negócios em tempo de crise que

juntou jovens empreendedores e homens de negócios numa unidade hoteleira, em Luanda.

O também membro do Conselho da República sublinhou que em qualquer parte do mundo a aposta na criação de micro e pequenas empresas tem sido uma oportunidade soberana, porém, em Angola a realidade é completamente diferente.

Segundo José Severino, em função do actual quadro económico que o País atravessa, o governo deveria criar condições para que as micro e pequenas empresas se desenvolvam em grande escala.

"Defendo a aposta nas micro empresas porque quando se começa de pequeno, no mundo dos negócios, a probabilidade de crescer é mais elevada. Infelizmente por vezes cria-se a utopia de que nascemos grandes", disse.

José Severino recordou que entre 1961 a 1974 Angola cresceu a uma taxa de dois dígitos por ano, não tendo, na altura, nem petróleo nem cooperação internacional, mas sobretudo tendo café, sisal e algodão. Sectores cuja produção, ao longo dos anos, foi estagnando.

Na visão do convidado, a excessiva concentração de riqueza tem gerado pouco desenvolvimento e crises sociais, criando monopólios e oligopólios que têm encarecido o custo de vida e tornado os serviços poucos eficientes.

Opinião corroborada pelo vice-presidente da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola, Alexandre Portugal. O representante das unidades hoteleiras acrescentou que Angola deve, urgentemente, baixar o alto nível de dependência das importações, sendo que, para o efeito, basta apostar fortemente na produção nacional, principalmente no sector agrícola.

Alexandre Portugal considerou ainda que o que se está a fazer para diversificar a economia não é suficiente e defendeu a necessidade de se fazer muito mais, melhorando principalmente o ambiente de competitividade.

2.3 Administração do BPC sai e deixa credito mal parado acima dos 20%

Jornal O País
05 De Outubro de 2016

O Banco de Poupança e Crédito, que este ano recebeu uma garantia soberana do Estado avaliada

em USD 325 milhões para a sua reestruturação, conta desde Segunda - feira com uma nova administração.

Segundo um documento, em 2015, o BPC registou um crescimento na componente dos seus activos de 11,1%, influenciado pela expansão moderada de créditos a clientes e das aplicações em títulos, de Kz 42,3 mil milhões (4,8%) e Kz 33,3 mil milhões (72,1%), respectivamente. Os resultados líquidos totalizaram Kz 8,3 mil milhões e o rácio de solvabilidade fixou-se em 11,3%, superando o valor de 2014 em 1,2%.

O maior banco de capitais públicos em Angola viu aumentar o seu rácio de crédito malparado, de 17 para 23% entre 2013 e o terceiro trimestre de 2014.

No seu relatório de 2015, o banco relata que em 31 de Dezembro de 2015, os vinte maiores clientes tinham uma exposição acumulada de kz 338,8 mil milhões, correspondente a 34,3% do total da carteira de crédito e a 253,4% dos Fundos Próprios Regulamentares, contra 25,3% e 235,8% no fim de 2014.

A administração cessante ficou por concretizar a criação dirigida ao programa de combate à fome e à pobreza definido pelo Executivo. Entretanto, um desafio para a nova administração. A cobrança do crédito mal parado é outro desafio que a nova administração enfrentará nos próximos anos.

O relatório indica que durante o ano económico 2015, o BPC inaugurou 36 balcões, sendo 6 agências e 30 postos de atendimento, totalizando 406, o que permitiu alargar a sua cobertura geográfica a 95 municípios do país.

Cristina Florência Dias, nova PCA do BPC

Com o Despacho Presidencial que nomeou, esta Segunda-feira, a nova administração para o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Cristina Florência Dias Van-Dúnem passa a encabeçar a equipa do banco público, como presidente do Conselho de Administração e administradora não executiva, (até Maio foi vice-governadora do Banco Nacional de Angola). Zinho Baptista Manuel é o novo presidente executivo do banco.

Para os cargos de administradores não executivos foram nomeados Rosa José Silvério Corrêa Victor, Júlio Ângelo da Cruz Correia, Djamilia Hugette da Silva de Almeida Prata e Alcides Horácio Frederico Safeca.

Para administradores executivos, foram nomeados João António Freire, Sebastião João Manuel, Sandra da Cunha Baptista, João Domingos dos Santos Ebo,

Pedro Sérgio da Costa Pitagros e Carlos de Carvalho Rodrigues.

2.4 Camponeses do Moxico recebem crédito agrícola Apoios visam aumentar a produção e rentabilizar as Associações

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2016

Texto: Samuel António

Quatro associações de camponeses da localidade do Luxia, município do Luena, província do Moxico, receberam crédito agrícola, no quadro da estratégia do Executivo para aumentar os níveis de produção das famílias camponesas.

Cada associação recebeu, do Banco Sol, cinco milhões de kwanzas convertidos em sementes e instrumentos agrícolas, para reembolso em um ano.

A vice-governadora para, o Sector Económico, Germânia Antónia, afirmou, no acto de reabertura do crédito de campanha agrícola, que a entrega deste crédito vai estimular a actividade agrícola e aumentar a rentabilidade das associações de camponeses na localidade da comuna do Luxia.

Germânia Antónia lembrou que crédito agrícola de campanha é um programa de financiamento aprovado pelo Executivo, através dos bancos comerciais, para apoiar projectos na agricultura e pescas.

"Os beneficiários deste crédito devem apostar seriamente na produção para apoiar o programa do Executivo, que visa combater a fome e a pobreza no meio rural", afirmou a vice-governadora.

A governante encorajou os membros das associações a empenharem se no trabalho, para que os beneficiários estejam em condições de reembolsar o valor dentro dos prazos estipulados pelo banco credor.

O gerente da agência do Banco Sol no Moxico, Rechate Muhongo, afirmou que a instituição tem cooperado com o Executivo na concessão de créditos aos camponeses e pequenos empreendedores na região desde 2013. O responsável adiantou que, para a província do Moxico, o Banco Sol vai disponibilizar nesta época da campanha agrícola, mais de 200 milhões de kwanzas para apoiar 44 associações de camponeses do município sede da província. Para aceder ao crédito, os camponeses têm de estar inscritos numa associação.

Com a ajuda do Comité de Pilotagem, entidade que certifica no terreno as exigências para a obtenção de crédito, o processo torna-se mais fácil, garantiu Rechate Muhongo, gestor bancário.

O gestor bancário afirmou que o Banco Sol está a trabalhar com a Direcção Provincial da Educação na província do Moxico para inserir os professores no Cofre de Previdência, para facilitar a concessão de créditos no futuro. Para o administrador municipal do Moxico, Bento Paulino, o país atravessa momentos difíceis com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional e pediu aos camponeses para produzirem mais, para não dependerem unicamente das importações.

Gestão do crédito

Bento Paulino exortou que os recursos disponibilizados pelo Banco Sol devem servir apenas para actividades agrícolas, de modo a aumentar os níveis de produção, para o bem das famílias camponesas. O administrador sublinhou que a entrega deste crédito na localidade do Luxia é mais uma prova de que o Executivo, através da parceria existente com os operadores bancários, está cada vez mais preocupado com o bem-estar da população. "Estão criadas todas as condições para as associações de camponeses aqui nesta localidade trabalharem e, na próxima colheita, mostrarem o que esta terra vale em termos de potencialidades agrícolas."

Aproveitar as potencialidades

O presidente da Associação Agro-pecuária Tchicano, Marcelo Augusto, agradeceu em nome dos seus associados e prometeu tudo fazer para honrar os compromissos assinados com o banco. "Vamos trabalhar para diversificar a cultura de hortícolas e de cereais, aproveitando as potencialidades que a terra oferece", disse. Marcelo Augusto afirmou que os créditos que o Banco Sol vai disponibilizar na presente campanha agrícola a várias associações de camponeses, caso sejam aplicados só em programas de agricultura, vão diminuir a escassez de produtos no mercado local. Sublinhou a necessidade de o crédito bancário abranger outras associações fora do município sede.

Os camponeses contemplados estão mais animados a lavrar a terra e a alargar os espaços, para o aumento da produção, com o reforço dos meios agrícolas proporcionados pelo crédito de campanha criado pelo Executivo, acrescentou.

O envolvimento de um número considerável de camponeses, entre desmobilizados e respectivas famílias, bem como a distribuição de terrenos férteis

para o cultivo permitiram aumentar os espaços de produção e perspectivar colheitas animadoras.

A comuna do Luxia é uma localidade que dista 38 quilómetros da cidade do Luena e tem mais de dois mil habitantes, que se dedicam na sua maioria à agricultura. A localidade tem fortes tradições no cultivo de hortícolas e cereais.

Além da agricultura, a região do Luxia tem beneficiado de outros projectos sociais, como a construção de escolas e postos médicos para a satisfação da população.

2.5 Crédito & legítimas preocupações (II)

Jornal O País

26 De Outubro de 2016

Texto: Luís Fernando

Jandiro Narciso calcorreia, de sol a sol, gabinetes elegantes com temperatura regulada para reuniões marcadas a muito custo recorrendo a mil ajudas para que o deixem falar com quem decide a concessão de empréstimos. Dos mais de vinte bancos que compõem a rede de instituições de crédito implantada em Angola, só não terá estado ainda em apenas dois ou três.

Aos 32 anos, Jandiro é um jovem com fé inabalável na sua capacidade de pensar negócios novos, da fileira dos que mais sucessos conseguem no mundo: os que se adiantam na satisfação de necessidades que atingem multidões. Negócios ao estilo dos desenvolvidos por Bill Gates, criador de sistemas operativos para computadores com a sua Microsoft; ou SteveJobs, inventor do telemóvel Iphone e uma infinidade de outros bens utilitários que popularizaram, à escala planetária, os novos caminhos para se comunicar à distância, ouvir música, etc; ou Marck Zuckerberg, o jovem criador da mais frequentada rede social do ciberespaço, o Facebook; ou Bartolomeu Dias, um dos primeiros empresários angolanos a derivar para a produção industrial fabricando óleo e sabão quando negócio era, ao tempo importar contentores e mandá-los para as Lundas ricas; ou a Velha Mabunda, visionária investidora do sector das pescas e que domina o negócio a toda a extensão de uma praia baptizada com o seu nome, em Luanda.

Jandiro Narciso tem a solução que poderia colocar Luanda a salvo dos tormentos do lixo, literalmente, por via da sua transformação em carvão de uso doméstico, com um projecto que descobriu num programa estrangeiro de TV e o fez viajar ao

encontro do seu inventor, um engenheiro brasileiro claramente com muita mais sorte que a sua pois foi capaz, com recurso ao crédito, de consolidar e expandir o seu negócio. Entre nós e, para variar, ninguém dá ouvidos ao jovem visionário, com o que vai ganhando forma todos os dias a forte probabilidade de se tornar em mais um descrente que abandona tudo para tentar o salário seguro na «gorda e inflamada» administração sob tutela do Estado.

Como Jandiro, Lobo Fuankenda é outro angolano que, tivesse a sorte de poder contar com bancos genuinamente virados para a sua vocação creditícia tentando descobrir projectos viáveis, seria com toda a certeza um nome de prestígio em poucos anos no segmento do cultivo de produtos agrícolas Premium, replicando o mesmo conceito vencedor do mundo actual: agarrar-se a um nicho de mercado e desenvolver, com grande eficiência produtiva e de comunicação, uma marca para consumidores em crescendo; torná-la fetiche até criar o sentimento generalizado de que a vida se vive sem graça se não tiver aquele produto por perto.

Lobo Fuankenda possui mercado para os seus produtos agrícolas de excelência, porque na sua procura de espaço de aceitação teve a sorte de se cruzar com um visionário de horizontes ainda mais amplos que os seus, que lhe adquire o pouco que arranca da sua limitada exploração agrícola. Quer transitar para a produção à escala alargada e pensou nos bancos. E foi quando a sua verdadeira odisseia começou!

Na verdade, nas muitas reuniões que teve com funcionários seniores de bancos diferentes, Fuankenda, mesmo consciente de que defendia um projecto com um grande potencial de sucesso, recebeu pareceres desencorajadores porque, foi -lhe dito repetidamente, trabalhar a terra tem riscos associados enormes (secas, cheias, pobreza dos solos, etc) como se a Agricultura no mundo, enquanto domínio de trabalho, equivalesse a um ritual de suicídio colectivo.

É que se chegam frutas e hortícolas às mesas das famílias, alguém os produz certamente.

Estranhamente, ninguém, nesses bancos, se deu ao trabalho de ir a fundo, tentar saber em que região de Angola Lobo Fuankenda pensava desenvolver os cultivos, que tipos de solo teria à disposição e quais os regimes de chuva habituais ou outras variantes ligadas ao clima. Mais caricato ainda: os mil pareceres negativos que caíram sobre o seu projecto foram emitidos por consultores que nunca tiveram um contacto que fosse com o hortícola que pensava

produzir. Nunca souberam, sequer, da sua existência na Natureza!

Os casos de Jandiro Narciso e Lobo Fuankenda são reais, chegaram ao conhecimento deste jornal pelos próprios e podem espelhar, numa primeira análise, a verdade tormentosa dos financiamentos que não vão parar a mãos devidas. Parece cada vez mais evidente que existe, no nosso ambiente de negócios, um colossal e castrador desfasamento entre o que se pede que os homens e mulheres com iniciativas façam pelo País e a indiferença com que as entidades vocacionadas para o financiamento de ideias viáveis lidam com o empreendedorismo doméstico.

A haver um debate sobre os caminhos que devem ser trilhados até chegarmos ao status de um mercado com projectos inovadores em concretização, jovens a replicarem as experiências: incríveis de Steve Jobs, Bill Gates e outros vencedores do mundo actual, novos empregos a surgirem em catadupa, será por aqui que deveremos começar. É tudo, de facto, uma questão de mudança de mentalidade, de procura de um tempo novo. Os velhos modelos e procedimentos podem ser que nos andem a trair. A economia para se expandir e ganhar robustez tem necessariamente que apoiar, com dinheiro, aqueles que se destacam com o brilhantismo das suas ideias. De contrário, movimentar-nos-emos em círculos sem sairmos do mesmo lugar!

2.6 Crédito agrícola beneficia 93 mil famílias

Jornal O PAÍS

28 De Outubro de 2016

Texto: Sónia Cassule

O Secretário de Estado da Agricultura, José Amaro Tati, fez uma comunicação no quadro das vigésimas jornadas Técnico-científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), que encerram hoje, em Luanda. O governante que dissertou sobre o Desenvolvimento Rural e o combate à fome e à pobreza como factores de reinserção social, referiu que o número de beneficiários do crédito agrícola estendem-se às 18 províncias do país e com resultados positivos. "O crédito permitiu que os camponeses alargassem as suas áreas de produção e combater a pobreza no meio rural", revelou.

Referiu que a agricultura familiar é responsável pela maioria da produção nacional do milho, bem como da produção da batata e da mandioca.

Quanto às leguminosas e oleaginosas, Amaro Tati disse que a sua produção é em cerca de 90 por cento proveniente da agricultura familiar. "Cerca de 79% dos cereais produzidos em Angola e 92 por cento de tubérculos e raízes como a batata e a mandioca vêm da produção familiar", sustentou.

O responsável explicou que a agricultura tem sido um dos sectores apontados como prioritários pelo Governo para diversificar a economia nacional e o fortalecimento dos pequenos e médios produtores. Com o objectivo de relançar a agricultura, Amaro Tati revelou que o Executivo aprovou II programas dirigidos, com mais realce para as culturas tradicionais agrícolas como estratégia principal. Enumerou ainda os programas para o incentivo à produção nacional, do desenvolvimento' da agricultura familiar, da produção de ovos e frangos, do aumento da produção de feijão e leguminosas, bem como o da produção e exportação do mel.

Amaro Tati acrescentou que o Estado tem feito um "esforço avultado" para a estabilização do meio rural, o que, segundo disse, levou à implementação, desde 2011, de um programa de políticas agrárias dirigidas ao combate à fome e à pobreza.

Anunciou que em Dezembro, o Governo da China concederá ao sector agrícola angolano 10 milhões de dólares norte-americanos para a construção de um Centro de Demonstração de Tecnologias Agrícolas no país, na Estação Experimental de Mazozo, do Instituto de Investigação Agronómica, município de Icolo e Bengo (Luanda).

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Livros fora do sistema de ensino à venda em Luanda

Novo Jornal

07 De Outubro de 2016

Texto: Dulcineia Lufua

"Já chegámos, já chegámos, camarada. Aqui estamos de novo com vontade de estudar para o bem do nosso povo. Agora, já na segunda, vamos o livro abrir, aprender o que ele ensina, estudar é produzir". Este e outros trechos foram transformados em refrão em muitas salas de aulas, nos anos 90, altura em que Angola vivia em regime de partido único. Era cantando que se aprendia e que melhor se memorizava.

Milhares de livros do tempo do partido único que foram retirados do sistema de ensino voltaram a ser comercializados, depois de um assalto ao armazém onde estavam guardados. O Ministério da Educação preparava-se para encaminhar os livros para a incineração, mas populares anteciparam-se, assaltaram o espaço e colocaram os manuais à venda.

Em pouco tempo, muitas ruas de Luanda foram invadidas por estes livros e muitos compradores foram atraídos pela saudade do tempo em que estudaram.

O Novo Jornal falou com alguns comerciantes e compradores para saber a origem e as lembranças que guardam destes livros, que um dia serviram de fonte para a aprendizagem do bê-á-bá.

No mercado do São Paulo, os vendedores ouvidos pelo NJ, na sua maioria do sexo feminino, desconhecem a origem dos livros e dizem que estão a comercializá-los por ser o negócio do momento. "Um negócio rentável", como conta Lucinda Bernardo António, moradora no Sambizanga, que deixou de vender paracucas (ginguba com açúcar) para comercializar livros.

"Irmã, não sei de onde vêm estes livros. Eu até vendia as minhas paracucas à porta de casa. Um jovem veio ter comigo e me trouxe o negócio e, pelo preço, não pensei duas vezes, aceitei logo e cá estou a vender", revela a jovem mãe, que se encontrava sentada na sua bancada, à espera de clientela.

Lucinda António revela que os livros estão a ser comprados a 50 kwanzas e são revendidos a 100

kwanzas. Margem que faz com que, em apenas um dia, ela consiga vender uma caixa e meia de livros. "O que nós queremos aqui é despachar e conseguir lucrar para levar algo para casa para os filhos. Estamos a comprar a caixa de livros a mil kwanzas", esclarece.

Recordar o tempo de escola

Mariana Augusto é vendedora de materiais escolares há quatro anos. Embora não tenha estudado, ele reconhece a importância que os estudos e os livros representam para a sociedade. "Eu não tive oportunidade de estudar, mas sei o quão importante são os livros para a educação dos nossos filhos", afirma, sublinhando que a maior parte dos compradores são os adultos que querem "recordar o seu tempo de escolaridade".

Os livros mais solicitados são os de língua portuguesa da 1ª à 6ª classe, ciências da natureza e matemática. Em quase todo o mercado, eram visíveis, à distância, o amarelo e vermelho, cores dominantes nas capas. Algumas zungueiras transportavam-nos à cabeça, outras preferiam colocá-los nas mãos para terem maior visibilidade.

Se para os vendedores o ressurgimento dos livros é um ótimo negócio, para os compradores o livro carrega recordações boas do tempo em que andavam na escola. Isso mesmo afirmou Cláudio Fernandes. "O reaparecimento destes livros levou-me a recordar os anos 90, onde a história era outra e o país não era o mesmo. O tempo em que éramos felizes e não sabíamos", partilhou.

Cláudio Fernandes, de 40 anos, recorda com saudade alguns textos dos manuais que acompanharam a sua infância. Para ele, o reaparecimento dos livros vai ajudar as crianças de hoje a compreenderem a história escrita de Angola e a perceber a diferença entre o país de ontem e o país de hoje.

"No meu tempo de escola, mesmo não sabendo ler, memorizávamos alguns textos e, quando o professor pedia que fizessemos leitura, em vez de lermos, nós cantávamos em voz alta. Era muito bom. Estes livros fazem-me reviver momentos que jamais sairão da memória", diz.

José António, que tinha acabado de comprar o livro de leitura da 2ª classe também para recordar os anos em que andou na escola, juntou-se à conversa e confirmou que os manuais contam histórias que "faziam viajar e entender o passado" e que ajudam a entender tudo aquilo que o país passou até à Independência.

De cor, enumerou alguns textos e personagens que ficaram na sua memória: a história das "trocas

comerciais", do "Rei Mandume Ya Ndemu-fayo", das pescas, "O burrinho que não queria viver só", "o guloso Ganga", sem esquecer os textos de leitura que enchem as salas de aula de alegria. "O conteúdo dos livros espelhava a realidade vivida pelos nossos antepassados", lembrou.

Salvador Ferreira, professor do ensino médio da Escola Óscar Ribas, olha com alegria para o reaparecimento dos livros do tempo do "partido único", por um lado, e, por outro, vê com preocupação, por causa da carga semântica e política que os livros carregam.

"O reaparecimento destes livros é bom para quem quer reviver o seu passado, no tempo de escolaridade, como foi a minha época. Era um livro de fácil compreensão, mas, por outro lado: não é muito aconselhável pela carga semântica e política dos seus escritos, porque os meninos de hoje não têm discernimento político e isso pode criar, de certa forma, prejuízos na aplicação de alguns conteúdos", justificou.

A reforma do sistema educativo, aprovada pela lei 13/01 de 31 de Dezembro, incluiu novas divisões dos níveis de ensino, alterações ao sistema de avaliação dos alunos, criação de novas cadeiras e reformulação de conteúdos curriculares, visando a melhoria da qualidade de ensino em Angola. A reforma começou a ser implementada e experimentada no ano de 2002 e foi concluída em 2011, quando atingiu todos os anos de escolaridade.

3.2 Vendedores e clientes com maior dignidade

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2016

Texto: Augusto Cuteta e César Esteves

O acesso e as vendas no mercado do Quilómetro 30, no município de Viana, vão conhecer melhorias a partir do mês de Novembro, com a entrada em funcionamento de três novas naves, assegurou, ontem, ao Jornal de Angola o seu administrador.

António Domingos explicou que as referidas naves estão em fase final de construção e fazem parte do programa executado sob orientação da Administração Municipal de Viana, que prevê a construção de nove naves para acolher os vendedores. Isso, segundo disse, "lhes vai garantir maior conforto e segurança." O gestor do espaço comercial avançou que o objectivo é fazer com que o mercado esteja subdividido por naves com os sectores de venda de cada tipo de produto perfeitamente definidos. Esta Acção,

explicou, vai acabar com o comércio desorganizado dos bens.

António Domingos revelou que está em curso um trabalho de terraplanagem no interior do mercado, para evitar que, nesta época chuvosa, as ruas fiquem alagadas e lamacentas e criem embaraços aos vendedores e compradores.

O administrador avançou que, após as obras de terraplanagem, os esforços dos gestores do mercado vão estar virados para a pavimentação total do espaço. Para tal, as autoridades municipais de Viana já autorizaram uma empresa a fazer o levantamento das necessidades decorrentes do trabalho. "Estamos, neste momento, à espera do resultado desse levantamento", disse António Domingos, que anunciou a existência de um programa de remodelação das barracas de venda de comidas e bebidas, para dar maior comodidade aos usuários.

O administrador garante que o trabalho de reestruturação vai permitir, igualmente, que os visitantes possam circular com viaturas dentro do mercado, como nos anos anteriores. Reconheceu que, atualmente, este exercício é difícil, dada a falta de organização dos vendedores, que ocupam as ruas.

Em relação à redução do número de vendedores, que passou de oito mil para 6.448, o administrador disse que a situação se deveu ao facto de muitos vendedores preferirem outros mercados, localizados mais próximos do centro da cidade de Luanda, e à abertura de muitos mercados por iniciativa de privados. Com dois mil metros de comprimento e 950 de largura, o mercado do Quilómetro 30, fundado em 2006, tem em exploração, apenas, um pouco mais da metade deste espaço. Sobre o estado do acesso principal, o administrador do maior mercado de Luanda esclareceu que as intervenções de grande vulto são da responsabilidade do governo provincial, mas, recentemente, a referida via beneficiou de trabalhos paliativos.

"É preciso esclarecer que as receitas produzidas pelo mercado, a partir das fichas que cobramos aos vendedores, não ficam aqui nem na administração municipal. Cai tudo na Conta Única do Tesouro", explicou o responsável.

Armazéns abandonados Mais de 500 armazéns estão abandonados há mais de três anos. Os seus gestores, até agora, não deram explicações à administração do mercado sobre as razões do encerramento. O administrador António Domingos informou ao Jornal de Angola que os donos dos referidos armazéns já foram convocados várias vezes, mas nunca responderam ao chamado. Em face disso, a

administração do mercado decidiu levar a cabo, em breve, a cedência dos armazéns a outros gestores.

Domingos António esclareceu que os armazéns foram construídos pelos próprios comerciantes, em terrenos cedidos pelo Estado.

"Logo, os mesmos não podem ser abandonados sem terem cumprido os objetivos para os quais foram criados", salientou. O administrador referiu ainda que existe um problema antigo entre a gestão do mercado e os proprietários dos armazéns, que tem a ver com o facto de estes últimos nunca terem pagado a taxa de ocupação do espaço, sob alegação de que já pagavam impostos ao Estado.

Crianças estivadoras Não havendo ainda um posto policial, a segurança no mercado, informou António Domingos, é garantida pelos fiscais, auxiliados por um grupo de cidadãos voluntários.

Facto de realce, no mercado do Quilómetro 30 não há registo de roubos com recurso a armas de fogo. "Os únicos casos [de roubo] verificados foram protagonizados por meninos roboteiros", disse o administrador.

O responsável deu, igualmente, a conhecer que os estivadores menores de 18 anos de idade vão ser impedidos de continuar essas actividades. Para isso, a administração do mercado vai contar com a ajuda da Polícia Nacional. "Vamos arranjar carros para eles regressarem" às suas zonas de origem, garantiu António Domingos.

Além de pretenderem acabar com o fenómeno das "crianças trabalhadoras", as autoridades estão preocupadas com as mortes que se registam no seio desse grupo de crianças. "Transportam cargas pesadas, não comem e bebem muito", lamentou o administrador do mercado do Quilómetro 30.

3.3 Indústria do pronto-a-vestir ameaça arte milenar

Novo Jornal

14 De Outubro de 2016

Texto: António Paulo e Eduardo Gito

Os alfaiates sentem-se desolados e temem também a extinção de uma arte milenar, ameaçada pela indústria do pronto-a-vestir. Os que ainda restam querem reconquistar a fama de outrora.

A procura de roupa por medida deixou de fazer parte da vivência de muitos cidadãos, que optaram por adquirir as suas peças em lojas de pronto-a-vestir, suportadas pela produção em série da indústria têxtil.

Os alfaiates já foram o orgulho da sociedade. A fina flor contava com eles para brilhar nos salões; os trabalhadores confiavam na sua competência para se destacarem no seu dia-a-dia. Hoje, são tidos como simples remendadores de trapos, uma caracterização que, na visão dos costureiros que persistem, tem inibido o interesse dos jovens pela aprendizagem do ofício.

Miguel Morais José, de 48 anos, é alfaiate há mais de 23 anos. O profissional, que desenrasca a vida a coser roupa nas proximidades do mercado dos congolezes, reconhece que a arte está a desaparecer. "Esta é uma profissão que ninguém mais esta a gostar, porque as pessoas, principalmente os jovens, querem empregos que garantem dinheiro rápido", observou o costureiro, recordando que a sua arte vai além da simples reparação de peças de roupa.

"O trabalho do alfaiate é muito mais vasto. O alfaiate é um profissional especializado na criação de roupas masculinas e femininas. Cosemos trajes africanos, 'fatos, camisas, calças, bubus e outros. Os modelos e as medidas são da preferência do cliente. Por isso, as pessoas não nos devem encarar como simples remenda-trapos", retorquiu o especialista na arte da costura, que deseja transmitir os seus conhecimentos aos mais jovens, "Eles rejeitam a nossa profissão porque a consideram uma "arte de velhos", lamentou.

Sempre fiel à profissão, Miguel Morais garante que o que arrecada diariamente permite o sustento da família. O profissional, que há 16 anos trabalha numa oficina improvisada a céu aberto, apela aos jovens para que aprendam a arte evitando que ela morra.

"Os mais novos devem aprender a profissão para garantir o seu sustento, no futuro, e não devem esperar somente pelas empresas", aconselha o alfaiate, solicitando "mais apoio da sociedade para a valorização do seu trabalho".

"Somos donos da arte e coser. O alfaiate faz roupa", acentuou, exibindo cartazes de modelos de trajes africanos que diz saber fazer.

"Também faço estas roupas. O meu trabalho não é somente remendar. Os que reconhecem o que fazemos ainda nos procuram", finalizou o costureiro, natural do Zaire, que quer derrotar a desconfiança dos que não sabem que têm nele uma boa alternativa para andarem bem vestidos e de forma original.

Samuel Maiembe, de 51 anos, é outro profissional de alfaiataria, que recorda com nostalgia os tempos áureos de uma profissão que aprendeu no Congo Brazzaville e que já teve mais procura.

"As pessoas procuravam-nos para fazer fatos e outras vestes, mas agora só querem alguns ajustes na roupa", lamenta o interlocutor, para quem a importação de vestuário é o maior "dos males" e o que mais tem contribuído para o desaparecimento de muitos artesãos.

"Hoje, o quimono também já vem da China. As batas, que antes fazíamos, também vêm de fora. As pessoas que nos procuravam para mandar fazer estas coisas agora vão às lojas. Tudo em Angola vem de fora. Muitos dos nossos colegas também estão a abandonar esta profissão porque já não sabem o que fazer. Nós, que ficámos, estamos somente a remediar", deplora o alfaiate das terras do bago vermelho, o Uíge.

"Levar a arte às escolas"

Em Luanda, alguns centros de formação profissional e instituições religiosas têm, em parceria com governo angolano, têm ministrado cursos de corte e costura, uma especialidade da alfaiataria. Um destes centros é o de Artes e ofícios de São Domingos, no bairro Nelito Soares, afecto à igreja Católica. A formação tem a duração de quatro meses e as aulas são leccionadas durante quatro horas por dia. As aulas estão repartidas por dois turnos, manhã e tarde. As mulheres são mais interessadas do que os homens, revelaram as formadoras.

O cidadão Daniel Agostinho defende maior incentivo para o ensino das artes a fim de despertar o interesse dos jovens.

3.4 Marceneiros também inovam a arte

O Novo Jornal

14 De Outubro de 2016

Texto: António Paulo e Eduardo Gito

A falta de um interposto de abastecimento de material e de instalações própria demonstra o risco iminente para o desaparecimento da profissão, que é sufocada pelas obras provenientes da indústria estrangeira, muitas vezes de pior qualidade e menor robustez.

Apesar da situação, os marceneiros angolanos demonstram a vontade de viver e dar um outro ar ao ofício. Inspirados em obras provenientes da China, Portugal, Itália, Brasil e Dubai, os técnicos angolanos exibem as suas performances, concorrendo com artigos provenientes do estrangeiro.

Miguel Francisco, de 43 anos de idade, natural da província do Uíge, trabalha numa oficina improvisada, a céu aberto, localizada no bairro da Madeira, imediações do supermercado Jumbo, em Luanda. O marceneiro revela ao Novo Jornal que aprendeu a carpintaria na sua terra natal, mas é na capital do país onde acredita estar a aperfeiçoar as técnicas de trabalho.

Para Miguel Francisco, a crise também tem atrapalhado o negócio e, conseqüentemente, está a contribuir para o desaparecimento da profissão. "No passado, muitas pessoas compravam mobílias quase todos os finais do mês, hoje 4 já não acontecem. As mobílias demoram muito mais tempo aqui na nossa exposição, porque a crise está a apertar a todos. A nossa mobília é mais durável do que a importada. Trabalhamos com a madeira que vem de Cabinda, Zaire e Uíge. As mobílias feitas pelos chineses, toda a gente sabe que é palha", denegriu.

Os profissionais também reclamam por estarem a viver um "cerco apertado" por parte de efectivos da fiscalização e de agentes da Polícia Nacional, que, de acordo com as fontes, reiteradas vezes, apreendem os bens que produzem e são vendidos na rua. "Eles levam os nossos bens de grande valor. Mas não é o cerco da fiscalização que nos irá impedir de continuar o nosso trabalho. O pouco que ganhamos aqui serve para dar de comer às nossas famílias e formar os nossos filhos", afirmou Lukoki Samuel, de 40 anos de idade, 15 dos quais a trabalhar na zona do Jumbo.

Já Mbundo Eduardo, de 35 anos de idade, também da província do Uíge, mostrou-se preocupado com a subida do preço da matéria-prima, o que para o marceneiro complica mais a obtenção de rendimentos, " Os clientes procuram os nossos produtos, mas a subida do preço da matéria-prima tem-nos complicado a vida. Uma madeira que, no passado, comprávamos a 3000, hoje o preço chega a triplicar. Dependemos das importações e, com a crise, fica tudo mais difícil", desabafou.

Quase sem herdeiros

Apesar da modernidade que os profissionais tentam dar ao ofício, a profissão parece ter também poucos herdeiros. Os marceneiros apontam a apetência pelo dinheiro imediato, como estando na base do desinteresse da aprendizagem. "Os aprendizes vêm e vão. Muitos querem dinheiro rápido e quando descobrem que, aqui, a realidade é diferente fogem", explicou o mestre Eduardo José da Marcenaria JL, localizada no bairro Popular.

Associação em vista

O mestre Kakifuki António pensa já na criação de uma associação para defender os problemas da classe. O mais velho, de 60 anos de idade, 25 dos quais dedicados à profissão, lamenta o abandono a que está votado e apela ao Estado no sentido de apoiar e incentivar o crescimento da indústria nacional. "Tudo o que fazemos aqui é manual. Não temos máquinas, mas produzimos coisas bonitas e duráveis. O governo deveria olhar para os profissionais. Tudo o que vem de fora pode ser feito aqui dentro", afirma o mestre, que encara o mercado informal como a sua tábua de salvação.

"As madeiras que usamos vêm de Cabinda e compramos no Kikolo. Não temos lojas de apoio, onde possamos buscar as ferramentas e os acessórios, bem como o contraplacado para a produção de mobílias. Se tivéssemos toda a maquinaria, o nosso trabalho estaria mais facilitado e aumentaríamos a produção nacional, reduzindo as importações.

Para o profissional, a criação de uma associação poderá ajudar os profissionais a organizarem-se, evitando, assim, os aludidos abusos cometidos por fiscais e agentes da Polícia Nacional. "Se estivéssemos organizados, o Estado poderia facilitar-nos a vida, com a cedência de créditos e, por outro lado, evitaríamos as chatices dos fiscais", finalizou.

3.5 Mixa engorda dirigentes em Cacuaco

Jornal Liberdade

14 De Outubro de 2016

Texto: Kalunga dos Santos

Segundo os cidadãos Miranda Mussungu, tem como alvos, os moradores que lavam as viaturas nos parques de estacionamento dos edifícios da Centralidade, disseram acrescentando que quando a fiscalização actua, ao levar o meio à administração local, aí surge o infractor "Miranda André" a chantagear os proprietários para depois pedirem quarenta ou cinquenta mil Kwanzas porque a multa é de oitenta.

Os populares que mostravam indignados com a situação, asseguraram ao Jornal Liberdade, que a situação está a preocupa-los porque não há estações de serviço para a lavagem de carros nos arredores da Centralidade.

"Não temos onde ocorrer para lavarmos os carros a preços baixos e rápido, é por essa razão que o fizemos nos parques de estacionamento dos edifícios onde cada um mora", disseram.

Por outro lado, Paulo Luyeye, disse que há uma rede montada a partir da administração do Sequele que na qual os fiscais saem à rua para prenderem carros e depois repartem os valores que poderiam servir para custear as despesas públicas que o país tem estado a criar em todo território nacional.

"Meu irmão, os fiscais da Centralidade do Sequele são 'vigaristas': porque quando prendem uma viatura os mesmos é que te mostram a quem contactar para extorquirem as suas vítimas, aí começa o "baile" entre o senhor

"Miranda" da fiscalização e o proprietário da viatura", revelou Paulo Luyeye. Por seu turno, um dos Pastores que foi vítima nesta terça - feira, 11 de Outubro e que pediu o anonimato, disse ao Jornal Liberdade que os fiscais encontraram "a lavar o meu carro no parque de estacionamento e levaram até ao parque onde têm metido os meios apreendido e depois passaram-me uma multa de oitenta mil Kwanzas. E para inverter o quadro o senhor "Miranda" que se identificou como Director adjunto da fiscalização do Sequele, cobrou-me quarenta mil Kwanzas para resgatar a viatura, e a minha filha entregou o valor ao indivíduo e temos tudo gravado como prova. Os fiscais agem sempre assim, como o senhor jornalista está a ver, há muita gente que está a reclamar, porque somos sempre alvos destes corruptos que mancham o bom nome do estado, disse acrescentando que o elemento está bem identificado caso haja dúvidas vamos trazer a tona as imagens dele e a conversa que tivemos ao longo das negociações até a entrega da viatura", frisou.

Os populares disseram ainda que até a administradora da Centralidade Njila de Carvalho, é arrogante e usa o poder para ameaçar as pessoas que pensam diferente dela, o caso mais recente é a detenção dos jornalistas do Jornal o País que mandou prender por participar em de uma reunião que na qual os profissionais foram convidados pelas vendedeiras da Feira do Sequele, revelaram.

Nesta terça-feira a mesma procedeu-se mais uma vez indecorosamente aos coordenadores da Centralidade quando em conversa sobre uma reunião que teria lugar na administração local.

O Jornal Liberdade, contactou o acusado, que defendeu-se nos seguintes termos "isso não condiz com a verdade excepto alguns amigos e familiares que nós temos tolerado":

Para a redução dos valores da multa, compete a administradora da Centralidade do Sequele, Njila de Carvalho, a autorizar e o mesmo é pago no Banco e não em "cash", disse Miranda Mussungu.

Este semanário contactou a administradora da Centralidade do Sequele, Njila de Carvalho, mas sem sucesso.

3.6 Modernizar para sobreviver

Novo Jornal

14 De Outubro de 2016

Na sapataria Kangweza, a arte parece cada vez mais viva. Jovens angolanos, na sua maioria oriundos de Benguela, associam o artesanato à sapataria, dando mais requinte à profissão. "O valor da sapataria está na modernidade", afirma Ângelo Waldemar, o responsável da oficina, localizada na parte baixa da cidade de Luanda, próximo da Embaixada de Portugal em Angola.

Ângelo é sapateiro e artesão há 23 anos. O mestre, de 41 anos, reconhece que a "arte está a desaparecer". A falta de um espaço próprio e as dificuldades na aquisição da matéria-prima são, na sua visão, alguns dos obstáculos que têm contribuído para a extinção dos sapateiros em Angola.

"Esta profissão é boa, mas, para te manteres, é preciso estares sempre no mesmo local. Se estiveres na cidade, como nós, melhor, porque há mais respeito. Trabalhamos aqui no centro da cidade há 16 anos e conseguimos manter a nossa arte. O importante é estar num bom local", sublinha o jovem, que se considera doutor na sua profissão.

"Todo o mundo quer ser doutor. Eu, como profissional de costura de sapatos, também me considero um doutor na minha área. Eu sou profissional e, pelos anos de trabalho que tenho, sou reconhecido e as pessoas valorizam-me como doutor. Todos precisam de um sapateiro", acentua o interlocutor, que lamenta igualmente o desinteresse dos jovens em aprender a profissão. A sapataria Kangweza existe desde o tempo colonial, mas há 19 anos que foi reactivada pelo jovem Ângelo, que, com os seus companheiros, vai dando maior impulso ao ofício. No local, produzem-se sandálias, sapatos, pastas e outros artefactos de cabedal, tal como constatou a nossa reportagem.

O reconhecimento do seu trabalho tem valido a 'Ângelo convites para a exibição das suas peças em vários palcos da moda nacional. "Já participámos em concursos de moda, nos quais calçámos modelos com as nossas criações. Temos feito exposições na Filda e em tantos outros sítios. A nossa oficina já esteve em vários lados", afirma o artesão, que tem a missão de manter firme a oficina herdada do seu tio Kangweza, agora reformado.

Maus tempos

Os profissionais da sapataria Kangweza são teimosos na profissão, tal como afirma Ângelo Waldemar, que, apesar da insistência, reconhece estar a viver momentos mais "apertados" devido à crise económica que o país enfrenta.

"Usamos materiais nacionais, mas o que vem de fora é que nos tem dificultado muito a vida. Neste momento, temos um défice de capas e solas para produzirmos sapatos, sandálias e pastas, explicou Ângelo, que se regozija do empenho dos seus colaboradores.

"A maior parte das pessoas que aqui trabalha está comigo há muitos anos. Temos dado muita força aos jovens para aprenderem a profissão. Gostaríamos de empregar mais gente, mas não podemos admitir mais, porque estamos a passar por uma má fase", lamentou.

Já o mestre Luís João, de 34 anos de idade, metade dos quais ao serviço da sapataria Kangweza, testemunha que a arte evoluiu muito naquela oficina. "Hoje, sinto-me um mestre. Estamos a acompanhar a evolução do mercado".

3.7 Profissões em risco de extinção

O Novo Jornal

14 De Outubro de 2016

Texto: António Paulo e Eduardo Gito

O mundo do trabalho está em constante mutação. Na roda das inovações e tecnologia, muitas profissões perderam espaço e outras tantas surgiram com novas funções criadas pela revolução tecnológica e digital. A tecnologia não é, contudo, a única culpada. Factores culturais e a dinâmica social também são responsáveis pelas transformações, apontam sociólogos e estudos ligados a esta temática.

Mestre Bango, sapateiro há 37 anos, recorda que, no passado, era procurado por muito boa gente que queria encomendar sapatos feitos à medida do próprio pé. Hoje, o trabalho já só passa pelos remendos. Mas a desvalorização da profissão não amedronta mestre Bango, que não tem receio em afirmar que o sapateiro é um artista que merece ser olhado de forma mais digna.

Na sua oficina de pouco menos de três metros de comprimento e um e meio de largura, no bairro Catambor, estão expostas algumas sandálias saídas das suas mãos. Sapateiro desde 1978, mestre Bango mantém-se fiel à profissão que abraçou quando era jovem. "Sou feliz por ter aprendido esta arte. Nunca abandonei a profissão, tenho casa e sustento a minha

família", diz com orgulho, no alto dos seus 61 anos de idade.

Natural do Kwanza-Norte, município da Banga, foi daí que lhe veio a determinação, mas também a alcunha, como diz mestre Bango, que "banga" com a arte de fazer e arranjar sapatos.

Por vezes, o rosto do sapateiro fica ensombrado, com a tristeza e a saudade da época em que viveu os tempos áureos da profissão. "A minha primeira sapataria chamava-se 11 de Novembro. Fazíamos sapatos, sandálias e outras coisas mais. Hoje, o meu trabalho é somente alargar e remendar sapatos", lamenta.

A falta de matéria-prima é o maior calcanhar de Aquiles do mestre, que assiste ao desaparecimento de uma arte milenar, que anseia por herdeiros. "Como é que os miúdos vão aprender a nossa profissão? Eles vêem o nosso sofrimento para conseguir material. Tudo vem do estrangeiro. Os armazéns que nos vendiam a matéria-prima agora só vendem cerveja", lamenta o Kota Bango, como é carinhosamente chamado.

"Antigamente, os armazéns vendiam cabedal, sola e outros materiais, com os quais fazíamos calçado de todos os tipos, desde botas e sapatos a luvas. Agora já não fazemos porque não temos dinheiro para mandar vir a matéria-prima do exterior e do país", explica o mais velho, à medida que vai mostrando ao repórter algumas peças de calçado desenhadas por si.

Para o mestre Bango, o desinteresse dos mais jovens na profissão está igualmente associado à ignorância e ao imediatismo da juventude na procura de estabilidade financeira, "sem nenhum esforço".

"As' pessoas olham para o sapateiro como um ninguém. Acham que esta profissão não é para jovens. Os jovens acham que a nossa actividade não tem rendimento e procuram algo que lhes dê dinheiro de forma mais rápida. Hoje vemos muitos deles na zunga, a lavar carros, a engraxar sapatos e ainda a roubar", lamenta.

Na parte frontal da pequena sapataria do mestre Bango, em regime de arrendamento, estão patentes duas simples palavras: "Alarga-se sapatos". Dizeres que evidenciam o sentimento de quem ainda tem amor à arte ou, então, já não consegue alternativa para alimentar a família.

3.8 Venda de medicamentos nas ruas

Novo Jornal

21 De Outubro de 2016

Como cogumelos, o negócio de medicamentos tradicionais cresce nas ruas e avenidas da cidade de Luanda, muitas vezes de forma desordenada e sem observar as medidas de segurança.

Quase todos os dias, nas principais artérias da urbe surge um novo vendedor prometendo milagres, desde a cura de uma simples dor de cabeça, passando pela diabetes até ao HIV /SIDA.

Os vendedores perscrutam os transeuntes e usam todo o tipo de argumentos para vender os medicamentos, tradicionais. Eles prometem de tudo, desde a cura de dores de barriga, cólera até ao HIV /SIDA, além de garantirem que possuem remédios para as mulheres estéreis.

"O perigo é grande. Sabemos que a venda desses medicamentos tradicionais nas ruas da cidade é feita por pessoas que não são praticantes da medicina tradicional e para as quais qualquer raiz de uma planta é medicamento, uma vez que lhes interessa ganhar dinheiro e não o bem-estar dos outros. Apelo às pessoas para não comprarem esses remédios", apelou terapeuta Domingos Sabino.

A proliferação de venda de medicamentos tradicionais nos mercados informais tem suscitado contestação quanto ao seu controlo, sobretudo das combinações nocivas e proibidas na medicina tradicional.

3.9 Material escolar vendido na rua é roubado

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2016

Texto: Justino Victorino

Em declarações à imprensa, no Huambo, onde avaliou o grau de execução das obras em curso na província, Mpinda Simão esclareceu que o material comercializado no mercado informal foi furtado nos armazéns do ministério e é constituído fundamentalmente por manuais de Ciências da Natureza da 5ª e 6ª classes e outros equipamentos que se destinavam às bibliotecas escolares.

"O material didáctico retirado do circuito legal encontrava-se em armazéns e presume-se que a acção contou com a conivência de funcionários do Ministério da Educação", esclareceu.

Mpinda Simão garantiu que algum deste material está a ser recuperado pela Polícia Económica para ser devolvido ao Ministério da Educação.

"Foi um acontecimento infeliz, mas contamos com a colaboração da população e da Polícia Nacional na recuperação deste material", disse o ministro.

Novas infra-estruturas

Durante a sua permanência no Huambo, o ministro da Educação visitou as obras das escolas Rei Livongue, com 38 salas, de Formação Técnica de Saúde e do Magistério Primário, com 24 salas cada.

O ministro exigiu rigor e celeridade na execução das obras e o cumprimento dos termos contratuais. Mpinda Simão anunciou para o próximo ano lectivo a entrega de mais 68 salas para receber mais de quatro mil alunos do I e II ciclos.

O ministro da Educação disse que a execução das obras da Escola de Formação de Técnicos de Saúde está a 65 por cento e as do Magistério Primário a 58 por cento.

Lembrou que as obras deviam ser concluídas no primeiro semestre deste ano.

"Os empreiteiros têm todo o material no país, mas disseram-nos que apenas podem estar concluídas dentro de seis ou oito meses", realçou. Enquanto os estabelecimentos não entram em funcionamento, os alunos vão continuar a ocupar as instalações anteriores. O ministro manifestou-se satisfeito com o crescimento da rede escolar do ensino primário a nível da província, o que permite, disse, uma elevada inserção de crianças no sistema normal de ensino, cujo aproveitamento está acima dos 60 por cento.

Neste âmbito, o ministro da Educação recomendou à Direcção Provincial da Educação que preste atenção especial ao ensino secundário em todos os municípios.

3.10 Vendedoras agastadas com a falta de saneamento básico do mercado

Jornal Liberdade

28 De Outubro de 2016

O mercado do Sucupira localizado no bairro do Grafanil, município do Cazenga continua com fraca

concorrência. A má localização do mercado que se situa ao meio do bairro, o aglomerado de lixo e os constantes assaltos que segundo os habitantes, são praticados por meliantes dos grupos vulgos "só tira e kamabatela", cujos líderes Mana Rosa e Da Saia têm forçado vendedores a preferirem vender em lugares pouco confortável para comercializar seus produtos.

"Este mercado não está bom. Apenas vinte pessoas estão neste momento a comercializar frescos, outras fugiram para diferentes locais uma vez que as chapas aqui do mercado voaram, e então não é possível vender assim. Não podemos reclamar uma vez que as nossas reivindicações não são ouvidas pela administração, mesmo pagando as fichas todos os dias, mas não resolvem nada!": desabafou Maria Gaspar, uma das vendedoras.

A nossa interlocutora pediu aos responsáveis do mercado que "trouxessem todas aquelas que vendem nas ruas para que os poucos que ficaram não abandonem aquele espaço!": A nossa equipa de reportagem contactou o identificado apenas por Araújo, administrador do mercado, mas aquela gestora pública negou qualquer pronunciamento sobre o assunto alegando que só poderia falar aos órgãos de comunicação social privados por ordens superiores.

De acordo com uma fonte até, o mercado tem oficialmente 500 vendedoras tendo reduzido por 100. "Arranjar um lugar aqui não deve ser apontado como um problema, porque estão a vender na linha férrea, na ponte do bar ou na entrada da Gamek são pessoas que já venderam aqui!": disse Margarida Francisco, peixeira do mercado desde a sua fundação. Esta aponta razões que tem provocado a disseminação das vendedoras e de muitos compradores que por ali faziam compras.

Para José Francisco, comerciante de material de construção alega que as dificuldades têm sido várias desde que começou a vender naquele mercado. "Notamos desde o princípio que este mercado foi construído ao meio do bairro em que o acesso para os compradores seria por meio de becos correndo o risco de vida devido à delinquência, já constatávamos que seria muito complicado em termos de vendas.

O JL procurou ouvir diversas ocasiões o administrador do mercado, para colocando-lhe a questão dos vendedores que povoam a estrada da Gamek, mas este denegou com veemência qualquer informação.

3.11 Vendedores do Lubango com mais espaços

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2016

Texto: *Arão Martins*

Margarida Acácio falava no final de um encontro que juntou o vice-governador provincial da Huíla para o sector Económico, Sérgio da Cunha Velho, administradores comunais do Lubango e vendedores ambulantes.

A administradora municipal adjunta explicou que o Programa de Reabilitação do Mercado da Laje e Municipal do Lubango e ainda a do Mutundo e Rio Nangombe melhorou consideravelmente as condições dos vendedores e dos clientes, mas disse que não entende o porque que muitos continuam a vender nas ruas quando até existem 8.883 bancadas disponíveis.

Os trabalhos de reabilitação e construção dos mercados do Lubango foram financiados por fundos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural de Combate à Fome e à Pobreza.

Além destes mercados, acrescentou, foi construído o mercado do Quilómetro 40, na comuna do Hoque, com uma área de 10.123 metros quadrados, com capacidade para dois mil vendedores.

O novo mercado da comuna da Huíla, construído no mesmo âmbito, dispõe de 600 bancadas, enquanto a praça do rio Nangombe, construída numa área de 61 hectares, tem capacidade para mais de três mil vendedores. A administradora municipal adjunta do Lubango, Margarida Acácio, disse que para a segurança dos vendedores e clientes, foram criados postos de Polícia, câmaras de frio, balneários, armazéns, áreas para os bancos, zona de circulação, matadouros e parque de estacionamento.

Apesar das condições que os mercados apresentam, Margarida Acácio manifestou preocupação com o elevado número de vendedores ambulantes que insistem em ir ao e 11centro dos clientes em áreas de maior aglomeração de pessoas.

Nesta perspectiva, Margarida Acácio disse que o encontro serviu para encontrar soluções que visam controlar a venda ambulante e organizar os mercados existentes.

A administradora municipal adjunta lembrou que é recorrente observar vendedores ambulantes nas artérias da cidade a comercializarem peixe, galinha,

tomate, cebola, couve, repolho, roupa e sapatos, causando prejuízos aos cofres do Estado. "Na venda organizada, os comerciantes pagam taxas que variam em função do negócio, mas quem deambula pela cidade foge a pagar ao Estado, logo pode calcular-se o prejuízo que criam. Por isso pretendemos acabar com esta prática", elucidou Margarida Acácio, que explicou que o comércio organizado gera ganhos aos cofres do Estado, referindo que é com este valor que o Governo melhora as condições de vida das populações, construindo mais mercados, escolas, hospitais e espaços de lazer.

Durante o encontro foram encontrados mecanismos que visam minimizar a venda informal e Margarida Acácio solicitou a participação da Polícia, fiscais da Administração Municipal do Lubango e sociedade civil no combate ao comércio ilegal.

A administradora adjunta do município do Lubango prometeu continuar a dialogar com as vendedoras ambulantes da região.

3.12 A aposta na venda porta-a-porta

Revista Economia e Finanças

Outubro de 2016

Texto: *Quingila Hebo*

Na estrada de Viana, Benfica, Via Expressa, na rua dos Comandos, na Avenida Comandante Van-dúnem Loy, conhecida como estrada do Golf 2, e na estrada de Camama é cada vez mais comum ver carrinhas paradas, como forma de estar mais próximo do cliente, a comercializarem produtos agrícolas.

A maioria do produto comercializado é adquirido nos mercados de Catinton e do Km 30, tidos como os centros logísticos da produção agrícola que chega a Luanda.

Também há quem viaje com a sua carrinha para comprar directamente aos camponeses para depois vender em Luanda. É o caso de José Tomás que, na companhia do seu patrão, viaja para Huambo para comprar batata-rena, para Benguela para adquirir tomate e ananás, e para Malange para comprar batata-doce. A laranja e a maçã são oriundas da Huíla e a banana é adquirida em Benguela, no Kwanza Sul e no Uíge, sendo que cada província fornece outros produtos agrícolas diversos.

De acordo com José

Tomás, os fornecedores são camponeses ávidos de escoar a sua produção para o maior centro de consumo. "Até certo ponto, facilitamos a vida dos

camponeses porque estes produtos, às vezes, acabam por se estragar nas lavras.

O ananás e o tomate, por exemplo, depois de colhidos, não podem ficar muito tempo no campo, senão acabam por se estragar", diz o vendedor. O entrevistado diz que só recorrem aos mercados do Km 30, em Viana, quando há ruptura de stock e não há condições técnicas para viajar até ao interior para comprar directamente aos produtores. "Quando compramos no mercado do Km 30, ou no do Catinton, o preço é mais alto e a única vantagem para o cliente é facto de estarmos mais próximos de casa", explica. De facto, numa ronda que a E&M fez pelos mais variados pontos da cidade, constatou que o preço varia de vendedor para vendedor e quanto mais perto do casco urbano mais altos são os preços.

É mais barato no supermercado

A diferença de preços é abismal. Alguns vendedores praticam preços especulativos. Por exemplo, cinco quilos de batata rena custam 2000 kwanzas, quando, no supermercado, com melhores condições de higiene, custam apenas 1225 kwanzas. O mesmo acontece com a diferença de preço do tomate, que é de quase 69%, das frutas 49% e das hortaliças quase 27%, sendo a menor disparidade de preço. Ou seja, apesar destes comerciantes estarem mais perto dos consumidores, os supermercados ainda revelam ser os melhores sítios para comprar produtos agrícolas, tanto pelo factor preço, que é o factor de terminante na hora de fazer compras, como pelo factor higiene e segurança.

Entretanto, no que toca ao preço, os mercados informais Como o do Km 30 e Catinton oferecem margens mais baixas, atingindo os 70% quando comparados com os valores praticados pelos supermercados.

José António, outro vendedor ambulante, explica que os supermercados conseguem oferecer taxas mais baixas porque muitos deles estão a optar pelas próprias fazendas. Ou seja, os supermercados estão cada vez mais a apostar na cadeia completa, desde a produção até à distribuição.

Ganham os produtores

Numa altura em que se fala na necessidade de diversificar a economia, o engenheiro agrónomo Fernando Pacheco, num artigo publicado na edição 140 da E&M, defende que qualquer forma de escoamento de produto do campo é bem-vinda, porque incentiva os agricultores. Fernando Pacheco lembra que os níveis de produção agrícola dos primórdios eram possíveis pela conjugação de dois factores: o primeiro era a rede densa dos chamados

"comerciantes do mato" (que se assemelham aos actuais vendedores nas carrinhas), que se sujeitavam a um comércio pouco evoluído e sem grandes margens de lucro, mas importantes para os pequenos agricultores em termos de crédito e outros apoios. Para Fernando Pacheco, tratava-se de uma rede que, apesar de agravar a concorrência desleal, criava nos agricultores expectativas suficientes para se sentirem estimulados a aumentar a produção. Segundo Fernando Pacheco, naquele tempo, na província de Malanje, por exemplo, estimava-se que mais de 50% da produção camponesa tinha como destino o mercado.

O segundo factor, de acordo com o articulista, era a rede de assistência técnica, que também não era famosa mas fazia chegar alguns conhecimentos, equipamentos e inputs como sementes de alguma qualidade, fertilizantes, tracção animal e tractores, pelo menos a algumas regiões e culturas.

O desaparecimento dessas redes, por razões conhecidas, provocou uma retracção enorme das áreas cultivadas pelos pequenos agricultores. "O Governo tentou várias soluções ao longo dos anos, mas foram todas infrutíferas por incidirem em abordagens erradas, pois, ao contrário do que aconteceu nas cidades, onde a actividade comercial de retalho está hoje praticamente resolvida, insistiu-se na adopção de sucessivos 'programas dirigidos' e centralizados, em que o papel fundamental estava reservado às entidades públicas", sublinha Fernando Pacheco.

Para o engenheiro agrónomo, se o Executivo procurasse conhecer como actuam os diferentes operadores informais do comércio nas áreas rurais (desde os produtores e compradores aos transportadores e suas redes e rotas), se ajudasse no seu crescimento com capacitação e recursos e estimulasse a sua fixação nos municípios (onde está criado um interessante nível de confiança), seria possível encontrar um caminho mais frutuoso. "O exemplo de funcionamento de mercados como o do Kikolo, em Luanda, e inúmeros nas áreas rurais do Uíge, do Kwanza Sul ou do Bié, é bem revelador de como pequenos serviços podem ser dispensados aos agricultores de modo a permitir que estes possam aumentar os seus níveis de produção. Ignorar a realidade é decididamente uma má aposta da parte de quem governa", conclui o especialista.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Rochas ornamentais já fazem a diferença nas receitas do OGE

Jornal de Angola
03 De Outubro de 2016
Texto: Kumuênho Da Rosa

Melhor resposta não podia haver ao desafio da diversificação económica que as performances do sector mineiro nos últimos anos, em particular no subsector das rochas ornamentais. O Ministério da Geologia e Minas prevê que até Dezembro as exportações atinjam 35 mil metros cúbicos e com a entrada de novos operadores no quadro dos programas dirigidos ultrapassem os 38 mil em 2017, com receitas brutas de exportação a rondarem os oito milhões de dólares.

Segundo o titular da pasta, os números são de longe superiores aos de 2014 e 2015, altura em que a economia angolana mais se ressentiu da queda acentuada da cotação do petróleo bruto no mercado internacional. O aumento da produção e das exportações angolanas de rochas ornamentais, como granito e mármore, é o resultado de um conjunto de medidas que começaram a ser adoptadas mesmo antes da fase mais crítica.

A aprovação do Código Mineiro em 2011 foi um primeiro passo para a reestruturação do sector mineiro. Desde então foram registados alguns progressos, mas foi no período mais crítico, de maior escassez de recursos provenientes do petróleo, que o processo terá evoluído de forma mais substancial.

Analistas convergem na ideia segundo a qual o petróleo, a dada altura transformado em motor do crescimento da economia angolana, terá tido um efeito negativo na efectivação de projectos que visavam precisamente diversificar a produção interna e promover uma distribuição mais equilibrada das fontes de receitas do Estado.

"O boom no preço do petróleo foi ouro sobre azul para um país como Angola que tinha acabado de sair de uma guerra que deixou a economia de rastos, mas temos que reconhecer que isso teve um efeito viciante", considera o professor de Economia Pedro Peterson, para quem o avanço da indústria petrolífera

acabou por fazer com que "outros sectores avançassem numa velocidade inferior ou simplesmente não avançassem".

Em finais mais de 2014 e início de 2015 Executivo decidiu avançar com um conjunto de medidas para debelar os efeitos da crise e ao mesmo tempo impulsionar o aumento da produção, para responder às necessidades internas de consumo, e das exportações, para obtenção de divisas.

Uma dessas medidas foi precisamente identificar sectores que pudessem responder a curto e médio prazo à necessidade de se acabar com a "petrodependência".

Rochas ornamentais

Antes mesmo que a crise do preço do petróleo começasse a dar os primeiros sinais, com empresas a terem que fechar portas ou a despedir pessoal, já o subsector das rochas ornamentais era visto como incontornável para o equilíbrio da economia em termos de variedade de fontes de receitas orçamentais.

A crise financeira foi na verdade estopim para que algumas medidas que até já estavam programadas passassem à execução. Desde logo o processo de reavaliação das chamadas licenças ociosas, que há muito foram identificadas como um problema real do sector mineiro.

Muitas licenças que foram emitidas ao longo dos anos, maioritariamente voltadas para as rochas ornamentais e para os diamantes, não estão a ser usadas pelos seus titulares, pelo que se impunha uma medida para resolver esse problema.

Surge assim o Decreto das Licenças Ociosas para definir regras de como retirar essas licenças das pessoas que não estão a usá-las e poder distribuí-las a outras que de facto tenham condições para o fazer.

Segundo o ministro Francisco Queiroz, esta é apenas uma vertente da abordagem que podemos fazer à volta do objectivo desse diploma legal. O Decreto das Licenças Ociosas vem criar condições para prevenir eventuais conflitos na medida em que forem feitas as descobertas e o mapeamento de todo o território em função das mesmas, no âmbito do Plano Nacional de Geologia (Planageo). "Com as descobertas do Planageo, o que pode acontecer é as pessoas virem dizer que a área lhe pertence. O país está um pouco nas mãos daqueles que têm licenças, mas que não as utilizam", observa o ministro.

Diante de uma situação que considera complicada, Francisco Queiroz aponta para a uma solução

simples: "Vamos aplicar o Código Mineiro que diz que ao fim de um determinado prazo não utilizar a licença, ela caduca. E o que estamos a fazer. Estamos a caducar as licenças. Para criar condições para um ambiente adequado ao investimento nas rochas ornamentais e outros minerais, adequado a uma política de exploração racional e sustentável dos recursos minerais'?"

Mercado interno

A crise do preço do petróleo bruto afectou gravemente a indústria mineira. Muitas empresas foram obrigadas a despedir pessoal, outras tiveram mesmo que paralisar por falta de condições para mobilizar os cambiais necessários para a manutenção do equipamento que é caríssimo ou pagar a mão-de-obra expatriada.

Mas essa situação também teve o seu lado positivo. Foi aprovado um decreto que, no fundo, veio criar condições de mercado para os operadores económicos privados do subsector das rochas ornamentais.

"Os empresários queixavam-se da falta de um mercado. Extraíam e transformavam, mas depois não tinham mercado. Nas várias visitas de campo que efectuámos pudemos constatar que as queixas eram as mesmas, na Huíla, Benguela e Namibe", assinala o ministro.

O Executivo aprovou então um diploma legal que toma obrigatório que as obras que tenham recursos públicos usem rochas ornamentais de produção nacional, assim como outros minerais para a construção civil.

A medida teve grande impacto no mercado interno. "O que se estava a verificar é que muitas obras públicas, como edifícios e outras infraestruturas, recorriam ao mercado externo para comprar rochas ornamentais transformadas, na forma de ladrilhos, e outros produtos acabados para serem aplicados nessas obras. O diploma veio precisamente acabar com essa situação, dando primazia à produção nacional e proporcionando o surgimento de um mercado interno."

Programas dirigidos

As rochas ornamentais foram incluídas na estratégia do Executivo para a saída da crise. Como nos sectores da Agricultura, Pescas e Indústria, no sector mineiro foram definidos programas dirigidos para as rochas ornamentais, para o ferro e diamantes.

Nas rochas ornamentais foram seleccionados projectos que estão a funcionar de modo a

potenciarem a sua produção e aumentarem as exportações. "É claro que para tal algumas precisaram de recorrer ao Estado para aquisição de cambiais para importação de tecnologia, pagar expatriados, e outras necessidades em divisas".

Essa intervenção feita no quadro da estratégia do Executivo para a saída da crise e o fim da "petrodependência" foi uma "lufada de ar fresco" no sector das rochas ornamentais, que viu surgirem os resultados quase de imediato.

Segundo o ministro, foram seleccionadas 14 empresas para os programas dirigidos e até Dezembro entram mais nove empresas. "No final deste ano chegaremos às 23 empresas para termos maior volume de produção e de exportação. As nossas previsões apontam para que até final do ano as exportações atinjam os 35 mil metros cúbicos de rochas ornamentais, entre granito e mármore e outras, e no próximo ano vamos subir para 38 mil metros cúbicos."

Receitas orçamentais

a sector espera a curto prazo um aumento considerável na produção e uma maior capacidade de resposta à procura interna, principalmente para o sector da construção, e um forte impacto na recolha de cambiais pelo Estado e de receitas para OGE, com as exportações.

Segundo um relatório do Ministério da Geologia e Minas, em 2015, a exportação e comercialização das rochas ornamentais geraram ao Estado uma receita fiscal superior a 7,56 mil milhões e 143,6 milhões de dólares em impostos e royalties.

Nesse período, a produção global no subsector de rochas ornamentais foi de 42.658 metros cúbicos, e a sua exportação atingiu um total de 39.354,75 metros cúbicos, cujo valor de comercialização foi de 7.222.126,8 dólares ao preço médio de 183,51 dólares por metro cúbico.

As principais operadoras deste mercado são as empresas Omatapalo, com 240,20 metros cúbicos, a Galiangol (211,44 m³), Rodang (215,40 m³), Metarocha (93,05m³), DFG Africa (220 m³) e a Angostone (350m³).

4.2 Protecção social no OGE em debate

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2016

Texto: Jango Temático

O segundo "jango temático" sobre o sector da Protecção Social no Orçamento Geral do Estado tem lugar hoje, na União dos Escritores Angolanos, a partir das 9h30 e serve para aprofundar a discussão que teve início com o lançamento da análise do OGE em Julho deste ano. De acordo com a análise do OGE feita pela ADRA, os fundos atribuídos à protecção social de base são muito limitados, sendo estimados em menos de cinco por cento da atribuição sectorial. A análise do OGE evidencia também que a alocação para o sector da Protecção Social de base, que normalmente aumenta nos períodos de crise, teve um corte significativo.

4.3 Governo viola limites da dívida pública

Jornal Expansão

14 De Outubro de 2016

Texto: Carlos Rosada de Carvalho

A dívida pública angolana "furou" o tecto legal de 60% do produto interno bruto (PIB) em 2015 e deverá permanecer acima desse limite até 2021, confirmam as estimativas e previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) disponíveis na base de dados das Perspectivas Económicas do Outono 2016 que revêem em alta as estimativas e previsões da Primavera de 2016.

Pelas contas do Expansão a partir dos dados da instituição financeira internacional divulgados este mês, Angola terminou o ano passado com uma dívida pública bruta de 66,1 mil milhões USD equivalente a 64,2%, uma revisão em alta face à Primavera. Em Abril, o FMI apontava para uma dívida pública bruta de apenas 64,2 mil milhões USD equivalente a 62,3%.

Em 2016, a dívida pública angolana deverá subir para o equivalente a 77,7% do PIE descendo a partir daqui paulatinamente até atingir os 65,5% do PIE em 2021.

A Lei 1/14 de 6 de Fevereiro de 2014 do Regime Jurídico de Emissão de Dívida Pública Directa e Indirecta estabelece no artigo 3º n° 3 que "a dívida pública, interna e externa, de curto, médio e longo prazo não deve exceder 60% do PIE",

A lei 1/14 considera dívida pública Q conjunto das situações passivas que resultam para o Estado do recurso ao crédito público podendo ser directa ou indirecta. Na dívida directa, o Estado ou entidade pública é o devedor efectivo. Na dívida indirecta, o Estado ou entidade pública responde subsidiariamente pela dívida de terceiros.

A questão está em saber se a definição legal de dívida pública e a classificação do FMI são compatíveis.

Nas discussões entre o FMI e governo angolano, designadamente no âmbito do artigo IV dos estatutos da instituição que prevê consultas anuais para avaliação do desempenho económico dos países-membros, têm surgido divergências sobre o perímetro de contabilização da dívida pública.

Na análise sobre a sustentabilidade da dívida pública angolana publicada no relatório no âmbito das consultas do artigo IV de 2015 divulgado em Novembro do ano passado, o FMI explica que "as estatísticas da dívida pública incluem o governo central, entidades públicas e a dívida externa da empresa estatal do petróleo e da companhia aérea, Sonangol e TAAG".

"As autoridades (angolanas) concordaram com a análise (. . .) do corpo técnico do (FMI), mas Salientaram, todavia, a importância de distinguir entre dívida do governo central e dívida de empresas públicas, em particular, a da Sonangol, não garantida pelo Governo Central", lê-se no relatório do fundo.

O mesmo argumento foi utilizado pela directora da Unidade de Gestão da Dívida (UGD), Ângela Paquete, em declarações à imprensa na sequência da manchete da edição de 8 de Maio de 2016 do Expansão "Dívida pública furou tecto legal de 60% do PIE em 2015".

Incluir ou não as empresas públicas?

"Os limites legais do endividamento governamental não foram ultrapassados, tendo em conta a exclusão das empresas públicas destas contas", explicou a responsável.

O problema é que, como referido anteriormente, o limite de endividamento de 60% do PIB estabelecido pela Lei 1/14 refere-se ao endividamento público e não ao endividamento governamental.

Aliás, a própria UGD publica no seu site (www.ugd.min-fin.gv.ao) um gráfico em que o stock dívida pública resulta da soma do stock da dívida governamental com o stock da dívida das empresas públicas.

Mas ainda que se excluam as empresas públicas dos limites de endividamento da Lei 1/14 e se considere apenas a dívida governamental, o tecto de 60% é violado, pelo menos, em 2016.

Na referida análise da sustentabilidade da dívida pública no âmbito do artigo IV, o FMI calculou que, em 2015, a dívida da Sonangol ascendia a 14,7% do PIB. Os dados da UGD publicados no respectivo site referentes a 2014 avaliam o stock da dívida das empresas públicas em 10,3% do PIE.

Como referido anteriormente, as projecções de Outono do FMI apontam para uma dívida bruta do sector público angolano em 2016 de 77,7% do PIE.

Se subtrairmos a estes 77,7% o valor da dívida da Sonangol inscrito no relatório do fundo ou o stock da dívida das empresas públicas chegamos a valores da dívida governamental de 63% do PIE e 67,4% do PIE, respectivamente, ambos acima do tecto legal dos 60% do PIE.

O "disparo" da dívida pública angolana não surpreende. Como o próprio fundo alertou no relatório, os testes então realizados mostravam que o País continuava vulnerável a riscos como a desaceleração do crescimento real da economia, a desvalorização do kwanza e a quebra do preço do petróleo.

Os riscos acabaram por se materializar e a dívida pública angolana disparou, devendo permanecer acima do tecto legal até 2021. Cenário que só poderá ser contrariado por uma subida acentuada do preço do petróleo.

O Expansão solicitou ao ministério das Finanças um comentário sobre a ultrapassagem do limite legal da dívida pública e questionou sobre se estava prevista a alteração da lei 1/14 mas até ao fecho desta edição não recebeu resposta.

4.5 ADRA defende o aumento do fundo

Jornal de Angola
15 De Outubro de 2016
Texto: Katia Ramos

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) considera ser ainda muito reduzida a protecção social para a camada mais vulnerável do país. Essa conclusão consta de um estudo feito pela ADRA em parceria com a UNICEF.

O director da ADRA, Belarmino Jelembi, informou quinta-feira em Luanda, durante um jango temático

sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE), que actualmente o fundo para a protecção social é muito limitado, estando estimado em menos de cinco por cento da atribuição sectorial. Belarmino Jelembi defende o aumento deste fundo.

Uma das principais preocupações levantadas, é o facto de mais de metade da atribuição do sector ser classificada como estimada aos serviços de protecção social não especificados, não havendo evidências que os fundos sejam investidos em intervenções de protecção social de base.

AADRA procura, com encontros como o de ontem, enriquecer o conhecimento de diferentes actores chaves desta área e aproximá-lo do conhecimento da sociedade, de modo a partilhar ideias claras sobre o processo de orçamentação do sector de protecção social e como este influencia a mitigação do impacto da crise nas camadas mais vulneráveis da população.

O país precisa de dar maior atenção às acções sociais não contributivas (protecção social), disse. No ano passado, foi criada uma parceria entre a UNICEF e a ADRA, no âmbito do projecto de gestão das finanças públicas, para facilitar o acesso à informação sobre o OGE. A finalidade é de promover a "literacia orçamental" dos cidadãos e do pessoal em instituições públicas da sociedade civil, bem como a promoção de debates públicos. A parceria entre as duas instituições serve para estabelecer uma cooperação para a produção de documentos de análise do OGE de 2016.

4.6 Conselho de Ministros analisa Proposta do OGE de 2017

Jornal Manchete
21 De Outubro

As comissões Económica e da Economia Real do Conselho de Ministros estiveram reunidas, extraordinariamente, nesta quarta-feira, 19, no Palácio Presidencial, na Cidade Alta, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tendo durante o encontro sido analisado a Proposta do Orçamento Geral do Estado de 2017, que se fundamenta na conjuntura macroeconómica internacional e nos seus reflexos sobre os diferentes sectores da economia nacional, e que tem em linha de conta os objectivos definidos nos documentos estratégicos preconizados pelo Executivo, dentre os quais, a aceleração do processo de estabilização, dinamização e sustentação da economia nacional.

De acordo com nota chegada ao Manchete, as Comissões procederam também à apreciação do Relatório de Execução Semestral da implementação dos Programas Dirigidos nos sectores da Agricultura, das Pescas e da Indústria que têm por objectivo a produção de ovos e frangos, carne, leite, madeira, sal, peixe, óleo e farinha de peixe, arroz e outros bens alimentares, no âmbito do processo de diversificação da economia.

No final do encontro, ainda de acordo com o documento que temos vindo a citar, as Comissões apreciaram um documento concernente à divulgação das Contas Nacionais de Angola, que apresenta os resultados definitivos referentes aos períodos de 2009-2013 e preliminares de 2015, contendo informações sobre o Produto Interno Bruto (PIE) a preços correntes, de acordo com as metodologias internacionalmente vigentes.

4.7 Proposta do OGE é analisada

Jornal Economia e Finança
21 De Outubro de 2016

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2017, que se fundamenta na conjuntura macroeconómica internacional e nos seus reflexos sobre os diferentes sectores da economia nacional, foi analisada, quarta-feira, em Luanda, durante 13 a reunião extraordinária conjunta das Comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros.

Segundo o comunicado do encontro, orientado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a proposta tem em linha de conta os objectivos estratégicos do Executivo, entre os quais a aceleração do processo de estabilização, dinamização e sustentação da economia nacional.

As comissões procederam à apreciação do relatório de execução semestral dos programas dirigidos nos sectores da Agricultura, das Pescas e da Indústria, que têm por objectivo a produção de ovos e frangos, carne, leite, manteiga, sal, peixe, óleo e farinha de peixe, arroz, entre outros bens alimentares, no âmbito do processo da diversificação da economia.

As Comissões apreciaram um documento sobre a divulgação das Contas Nacionais de Angola, que apresenta os resultados definitivos referentes aos períodos de 2009-2013 e preliminares de 2015, contendo informações sobre: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, de acordo com 15 metodologias internacionalmente vigentes.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros tem como incumbência tratar da agenda macroeconómica do Executivo e assegurar a condução da gestão macroeconómica, em harmonia com os objectivos e as prioridades económicas do Programa de Governação do Presidente da República.

Já a Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros é o órgão técnico de apoio ao Titular do Poder Executivo na formulação, execução e condução da política de fomento do sector produtivo.

Assegura a gestão do fomento de produção e das empresas, de produção e das empresas, de harmonia com os objectivos e as prioridades do sector produtivo, constantes do Programa de Governação do Presidente da República.

Apreciação e votação

O OGE para 2017, ano de eleições gerais em Angola, deverá dar entrada no Parlamento, para apreciação e votação final, entre 28 e 31 de Outubro, com os vários órgãos da administração pública a terem de cabimentar as despesas e projectos em função do tecto de despesas a definir.

O orçamento voltou este ano a ser de austeridade, com cortes e contenção, mas a execução continua ameaçada pela quebra da cotação do barril de crude, que no primeiro trimestre do ano chegou aos 30 dólares por barril.

Contudo, o documento elaborado pelo Governo estimava receitas fiscais com a exportação de petróleo, em média, a 45 dólares por barril, mais cinco dólares do que ao OGE para 2015, revisto (para metade) em Março do ano passado, precisamente devido à quebra da cotação do crude no mercado internacional.

Orçado globalmente receitas e despesas de igual valor 6.429-287.906.777 de kwanzas (38,6 mil milhões de dólares), o orçamento em vigor prevê um défice de 5,5 por cento e um crescimento económico nacional, face a 2015, de 3,3 por cento.

Foi descrito pelo Governo como de manutenção da austeridade, devido à crise da cotação do petróleo, que só este ano obrigou ao corte de um terço das despesas.

O Governo prevê um crescimento de 48 por cento na riqueza criada pelo petróleo no país em 2016, para mais de 24,8 mil milhões de dólares, segundo a proposta do OGE.

Nas previsões do Governo, o produto interno bruto (PIB) de Angola - toda a riqueza produzida no país - deverá subir em 2016 mais de 23,2 por cento, face a 2015, atingindo os 14,218 mil milhões de kwanzas (85,6 mil milhões de dólares).

Deste total, o PIB relativo à componente petrolífera corresponderá, na previsão do Governo, a 3,301 mil milhões de kwanzas (19,8 mil milhões de dólares), tendo em conta dados constantes do relatório de fundamentação do OGE.

Este crescimento reflecte-se igualmente nas exportações de crude, que em 2016 deverão atingir os 689.4 milhões de barris (perto dos 1,9 milhões de barris por dia), um aumento de quase três por cento num ano.

4.8 Orçamento da coragem

Jornal de Angola

24 De Outubro de 2016

Texto: Luís Fernando

..... Apesar de tudo, a vida!

Assim nos sentimos todos os que, no turbilhão actual da crise económica que afecta Angola, continuamos a despertar cada manhã, trabalhar com energias renovadas e retornar a casa exaustos mas com o sentimento de que mais um dia se viveu e que aqui estamos para enfrentar os problemas, tenham a dimensão que tiverem.

2017 Vem aí, dir-se-á que está ao dobrar da esquina e é preciso preparar o ano desde já. Neste espírito, o Governo trabalha no Orçamento Geral do Estado para o período, do qual se teve um primeiro passo concreto na última semana, a apreciação favorável da sua estrutura e conteúdo pelo Conselho de Ministros.

Cumprida essa etapa inicial, o projecto-lei do OGE 2017 seguirá para a Assembleia Nacional, para o trabalho habitual de que ele se rodeia a cada novo ciclo - as discussões ao nível da plenária dos deputados e das comissões da especialidade - até à sua aprovação final, momento a partir do qual o país passará a contar com o seu "farol" essencial para a navegação em 2017, em matéria de finanças públicas.

Os números a reter de entrada são, como sempre, os que indicam o volume global e a sua comparação ao exercício anterior, no caso, 2016. Ei-los: montante previsto (receitas e despesa), 7.3 triliões de kwanzas; no OGE do ano prestes a findar, esse volume global

contemplava 400 mil milhões de kwanzas a menos (6.9 triliões).

Pode dizer-se, em face deste primeiro elemento de comparação, que o OGE que se propõe para 2017 é um verdadeiro "orçamento da coragem" pois, com todos os factores tempestuosos que acompanham estes tempos, apostar em números que suplantam a batalha passada é, claramente, um sinal de firmeza e determinação. Psicologicamente, é uma mensagem de profunda esperança que se transmite ao conjunto da sociedade, para que, a despeito da maré baixa dos negócios gerais da nação (quebra de preços da commodity petróleo na linha da frente), fique Claro que a missão de fazer Angola não pode parar, tem de seguir em frente, até porque, como o recordou há uma semana o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, "estamos habituados a lutar contra as adversidades e a ultrapassar obstáculos".

Devem, portanto, as forças produtivas da nação se manterem mobilizadas para o ingente esforço que é preciso desenvolver para que as conquistas colectivas sejam preservadas e o terreno que é necessário palmilhar para que a crise não nos subjugue seja, efectivamente, conquistado.

Num ano complexo, porque se juntará à batalha contra os males da crise o ambiente escaldante de uma disputa eleitoral com tudo o que isso significa, 2017 terá de ser vivido em clima de união para que o país se mantenha acima da linha de água. Focar-nos em programas realistas, gizados com sabedoria e para cuja materialização os minguados recursos sejam usados com a parcimónia que, no geral, faltou no nosso modo de construir futuro.

2017 será mais um ano para ganharmos consciência de que não existe mais aquele mundo fantástico do petróleo a 140 dólares o barril, quando se tinha tornado uma vulgaridade para iniciados os fins-de-semana rápidos em Lisboa para ver futebol em estádios abarrotados. Estamos absolutamente mergulhados no contexto de uma realidade diferente em que o único elemento com valor é a inteligência para fazermos correctamente as coisas, em toda a sua fileira: desde o clique inicial em que se elege o que deve ser feito até à fase derradeira da funcionalidade dos investimentos, sem espaço a uma segunda oportunidade. Tempos de eficiência contra os do facilitismo generalizado, em que aos bons e empreendedores se deve dar linha e anzol para que aprendam a pescar, por todos!

4.9 Executivo e Oposição mais uma vez desencontrados em relação ao OGE

Jornal Expansão

28 De Outubro de 2016

Texto: Félix Abias

O Executivo e a oposição têm opiniões contrárias em relação ao OGE 2017, nomeadamente nas questões que envolvem a afectação de verbas para os sectores sociais e os de Defesa e Segurança.

A vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Miraldina Jamba, disse ao Expansão que "é justamente devido às poucas verbas para o sector social, em detrimento da Defesa e Segurança, que a UNITA tem votado contra os sucessivos orçamentos" ao longo dos anos. "Temos tido o cuidado de analisar os orçamentos, nomeadamente para a Educação, Saúde, Pescas e Agricultura, e verificamos que a verba é muito curta", constata a deputada da UNITA, acrescentando que "tem de haver um equilíbrio no orçamento".

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, André Gaspar Mendes de Carvalho, "Miau", diz não estar preocupado com as verbas canalizadas para o sector da Defesa e Segurança, uma vez que o que o mais preocupa é a "falta de transparência" na forma como essas verbas têm sido gastas neste sector. "Estou mais preocupado com a falta de transparência deste dinheiro e a falta de prestação de contas deste sector", reforça o deputado. Nesta perspectiva, espera que, desta vez, a lei do OGE 2017 "esclareça como têm sido os mecanismos de prestação de contas desse sector e de quem o tutela". "Porque é o Parlamento que tem de tratar disto", disse.

Já o vice-presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, João Pinto, recusou-se a comentar justificando o facto de não ter tido contacto com o OGE 2017 até o momento: Entretanto, sublinha que "não nos esqueçamos que a Caixa Social das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional recebem verbas do OGE cujo impacto está à vista de todos". "Até o Hospital Militar e outros institutos são sustentados com verbas provenientes do OGE", salientando que "são instituições com impacto na sociedade".

A secretária de Estado para o Orçamento, Aia Eza Nacília Gomes Silva, justificou com a crise actual a proposta do OGE 2017, que dará entrada ao Parlamento na próxima semana, segundo fonte do Ministério das Finanças.

"É um orçamento possível e não desejável, tendo em conta a actual conjuntura económica", disse Aia - Eza Silva, revelando que "foi essa a conclusão a que chegaram os representantes dos diferentes sectores, que certamente gostariam de ver as suas verbas aumentadas", afirmou, adiantando haver rácios a cumprir, limites de endividamento a respeitar, um nível de sustentabilidade das contas fiscais e da dívida pública que precisa de ser verificada antes de fixar o nível de despesa.

Segundo fonte do Expansão, o documento ficou de ser entregue ao Parlamento hoje, 28 de Outubro, caso o presidente da instituição, Fernando da Piedade Dias dos Santos, regresso de Genebra, Suíça, onde participou na 13Sa Assembleia-Geral da União Interparlamentar (UIP).

4.10 Fatia do sector social há dois anos em queda, atingem em 2017 mínimo desde fim da guerra

Jornal Expansão

28 De Outubro de 2016

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O peso das despesas sociais na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017 desce 1,5 pontos percentuais (Pp), passando de 27,7% no OGE 2016 revisto para 26,2% no do próximo ano. Este é o nível mais baixo desde praticamente o fim da guerra, de acordo com cálculos do Expansão a partir de um documento do Ministério das Finanças.

É necessário recuar até 2003, ano em que as despesas sociais (Educação, Saúde, Protecção Social, Habitação e Serviços Comunitários, Recreação, Cultura e Religião, Protecção Ambiental) não ultrapassaram os 13,4% das despesas totais, para encontrar um esforço orçamental com as despesas sociais tão em baixo.

O peso das despesas sociais está em queda há dois anos e, por duas vezes consecutivas, fica abaixo dos 30% das despesas totais. Aquando do empréstimo de ajuda à balança de pagamentos de Angola, em 2009, o Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs como uma das condições que as despesas sociais em percentagem das despesas totais não descessem abaixo dos 30%.

Os dados divulgados pelo Executivo referem que o peso das despesas sociais no OGE 2017 é de 38,5%, mas os cálculos do Governo excluem das despesas totais as operações da dívida pública, o que permite "inflacionar" o peso do sector social no OGE. O Governo começou a utilizar esta metodologia com o

OGE 2016, mas esta prática não é comparável com a metodologia utilizada pelo FMI quando impôs um "chão" de 30% das despesas totais para as despesas sociais.

O Governo não adianta valores para as despesas por função, apenas percentagens, mas de acordo com os cálculos do Expansão, as despesas sociais em kwanzas sofrem um recuo ligeiro, de 0,6% de 1,923 biliões Kz em 2016 para 1,915 mil milhões Kz em 2017. O Expansão pediu ao ministério das Finanças os valores em Kwanzas das despesas por função mas não obteve resposta.

O peso das despesas económicas, gastos destinados a alavancar a economia como programa Angola Investe, por exemplo, também recua 1 pp para 11,3%.

Já as despesas com a Defesa e Segurança fazem o caminho inverso, avançando 0,4 pp para 13,8% do total.

Balanço

De acordo com o documento a que o Expansão teve acesso, a proposta de OGE 2017 "contempla fluxos globais de receita fiscal de 3.667,8 mil milhões Kz, e de despesas fiscais fixadas em cerca de 4.715,6 mil milhões Kz, c...) resultando num défice global de 1.047,8 mil milhões Kz, ou seja, cerca de 5,3% do PIE". Ao contrário das despesas, estes valores das receitas não conferem com os inscritos nos quadros do mesmo documento que apontam para receitas de 4.164,4 mil milhões Kz, um acréscimo de 19,5% face ao OGE revisto 2016. As receitas mais importantes são as provenientes dos impostos petrolíferos e não petrolíferos com ambos a aumentarem cerca de 10%. O aumento dos impostos petrolíferos é basicamente explicado pelo aumento do preço do petróleo que passa de 41 USD por barril em 2016 para 46 USD em 2017. O FMI prevê para o próximo ano um preço do petróleo de 50,6 USD o barril.

Considerando os valores das receitas inscritos nos quadros, o saldo orçamental em 2017 será de 551,2 mil milhões Kz, correspondentes a 2,8% do PIE e não 1.047,8 mil milhões Kz ou 5,3% do PIE.

Do lado da despesa, a evolução contrária as recomendações dos manuais de finanças públicas. As despesas correntes sofrem um aumento de 7,8% para 3,8 biliões Kz, enquanto o investimento faz o caminho inverso ao recuar 4,7% para 916,1 mil milhões Kz. O valor do investimento para 2017 é, assim, inferior ao défice orçamental, os referidos 1.047,8 mil milhões Kz. As boas práticas das finanças

públicas recomendam que o défice não deve ser superior ao investimento.

Estas regras baseiam-se no facto de o investimento público ser considerado boa despesa, devido ao efeito reprodutivo ao longo dos anos. Isto por oposição à má despesa constituída pelas despesas correntes cujo efeito praticamente resume-se ao ano em que são realizadas.

Nas despesas correntes, o maior aumento é registado pela rubrica de bens e serviços que "dispara" 20,3% para 1,02 biliões Kz. Sem surpresa, devido ao aumento do endividamento, as despesa com juros dão um pulo de 18,7% para 484,2 mil milhões Kz. A caça aos funcionários fantasma e o congelamento das admissões na justiça parecem não estar a dar os resultados desejados, já que as despesas com pessoal aumentam 7,8% para 1,6 biliões Kz.

O OGE 2017 é o quarto consecutivo a apresentar défice, isto é, despesas sem activos financeiros superiores às receitas. Os sucessivos buracos orçamentais estão a fazer disparar a dívida governamental. Contudo, o documento a que o Expansão teve acesso não faz nenhuma referência à dívida pública.

4.11 OGE 2017: Fazer melhor é (ainda) possível

Jornal Expansão

28 De Outubro de 2016

O Governo aprovou na semana passada a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017 que deverá ser entregue até ao dia 31 de Outubro na Assembleia Nacional. Esta semana tive acesso a um "power point" sobre o relatório de fundamentação do documento e confesso que não gostei do que li. Se já era má, a estrutura do OGE piora em toda a linha.

Do lado da despesa, a proposta do Governo contraria as recomendações dos manuais de finanças públicas segundo as quais o investimento deve ser privilegiado admitindo-se mesmo que "não conte" para o défice. Isto é se as despesas excederem as receitas por causa do investimento não há "maka",

Segundo os manuais, quando bem seleccionado, bem projectado, bem adjudicado, bem executado, bem fiscalizado e bem mantido, o investimento público é boa despesa, devido ao seu efeito reprodutivo ao longo dos anos. Isto por oposição à má despesa constituída pelas despesas correntes - somatório dos salários, bens e serviços, juros e transferências correntes como subsídios e prestações sociais - cujo

efeito praticamente resume-se ao ano em que são realizadas.

O OGE 2017 faz tábua rasa destas recomendações. No próximo ano, as despesas correntes sofrem um aumento de 7,8% para 3,8 biliões Kz, enquanto o investimento faz o caminho inverso ao recuar 4,7% para 916,1 mil milhões Kz. Como o défice orçamental chega quase a 1,05 biliões Kz, mais de 130 mil milhões Kz acima do investimento, isto pode significar que as despesas correntes serão excessivas. A rubrica da despesa corrente que mais aumenta é a dos bens e serviços, cujos gastos "disparam" 20,3% ultrapassando a fasquia de 1 bilião de Kz.

Além de fazer tábua rasa dos manuais de finanças públicas, o OGE 2017 reduz a fatia destinada ao sector social, que cai 1,5 pontos percentuais (pp), de 27,7% no OGE 2016 revisto para 26,2% no próximo ano. Com o País a viver uma grave crise, o corte nos gastos sociais é inexplicável. Com o país em crise, esperar-se-ia também um aumento das despesas com a função económica, isto é com programas destinados a alavancar o crescimento e a diversificação da economia. No OGE 2017, o peso destas despesas recua 1 pp para 11,3%! Pelo contrário, a fatia da defesa e segurança no OGE 2017, aumenta 0,4 pp para 13,8%.

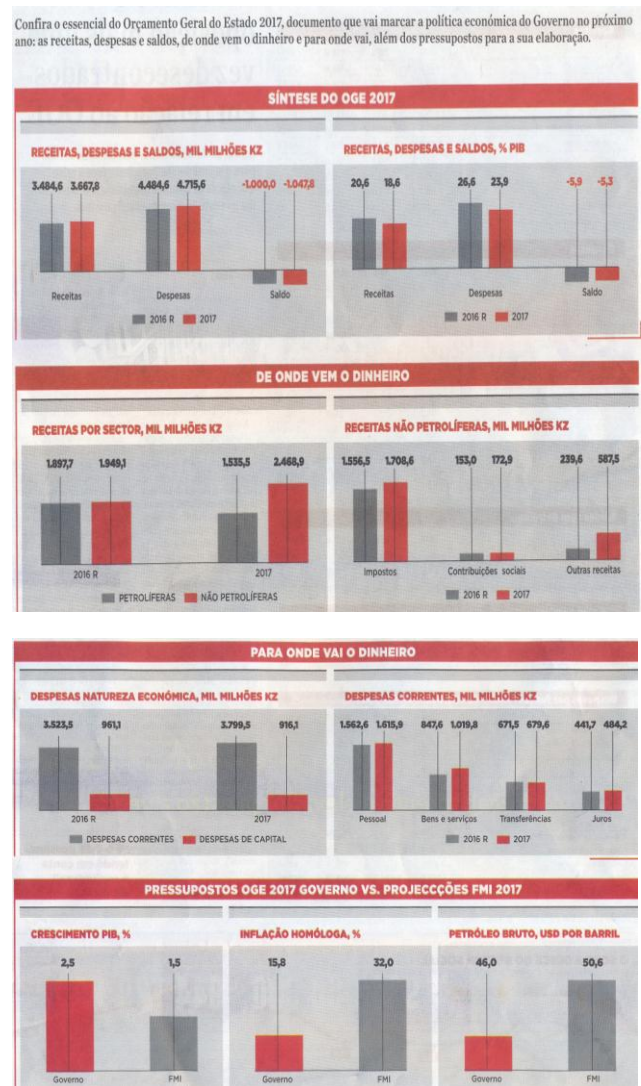
Na conferência de imprensa que se seguiu à aprovação da proposta de OGE 2017, Aia- Eza Silva, secretária de Estado para o Orçamento, classificou-o como o "possível e não o desejável, tendo em conta a actual conjuntura económica".

Respeito a opinião, mas não posso aceitar. É possível ter um OGE melhor do que o proposto agora apresentada pelo Governo. Cabe aos deputados trabalhar para que isso aconteça.

4.12 As conts dos dinheiros públicos

Jornal Expansão

28 De Outubro de 2016



5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Especialista defende desconcentração do poder administrativo

Jornal O País
06 De Outubro de 2016

O responsável teceu estas declarações à margem da recém-terminada III conferência Internacional sobre Território, descentralização e desenvolvimento regional, organizada pelo Instituto Superior Metropolitano de Angola.

Belisário dos Santos entende ser necessário que os municípios tenham autonomia administrativa, política e económica para, por si só animarem a economia local.

"Não significa a independência total dos órgãos centrais, mas ter mais espaço de decidir e definir prioridades locais em função da demanda. Muitos dos actuais programas delineados centralmente, se fossem coordenados localmente, achamos nós que seriam muito mais eficientes e eficazes", esclareceu.

O especialista defende que se esta autonomia for conferida mediante autarquias locais, seriam mais seguras, por se tratar, em sua opinião, de um poder delegado por eleição dos cidadãos a nível local e que vai contar com uma legislação específica. "Porque quando se trata de desconcentração é transferência de poder e responsabilidade do nível central para o nível local, temporariamente. É um poder efémero que pode ser retirado a qualquer altura", explicou.

De acordo com o director nacional da Administração Local do Estado, nunca se está preparado a 100% para as eleições autárquicas. Na sua opinião, mais importante do que o período determinado para a realização das autarquias é a realização de passos concretos para se avançar com a desconcentração administrativa.

"Acho que são processos paralelos que, ao mesmo tempo que se está a desconcentrar recursos, formação de quadros, infra-estruturas, legislação e mais, está-se a criar condições para que quando chegar a altura de se fazerem as eleições, todo este quadro este já criado", disse.

Mudança na lei das finanças locais Para o funcionário sénior do Governo, o sistema actual do regime financeiro local em Angola leva a que as administrações municipais arrecadem receitas mas que as encaminhem directamente para a Conta Única do Tesouro e só depois o Ministério das Finanças faz uma redistribuição equitativa para todos os municípios do país e que esta redistribuição é feita quase no final do ano.

5.2 Três províncias já actualizam dados das autoridades tradicionais

Novo Jornal
14 De Outubro de 2016

O Departamento das Comunidades Tradicionais e Instituições do Poder Local, afecto ao Ministério da Administração do Território (MAT), confirma que três províncias de Angola já procederam à actualização do registo das suas autoridades tradicionais.

A actualização permite, segundo o mesmo departamento, constatar que a província do Bié controla, neste momento, 1.975 autoridades tradicionais, Benguela 905 e Bengo 430.

"São dados resultantes de um cadastramento, em curso, sobre as Autoridades Tradicionais e que pretende abranger todo o país. Qualquer um dos dados apresentados poderá sofrer alterações por várias razões", revelou ao Novo Jornal uma fonte da referida instituição, salientando que a razão principal das alterações reside no facto de o processo ainda estar em curso.

Um dos encontros das Autoridades Tradicionais, realizado recentemente em Luanda, confirmou que Angola conta com 40.332 autoridades tradicionais:

No entanto, um diagnóstico feito pelo MAT revela que este número está inflacionado devido ao facto de não haver critérios claramente definidos para se estabelecer o perfil do verdadeiro soba, havendo mesmo províncias onde o número de autoridades tradicionais é superior ao efectivo da Polícia Nacional.

"Actualmente todo o mundo quer ser soba ou século, bastando para tal formar uma pequena comunidade na localidade onde reside e autodenominar-se autoridade tradicional", observou na altura o director nacional da Administração Local do Ministério da Administração do Território, Belisário Santos.

Para inverter o quadro, o director nacional da Administração Local defendeu a necessidade de se definirem critérios e perfis para que o país tenha apenas autoridades tradicionais reais. Belisário Santos exemplificou que só a província do Uíge conta actualmente com 7.359 autoridades tradicionais, cifra superior aos efectivos da Polícia Nacional naquela região do norte do país.

As autoridades tradicionais bem como os líderes religiosos têm vindo a apaziguar os vários conflitos que acontecem nas comunidades, por formas a devolver a harmonia entre ambos e uma convivência salutar. Em muitas localidades ainda não existem representação dos órgãos judiciais, por isso as autoridades tradicionais têm a responsabilidade de resolver os conflitos que se registam nas suas áreas de jurisdição.

5.3 Autarquias são factores para o desenvolvimento da sociedade

Jornal A Verdade

15 De Outubro de 2016

As autarquias são um factor importante para o desenvolvimento da sociedade. O presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) mostrou-se preocupado com várias situações que criam uma espécie de "insegurança na vida dos cidadãos angolanos".

Dom Filomeno do Nascimento Vieira Dias, que discursava na abertura da segunda plenária dos bispos da CEAST, em Luanda, citou a situação política, económica e social, a continuidade das demolições, a intolerância política e os assaltos violentos.

"Continuamos a perceber e a sentir na nossa sociedade as consequências da crise financeira, com a baixa do poder de compra das famílias e exortamos a quantos têm responsabilidade nesta matéria que tornem as medidas políticas mais justas de modos a que as pessoas menos protegidas não lhes faltem a protecção e o apoio da sociedade", afirmou Vieira Dias, que lamentou ainda "as demolições e o cortejo de famílias que ficam desamparadas e vivendo ao relento",

O arcebispo de Luanda também disse lamentar "sinais de intolerância política, aqui e ali, um pouco por todo o país, os assaltos violentos e outros sinais de insegurança".

A instalação das autarquias também mereceu destaque na intervenção do presidente da CEAST que afirmou continuar "com certa esperança a pensar

na necessidade urgente das autarquias como um factor importante para o desenvolvimento da nossa sociedade".

O desemprego, principalmente entre os jovens, também foi referido por Filomeno Vieira Dias como "uma preocupação", no discurso em que justificou as preocupações sociais como emanação da "fé cristã, da qual é inseparável o amor de Deus do amor ao próximo", disse.

A segunda plenária anual da CEAST vai fazer um balanço e perspectivar a vida pastoral da Igreja Católica em Angola e São Tomé e Príncipe.

5.4 Autárquicas no Parlamento

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2016

Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional prevê dar início à discussão da legislação sobre as autarquias locais no primeiro semestre do próximo ano, anunciou quinta-feira, em Luanda, o ministro da Administração do Território, durante o pequeno-almoço com jornalistas e outros fazedores de opinião, denominado "MATabicho".

Os partidos da oposição acusam, recorrentemente, o Executivo de não ter vontade de organizar as eleições autárquicas. Mas o MPLA garantiu sempre que estava empenhado na preparação de todo o pacote institucional para a realização das mesmas. O tema foi um dos assuntos abordados no "MATabicho" desta quinta-feira, tendo Bornito de Sousa garantido que o pacote legislativo sobre as eleições autárquicas começa a ser discutido no próximo ano.

"No calendário de tarefas essenciais para a realização das eleições gerais e autárquicas, foi estabelecido um tempo que prevê para o primeiro semestre do próximo ano o início do trabalho em volta da legislação de base, para a preparação das eleições autárquicas", disse. O ministro lembrou que, neste momento, está a ser preparada a legislação para as eleições gerais, mas disse acreditar que, dentro do primeiro semestre do próximo ano, deverão ter início as discussões sobre as eleições autárquicas.

Bornito de Sousa salientou que só com base nessa legislação serão fixadas datas e calendários. Sublinhou que o Parlamento e os partidos políticos têm um papel importante nesta matéria.

O ministro anunciou que está já publicado no Diário da República um conjunto de diplomas ligados às

eleições, tendo destacado as leis sobre a Administração Local do Estado, da Organização Territorial, das Comissões de Moradores, sobre a Comunicação da Afixação e Alteração da Residência dos Cidadãos, e da Codificação das Circunscrições Territoriais.

5.5 75% Dos médicos estão em Luanda

Jornal O País

26 De Outubro de 2016

O sociólogo Paulo de Carvalho apresentou outros dados da desigualdade da população, socorrendo-se das informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Sobre a distribuição de pessoal médico por províncias, Luanda também lidera a lista, com mais 75% do total, segundo o sociólogo Paulo de Carvalho.

O académico afirmou que 75 % dos médicos a funcionar no país estão na província de Luanda, tendo acrescentado que para 10 mil pessoas há apenas 1,7 médicos.

Na sua perspectiva, tais dados são alarmantes e têm como uma das causas principais a fuga de médicos do interior que buscam em Luanda melhores condições de trabalho e de vida.

Paulo de Carvalho criticou o índice de pobreza no país, que, segundo ele, cresceu nos últimos dois anos, tendo afirmado que "lamentavelmente tudo indica que a pobreza continuará a aumentar nos próximos anos". Acrescentando que muitas famílias estão a regressar ao estado calamitoso de onde já haviam saído.

A diminuição do poder de compra dos cidadãos, que não vêm os seus salários reajustados, mereceu igualmente a crítica do sociólogo, para quem a situação está a provocar a deterioração da qualidade de vida das pessoas.

Enquanto não se vislumbra uma luz no fundo do túnel para a saída da crise, o docente universitário referiu que a solução é as famílias adaptarem-se a ela "e cada pessoa lucrar mais na "concorrência com os demais".

5.6 Luanda cresce duas vezes mais depressa que Angola

Jornal O País

26 De Outubro de 2016

Texto: Milton Manança

Província de Luanda cresceu duas vezes mais depressa que Angola o seu conjunto, nas últimas décadas, resultantes das migrações internas e externas não controladas, de acordo o investigador e docente universitário Luís Filipe Colaço.

O académico fez esta revelação ontem, durante o VI Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN) que decorre sob o lema "Os desafios da sociedade Angolana no Século XXI, população, dinâmicas sociais e fluxos migratórios".

Luís Caloço disse que este crescimento de Luanda que "asfixia" o das restantes províncias tem influência directa no índice de criminalidade que se tem registado nos últimos tempos na capital e na deficiente arborização dos espaços verdes.

O número de desempregados na capital é apontado como outra causa, segundo o interlocutor, tendo realçado que a maior parte dos migrantes não possui qualificações.

A enchente na capital começou a registar-se há cinco décadas, mas sofreu um aumento exponencial desde o fim da guerra civil, em 2002.

As migrações não controladas, principalmente externas, têm como principal porta de entrada as zonas transfronteiriças que, segundo o interlocutor, podem ser aferidas a partir dos resultados do Censo Populacional e da Habitação de 2014, que ilustram o crescimento da população nacional de 3% contra 6,3% de Luanda.

Esses movimentos da população decorrem da procura de melhores condições de vida que foi acrescida pela instabilidade política e a crise militar de quase 30 anos. Entretanto, importa realçar que mais de 62% da população angolana vive em áreas urbanas, contra os 37% das áreas rurais. Huíla, Benguela, Huambo, Kwanza-Sul, Uíge, Bié e Malange, para além de Luanda, são as províncias mais habitadas de acordo com o Censo de 2014.

5.7 Diálogo enfraquecido entre governo e as ONGs

Jornal O Crime

29 De Outubro de 2016

Organizações Não Governamentais Mãos Livres, Justiça Paz e Democracia, ADRA e a PMA, todas elas de interesse público, se reuniram em Luanda, no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, dia 14 de Outubro, com a Sua Excelência Senhor Secretário de Estado para os Direitos Humanos, Bento Bembe. No encontro, foram debatidas e priorizadas propostas de acções para serem transformadas em compromissos concretos que resultem em maior transparência e diálogo entre o governo e as organizações da sociedade civil angolana que a muito se encontrava difamado de forma inútil.

Esse conjunto de acção pode ser incorporado no plano de actuação do governo e submetido ao casamento de várias instituições públicas nacionais, no sentido de se ver restabelecida as boas relações entre pessoas e organismos que estavam desavindas, para a troca de ideias para se chegar a um entendimento recíproco, ou seja, sentimento de confiança, certeza, honestidade e familiaridade, para um modelo de gestão participativa aberto.

Logo, é preciso que o diálogo entre governo e as ONGs nacionais, priorizam temas diversos que vão desde reforma política, direitos humanos, combate à corrupção, fortalecimento da participação social e etc. Se executadas, podem ter um profundo impacto na relação do governo com a sociedade civil e na própria democracia.

O fundamental é termos um "governo aberto", ou seja, o governo que procura mobilizar a sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levam a um governo mais efectivo e responsável. Aumentar a disponibilidade de informações sobre actividades governamentais e das ONG, apoiar a participação social e implementar os padrões mais altos de integridade profissional na Administração Pública e ao acesso a fontes de financiamentos das ONG' sem qualquer preconceito de exclusão. Estas Organizações Não Governamentais angolanas, de finalidade pública, actuam em Angola em diversas áreas, tais como: direitos humanos, assistência jurídica gratuita, boa governação, combate à pobreza, assistência social, meio ambiente, saúde, educação, desenvolvimento sustentável, entre outras. Possuem funções importantes na sociedade, pois seus serviços chegam em locais e situações em que o Estado é pouco presente. E, como tal, trabalham em parceria com o Estado angolano.

As organizações angolanas, a exemplo da associação Mãos Livres, têm actuado apresentado resultados excepcionalmente satisfatórios, principalmente fundamentados no âmbito social, permitindo que os cidadãos confiem na justiça e quando violados os seus direitos, estes direitos dos cidadãos violados sejam restituídos.

A nobre missão das ONG dos direitos humanos, especialmente a associação Mãos Livres, de defender cidadãos pobres e discriminados, esta acção humanitário nunca foi reconhecido pelas autoridades angolanas, embora os serviços prestados serem claros e a olhos dos dirigentes deste país.

Em países comprometidos com a democracia e com os direitos humanos, não só as nações Europeias mas igualmente os Estados de Africa civilizados, as ONG nacionais, obtêm recursos através de financiamento dos governos, empresas privadas e de doações.

Em Angola, nosso país, as ONGs dos direitos humanos estão consciencializadas que do governo angolano nunca obterão quaisquer possibilidades de financiamento.

A obtenção de recursos de fontes governamentais ficou muito mais complicado mesmo para aquelas ONGs que não são dos direitos humanos. O facto até é questionável. Pois algumas ONGs políticas atreladas ao partido no poder de nada fazerem senão realizarem maratonas de banquetes de comes e bebes em apoio ao líder e ao político, modestamente, apenas para batem palmas às iniciativas más ou boas a favor do governo e do partido, continuam a receberem avultadas verbas em Kwanzas do Orçamento Geral do Estado, que somados ultrapassam fatias que deviam ser destinados a dois ou mais institutos públicos ou a igual número de centros médicos municipais.

Há de facto uma espécie de compromisso dos departamentos ministeriais do governo, para que as directrizes emanadas superiormente sejam tidas como determinações para cumprimento obrigatório, mas a execução plena dessas directrizes andam em falta nas instituições do governo.

Na prática, os dirigentes angolanos e uns que se atrevem, chegam mesmo a tirarem a autoridade (desautorizam orientações) de Sua Excelência Senhor Presidente da República José Eduardo dos Santos.

Como questão adiantada, vou apontar um dos muitos exemplos que ocorre nas nossas instituições públicas. Fez precisamente no passado mês de Abril, 8 anos em que o Chefe de Estado Engenheiro José Eduardo dos Santos, depois de ter tomado conhecimento de uma preocupação apresentada pela associação Mãos

Livres, ofereceu-se em resolver com a devida atenção a inquietação apresentada.

Deu ordem ao então Ministério da Justiça que dentro dos preceitos legais, o Ministério da Justiça e demais departamentos ministeriais, tudo fizessem, ou seja, que propusesse ao Conselho de Ministros, o dossier "Mãos Livres para discussão e a inclusão na lista de ONG de utilidade pública, para a obtenção do financiamento proveniente do OGE.

De forma insubordinada, alguém do executivo entendeu que a ordem do Chefe do Executivo, era aquela em que não possui a coerência, ou seja, era de imbecilidade. Assim entendeu o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos descumprir unicamente a orientação emanada pelo Senhor Presidente da República, tendo engavetado o dossier "Mãos Livres" ou colocado de modo desfavorável a orientação do Senhor Presidente da República. Dos contactos que os dirigentes da associação Mãos Livres vêm tendo com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos sobre o assunto, a única resposta que se recebe é: "se não temos dinheiro para mandar lavar os carpetes, como querem dinheiro para as vossas acções?". Penso que não há motivos que justifique para se continuar com tratamento vexatórios contra as ONG, em especial aos membros da associação Mãos Livres. A verdade é que falta a razoabilidade na atitude dos nossos dirigentes, os quais, em nome de instituições públicas, se expõem abertamente a desconsiderar e fustigar de forma aberta e directa as organizações da sociedade civil que se batem pelos direitos humanos.

Sobre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, não se sabe até ao momento, onde param os documentos, quando vai se decidir e quem vai decidir.

Havendo dúvidas, é fundamental investigar as razões para isso, se as mesmas possuem fundamento, se dependem de outras medidas para sua execução que foram negligenciadas, quem é ou são os servidores públicos responsáveis pela decisão e onde o processo se encontra parado.

É necessário que haja transparência definidos e que nas reuniões ou debates onde se discutem as propostas a favor da sociedade civil angolana, tem de haver seriedade, estar devidamente informado e encontrar-se bem documentados. A questão que se coloca é quem participa do processo decisório e qual é o teor da decisão (documento)? Esses problemas podem ser corrigidos, se o espírito da parceria for de colaboração, transparência e efectiva participação. Desta maneira se poderá construir a confiança necessária entre ambos lados da parceria.

Mais do que isso, o governo angolano, precisa e deve ter antes confiança da sociedade civil. Até o momento, essa parceria está desequilibrada, uma vez que o governo apenas, de forma isolada, tem agido sem contactar as ONG dos direitos humanos. Muitas decisões dentro dessa parceria foram tomadas a portas fechadas ou de modo unilateral para o processo e da dinâmica dos encontros com a sociedade civil.

Outra discussão que julgo de supra importância é a criação de um modelo de governança participativo reunindo governo e sociedade civil. A ideia é que tal modelo venha a criar uma comissão que torne consolidada a parceria governo-sociedade civil.

Logo, estamos no início de um processo que visa tornar realidade um conjunto de propostas que permitem aprofundar o controlo social sobre o governo e a própria democracia.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável ministra representa o chefe de estado

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2016

Um comunicado do Ministério do Urbanismo e Habitação refere que Branca do Espírito Santo representa no encontro o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

No evento, são definidos os compromissos para a Nova Agenda Urbana que vai dirigir as realizações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente o objectivo 11, que consiste em tomar as cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis, bem como estabelecer um novo mandato e plano de acção para a agência ONU-Habitat.

A agência pretende reafirmar o compromisso no trabalho com as autoridades locais para fomentar a coesão social, estimular a inovação, o emprego e assegurar a sustentabilidade ambiental.

Antes da conferência foram realizados eventos temáticos globais e regionais e três sessões preparatórias, designadamente em Setembro de 2014, em Nova Iorque, em Abril de 2015, em Nairobi (Quénia) e em Julho do ano em curso, na cidade de Surabaya (Indonésia). A delegação angolana é integrada por representantes dos ministérios da Administração do Território, da Justiça e dos Direitos Humanos, Família e Promoção da Mulher, directores nacionais do Ministério do Urbanismo e Habitação e de institutos públicos.

A conferência organizada pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), deve contar com a presença de chefes de Estado e de governo, ministros, autoridades locais e regionais, organizações da sociedade civil, representantes do sector privado, da comunidade técnica e académica, entre outros interessados na problemática das políticas urbanas e de habitação.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I) realizou-se em Vancouver, no Canadá, em 1976, e constituiu o primeiro pilar do compromisso global dos Estados

para a melhoria de vida de milhões de habitantes em zonas urbanas.

Em 1996, Istambul, na Turquia, acolheu a segunda conferência, durante a qual foi estabelecida a Agenda Habitat II, cujas metas universais foram assentes na garantia de habitação adequada para todos, assentamentos humanos mais seguros, contribuições de mulheres e grupos sociais vulneráveis e cidades mais saudáveis e habitáveis.

6.2 Luanda moderniza vias alternativas

Jornal Economia e Finanças
14 De Outubro de 2016
Texto: António Eugénio

A recuperação e manutenção das estradas secundária e terciárias, nos Bairros de Luanda, está a proporcionar a fluidez na circulação de pessoas e bens, assim como a mudar a imagem da cidade capital do país.

Na execução dos projectos está também contemplada a drenagem das águas, sinalização, asfaltamento a recuperação das infra-estruturas integradas e redesenho da paisagem urbana dos principais corredores viários.

A iniciativa do Executivo angolano inclui ainda a implantação de redes de drenagem, redes técnicas, pavimentação, calçadas, áreas verdes e iluminação pública.

No percurso realizado pelo JE, pode-se constatar que, nas ruas do Bairro Morro Bento, a Estrada dos Comandos, assim como o troço que liga São Paulo/Hoji-ya-Hendá e desemboca no Bairro Kicolo, registam-se uma fluidez no trânsito, face ao trabalho que está a ser feito.

O programa sobre a égide do Governo Provincial de Luanda abrange a revitalização e ampliação contínua das avenidas, ruas e áreas funcionais, para dar uma qualidade devida melhor aos moradores da capital.

O projecto já abrangeu um total de 250 quilómetros de vias secundárias e terciárias, nas zonas do Mártires do Kifangondo, Cassenda, Palanca, Kilamba Kixi, Rangel, Sambizanga, Ingombota e Maianga.

A digressão da nossa reportagem atingiu também as ruas Rainha Ginga, Índia, Massangano, Soba Mandume, Suba, Brigada, Hoji Ya Renda, Estremadura, Alentejo, Machado Saldanha, assim como o Laboratório de Engenharia de Angola até ao Lote 22, no distrito urbano da Maianga.

Execução

Na zona Sul de Luanda, a construtora Odebrecht implantou mais de 64 quilómetros do sistema viário e 225 de rede de energia eléctrica, além da iluminação pública, drenagem, abastecimento de água e sistema de esgoto.

Segundo um documento, o programa "Vias de Luanda", sob responsabilidade da Odebrecht, foi idealizado para permitir a recuperação das infra-estruturas e o redesenho da paisagem urbana dos principais corredores viários da cidade, num acordo assinado em 2007.

Actualmente, a construtora Meta- Engil tem estado a recuperar várias ruas e ruelas da cidade capital, numa empreitada com intervenções que incidem em 100 quilómetros de ruas e avenidas.

A empreitada visa a reparação de buracos, passeios e lancis, além da reposição ou a colocação de placas de sinalização de trânsito, tampas em falta nas caixas colectoras de saneamento, pintura de lancis e sinalização de trânsito (horizontal e vertical) envolvendo cerca de 250 trabalhadores.

Infra-estruturas integradas

A par destes projectos, a Direcção Nacional de Infra-estruturas Públicas, órgão afecto ao Ministério da Construção, está a desenvolver um projecto que visa a requalificação, protecção e estabilização das encostas da Boavista, no distrito urbano do Sambizanga.

A iniciativa abarcará uma área infra-estruturada de cerca de 70 hectares, beneficiando mais de 10 mil habitantes.

As obras irão facilitar a mobilidade do tráfego automóvel, desde a zona da Boavista com ligações às áreas do Miramar, Largo do Ambiente, São Paulo e zona da Cuca. A referida empreitada visa a requalificação desta área, no quadro do programa de desenvolvimento do Executivo, extensivo a todo país.

Os investimentos feitos nas encostas da Boavista estão avaliados em 85,6 milhões de dólares norte-americanos.

O projecto prevê igualmente melhorar os acessos ao Porto de Luanda, estrada da Sonils, a ligação desta com o Kifangondo, estrada Kima Kienda e a construção de duas pontes na rotunda da Boavista (a duplicação da passagem superior do caminho-de-ferro) e a travessia da ponte do canal do Soroca.

Serão realojados um total de 4.500 famílias, das quais cerca de 860 estão directamente relacionadas com o traçado das vias em curso.

No que toca aos trabalhos de contenção das encostas da Boavista, definiu-se como zona prioritária a rotunda da Boavista, constante ainda da primeira fase do projecto, para se reduzir os desabamentos de terra que acontecem frequentemente na Avenida Kima Kienda.

No município de Viana, na mesma perspectiva, foram reabilitados 35 km, beneficiando cerca de 120 mil habitantes. O projecto prevê o escoamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais.

No Bairro Largo Patriota, a construção de infra-estruturas integradas prevê beneficiar 120 mil pessoas..

6.3 Municípios da Nova Urbanização dão lição a Carlos Cavukila

Jornal Liberdade

14 De Outubro de 2016

Segundo os moradores, as contribuições foram feitas entre vizinhos para se efectuar o trabalho, "porque se aproximam as chuvas": disseram acrescentando que quando chove os cidadãos, têm tido dificuldades de se deslocar porque esta área é argilosa, não tem esgotos e a administração não faz nada para minimizar a situação.

"Com os nossos meios, já mandamos terraplenar a rua principal que liga a via expresso ao Salão de festas Domante e não só, temos mandado tirar o lixo que produzimos e estamos para criar condições para comprarmos um transformador que aguenta distribuir energia eléctrica para todos que contribuírem para este bem comum": disse uma fonte.

Para José Coelho, morador do referido bairro "a terraplanagem da via gastou se mais de oitocentos mil Kwanzas, e contratou-se a empresa "JOB \$ FILHOS" para a efectivação da mesma hoje já se circula a vontade nesta rua, aqui encontra-se o espaço da futura instalações da Direcção Nacional de Viação e Trânsito, é só para ver que não há vontade política de quem governa.

Gostaríamos que a administração municipal de Cacucaco dê sequencia naquilo que temos feito para o bem da comunidade, porque cabe a responsabilidade das autoridades municipais satisfazerem as necessidades da população porque recebem do orçamento do Estado o dinheiro de todos nós, e não

se admite que uma área seja mais privilegiada que outras enquanto que somos todos angolanos'.

Por seu turno, Nelson Martins, acrescentou que no bairro "não temos energia eléctrica e no calar da noite o medo e os marginais tomam conta da área, e algumas residências que têm possibilidade sobrevivem de geradores porque a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), em Cacuaco não faz nada para o benefício da população da Nova Urbanização".

Nelson, acusou ainda o administrador Carlos Cavukila de estar a fazer separação no que diz respeito ao fornecimento de energia eléctrica, água potável, saneamento básico, segundo o interlocutor, uma parte da Nova Urbanização é beneficiada de diversos serviços e outro lado vive em péssimas condições.

Empresa abandona reabilitação das vias da vila cede de Cacuaco. Uma empresa contratada pelas autoridades administrativas do município do Cacuaco, abandonou há mas de dois meses a reabilitação das vias da Cede do município mas a norte de Luanda, por razões até agora não identificadas.

Segundo os moradores da Vila de Cacuaco, a empresa começou a fazer a reabilitação das ruas do município quando se aproximava as festas dos setenta e seis anos de existência do município.

As ruas estão todas esburacadas e, não sabemos porque é que tudo parou se no município tem um órgão de Comunicação Social que apelava sempre que estão a requalificar a Vila e agora que interromperam com as obras porque que não dizem ao povo o motivo da paralisação dos trabalho, isso é o cúmulo da pouca vergonha, disse Alberto Camassa, morador do Bairro dos pescadores.

Alberto, foi mas além acusando o administrador Carlos Cavukila, de ser um dos que mas fala e pouco faz, e exemplo disso é quando discursou nas festas do município que iria prender todos aqueles que deitarem lixo no chão vão ser penalizados em pagar multas e aquelas que não conseguirem pagar as referidas multas seriam levados ao Cemitério da Funda para capinarem, e de lá para cá nunca ouvimos alguém que foi detido.

E o que temos visto diariamente é o fraco saneamento básico no interior dos bairros e as empresas a abandonarem os serviços que têm prestado a administração do Cacuaco e o administrador Carlos Cavukila nunca saiu ao público

para vir assumir o que ele promete e que não se efectiva, disse.

Nós reconhecemos que o município de Cacuaco é grande, mas há políticas que servem para se governar bem e com responsabilidade, e defendo que haja mesmo as eleições autárquicas para que a população escolhe os seus líderes capazes de resolverem as suas necessidades, porque com um governante com o que temos aqui, nunca O Cacuaco vai dar aos seus munícipes melhores condições.

6.4 Projecto de desenvolvimento urbano do Mussulo apresentado em Conselho de Ministros

Jornal O PAÍS

14 De Outubro de 2016

De acordo com o director do Gabinete Técnico de Gestão da Requalificação e Desenvolvimento Urbano do Perímetro Costeiro da Cidade de Luanda, Futungo de Belas e Mussulo, Rodrigo dos Santos, o projecto contempla as vertentes do desenvolvimento ambiental, infra-estruturas de índole social e da sua sustentabilidade económica.

Nas suas declarações à imprensa, após ter apresentado o plano de empreitada, no encontro orientado pelo Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, o responsável referiu que no concernente ao realojamento da população aí residente, os mesmos serão transferidos para outras zonas, no âmbito da requalificação urbana do perímetro. O reassentamento da população destina-se a permitir que os habitantes tenham habitações com um nível e qualidade melhor, em detrimento das actuais.

Sem avançar o número de famílias que serão movimentadas para outras zonas da cidade de Luanda, o director técnico referiu que têm levado a cabo um trabalho de coordenação com entidades da administração e autoridades tradicionais local, no sentido de se reconhecer as pessoas que habitam na Ilha do Mussulo.

Segundo o responsável, pretende-se transformar a península do Mussulo, cujas obras iniciam em Dezembro deste ano, num local turístico, no sentido de dar resposta ao turismo na capital, na perspectiva de atender a demanda regional e internacional. Deste modo, clarificou, serão proporcionadas melhores condições de vida, protecção ecológica e desenvolvimento urbano regado.

Na última quarta-feira, foi feita a apresentação oficial da equipa de trabalho e do plano director de requalificação do Mussulo.

O plano é um processo em elaboração, razão pela qual está a ser feita uma consulta pública, de forma a se ter em conta os contributos dos cidadãos, para que o resultado e as soluções tomadas propiciem o desenvolvimento harmonioso e adequado, benefício de todos os residentes de Luanda, em especial no Mussulo.

Ainda ontem, as comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros analisaram a Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017, a Proposta de Lei sobre a Dívida Pública e o Plano de Acção do Ministério da Agricultura para 2016/2017.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros tem como incumbência tratar da agenda macroeconómica do Executivo e assegurar a condução da gestão macroeconómica em harmonia com os objectivos e as prioridades económicas do Programa de Governação do Presidente da República.

Já a Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros é o órgão técnico de apoio ao Titular do Poder Executivo na formulação, execução e condução da política de fomento do sector produtivo.

Assegura a gestão do fomento de produção e das empresas, de harmonia com os objectivos e as prioridades do sector produtivo, constantes do Programa de Governação do Presidente da República.

6.5 “Temos que estar preparados para urbanização dos musseques”

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2016

Texto: Nhuca Júnior

É a segunda grande entrevista que concede a um órgão de informação nacional desde que chegou a Angola, em Outubro do ano passado; para representar a ONU-Habitat, uma agência que está no país a convite do Executivo para o assessorar, por intermédio do Ministério do Urbanismo e Habitação, na execução da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo e em questões relacionadas com o vasto domínio do habitat. A entrevista é uma autêntica aula sobre assentamentos humanos e desenvolvimento urbano sustentável, assunto sobre o

qual Thomaz Ramalho, arquitecto urbanista brasileiro, actualmente com 36 anos, fala com paixão, por ser um tema que está no centro das prioridades dos decisores políticos mundiais, com o objectivo de tornarem o planeta Terra um lugar para se viver cada vez melhor e de forma inclusiva. À procura do sonho global, a ONU-Habitat, em parceria com os países-membros das Nações Unidas, discute a Nova Agenda Urbana, documento programático que vai ser adoptado na terceira Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, também conhecida por Habitat 11I, que a capital do Equador, Quito, alberga durante quatro dias, a partir de amanhã. O importante encontro mundial está na origem da entrevista concedida ao Jornal de Angola por Thomaz Ramalho na sua residência, onde nos recebeu com a cordialidade própria dos brasileiros.

Jornal de Angola - Tem sido enriquecedor, para o seu percurso profissional, trabalhar em Angola?

Thomaz Ramalho - Sem dúvida. Eu vim para Angola muito jovem. Agora tenho 36 anos, mas, quando vim pela primeira vez, tinha 25 anos. Angola é a minha segunda missão internacional profissional depois do Cambodja. Quando cheguei a Angola pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fui para a província do Uíge trabalhar num projecto sobre descentralização e governação local. Por causa do trabalho desenvolvido, regressei a Luanda, de onde levei a experiência que tive no Uíge para o resto do país, com o apoio do Ministério da Administração do Território. O então vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, liderava na altura o processo de descentralização, que esteve na origem da criação da Lei nº 17/1 O de 29 de Julho, que trata das orgânicas das administrações municipais, a fim de serem transformadas futuramente em autarquias. Naquela altura, envolvi-me também no sector do ensino em Angola. Em relação à minha experiência profissional, devo bastante a Angola. Tenho a sorte de trabalhar num país que tem muitos laços com o meu país de origem, o Brasil.

Jornal de Angola - O Mundo está preparado para alcançar até 2030 o objectivo 11 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que é "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis"?

Thomaz Ramalho - O objectivo de desenvolvimento sustentável número 11 foi uma conquista. Muitos chamam também ao objectivo 11 de objectivo de desenvolvimento sustentável urbano, porque trata das cidades especificamente e de todas as suas metas. É um objectivo bastante ambicioso. Tem de haver uma concertação muito grande da comunidade

internacional para que consigamos terminar com os musseques, os chamados assentamentos informais, diminuir os riscos das cidades a catástrofes, que é uma das questões para a resiliência, tornar as cidades mais seguras, com melhor segurança para todos os cidadãos, e sobretudo mais inclusivas, sem as diferenças sociais e de assentamentos que existem hoje. Eu sou optimista.

Parte do trabalho da ONU-Habitat é apoiar os governos na materialização deste objectivo mais específico. Eu pretendo, nos próximos 15 anos de carreira profissional, apoiar não só Angola como outros países na materialização deste objectivo. E de facto um objectivo bastante ambicioso.

Jornal de Angola - Quando diz que o objectivo é acabar com os musseques, este processo passa pela sua requalificação ou pela construção de uma nova área habitacional?

Thomaz Ramalho - Tem que se ter uma visão muito integral sobre a erradicação dos musseques. A ONU-Habitat defende duas abordagens. Temos que ter uma abordagem preventiva, que não permita que surjam novos musseques, e uma abordagem correctiva. Dentro da abordagem preventiva está a construção de moradias de interesse social, para os segmentos mais pobres da sociedade, que não têm capacidade de poupança para entrarem nos mecanismos formais de aquisição de habitação. Essas pessoas poupam muito pouco por mês e não conseguem um empréstimo bancário para comprar uma casa. Tem que haver um tratamento especial para essa camada da população, por ter um nível de pobreza ou incapacidade de poupança. Sobre a abordagem correctiva, já chegámos à conclusão de que a melhor maneira não é o realojamento em novas áreas, mas sim a manutenção nas próprias áreas.

Jornal de Angola - Porquê?

Thomaz Ramalho - Há uma inteligência quando as pessoas se localizam num determinado território. Todo o mundo tenta otimizar algumas questões. A questão essencial para a capacidade de poupança, principalmente dos mais pobres, é o que eles gastam com o transporte. Muitas vezes, quando se resolve um problema de moradia de uma pessoa mais pobre, que é realojada no Zango, onde recebe uma casa com melhores condições do que o casebre que tinha, por exemplo, na Ilha de Luanda, ela fica com a vida complicada, porque agora passa a gastar, digamos, cinco "candongueiros" para vir e cinco para voltar, o que dá mais ou menos 1.500 kwanzas, que, se forem multiplicados por vinte dias úteis, vão dar trinta mil kwanzas, que é maior do que o salário mínimo nacional. Fica complicada a capacidade de poupança

das pessoas, quando são retiradas de um lugar onde inicialmente escolheram para viver, porque há uma inteligência naquela escolha.

Jornal de Angola - O que faz exactamente a ONU-Habitat nos países onde tem representação?

Thomaz Ramalho - Apoiamos os governos, de uma maneira geral, nas questões que estão intrínsecas ao nosso mandato. Estão intrínsecas ao nosso mandato as questões ligadas ao território e à urbanização, em todos os seus aspectos e dimensões. Sabemos que a urbanização é um processo complexo e amplo, com ligações, por exemplo, à economia, à sociologia e à geografia. Nós temos um mandato que, na realidade, em termos de temas, é bastante amplo, mas sempre circunscrito à questão territorial, da planificação e da urbanização. O nosso mandato, definido há vinte anos no Habitat II, era "garantia de moradia digna para todos e promover o desenvolvimento urbano sustentável". Não é à toa que o nome do Habitat III é Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável. O Habitat II teve como designação Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos.

Jornal de Angola - Não é uma utopia pensar-se em desenvolvimento urbano sustentável quando sabemos que o Mundo ainda está cheio de contrastes sociais e económicos?

Thomaz Ramalho - É uma utopia de facto, porque temos diversas questões para serem resolvidas. Há uma pergunta que sempre acho interessante fazer, que é a seguinte: o que é mais importante entre colocar primeiro a fibra óptica ou o esgoto? O que é mais importante entre desenvolver a Baixa de Luanda e Talatona como pólos económicos e melhorar os musseques? Na verdade, não há uma resposta concreta. As duas coisas têm que ser feitas em paralelo, em cidades dos países em desenvolvimento como Angola, Brasil e boa parte da Ásia. Na realidade, temos que ir à procura do desenvolvimento urbano sustentável, ao mesmo tempo em que melhoramos os assentamentos informais, que são extremamente precários. Uma coisa não anula necessariamente a outra. A abordagem tem que ser conjunta.

Jornal de Angola - Como a ONU-Habitat avalia o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação?

Thomaz Ramalho - O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é bastante ambicioso e corajoso. A meta de um milhão de casas, anunciada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, em 2008, no Dia Mundial do Habitat, é bastante ambiciosa.

Em termos quantitativos, o programa foi muito bem executado na sua componente de habitação produzida pelo Governo. A construção de habitação pelo Estado já ultrapassou inclusive a meta. O que falta ainda no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é uma maior produção de habitação pelo sector privado, com o concurso dos bancos, que infelizmente não aderiram para o financiamento como se esperava. Há necessidade de haver um quadro legal para que os bancos se sintam seguros para fazer empréstimos. Esse é o grande constrangimento. A segunda componente tem a ver com a auto-construção dirigida, que deveria ser a maior parte de habitações. Essa componente ainda não arrancou de maneira efectiva. Nós, ONU-Habitat, vamos continuar a apoiar o Governo através da assessoria técnica.

Jornal de Angola - A ONU-Habitat afirmou publicamente que o projecto de construção de um milhão de casas em Angola é um exemplo para África. Qual é a realidade de África no que toca à habitação?

Thomaz Ramalho - Estamos presentes em vários países africanos. A semelhança de Angola, a Etiópia e a África do Sul também investiram seriamente na habitação nos últimos anos. Nós consideramos sempre o exemplo de Angola, da Etiópia e da África do Sul como possibilidades concretas para todo o continente africano se espelhar e colocar a urbanização e a habitação no centro da sua agenda de desenvolvimento. O programa de construção de um milhão de casas representa um investimento concreto na parte habitacional, ainda que não tenha beneficiado, na nossa visão, os mais pobres. Resolveu uma questão habitacional para a juventude, que conseguiu adquirir moradias nas novas urbanizações. Angola é um país estratégico para a questão da habitação e urbanização em África. Queremos continuar em Angola. A nossa intenção é que Angola funcione como uma espécie de escritório sub-regional para a África Lusófona.

Jornal de Angola - Quando se fala em desenvolvimento urbano sustentável, fico, como leigo, com a impressão de que os decisores políticos no Mundo colocam num plano secundário os direitos das pessoas do meio rural. O que se entende, afinal, por desenvolvimento urbano sustentável?

Thomaz Ramalho - Quando falamos em direito à cidade e em desenvolvimento urbano sustentável, pensa-se sempre no meio rural. Por que não investir nas zonas rurais para as pessoas continuarem ali? A gente considera que esse investimento nas áreas rurais, na melhoria da qualidade de vida das populações rurais, também é extremamente

importante. Mas o que a gente percebe é que a tendência de urbanização é contínua, até que os países atinjam um patamar de 80 a 85 por cento, às vezes um pouco menos ou, às vezes, um pouco mais, a depender da estrutura rural. Por exemplo, se há ou não estruturas tradicionais nas zonas rurais e o que é se considera como cidade. A urbanização é um passo sem volta. Todos os países do Mundo se urbanizaram. Toda a Europa se urbanizou em patamares elevados. Toda a América Latina se urbanizou em patamares elevados. Os países mais desenvolvidos da Ásia já se urbanizaram em patamares elevados. A urbanização é um fim em si mesmo, porque as pessoas, quando vão para as cidades, vão atrás dos seus sonhos. E nas cidades onde estão as melhores oportunidades de emprego, as melhores oportunidades de educação, as melhores oportunidades de relações sociais. E nas cidades onde está a diversidade, onde está a tolerância. Uma pessoa encontra um ambiente muito mais tolerante culturalmente na cidade do que nas zonas rurais. A migração para as cidades não é um fenómeno que acontece só em Angola, nem em África. Acontece em todos os países do Mundo.

Jornal de Angola - Temos que estar preparados para a urbanização?

Thomaz Ramalho - A urbanização é uma realidade. Temos, sim, que estar preparados para a urbanização. Por mais que invistamos na área rural, as pessoas vão continuar a migrar, porque ninguém pára os sonhos. Mesmo países como a China, que criaram bilhetes para compras no mercado local, não conseguiram refrear a urbanização. O desenvolvimento urbano sustentável significa pensar que essa urbanização tem que ser planificada e têm que ser mitigados os efeitos adversos. A sustentabilidade, a inclusão, a segurança e a resiliência são exactamente os quatro pontos que tornam a urbanização sustentável a longo prazo.

Jornal de Angola - Há exemplos de assentamentos humanos sustentáveis?

Thomaz Ramalho - Nada é perfeitamente sustentável. Mas há cidades que são mais sustentáveis do que outras. O que é para nós uma urbanização sustentável? Ela tem que ter uma certa densidade, não pode ser uma urbanização que se espraia pelo território e que crie densidades muito baixas, onde fica insustentável ter um transporte de massa. Outro aspecto de sustentabilidade na urbanização é as pessoas poderem andar a pé, terem um excelente sistema de transporte, que faz com que abdicuem do carro próprio. Acho importante que as pessoas tenham carro próprio; mas que não o usem na hora de ponta, para não termos cidades congestionadas e poluidoras. São diversos os aspectos que compõem a

urbanização sustentável. Posso dizer que, por exemplo, Manhattan [em Nova Iorque] é um exemplo de urbanização sustentável. A área mais central de Paris também é um exemplo de urbanização sustentável. Um exemplo de urbanização insustentável é Los Angeles, uma cidade que se locomove principalmente pelo automóvel e cria áreas super-complicadas para o pedestre e para o passeio das pessoas. Detroit é outro exemplo de urbanização insustentável. A insustentabilidade pode ser encontrada inclusive nos países mais ricos.

Jornal de Angola - Em Angola, onde está o melhor exemplo de cidade sustentável?

Thomaz Ramalho - Em Angola, a urbanização mais sustentável é a do Huambo, de acordo com o nosso estudo. É uma urbanização que, nos últimos anos, não se expandiu tanto em termos de mancha urbana. E amais insustentável em Angola é a urbanização de Luanda, onde houve uma dispersão urbana. A mancha urbana de Luanda cresceu, de 1980 a 2008, pouco menos de duas vezes e meia. Foram 28 anos, dos quais 22 de guerra, o que provocou uma grande pressão migratória para Luanda. De 2008 a 2014, período em que houve investimentos maciços e reinvestimentos, a urbanização de Luanda cresceu duas vezes e meia. Cresceu mais num período de seis anos de paz do que nos 28 anos anteriores. Esse padrão é completamente insustentável, por criar, entre outras coisas, a função moradia longe da função trabalho, por criar necessidades de deslocamentos e congestionamentos.

Jornal de Angola - Tecnicamente, qual é a solução para Luanda?

Thomaz Ramalho - A principal maneira de tornar Luanda sustentável é agora adensar o centro. Tentar criar também nas áreas centrais "mix-social", que é a mistura de diferentes níveis de renda. A produção de habitações sociais não pode ser restrita só ao Zango. Ela tem que ser feita também nas áreas próximas dos centros. A produção de estruturas de transporte de massa é outra maneira de melhorar Luanda. E o Plano Metropolitano Geral da Cidade de Luanda já trabalha alguns aspectos do que estou a falar.

Jornal de Angola - As nações mais pobres do Mundo nunca vão atingir o desenvolvimento urbano sustentável sem a ajuda internacional. O que se prevê na Nova Agenda Urbana, cujo esboço foi publicado em Junho deste ano?

Thomaz Ramalho - A Nova Agenda Urbana tem uma componente que fala dos critérios de implementação, da função da ONU-Habitat como agência de assistência técnica, dos mecanismos de

financiamentos necessários e de mobilização de recursos. São aspectos que são levados em conta. Hoje em dia, há um consenso da União Africana sobre o que deseja para a Nova Agenda Urbana. Há uma disputa de interesses. Os países mais ricos têm a sua própria agenda. Há uma ideia do fortalecimento da ONU-Habitat por parte dos países mais pobres e uma ideia de que esse fortalecimento precisa de ser feito com mais calma por parte dos países ricos. Para os países menos desenvolvidos, é muito importante o fortalecimento do papel da ONU-Habitat. Na COP-21, Conferência sobre o Clima, realizada em Paris, em 2015, Angola foi líder dos países menos desenvolvidos. Agora, eu espero que Angola também tome a liderança para o fortalecimento do papel da ONU-Habitat e dos mecanismos de financiamento e de cooperação internacional, para o apoio aos países mais pobres na materialização dos objectivos ligados à Nova Agenda Urbana.

Jornal de Angola - O desenvolvimento urbano sustentável deve estar adequado à realidade social e económica de cada país ou defende um único paradigma?

Thomaz Ramalho - É uma questão fundamental. Há uma "internalização" da Nova Agenda Urbana por cada país, porque os países têm realidades distintas. Por isso, a Nova Agenda Urbana trabalha nos princípios gerais e cita a importância de se levar em conta os aspectos culturais, as realidades locais, sociais, económicas e étnicas.

Jornal de Angola - Quando a expansão das zonas urbanas não é acompanhada pela criação de serviços básicos à altura do seu crescimento, como os ligados aos transportes e à segurança pública, pode causar um caos social. A segurança das cidades é também um elemento chave para o desenvolvimento urbano sustentável?

Thomaz Ramalho - Sim. É por isso que a segurança está dentro do objectivo de desenvolvimento sustentável número 11. Sobre a questão da segurança, entendemos que a solução não é a fragmentação urbana, não é a proliferação de "shopping centers", de centros comerciais fechados ou de condomínios residenciais fechados como têm sido feitos em diversos países, inclusive em Angola, com Talatona como principal modelo. A ONU-Habitat defende o resgate do espaço público, porque é no espaço público onde há mediação dos diversos conflitos das classes sociais. É no espaço público onde vão as crianças que querem jogar futebol, os casais que querem namorar e ali eles são obrigados a conhecer-se, a mediar os conflitos e a conviver. Convivendo, as pessoas conhecem-se e, conhecendo-se, não estereotipam as outras. Sempre que a Humanidade

criou muros, seja a Grande Muralha da China, seja o Muro de Berlim, seja o muro que se levanta entre israelitas e palestinos, as cisões e conflitos aumentaram ao invés de diminuir.

Jornal de Angola - Acha que, em Angola, os programas curriculares dos cursos de Engenharia Civil, de Arquitectura e Urbanismo são feitos na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável?

Thomaz Ramalho - As universidades Metodista, Agostinho Neto e Lusíada de Angola já conversaram connosco. Já tivemos uma reunião conjunta. Eu percebo que está muito clara hoje a ideia de que o desenvolvimento urbano sustentável deve fazer parte dos programas curriculares.

Jornal de Angola - Como a arquitectura pode contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa?

Thomaz Ramalho - De diversas maneiras. A construção em si já pode ser mais sustentável se forem utilizados materiais mais adequados, locais e com certificação de sustentabilidade. O próprio projecto de arquitectura pode reduzir os custos de energia e seu impacto no ambiente.

Jornal de Angola - Já leu o livro "Ecologizando a Cidade e o Planeta", de autoria de Maurício Andrés Ribeiro, seu conterrâneo?

Thomaz Ramalho - Já ouvi falar do livro, mas ainda não tive a oportunidade de o ler.

Jornal de Angola - Se já tivesse lido, perguntar-lhe-ia qual é a contribuição que o livro traz à discussão sobre o desenvolvimento urbano sustentável.

Thomaz Ramalho - A grande discussão hoje sobre o desenvolvimento urbano sustentável tem diversas escolas de pensamento. A escola de pensamento da ONU-Habitat tem como lema "Prosperidade das Cidades". Criámos, inclusive, o Índice de Prosperidade das Cidades, um dos projectos que queremos implementar em Angola. No índice, vemos as seis dimensões da prosperidade: Produtividade, Qualidade de vida, Desenvolvimento de infra-estruturas, Inclusão social e equidade, Sustentabilidade ambiental e Governação urbana e legislação. Outro tema de debate, que tem o nome de "Cidades para as pessoas", desenvolvido por Jan Gehl, um dinamarquês, promove a bicicleta, a densidade e o uso pedonal. Temos também uma linha de pensamento criado pela Universidade de Harvard, que se chama "Urbanismo ecológico" e temos ainda a linha do Novo Urbanismo' que é o "Manual do Crescimento Inteligente", de Andrés Duany. Essas são as grandes linhas mestras que há hoje na

discussão sobre o urbanismo e cada uma trata da questão do desenvolvimento urbano sustentável na sua diferente dimensão. A ONU-Habitat tem uma dimensão mais integradora. Mas todas as linhas de pensamento se complementam.

Jornal de Angola - Com que impressão ficou de Angola quando veio pela primeira vez, aos 25 anos, e qual é a impressão actual?

Thomaz Ramalho - Quando cheguei a Angola fiquei muito impressionado com o preço dos alugueres. A minha primeira viagem ao Uíge, por estrada, durou doze horas. A estrada ainda não estava feita. Lembrou-me que passar pela Pedra Verde, como é chamada pela população, era bastante complicado em épocas de chuva. Fui testemunha do salto de desenvolvimento registado não só em Luanda como também nas outras províncias nos últimos dez anos. Angola deu um salto nos últimos anos, mas agora tem um grande desafio, com a nova realidade resultante da crise. A questão da diversificação económica tem que entrar na agenda. Não dá mais para ter dependência do petróleo. O Brasil também teve uma crise, exactamente 'pela questão da dependência das "commodities" .

Jornal de Angola - O que é que gostaria de acrescentar?

Thomaz Ramalho - A ONU-Habitat tem a intenção de ficar, porque quer ter uma relação de longo prazo com Angola. Que venham outros representantes depois de mim. Que não aconteça o que aconteceu na década de 90, em que o escritório teve que ser fechado para, só depois de 20 anos, ser reaberto.

6.6 Nova Agenda Urbana Mundo à procura de uma sociedade justa e inclusiva Angola apresenta em Quito resultados do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2016

Texto: Nbuca Júnior

As conseqüências da rápida urbanização, sobretudo nos países em desenvolvimento, fizeram com que os governos reconhecessem a necessidade de haver assentamentos humanos sustentáveis. Foi no âmbito dessa perspectiva que a Assembleia-Geral das Nações Unidas convocou a primeira conferência sobre habitação e desenvolvimento urbano sustentável,

genericamente denominada por Habitat I, realizada em Vancouver, no Canadá, em 1976.

Angola, um país que acabava de alcançar a sua Independência, marcou presença, dando um claro sinal ao conjunto das nações de que o problema estava nas prioridades da agenda das autoridades do mais novo Estado africano, na ocasião.

À semelhança de 1976, Angola participou, vinte anos depois, na Habitat 11, realizada em Istambul, na Turquia, num momento particularmente difícil, pois a guerra pós-eleitoral adiou mais uma vez a materialização de um programa sustentável de urbanismo e habitação. Em Istambul, os governos adoptaram a Agenda Habitat 11 como Plano de Acção Global para Abrigos Adequados para Todos, com a noção de assentamentos humanos sustentáveis.

Angola chega à conferência Habitat III, que começa hoje na cidade de Quito, capital do Equador, com um discurso completamente diferente em relação aos das edições anteriores, que é resultante da estabilidade política que se vive desde 2002. Os benefícios da paz vão sobressair na comunicação que Angola apresenta na reunião mundial, a primeira conferência global após a Agenda de Desenvolvimento 2015, aprovada em Setembro do ano passado.

A ministra do Urbanismo e Habitação' Branca do Espírito Santo, está desde quinta-feira em Quito para representar o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, à frente de uma delegação multisectorial, que vai divulgar os resultados que o restabelecimento da paz trouxe a Angola nos sectores da Construção e do Urbanismo e Habitação.

A conferência, um encontro de partilha de conhecimentos e experiências, vai discutir e adoptar uma Nova Agenda Urbana para os próximos 20 anos, tendo como uma das linhas de força o direito humano à cidade.

Fonte de desenvolvimento

O secretário-geral da conferência, Joan Cios, afirmou, num encontro preparatório do evento, realizado em Montreal, no Canadá, que a urbanização é a força motriz e uma fonte de desenvolvimento com poder de mudar e melhorar vidas.

Para Joan Cios, os governos, através da Nova Agenda Urbana, devem promover um novo modelo de desenvolvimento urbano capaz de integrar todas as facetas do desenvolvimento sustentável para promover a equidade, o bem-estar e a prosperidade partilhada. A casa da cultura equatoriana Benjamim Carrion é o local escolhido para a realização das oito

sessões plenárias da conferência, sendo duas por dia. A sessão de abertura está prevista para as 10 horas locais, devendo terminar às 13.

Um espaço com nome de Pavilhão ONU foi criado para a realização de eventos paralelos, centrados no desenvolvimento urbano sustentável. Localizado junto à casa de cultura Benjamim Carrion, o espaço vai sediar eventos e exposições do sistema das Nações Unidas, envolvendo organizações da sociedade civil, académicos, político, especialistas em arquitectura e urbanismo e empresários do sector imobiliário. Embora a abertura oficial aconteça hoje, quatro actividades foram realizadas no sábado e ontem. Trata-se das assembleias da juventude, das mulheres, de negócios e de governadores, sendo que a última foi realizada com o objectivo de identificar as prioridades da Nova Agenda Urbana.

A assembleia de negócios foi incluída no programa porque a Organização das Nações Unidas considera que o mundo corporativo é um parceiro essencial na implementação da Nova Agenda Urbana. A assembleia de negócios reuniu líderes do sector privado 6 representantes das principais redes de negócio, que se comprometeram a apresentar inovações e modelos de negócios com o poder de gerar mudança e acelerar as acções de urbanização sustentável.

A assembleia de mulheres foi realizada pela necessidade de reforçar a igualdade de género nas políticas e programas quando os países aplicarem a Nova Agenda Urbana, enquanto a assembleia juvenil foi agendada para proporcionar aos jovens de todo o Mundo a oportunidade de discutirem e deliberarem sobre a aplicação desse programa global.

A ideia de inclusão está subjacente ao documento

6.7 Urbanismo e sustentabilidade

Jornal de Angola

20 De Outubro de 2016

Termina hoje na cidade de Quito, capital do Equador, a III conferência sobre a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, também conhecida como Habitat III, em que Angola participou com uma delegação multi-sectorial, chefiada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo. A governante, que representou o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, liderou uma equipa vasta que esteve naquela importante conferência numa altura em que Angola dá passos seguros na materialização da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Naquele encontro internacional, a delegação angolana levou experiências já acumuladas nos últimos anos, em matéria de construção e gestão urbanística, em que sobressai também a excelente parceria com a ONU-Habitat. A referida agência das Nações Unidas, que se encontra em Angola a convite do Executivo para ajudar na materialização da política habitacional e transformar-se num importante centro regional em África, tem sido instrumental na ajuda para passarmos a encarar a questão territorial, a planificação, a urbanização. Angola precisa de contar com a presença desta importante agência da ONU, cuja Nova Agenda Urbana contém aspectos que muito interessam ao país, às suas cidades e espaços reservados para novas edificações.

Independentemente de espaços que carecem de intervenções para os adequar ao formato de assentamentos urbanos modernos, não há dúvidas de que vamos ainda a tempo de fazer as correcções que se impõem para dar sustentabilidade aos mesmos. Podemos ainda conter, dentro dos assentamentos urbanos que surgem, os indicadores próprios das cidades insustentáveis como pobreza extrema, desigualdades e crescimento pouco inclusivo, entre outros. Quando se trata de esforços para a construção de cidades sustentáveis, Angola possui condições para começar em largas parcelas do seu território e fazer as devidas correcções ali onde haja essa necessidade.

O fundamental é que nesta nova abordagem, como consta do documento guia que serviu de base aos trabalhos desta III conferência, nomeadamente a "Declaração de Quito sobre as cidades e

assentamentos sustentáveis para todos", todos os segmentos da população estejam integrados. Como defendeu o urbanista brasileiro e representante da ONU -Habitat no nosso país, Thomaz Ramalho, em entrevista ao Jornal de Angola, "temos que ir em busca do desenvolvimento urbano sustentável, ao mesmo tempo em que melhoramos os assentamentos informais, que são extremamente precários."

Contrariamente à ideia de que a modernização passa necessária e obrigatoriamente pela eliminação dos "musseques", a ONU-Habitat defende uma visão mais integral com uma dupla abordagem, nomeadamente a correctiva e a preventiva. O especialista ouvido por este diário desmistificou a ideia de que os musseques devem ser erradicados, ao defender que os mesmos podem conhecer processos de urbanização.

Não basta olharmos para os chamados assentamentos informais como alvo a abater no processo de urbanização, desalojamento e realojamento da população, mas fazer correcções com moradias económica e socialmente viáveis para as famílias. Prevenir o surgimento de novas construções desordenadas, sim, deve ser a aposta, desencorajada, combatida e, preferencialmente, com medidas que não onerem a economia das famílias.

Atendendo à complexidade que envolve o processo de urbanização, é preciso colher os melhores procedimentos no que ao ordenamento, urbanismo e habitação diz respeito para bem da sustentabilidade que toda a sociedade angolana aspira agora e depois. Esperamos que as recomendações e decisões saídas da III conferência sobre a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável contribuam para que os Estados africanos em geral e Angola em particular reforcem políticas habitacionais inclusivas e sustentáveis.

Acreditamos que com a materialização da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo do Executivo, ao lado da relevante parceria com a representação da ONU -Habitat no país, vamos ser capazes de dar sustentabilidade às zonas urbanas que nascem, às zonas rurais e termos uma visão diferente sobre os musseques.

6.8 Taxa urbana é satisfatória

Jornal da Economia e Finanças
21 De Outubro de 2016

Angola regista uma taxa de urbanização de 4,8 por cento e perto 62 por cento da sua população vive nas zonas urbanas, informou, passado dia 19, em Quito, Equador a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santos.

6.9 Luanda cresce duas vezes mais depressa que Angola

Jornal O País
26 De Outubro de 2016
Texto: Milton Manança

Província de Luanda cresceu duas vezes mais depressa que Angola o seu conjunto, nas últimas décadas, resultantes das migrações internas e externas não controladas, de acordo o investigador e docente universitário Luís Filipe Colaço.

O académico fez esta revelação ontem, durante o VI Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais da

Universidade Agostinho Neto (UAN) que decorre sob o lema "Os desafios da sociedade Angolana no Século XXI, população, dinâmicas sociais e fluxos migratórios".

Luís Caloço disse que este crescimento de Luanda que "asfixia" o das restantes províncias tem influência directa no índice de criminalidade que se tem registado nos últimos tempos na capital e na deficiente arborização dos espaços verdes.

O número de desempregados na capital é apontado como outra causa, segundo o interlocutor, tendo realçado que a maior parte dos migrantes não possui qualificações.

A enchente na capital começou a registar-se há cinco décadas, mas sofreu um aumento exponencial desde o fim da guerra civil, em 2002.

As migrações não controladas, principalmente externas, têm como principal porta de entrada as zonas transfronteiriças que, segundo o interlocutor, podem ser aferidas a partir dos resultados do Censo Populacional e da Habitação de 2014, que ilustram o crescimento da população nacional de 3% contra 6,3% de Luanda.

Esses movimentos da população decorrem da procura de melhores condições de vida que foi acrescida pela instabilidade política e a crise militar de quase 30 anos. Entretanto, importa realçar que mais de 62% da população angolana vive em áreas urbanas, contra os 37% das áreas rurais. Huíla, Benguela, Huambo, Kwanza-Sul, Uíge, Bié e Malange, para além de Luanda, são as províncias mais habitadas de acordo com o Censo de 2014.

6.10 Obras impulsionam crescimento

Jornal de Angola
01 De Outubro de 2016
Texto: Sérgio V. Dias

As várias infra-estruturas em construção na província do Bié vão impulsionar o desenvolvimento da região. O destaque vai para a centralidade do Cuíto, a ser erguida numa área de 300 hectares, que vai albergar seis mil apartamentos.

A empreitada tem a entrega prevista para o primeiro semestre de 2017, de acordo com o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Fernando Tchatuvela, que garantiu à imprensa a alta qualidade do projecto adjudicado à construtora Cora-Angola. Com residências T3, a centralidade destina-se, sobretudo, à juventude da província. O vice-

governador do Bié disse que, uma vez Concluída, a empreitada vai albergar cerca de 42 mil habitantes.

No município do Andulo, está a ser construída outra centralidade com mil apartamentos T3 e dois mil fogos, de diferentes tipos, na Reserva fundiária de Caluapanda.

No quadro das infra-estruturas, foram já certificados 300 hectares de terra para a construção do pólo industrial do Cunhinga, áreas de produção agrícola em Camacupa e a reserva fundiária de Caluapanda.

Balança económica Durante o acto de certificação, o vice-governador do Bié para Sector Político e Social, Carlos Silva, assegurou que o processo de desminagem devolve a esperança de uma vida melhor à população da província. Carlos Silva frisou que as zonas desminadas abrem oportunidades para se desenvolver projetos sociais, assim como para o reforço da cadeia alimentar e o equilíbrio da balança económica da província. O trabalho de desminagem desses espaços, feito em nove meses, registou a destruição de 304 engenhos explosivos, segundo o responsável de operações da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), Bernabé Frederico.

Reabilitação de estradas O Executivo está engajado na reabilitação de estradas no Bié, base para o desenvolvimento equilibrado da província. O projecto em destaque é o da via entre o Cuito e a sede do município do Cuemba.

Dos 164 quilómetros de estradas, 20 já estão asfaltados. A recuperação do troço rodoviário, que faz parte do corredor Leste da província, integra o programa gizado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O governador provincial do Bié, Alvaro de Boavida Neto, afirmou que as pontes ao longo do troço já foram construídas e decorre o processo de desminagem. Até ao Cuemba, a estrada passa por Catabola e Camacupa, municípios de grande importância económica para a província. A via é uma das espinhas dorsais do corredor do Lobito, que dá acesso à vizinha província do Moxico.

Enquanto o processo de asfalto não chega à sede municipal do Cuemba, o Governo Provincial do Bié assegura a circulação de pessoas e mercadorias com a terraplanagem do troço. Nesse momento, a locomotiva do Caminho-de-Ferro de Benguela, com dois serviços semanais, tem sido a alternativa para a circulação de pessoas e bens nesse corredor Leste do Bié, tendo em conta as dificuldades de acesso por estrada em muitos pontos.

O comboio do CFB, que atravessa o país do Lobito, Benguela, até ao Luau, no Moxico, passando pelo Huambo e Bié, faz a ligação desta Província com a fronteira da Zâmbia, às terças e quartas-feiras (ida) e sextas e sábados (regresso).

Um vasto programa O Governo tem um vasto programa de intervenção para as vias de acesso no Bié, num total de 360 quilómetros de estradas. Dos troços já consignados pelo Ministério da Construção, consta o que liga a comuna de Cachingues/Chicalaao/Mutumbo, no município Do Chitembo, a Sul do Cuíto, num total de 116 quilómetros. O projecto da reabilitação engloba a recuperação e a pavimentação de 113 Quilómetros da estrada nacional (EN) n° 150, que liga o município de Camacupa às comunas de Ringoma e de Umpulo.

Abrange ainda a reabilitação e a pavimentação da EN n° 141, que dá acesso ao município do Andulo e à vila de Cassumbe, de 52 quilómetros, assim como da 143, que liga Nharea à comuna da Gamba, numa extensão de 43 quilómetros.

A reabilitação e a pavimentação de 147 quilómetros da EN n° 250, no troço Camacupa/Cuemba até à comuna do Munhango também fazem parte da empreitada. Para a concretização desses projetos, o Governo Provincial do Bié investiu mais de 38 mil milhões de kwanzas. A empreitada permitiu a criação de 892 empregos directos para angolanos e estrangeiros, bem como 1.340 empregos indirectos de mão-de-obra nacional.

6.11 Habitação no centro das prioridades governamentais.

Jornal de Angola
01 De Outubro de 2016

Uma conferência, com o lema "A habitação no centro", é realizada, na manhã de segunda-feira, Dia Mundial do Habitat, pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, no anfiteatro da Faculdade de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto.

Um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação, enviado, ontem, ao Jornal de Angola, refere que a titular da pasta, Branca do Espírito Santo, vai presidir à cerimónia de abertura da conferência, na qual vão ser discutidos os temas "Cidades e os objectivos do desenvolvimento sustentável" e os "Direitos fundiários, obrigações tributárias e desenvolvimento sustentável." "A importância do registo imobiliário no contexto económico actual" e "A parceria público-privada e os

desafios do crescimento sustentável das cidades" são outros temas para a conferência.

O Ministério do Urbanismo e Habitação convidou para oradores o representante em Angola do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU- Habitat), o arquitecto brasileiro Thomaz Ramalho, o director do Gabinete de Desenvolvimento da Economia Real do Ministério da Economia, Rui Simões, e representantes da Administração Geral Tributária e do Guiché Único.

António Gameiro e Ivo Canga, assessores da ministra do Urbanismo e Habitação, Adriano Chiwale, director do Gabinete Jurídico, e Lucas André, director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística, são os moderadores da conferência.

Ainda por ocasião da efeméride, na tarde de segunda-feira, é realizado o XI fórum de Arquitectura, na Universidade Lusíada de Angola.

Direito universal à moradia O Dia Mundial do Habitat, instituído pela Organização das Nações Unidas, é celebrado na primeira segunda-feira de Outubro. A data, comemorada desde 1986, permite que se faça uma reflexão sobre o estado das cidades e do direito à moradia adequada e um alerta para o mundo se lembrar da sua responsabilidade coletiva sobre o habitat para as gerações futuras. Sobre a efeméride, a directora do Gabinete de Intercâmbio do Ministério do Urbanismo e Habitação disse, ontem, ao Jornal de Angola que o Dia Mundial do Habitat permite focar a atenção dos atores da Agenda Urbana Nacional no reforço do compromisso e promover coesão social em torno dos graves problemas que o desenvolvimento urbano acarreta.

Eunice Jasse Inglês lembrou que mês de Outubro foi designado pelas Nações Unidas desde 2014, "Outubro urbano", por serem comemorados nesse mês duas efemérides emblemáticas: dias mundiais do Habitat, na primeira segunda-feira, e das Cidades, no último dia.

Soluções inclusivas A uma pergunta sobre o compromisso de Angola para com a Nova Agenda Urbana, a ser lançada, este mês, na cidade de Quito, capital do Equador, na conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Eunice Jesse Inglês afirmou que o documento dita as regras mundiais para o sector, para os próximos 20 anos.

Angola tem contribuído intensamente para o novo "desenho urbano" e, desde 2014, está engajada nas decisões, tanto a nível regional, com a adoção da posição comum africana, assim como acompanha o

dossier e processo de preparação da conferência Habitat III e a negociação do documento final, acentuou a alta funcionária do Ministério do Urbanismo e Habitação.

"O Governo de Angola está comprometido com a melhoria das condições de vida dos cidadãos e abraça todas as oportunidades de encontrar soluções inclusivas para o desenvolvimento económico e desenvolvimento urbano sustentável", afirmou Eunice Jesse Inglês.

Na sua opinião, a ONU-Habitat escolheu "Habitação no centro" como lema para a comemoração da Efeméride este ano, para "uma reflexão sobre as condições essenciais para o cumprimento do desiderato habitação adequada, que vai muito além de estar abrigado sob um teto e protegido por paredes." Eunice Jesse Inglês salienta que, na lista de requisitos, está a segurança da posse, que é traduzida por um conjunto de relações que vinculam as pessoas às moradias e terras que ocupam, permitindo que as pessoas vivam em suas casas com segurança, paz e dignidade.

6.12 Executivo mobiliza sector empresarial

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2016

Texto: Yara Simão

O Executivo está a mobilizar as Instituições públicas e agentes privados para terem uma participação activa na materialização das políticas e estratégias públicas no domínio do urbanismo e habitação e garantir o êxito da construção de habitações, informou ontem, em Luanda, a ministra do Urbanismo e Habitação.

Branca do Espírito Santo, que falava na comemoração do Dia Mundial do Habitat, comemorado na primeira segunda-feira do mês de Outubro, esclareceu que a mobilização está a ser feita através do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH). Este programa está estruturado com base nos objectivos específicos e prioritários, reflectindo os principais anseios dos diversos estratos da sociedade angolana face à problemática habitacional, com ênfase para as classes de rendas média e baixa.

Branca do Espírito Santo explicou que consta do PNUH a produção estatal de conjuntos habitacionais baseados em modelos de casa com padrão económico pré-definido e a realizar-se em regime de custos controlados, por operações de loteamentos urbanos e de construção de obras de urbanização de

carácter evolutivo, em regime de parceria público-privada e providas de equipamentos sociais.

"O objectivo é a produção baseada em modelos de casas com padrão económico pré-definido a realizar-se em regime de custos controlados", informou Branca do Espírito Santo. "Estão a ser elaborados lotes urbanizados e as operações a conduzir por iniciativa dos Governos Provinciais Têm como objectivo estabelecer mecanismos de ocupação ordeira dos espaços urbanizáveis, disponibilizando, de forma sistemática, terrenos, infra-estruturados e legalizados para o atendimento às famílias", acrescentou. Estes lotes destinam-se às famílias que pretendem construir casa própria em regime de autoconstrução dirigida, para a reintegração das famílias afetadas pelas inundações, assim como das que habitam em áreas de risco.

O Estado angolano, sublinhou Branca do Espírito Santo, é democrático e de direito e tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, respeito dos direitos, liberdades e garantias fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados, onde todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida. Desafios do sector Como desafios a atingir, a ministra citou o melhoramento das condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal, a regulação do fenómeno migratório e do desenvolvimento do sistema urbano nacional, a dinamização e o incentivo à participação do sector bancário e instituições financeiras nacionais na promoção da habitação social.

Branca do Espírito Santo informou que o programa habitacional tem como objectivo obtenção favorável de qualificação do desenvolvimento do sistema urbano e parque nacional habitacional, com o fim de garantir a elevação e o bem-estar social da população e de contribuir para desenvolvimento sustentável.

"As comunidades residentes nessas áreas periurbanas vão ser chamadas a aderir ao processo de legalização criteriosa de terrenos que ocupam, de valorização económica das suas habitações e de complemento das infra-estruturas públicas e dos equipamentos sociais em falta", concluiu a ministra.

6.13 Fomento do Programa Habitacional

Jornal Manchete

07 De Outubro de 2016

Texto: Jorge Neto

Por seu turno, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse que o Executivo está a mobilizar as instituições públicas e agentes privados para terem uma participação activa na materialização das políticas e estratégias públicas no domínio do urbanismo e habitação e garantir o êxito da construção de habitações.

Branca do Espírito Santo que falava na comemoração do Dia Mundial do Habitat, esclareceu que a mobilização está a ser feita através do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH).

"Este programa está estruturado com base nos objectivos específicos e prioritários, reflectindo os principais anseios dos diversos estratos da sociedade angolana face à problemática habitacional, com ênfase para as classes de rendas média e baixa".

A governante explicou que consta do PNUH a produção estatal de conjuntos habitacionais baseados em modelos de casa com padrão económico pré-definido e a realizar-se em regime de custos controlados, por operações de loteamentos urbanos e de construção de obras de urbanização de carácter evolutivo, em regime de parceria público-privado e providas de equipamentos sociais.

"O objectivo é a produção baseada em modelos de casas com padrão económico pré-definido a realizar-se em regime de custos controlados", informou Branca do. Espírito Santo. "Estão a ser elaborados lotes urbanizados e as operações a conduzir por iniciativa dos Governos Provinciais têm como objectivo estabelecer mecanismos de ocupação ordeira dos espaços urbanizáveis, disponibilizando, de forma sistemática, terrenos infra-estruturados e legalizados para o atendimento às famílias", acrescentou. Estes lotes destinam-se às famílias que pretendem construir casa própria em regime de autoconstrução dirigida, para a reintegração das famílias afectadas pelas inundações, assim como das que habitam em áreas de risco.

O Estado angolano, sublinhou Branca do Espírito Santo, é democrático e de direito e tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, respeito dos direitos, liberdades e garantias fundamentais elo homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados, onde

todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade ele vida.

6.14 Jornalistas do Huambo agastados com governo

Jornal A Verdade

08 De Outubro de 2016

Um grupo de jornalistas do Huambo escreveu recentemente uma carta ao governador da província, Kundi Paihama, na qual questionam as formas pouco claras como estão a ser distribuídas as casas nas centralidades do Lossambo e Caála.

Segundo os jornalistas, a distribuição está a sei feita por via do amiguísmo e pela porta do cavalo pelo vice-governador para as infra-estruturas, Calunga Zagi Quissanga.

Arquitecto de formação e levado à governação do Huambo por Fernando Faustino Muteka, para substituir o irreverente José Alberto Cai, hoje director nacional de infra-estruturas no Ministério da Construção, Calunga Zagi Quissanga é apontado pelos jornalistas - muitos deles preferem o anonimato por medo de represálias, de estar a distribuir casas a amigos, aos escoltas do governador, a directores provinciais (muitos deles com uma ou mais imóveis nos famosos bairros dos Ministros ou da Fátima), a gerentes de bancos e ainda aos directores dos órgãos de comunicação social do Estado sediados na província, para calar a boca destes e evitar que se aliem aos seus subordinados na luta que travam com a Kora Angola para obtenção de uma residência.

Construídas com dinheiros públicos já pagos na totalidade pelo Ministério das Finanças aos grupos que trabalharam projecto, o facto é que a empresa Kora Angola, que está a comercializar as casas, exige o pronto pagamento de 11 milhões de kwanzas, caso o contrário "os jornalistas não recebem as chaves de nenhum apartamento", diz um membro do grupo de jornalistas que escreveu ao governador. Entretanto, a Kora Angola e o Governo do Huambo concederam facilidades na célebre "renda resolúvel" a alguns eleitos seus, que se vão apossando de casas no Lossambo, mesmo sem reunirem os requisitos para o efeito.

Agastado com tal situação, um operador de câmara da delegação da Televisão Pública de Angola, de nome Vilinga, postou na sua página do Facebook, mais palavra menos palavra, o seguinte: "Quando precisam de nós para trabalhar até de madrugada chamam-nos. Mas, quando é para dar incentivos, como as casas do Lossambo, chamam-se na calada e

distribuem-se entre eles. Moro no Sassonde (um musseque do Huambo), todavia, vejo-me no direito de adquirir um apartamento na tal de renda resolúvel".

Por tais escritos, o homem em causa foi chamado à pedra na sede do MPLA pelo segundo secretário Armando Capunda, e quase foi "arranhado" por Calunga Zagi Quissanga, o vice-governador que distribui os apartamentos.

Os jornalistas do Huambo solicitaram, na semana passada, uma audiência com Kundi Paihama, para solicitaram que fosse revista a questão, já que reúnem condições para aderir ao sistema de renda resolúvel. O pedido foi-lhes negado porque o "chefe" se encontrava em Luanda, em missão de serviço.

No processo de renda resolúvel, em que os jornalistas pretendem ser abrangidos, os contemplados pagam 39 mil kwanzas por mês, mas a Kora Angola exige deles 11 milhões de kwanzas, o valor total da casa, em uma única prestação.

6.15 Aldeia Pacata do Zaire ganha vitalidade

Jornal de Angola

8 De Outubro de 2016

Texto: Fernando Neto

Um grupo de 50 famílias residentes em zonas de risco nos bairros periféricos da cidade de Mbanza Congo foi realojado em casas evolutivas na aldeia de Mbanza Magina. Com cerca de 600 residências, a localidade adquire hoje uma nova imagem, com várias melhorias, como a colocação de iluminação pública ao longo da estrada principal.

Além de famílias residentes em zonas consideradas de risco, parte das 50 casas evolutivas, construídas em ambos os lados da estrada de acesso a Mbanza Magina, no âmbito do programa de fomento habitacional, foi distribuída a regressados da vizinha República Democrática do Congo.

A aldeia de Mbanza Magina, cujas ruas estão ainda por asfaltar, fica cinco quilómetros a noroeste da cidade de Mbanza Congo. Nos últimos 14 anos, viu estabelecido o fornecimento de electricidade e água potável e construído um posto de saúde e escolas. A população, composta na sua maioria por mulheres, reclama, sobretudo, da falta de moageiras para transformar a grande quantidade de mandioca produzida.

A romaria de mulheres e crianças que antes se assistia para acarretar água do rio Lueji terminou. Um chafariz e uma lavandaria, construídos no quadro do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, garantem o abastecimento às famílias.

Com um reservatório de cinco mil metros cúbicos, instalado numa elevação de onde a água desce por gravidade, o chafariz é aberto duas vezes ao dia durante três horas. Um grupo gerador de 2.000 mil leva assegura o fornecimento de energia eléctrica das 17 às 8h00 do dia seguinte.

A maioria das casas é feita de adobe queimado, umas cobertas de capim e outras de chapas de zinco.

Mbanza Magina, cuja via de terra batida foi terraplanada, é uma típica aldeia angolana, onde se mistura o rústico e o moderno.

O uso de material de fabrico artesanal, como o adobe queimado, na construção de casas evolutivas, serve também para promover no seio das comunidades novos métodos de edificação de residências e outras infra-estruturas, de forma simples, mas que oferecem melhores condições de segurança e de comodidade.

Apesar dos avanços sociais registados, Mbanza Magina é uma localidade pacata, com um ambiente propício para quem procura fugir da agitação dos aglomerados humanos.

Quem ali chega de manhã, encontra casas com as portas abertas, com as famílias a prepararem-se para ir à lavoura, principal actividade económica da comunidade.

Ao cruzarem-se logo pela manhã, os aldeões saúdam-se com a habitual expressão kikongo "lwashikama?" - "acordou bem?" em português.

"Terra de xarás"

O regedor André Domingos Adriano levou a equipa de reportagem à casa do soba Sebastião Matondo, um ancião na casa dos 70 anos, que encontrámos a matabichar na companhia da mulher e de duas filhas.

À sombra de uma árvore, o velho soba contou que o local foi o escolhido por elementos do clã Kiwanga, idos de Kimpese, no município do Cuimba, comuna da Serra de Kanda, antes da chegada dos portugueses.

Magina, em kikongo, significa "xará", enquanto Mbanza, quer dizer terra. A designação "terra de xarás" advém da cadeia montanhosa que a circunda. Na vigência do antigo reino do Congo, a comunidade de Mbanza Magina granjeou o respeito do rei, que

trocava, com os seus antecessores, ideias sobre vários assuntos sociais pertinentes da vida colectiva.

Sebastião Matondo disse que a aldeia registou grandes mudanças após a independência e, sobretudo, desde a conquista da paz. A população está satisfeita pelo acesso à água potável, electricidade, cuidados primários de saúde e escolas para as crianças. Os habitantes locais pedem o asfaltamento da estrada de acesso, a criação de oportunidades de emprego e a instalação de moageiras.

"O Governo deve-se preocupar em asfaltar a estrada. Os táxis que operam nesta zona são motorizadas e cobram 300 kwanzas pela corrida até Mbanza Congo", disse o regedor Domingos Adriano.

A poeira ao longo da estrada é uma das principais reclamações dos habitantes da zona. A partir das 18h00, os moto-taxistas chegam a cobrar mil kwanzas pelo transporte de passageiros, valor exorbitante para os habitantes de Mbanza Magina, cujos rendimentos provêm das lavras e da caça.

Mbanza Magina está subdividida em dez zonas, cada uma com um soba, auxiliado por um conselheiro (também tratado de século) e um secretário. As três figuras conformam a máxima estrutura do poder tradicional em cada zona, encarregada de resolver as diversas querelas nas comunidades. Problemas como violação sexual de menores, violência doméstica ou acusação de práticas de feitiçaria são encaminhados à Polícia e ao Lumbu, tribunal tradicional, que funciona numa das salas no Museu dos Reis do Congo.

Emprego e juventude o acesso ao emprego constitui uma das principais preocupações dos jovens de Mbanza Magina, que reclamam das empresas de construção civil por recrutarem pessoal a partir de Luanda.

"Alguns jovens desta região dominam a arte da alvenaria, mas são ignorados pelas empresas. Quando trabalham como ajudantes nas obras, o emprego dura pouco tempo", afirmou o regedor Domingos Adriano.

Maria Maiomona, 58 anos, pisava bombó num pilão tradicional à porta de casa. Reclamou da falta de moagens na aldeia. "Saímos da lavra já cansadas e temos de pisar o bombó para transformar em fuba e fazer funji para o jantar", referiu.

Cultura milenar

A caça de animais selvagens é uma actividade lucrativa em Mbanza Magina, mercê da abundância e da diversidade da fauna. A arte é transmitida de

geração em geração, mas Domingos Adriano afirmou que alguns costumes seculares deixaram de ser observados.

Quando caçam um animal, os jovens apressam-se a telefonar para os compradores, recebem dinheiro e regressam à comunidade, o que para ele não é correcto, porque a prática tradicional da região reza que a carne deve ser partilhada com os vizinhos.

Muitas vezes, os jovens não conseguem clientes nas matas, embalam a carne e viajam clandestinamente para a cidade de Mbanza Congo, onde vendem, fujindo assim à tradicional divisão comunitária.

Ao som dos tambores

A dança é uma das expressões culturais que sobreviveu ao tempo. O exemplo disso pode ser visto através do grupo "Mbanza Magina", que já actuou noutras províncias do país.

Quando os seus membros se reúnem para ensaiar, atraem muitos vizinhos e transeuntes, que não resistem ao som dos batuques.

Outras tradicionais vão sendo deixadas para trás com o tempo. A circuncisão antes era feita numa cerimónia realizada num local discreto e distante da aldeia, onde os mancebos permaneciam recolhidos durante dois meses a receber ensinamentos necessários para a vida adulta. Hoje, os jovens recorrem aos hospitais.

6.16 Uma parte dos edifícios estão privados de energia

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Moradores dos apartamentos das zonas três a seis da Centralidade do Mussungue, o maior projecto habitacional construído no Dundo, na Lunda Norte, estão privados do fornecimento de energia eléctrica, há alguns dias, devido à destruição, pelas chuvas, de um dos postos de transformação (PT), informou, no sábado, o representante da empresa Imogestin na província.

António Fernandes explicou que a chuva que caiu na madrugada de quinta-feira sobre a cidade do Dundo, acompanhada de ventos fortes e granizo, causou danos substanciais em 21 disjuntores do Posto de Transformação (PT), que garante o fornecimento de energia eléctrica a algumas zonas da centralidade.

Neste momento, técnicos da empresa PAN China, responsável pela construção da centralidade, em coordenação com a Empresa Nacional de Electricidade (ENDE), estão a envidar esforços para, dentro de dias, solucionarem a situação.

O representante da Imogestin na província pediu calma aos moradores pelo dano causados e garantiu que os técnicos já trabalham na recuperação e substituição dos disjuntores afectados.

"O fornecimento de energia eléctrica é um serviço indispensável para o bem-estar das famílias e, por isso, a sua reposição acontece o mais depressa possível, a julgar pelo empenho dos técnicos da PAN China e da ENDE, que trabalham arduamente para devolver a alegria aos moradores". António Fernandes descartou a hipótese de haver danos maiores, uma vez que todas as avarias encontradas nos postos de transformação nas casas foram devidamente avaliados.

Centralidade do Dundo é abastecida através de uma central térmica, com capacidade de 30 megawatts, construída pelo Ministério de Energia e Aguas, no quadro das ações de Investimentos Públicos.

A infra-estrutura do sector eléctrico, inaugurada em Março de 2014 pelo ministro da Energia e Aguas João Baptista Borges, é assegurada por oito grupos geradores e está implantada numa área de 13.000 metros quadrados. A sua gestão está a cargo da Empresa Nacional de Produção de Electricidade (PRODEL).

O projecto foi implantado no âmbito dos programas estruturantes do Executivo, que visam garantir a modernização do sector eléctrico e melhorar os serviços essenciais às Populações da capital da Lunda Norte. A central térmica do município do Dundo, pela sua dimensão e capacidade de produção, está concebida para fornecer energia eléctrica à centralidade do Mussungue e aos distritos urbanos do Dundo e Chitato.

Centralidade do Mussungue A Centralidade do Mussungue, que conta com 5.004 apartamentos, é o maior projecto de fomento habitacional na Lunda Norte, construído no âmbito do programa de urbanização e requalificação da cidade do Dundo.

A nova cidade do Dundo dispõe de apartamentos de várias tipologias. A meta estabelecida pelo Executivo é atingir 20.000 apartamentos, com vista a responder a grande procura e o sonho pela obtenção da casa própria. As obras são executadas em quatro fases, de acordo com a disponibilidade financeira.

O processo de comercialização das casas da Centralidade do Mussungue, por via da renda resolúvel, começou em Dezembro do ano passado, altura em que os primeiros moradores começaram a receber as chaves. Actualmente, cerca de 5.000 famílias já vivem na Centralidade do Mussungue.

No mesmo espaço foi construído um Hospital Geral com capacidade de 92 camas, uma escola com 50 salas, além de uma creche para 900 crianças.

6.17 Cartoon

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2016



6.18 Ministra do Urbanismo na conferência Habitat III no Equador

Jornal O País

13 De Outubro de 2016

A delegação será integrada por representantes dos ministérios da Administração do Território, da Justiça, da Família e Promoção da Mulher, directores nacionais do Ministério do Urbanismo e Habitação e dos institutos por si tutelados.

A conferência, conduzida pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) contará com a presença de chefes de Estado e de Governos, ministros, autoridades locais e regionais, organizações da sociedade civil, representantes do sector privado, da comunidade técnica e académica, de organizações da sociedade

civil, entre outros actores interessados na problemática das políticas urbanas e de habitação.

O evento vai definir os compromissos para a Nova Agenda Urbana que vai dirigir as realizações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente o objectivo II - tornar as cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e estabelecer um novo mandato e plano de acção para o UN - Habitat.

Para a Conferência Habitat III, foram realizadas, entre outros eventos temáticos globais e regionais, três sessões preparatórias, concretamente em Setembro de 2014 em Nova Iorque (EUA), em Abril de 2015 em Nairobi (Quénia), e em Julho de 2016 na cidade de Surabaya (Indonésia)

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitar I) realizou-se em Vancouver, na República do Canadá, em 1976, e constituiu-se no primeiro pilar do compromisso global dos Estados para a melhoria de vida de milhões de habitantes, em zonas urbanas.

A segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos ocorreu em 1996, em Istambul, Turquia, onde foi estabelecida a Agenda Habitat II, cujas metas universais foram assentes na garantia de habitação adequada para todos, assentamentos humanos mais seguros, contribuições de mulheres e grupos sociais vulneráveis e cidades mais saudáveis e habitáveis.

6.19 Governo finta pobres e constrói Centralidade para ricos

Jornal Liberdade

14 De Outubro de 2016

Texto: Escrivão José

Segundo, os populares do Distrito Urbano do Sambizanga, a construção dos apartamentos do Bairro "Markony" na Comuna do Ngola Kiluanje, não vai beneficiar os pacatos cidadãos que foram retirados, porque não terão possibilidade para pagarem as referidas residências dado os magros salários que recebem mensalmente. Afonso Lopes morador do bairro São Pedro da Barra, disse que "se nós fazermos um levantamento em todas as Centralidades do país, vamos constatar que a maioria da população que aí vive são familiares e amigos dos dirigentes do país, como é que vêm ao público dizer que as casas serão distribuídas a população enquanto são comercializadas a preços exorbitantes.

E o governo, tem pela mania expropriar a população das suas terras, muitas vezes prometendo que vão ser remunerados ou depois de serem erguidas aí já não são tidos nem achados as casas são vendidas e entregues aos que têm maior poder financeiro.

Reparemos no seguinte, uma senhora que vende peixe ou água fresca na "zunga" num dos mercados do país, terá possibilidade de pagar uma casa nestas centralidades? não!

Portanto, é melhor o governo reflectir sobre a política habitacional que se quer criar para o benefício da população e evitar que os mesmos que têm no Kilamba não possam ter no Sequele. Falando dos edifícios que estão a ser erguidos para a requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga, os dirigentes já estão a fazer as suas manobras para entregarem as residências as suas famílias, amigos e aqueles que tiverem dinheiro para liquidar os valores das casas no bairro "Markony" na Petrangol". O Jornal Liberdade ouviu os cidadãos que foram destruídas as casas para dar lugar ao espaço onde está a ser construído os referidos apartamentos, os mesmos afirmaram que a direcção do projecto dirigido pelo Bento Soito, coordenador de requalificação do Sambizanga e Cazenga, não tem dado um esclarecimento convincente aos munícipes sobre os principais beneficiários das residências.

João Alberto, disse que perdeu três casas no mesmo local, afirmou que as coisas não estão a ser bem claras sobre o modelo de entrega das residências aos ex-proprietários dos espaços onde nasceu estes edifícios que hoje tem chamado atenção aos governantes que vêm aqui todos os dias fazerem vistoria sobre a qualidade dos mesmos.

"O prazo que o governo havia dado para a conclusão das obras e posteriormente ser entregue a população que havia sido desalojada, já terminou e continuam os trabalhos ao longo das ruas, e não dizem absolutamente nada aos desalojados se os primeiros beneficiários serão os ex-moradores daqueles espaços conforme haviam dito há princípio.

Nós como ex-moradores do bairro markony", pedimos que o senhor Bento Soito venha à público dizer quais os primeiros beneficiários das casas que foram construídas na Markony, por que temos informações que dão conta que há elementos que não fazem parte dos sinistrados e que vão beneficiar das residências", disse João Alberto.

Este Semanário contactou o responsável do projecto de requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga, Bento Soito, mas sem sucesso.

6.20 Pânico na Centralidade do Dundo

Jornal Grandes Notícias
14 De Outubro de 2016

A Centralidade do Mussungue, o maior projecto habitacional construído no Dundo, Lunda Norte, foi afectada por fortes chuvas que deixaram os moradores dos apartamentos das zonas entre três a seis privados do fornecimento de energia eléctrica, devido à destruição de um dos postos de transformação (PT), informou o representante da empresa Imogestin na província.

António Fernandes explicou que a chuva que caiu na madrugada de quinta-feira passada sobre a cidade do Dundo, acompanhada de ventos fortes e granizo, causou danos substanciais em 21 disjuntores do Posto de Transformação (PT), que garante o fornecimento de energia eléctrica a algumas zonas da centralidade.

Técnicos da empresa PAN China, responsável pela construção da centralidade, em coordenação com a Empresa Nacional de Electricidade (ENDE), estão a envidar esforços para solucionarem a situação o mais rápido possível. O representante da Imogestin na província pediu calma aos moradores pelo danos causados e garantiu que os técnicos já trabalham na recuperação e substituição dos disjuntores afectados.

A Centralidade do Mussungue, que conta com 5.004 apartamentos, é o maior projecto de fomento habitacional na Lunda Norte, construído no âmbito do programa de urbanização e requalificação da cidade do Dundo.

6.21 Novo padrão de qualidade de vida nasce com a Centralidade da Quilemba

Jornal de Angola
17 De Outubro de 2016
Texto: André dos Anjos

Localizada 20 quilómetros a nordeste da cidade do Lubango, a centralidade da Quilemba é uma combinação de moradias isoladas e geminadas e edifícios de apartamentos de dois e três pisos, propositadamente aglomeradas numa só urbanização para acolher os mais variados estratos sociais.

Aqui, a modernidade e a simplicidade estão patentes em todas as moradias, que incluem uma suite, sala comum, casa de banho, cozinha e, no caso das residências isoladas e geminadas, um quintal.

O projecto começou a ser executado em 2012, numa área de 1.100 hectares, e volvidos quatro anos evoluiu de uma simples maqueta para uma autêntica cidade, com 7.512 moradias prontas a habitar e 488 em fase de conclusão.

A par das casas por acabar, os empreiteiros esmeram-se agora na finalização de equipamentos sociais como jardins-de-infância, escolas e áreas de lazer.

É nessa fase derradeira, preenchida, em grande medida, por pequenos detalhes, como a sinalização de ruas, entretanto, já revesti das de camada asfáltica, que o Jornal de Angola confirmou que a nova centralidade é aberta ao público, definitivamente, nos primeiros meses de 2017, num processo que, se sabe desde já, é conduzido pela Imogestin, empresa responsável pela gestão e comercialização das novas centralidades.

Enquanto a empreiteira chinesa que executa as obras se ocupa dos últimos detalhes, o Governo da província desdobra-se em contactos com o Ministério de Energia e Aguas para garantir o abastecimento de energia e água à centralidade, já dotada de equipamentos necessários para o efeito.

Aliás, é voz corrente que um eventual atraso na abertura ao público da nova urbanização só pode ser associada à demora na instalação destes serviços, que, de acordo com cronograma do projecto, já deviam lá estar.

Ao que Jornal de Angola apurou, atraso na instalação de energia e água junta-se a outros constrangimentos que concorreram para o alargamento do prazo inicialmente previsto para a construção da centralidade da Quilemba, de dois para pouco mais de quatro anos.

Como não podia deixar de ser, a crise financeira que se seguiu ao arranque do projecto interferiu no ritmo dos trabalhos, ao lado de outros factores como a resistência de alguns cidadãos em abrir mão dos terrenos que cultivavam ou habitavam no perímetro delineado para a nova urbanização.

Revisão de expectativas

À véspera do arranque do projecto, as autoridades gizaram um programa de realojamento das famílias que habitavam dentro do traçado do que viria a ser a nova urbanização.

Nessa altura, foram contabilizados 413 agregados para os quais foi criada uma zona residencial, nos arredores da nova cidade, com igual número de casas.

Mas há quem detinha parcelas agrícolas - e não são poucas pessoas - que se recusaram a ceder.

Em consequência disso, a nova urbanização, inicialmente prevista para acolher 66.000 habitantes num total de 11.000 residências, ficou reduzida a 8.000 moradias, com capacidade para 48.000 pessoas.

Desenvolvido em regime concepção-construção, o projecto contempla infra-estruturas internas como redes viárias, eléctrica, iluminação pública, água, esgotos, e drenagens de águas pluviais, para além de diversos equipamentos sociais, que "sobreviveram" ao redimensionamento da maquete. Por aí se vê que, no essencial, a nova urbanização preserva os traços urbanísticos originais.

Entre a população é notória a curiosidade em conhecer a nova urbanização, que, como é da praxe em obras do género, está resguardada da curiosidade pública por vedações, que não permitem senão entrever um ou outro detalhe da obra. As imagens mais pormenorizadas que lhe chegam pela televisão só aguçam ainda mais o interesse.

Um prestigiado jornalista residente na cidade do Lubango, fala de "nosso Kilamba", para se referir à urbanização da Quilema, numa clara analogia com a centralidade mais emblemática hoje da província de Luanda.

A Quilema é o maior projecto imobiliário da província da Huíla, depois da independência do país em 1975, mas não é primeira grande obra de engenharia a perfilar na senda da modernização do burgo. No quadro do CAN'20 1 O, organizado por Angola, a cidade do Lubango foi uma das eleitas para abrigar a competição. Ganhou novas infra-estruturas e viu modernizadas outras tantas.

Sinais de progresso

É na véspera do CAN, quando se assiste à inauguração do Aeroporto Internacional de Mukanka, que a cidade - escala obrigatória de quem sai de Luanda para Namíbia ou África do Sul - emite os primeiros sinais de que queria uma maior interacção com outras geografias e povos.

Trata-se de um imponente empreendimento dotado de equipamentos ultra-modernos para voos nocturnos e com capacidade para aviões de grande porte, como o Boeng 777 ou 747 e placa de estacionamento para aeronaves, por onde se esperava um tráfego anual de passageiros na ordem de 1.75 milhão.

O estádio da Tundavala, outro "monstro de betão", também construído no âmbito do CAN 2010, não

demorou a entrar para a galeria dos lugares emblemáticos da cidade, onde o Cristo Rei, a Fenda da Tundavala e a Senhora do Monte têm, seguramente, lugares cativos.

As duas infra-estruturas, o aeroporto construído numa área 350.000 metros quadrados e o estádio noutra, de 25. 807 metros quadrados, na zona Tchico, deram lugar a uma: terceira empreitada não menos importante, que consistiu no alargamento e modernização da estrada que liga a cidade aos dois destinos, separados um do outro por escasso quilómetros.

Por altura do CAN, aos investimentos públicos feitos na cidade, para além da construção de um novo aeroporto e um moderno estádio de futebol, juntaram-se os privados, com particular incidência para o sector hoteleiro e turístico, mas na sua maioria de efeitos efémeros.

Do estádio da Tundavala, onde, no CAN2010 desfilaram lendas do futebol mundial como Samuel Eto'o, por exemplo, já pouco ou nada se fala. Aliás, as últimas informações sobre o empreendimento, que custou aos cofres do Estado cerca de 70 milhões de dólares, dão conta do "desaparecimento misterioso" do gerador de energia eléctrica no estádio e da degradação acentuada da relva.

E neste fase em que os moradores que falaram à reportagem do Jornal de Angola, convergem na ideia segundo a qual em determinado momento a cidade "parou no tempo" e em alguns aspectos até chega a dar alguns sinais de retrocesso, como no caso do saneamento básico, que a nova centralidade surge como uma luz do fundo do túnel, uma esperança de que nem tudo está perdido.

Maria João, estudante de Economia a residir no Lubango há 20 anos, diz que a cidade, do ponto de vista de saneamento, não tem comparação com o que era há cinco anos.

"Se o senhor percorrer as ruas vai deparar-se, em algumas, com amontoados de lixo que remetem para outras realidades que não a nossa", desabafa.

"O Lubango não está isento das dificuldades financeiras que afligem o país, mas está melhor do que muitas cidades", defende um outro morador. "Se deixou de constar entre as mais limpas do país ainda não entrou para a galeria das mais sujas", sublinha, gabando-se da sua terra natal.

Mas Clemente Gamboa, este mesmo que diz que o Lubango "ainda não entrou para a galeria das cidades mais sujas do país", reconhece ser possível fazer mais

em matéria de saneamento básico e manutenção de jardins, para uma imagem mais arejada da cidade.

No essencial, a opinião comum é que o velho casco urbano da cidade do Lubango, caracterizado actualmente, por passeios esburacados, amontoados de lixo e edifícios descaracterizados, uns pelo tempo e outros por falta de manutenção, carece de uma intervenção, a vários níveis.

Recentemente, o governo da província interveio na reabilitação e asfaltagem de algumas estradas secundárias, incluindo os troços que ligam o desvio do cemitério da Mitcha ao mercado do João da Almeida, do bairro Lucrécia ao Ferrovia e do Miradouro à Senhora do Monte.

E, ainda no âmbito dos programas de investimentos públicos, a cidade conheceu avanços significativos em matéria de fornecimento de energia e água. Em 2011, o governo da província pôs em marcha um programa de reabilitação e ampliação das redes de distribuição de energia e água, cujos resultados são hoje visíveis.

Percurso da cidade

Lubango foi elevado à categoria de cidade a 31 de Maio de 1923, quando o caminho-de-ferro cruzou, pela primeira vez o deserto, superou a serra da Chela e atingiu o planalto. Pouco depois, a cidade foi baptizada por Sá da Bandeira e alcunhada por "Coimbra de Angola", devido ao desenvolvimento cultural que começou a apresentar desde muito cedo.

Durante muito tempo, Lubango só dividiu com Luanda o privilégio de albergar um liceu, que ministrava cursos até ao 7º ano do tempo colonial, o que fez com que intelectuais e políticos como Costa Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Aires' de Almeida Santos, Manuel Rui António Neto, tivessem passado por lá, uns na condição de estudante e outros de funcionários. Cercada de raras belezas naturais, a cidade alberga monumentos e sítios que a distinguem do panorama turístico angolano. As Fendas da Tundavala, que proporcionam um espectáculo fascinante, quando avistadas da parte alta do Lubango, constituem um exemplo disso.

Mas em matéria de monumentos e sítios, Lubango tem muito mais do que se pode imaginar. A Fenda do Alto Bambi - Barragem das Neves Cristo Rei - localizada na Ponta do Lubango, de onde se pode ver a cidade em todo seu esplendor, é um detalhe à parte.

No rol de monumentos e sítios e para não mais mencionar os mais falados, como a Senhora do Monte, surge, ainda, o Antigo Palácio do Governo, construído em 1887, onde funciona hoje o Governo

Provincial, e a Catedral da Sé, situada no centro do Lubango, cujas belezas arquitectónicas são de encher as vistas.

É à volta da preservação deste património histórico, cultural e turístico que a maior parte da população apela às autoridades para intervir onde for necessário, para garantir que a cidade continue a ser uma porta para o interior da província, cuja dinâmica de desenvolvimento depende, em certa medida, do município sede.

Concebida para pouco mais de 50 mil habitantes, Lubango suporta actualmente uma população à volta de 800 mil habitantes, de acordo com dados do Censo de 2014, com todos reflexos negativos na prestação de serviços básicos, sobretudo de saneamento básico.

Ao longo dos últimos 40 anos Angola sofreu um acentuado movimento populacional à procura de segurança e melhores condições de vida nas zonas urbanas, resultando em fenómenos de ocupação desordenada das áreas peri-urbanas das principais cidades, com destaque para Luanda, Lubango e Benguela.

Das ocupações desordenadas nas áreas peri-urbanas das principais cidades resultou um crescimento não planeado do parque habitacional informal, caracterizado pela carência generalizada das infra-estruturas urbanas e equipamentos sociais, com efeitos directos sobre a degradação dos níveis de salubridade e de qualidade de vida.

Dados do Censo indicam que 97,5 por cento da população da província da Huíla, uma das que mais deslocados receberam de outras províncias, nos últimos 40 anos, vive em habitações construídas à base de material inapropriado.

E para corrigir esta situação que Executivo elaborou e colocou em marcha o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, no âmbito do qual já foram construídas várias centralidades em diferentes províncias do país. Para o Lubango coube a da Quilemba.

6.22 Executivo está a repensar o papel da banca no sector imobiliário

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2016

Texto: Nhuca Júnior

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, concedeu uma entrevista ao Jornal de

Angola na véspera da sua partida para Quito, capital do Equador, para onde viajou a fim de representar o Chefe de Estado na terceira conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que termina na quinta-feira, dia em que os países membros da ONU vão aprovar uma Nova Agenda Urbana, tendo como uma das linhas de força o direito humano à cidade. Na entrevista, a ministra deu ênfase aos passos que já foram dados no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e destacou também o facto de Angola ter uma posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal 'de Angola - Angola está preparada para alcançar até 2030 o objectivo 11 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que é "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis?"

Branca do Espírito Santo - Angola tem envidado esforços neste sentido. De acordo com as metas do objectivo 11, tomar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis significa, entre outras questões, primeiro' garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, segundo, o acesso aos serviços básicos e à urbanização dos musseques, terceiro, a redução do impacto ambiental negativo percapita das cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais também e, finalmente, apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais e o reforço do planeamento nacional e regional de desenvolvimento.

Jornal de Angola - Há uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo?

Branca do Espírito Santo - Sim, há uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo', que se chama "Angola 2025". A estratégia visa alcançar uma harmoniosa ocupação humana do território e uma distribuição espacial equilibrada das actividades económicas e sociais, com base em eixos e pólos de desenvolvimento. Baseado no "Angola 2015", o Programa Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017) definiu uma série de políticas nacionais para o desenvolvimento, algumas das quais relacionadas com o desenvolvimento urbano e territorial, sendo de destacar o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de habitações em várias províncias, tanto pelo Estado como pelo sector privado e cooperativas. A construção de 200 fogos nas capitais municipais, a auto construção dirigida e a requalificação urbana também fazem parte das subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. A

construção das habitações, no âmbito do programa, contribui para o aumento do stock habitacional e permite que cada vez mais famílias tenham acesso à habitação segura e adequada. O aumento da oferta contribui para a redução da pressão sobre a procura e, actualmente, assiste-se a uma redução dos preços tanto para a aquisição como para o arrendamento. Os programas de requalificação urbana em curso têm contribuído para a urbanização dos musseques, permitindo aos munícipes o acesso aos serviços básicos. A implementação dos projectos desta subcomponente bem como a criação de capacidade das administrações locais para o planeamento e gestão dos planos territoriais vão contribuir para o aumento da urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos.

Jornal de Angola - Como avalia o grau de execução desse subprograma do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação relativo à requalificação urbana, a nível nacional e, em particular, em Luanda?

Branca do Espírito Santo - Em primeiro lugar, importa referir que se entende como requalificação urbana o conjunto de acções levada a cabo com o intuito de melhorar as acessibilidades, mobilidade e os sistemas de infra-estruturas e de equipamentos sociais. Acções essas que são materializadas por projectos de infra-estruturas básicas ou integradas, quando são intervencionadas as várias redes técnicas ao mesmo tempo - rede de abastecimento de água, drenagem pluvial (escoamento de águas pluviais), drenagem das águas residuais (esgotos), electricidade (redes de média e baixa tensão e iluminação pública), telecomunicações. Em segundo lugar, reconhecemos que temos ainda muito que fazer em relação a esta matéria, mas, em função do que foi programado e dos recursos financeiros disponíveis, podemos considerar no contexto geral a avaliação deste subprograma a nível nacional como sendo positiva, pois para além das acções de âmbito central, que foram e que estão a ser executadas por vários departamentos ministeriais, como os Ministérios do Urbanismo, Construção e Energia e Águas, li nível dos governos provinciais tem havido também outras iniciativas que concorrem para o alcance das metas preconizadas.

Jornal de Angola - Pode citar alguns projectos já executados?

Branca do Espírito Santo - Em termos de retrospectiva, pode-se fazer referência a alguns projectos de infra-estruturas integradas já executados, tais como a requalificação da estrada da Samba e do Rocha Pinto, em Luanda; projectos de infra-estruturas integradas de Mbanza Congo, Nzeto e

Soyo, na província do Zaire; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Malanje, na província de Malanje; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda, na província de Cabinda; infra-estruturas integradas de Benguela e Lobito e infra-estruturas integradas do Cuanza-Sul (1 a fase). Por outro lado, mais recentemente, o Ministério do Urbanismo e Habitação promoveu o lançamento de alguns concursos públicos que resultaram na adjudicação das seguintes empreitadas de requalificação urbana, nomeadamente, infra-estruturas integradas da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango; infra-estruturas integradas da cidade de Saurimo, na província da Lunda Sul; infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge; requalificação urbana da cidade de Malanje, na província de Malanje; requalificação urbana da cidade do Dondo, na província do Cuanza Norte; requalificação urbana da cidade do Huambo, na província do Huambo.

Jornal de Angola - Há uma noção do número de pessoas que vão ser beneficiadas?

Branca do Espírito Santo - Por exemplo, os projectos de infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge, Menongue, província do Cuando Cubango, e Saurimo, províncias da Lunda-Sul, beneficiam 51.700 habitantes, sendo 45 mil no Uíge e Negage, três mil em Menongue e 3.700 em Saurimo. Os projectos de requalificação urbana de Malanje, Dondo e Huambo, onde se realizaram intervenções nas redes de drenagem pluvial e residual, nos armamentos e passeios, já beneficiam a população residente naquelas localidades.

Jornal de Angola - Como o Governo incentiva a autoconstrução dirigida?

Branca do Espírito Santo - Importa referir também que o sector está a intervir em reservas fundiárias com a execução de projectos de infra-estruturas integradas que vão permitir, após a conclusão das infra-estruturas, incentivar a autoconstrução dirigida e o investimento privado para a construção das habitações e equipamentos sociais, colocando desse modo um número maior de terrenos infra-estruturados e aumentando a oferta de habitações para comercialização, com destaque nos seguintes: projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Catapa, na província do Uíge; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Quiçama, na província de Luanda; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária das Mabubas, na província do Bengo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária Benguela Sul, na província de Benguela; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Mungo,

na província do Huambo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Missombo, na província do Cuando Cubango; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Chitato, na província da Lunda Norte.

Jornal de Angola - Que elementos indispensáveis de avaliação pode citar' em relação ao grau de execução do projecto de requalificação em Luanda?

Branca do Espírito Santo - No caso de Luanda, foram realizadas várias acções que levaram à requalificação dos bairros Cassenda, Mártires de Kifangondo, Bês e Cês, Lar do Patriota, Benfica, Morro Bento, Viana sede e outros. Todos estes bairros foram dotados de redes de abastecimento de água, drenagem e electricidade, incluindo iluminação pública, rede viária pavimentada e passeios requalificados. Decorrem ainda trabalhos para se requalificar outros bairros, como são o caso do Bairro Popular, Terra Nova, Rangel, Futungo de Belas. Neste seguimento, estão em curso dois grandes projectos de requalificação urbana, nomeadamente Cazenga e Sambizanga, cuja intervenção se centra numa área de cerca de 90 hectares que tem as infra-estruturas concluídas e parte das habitações previstas de um total de 2.770 habitações no Cazenga (1a fase) e 1.268 habitações no Sambizanga (1a fase). Nestas urbanizações, já foram construídos alguns equipamentos sociais, com destaque para o SIAC e escolas primárias e secundárias.

Jornal de Angola - A avaliação é positiva a nível nacional?

Branca do Espírito Santo - Para a avaliação global, contribui ainda a execução de alguns estudos e projectos de planos urbanísticos e de infra-estruturas integradas, tendo neste capítulo sido cumpridas as metas e objectivos preconizados. A avaliação é positiva, visto que todas as províncias foram contempladas. No caso de Luanda, também foram elaborados estudos e projectos para a reconversão urbana de grande parte dos bairros, podendo citar, como exemplos, os bairros Rangel, Prenda, Catambor, Marçal, Vila Alice, Palanca, Morro Bento, Bairro Militar, Kilamba Kiáxi, Cacucaco e Benfica.

Jornal de Angola - A crise económica e financeira que se vive no mundo, que é resultante do baixo preço do petróleo no mercado internacional, afectou também Angola, que tem no petróleo a sua principal fonte de receitas para o OGE. O Executivo não refreou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação?

Branca do Espírito Santo: Infelizmente, a crise financeira, derivada da redução do preço do petróleo,

afectou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Jornal de Angola - O desenvolvimento urbano sustentável deve estar adequado à realidade social e económica de cada país ou se defende um único paradigma?

Branca do Espírito Santo - O desenvolvimento urbano sustentável traduz-se na conciliação entre a necessidade de aumentar a produção e a produtividade dos factores e a preocupação de manter salvaguardadas as condições de perpetuidade e de regeneração das bases da vida (a água, o solo, o ar, a flora e a fauna), na lógica de solidariedade intergeracional as actuais gerações preocuparem-se com a qualidade de vida das futuras gerações. O desenvolvimento sustentável coloca o homem no centro das atenções e as suas necessidades socioeconómicas variam de caso para caso, de comunidade para comunidade e de sociedade para sociedade. Deve atender, em primeiro lugar, à capacidade de carga de cada aglomerado (densidade, resiliência, participação, governação), que, por arrastamento, deve beneficiar a sua população de modo equilibrado. Os aglomerados urbanos devem ser concebidos para desempenharem funções estruturantes e a sua estratégia de gestão deve permitir a materialização das mesmas.

Jornal de Angola - O Executivo tem alguma estratégia de reversão da migração do campo para a cidade por via do investimento em novas centralidades no interior do país?

Branca do Espírito Santo - Um dos subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é a construção de aldeias rurais auto-sustentadas, que, associadas aos programas dos outros sectores vocacionados à melhoria de condições no meio rural, como o programa da Mulher Rural, programa, de Combate à Pobreza, programa Água para Todos, entre outros, vão contribuir para a fixação das pessoas no meio rural.

Jornal de Angola - Mathias Spaliviero, funcionário sénior para os Assentamentos Humanos do escritório regional para África da ONU-Habitat, declarou, numa entrevista ao Jornal de Angola, que o projecto para a construção de um milhão de casas, lançado em 2008 pelo Presidente José Eduardo dos Santos, serviu de exemplo para muitos países africanos, mas também defendeu que o Governo deve avaliar já o que fez até hoje, tendo em conta a necessidade da recuperação do financiamento para a construção de mais moradias. Gostaria de ouvir o seu comentário.

Branca do Espírito Santo - O Executivo angolano, através do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, lançado, em 2008, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, fez um grande esforço com a construção de habitações e respectivas infra-estruturas. As novas urbanizações e centralidades em várias províncias do país, algumas das quais já concluídas e habitadas, permitiram a realização do sonho da casa própria para muitas famílias angolanas. Uma avaliação do que já foi feito é importante, por permitir identificar os pontos fracos e fortes da metodologia até agora utilizada. Como ainda há muito a ser feito, é importante a recuperação de parte do capital investido. A forma de financiamento de projectos futuros e o papel do Estado, do sector privado e da banca têm que ser repensados.

Neste contexto, o papel do Estado é o de criar condições macroeconómicas favoráveis para o desenvolvimento do sector, o sector privado fornecedor de serviços na cadeia de valor dum projecto imobiliário e o sistema financeiro disponibilizar produtos financeiros para a habitação. As cooperativas habitacionais também são um veículo importante para o acesso das famílias à habitação e é uma forma de os beneficiários participarem na resolução do seu problema. Outra questão, muito importante, é a regularização jurídica dos imóveis, condição para o acesso ao crédito e garante da segurança no processo de transacção dum imóvel.

Jornal de Angola - A ONU-Habitat deseja abrir em Angola um escritório sub-regional para os países lusófonos, um assunto que acredito, ter sido abordado na audiência que a senhora ministra concedeu a Mathias Spaliviero, na visita que fez recentemente a Angola. Qual é a posição oficial de Angola e que ganhos pode obter se albergar um escritório sub-regional para os países lusófonos?

Branca do Espírito Santo - Angola possui uma posição geográfica central em relação à lusofonia, o que representa uma ponte entre o Brasil e Moçambique, além da facilidade de conexão com São Tomé e Cabo Verde. Com excepção da Guiné-Bissau e Timor Leste, Angola tem voos directos para todos os países lusófonos do mundo. Angola faz parte do actual Conselho de Governação do UN-Habitat e também do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que demonstra o desejo de assumir as responsabilidades que o seu protagonismo natural já lhe reserva. Portanto, consolida a posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal de Angola - Como está a decorrer a preparação de Angola para a terceira conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que vai decorrer, de 17 a 20 de Outubro, na cidade de Quito, capital do Equador?

Branca do Espírito Santo - A conferência decorre de vinte em vinte anos e a primeira teve lugar em Vancouver, no Canadá, em 1976 (Habitat I) e a segunda, em Istambul, na Turquia, em 1996, (Habitat 11). A preparação de Angola para a terceira conferência é um processo que já decorre há algum tempo e incluiu vários tipos de actividades, que vão desde a constituição da Comissão Nacional do Habitat, que teve como missão a elaboração do relatório de balanço do Habitat 11, à participação nos eventos internacionais, para a discussão e adopção da posição comum africana em relação à Nova Agenda Urbana. A realização de eventos nacionais, como o Fórum Urbano para a partilha com a sociedade do "draft zero" da Nova Agenda Urbana e a comemoração do Dia Internacional do Habitat, enquadrada nas actividades do Outubro Urbano 2016. Angola far-se-á representar por uma delegação multisectorial e representantes da sociedade civil. Participará na exposição, onde todos os países membros da ONU vão dar a conhecer ao mundo os progressos feitos desde Habitat II.

6.23 Ministra do Urbanismo e Habitação

Jornal de Angola
19 De Outubro de 2016
Texto: Nbuca Júnior

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, concedeu uma entrevista ao Jornal de Angola na véspera da sua partida para Quito, capital do Equador, para onde viajou a fim e representar o Chefe de Estado a terceira conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que termina na quinta-feira, dia em que os países membros da ONU vão aprovar uma Nova Agenda Urbana, tendo como uma das linhas de força o direito humano à cidade. Na entrevista, a ministra deu ênfase aos passos que já foram dados no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e destacou também o facto de Angola ter uma posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal de Angola - Angola está preparada para alcançar até 2030 objectivo 11 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que é tornar as cidades

e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis?

Branca do Espírito Santo - Angola tem envidado esforços neste sentido. De acordo com as metas do objectivo 11, tomar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis significa, entre outras questões, primeiro, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, segundo, o acesso aos serviços básicos e à urbanização dos musseques, terceiro, a redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais também e, finalmente, apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais e o reforço do planeamento nacional e regional de desenvolvimento.

Jornal de Angola – Há estratégia de desenvolvimento Há a longo prazo?

Branca do Espírito Santo - Sim, há uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, que se chama "Angola 2025". A estratégia visa alcançar uma harmoniosa ocupação humana do território e uma distribuição espacial equilibrada das actividades económicas e sociais, com base em eixos e pólos de desenvolvimento. Baseado no "Angola 2015", o Programa Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017) definiu uma série de políticas nacionais para o desenvolvimento, algumas das quais relacionadas com o desenvolvimento urbano e territorial, sendo de destacar o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de habitações em várias províncias, tanto pelo Estado como pelo sector privado e cooperativas. A construção de 200 fogos nas capitais municipais, a autoconstrução dirigida e a requalificação urbana também fazem parte das subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. A construção das habitações, no âmbito do programa, contribui para o aumento do stock habitacional e permite que cada vez mais famílias tenham acesso à habitação segura e adequada. O aumento da oferta contribui para a redução da pressão sobre a procura e, actualmente, assiste-se a uma redução dos preços tanto para a aquisição como para o arrendamento. Os programas de requalificação urbana em curso têm contribuído para a urbanização dos musseques, permitindo aos munícipes o acesso aos serviços básicos. A implementação dos projectos desta subcomponente bem como a criação de capacidade das administrações locais para o planeamento e gestão dos planos territoriais vão contribuir para o aumento da urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos.

Jornal de Angola - Como avalia o grau de execução desse subprograma do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação relativo à requalificação urbana, a nível nacional e, em particular, em Luanda?

Branca do Espírito Santo - Em primeiro lugar, importa referir que se entende como requalificação urbana o conjunto de acções levada a cabo com o intuito de melhorar as acessibilidades, mobilidade e os sistemas de infra-estruturas e de equipamentos sociais. Acções essas que são materializadas por projectos de infra-estruturas básicas ou integradas, quando são intervencionadas as várias redes técnicas ao mesmo tempo - rede de abastecimento de água, drenagem pluvial (escoamento de águas pluviais), drenagem das águas residuais (esgotos), electricidade (redes de média e baixa tensão e iluminação pública), telecomunicações. Em segundo lugar, reconhecemos que temos ainda muito que fazer em relação a esta matéria, mas, em função do que foi programado e dos recursos financeiros disponíveis, podemos considerar no contexto geral a avaliação deste subprograma a nível nacional como sendo positiva, pois para além das acções de âmbito central, que foram e que estão a ser executadas por vários departamentos ministeriais, como os Ministérios do Urbanismo, Construção e Energia e Águas, a nível dos governos provinciais tem havido também outras iniciativas que concorrem para o alcance das metas preconizadas.

Jornal de Angola - Pode citar alguns projectos já executados?

Branca do Espírito Santo - Em termos de retrospectiva, pode-se fazer referência a alguns projectos de infra-estruturas integradas já executados, tais como a requalificação da estrada da Samba e do Rocha Pinto, em Luanda; projectos de infra-estruturas integradas de Mbanza Congo, Nzeto e Soyo, na província do Zaire; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Malanje, na província de Malanje; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda na província de Cabinda; infra-estruturas integradas de Benguela e Lobito e infra-estruturas integradas do Cuanza Sul (1ª fase). Por outro lado, mais recentemente, o Ministério do Urbanismo e Habitação promoveu o lançamento de alguns concursos públicos que resultaram na adjudicação das seguintes empreitadas de requalificação urbana, nomeadamente, infra-estruturas integradas da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango; infra-estruturas integradas da cidade de Saurimo, na província da Lunda Sul; infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge; requalificação urbana da cidade de Malanje, na província de Malanje; requalificação urbana da cidade do Dondo, na

província do Cuanza Norte; requalificação urbana da cidade do Huambo, na província do Huambo.

Jornal de Angola - Há uma noção do número de pessoas que vão ser beneficiadas?

Branca do Espírito Santo - Por exemplo, os projectos de infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge, Menongue, província do Cuando Cubango, e Saurimo, província da Lunda Sul, beneficia 51.700 habitantes, sendo 45 mil no Uíge e Negage, três mil em Menongue e 3.700 em Saurimo. Os projectos de requalificação urbana de Malanje, Dondo e Huambo, onde se realizaram intervenções nas redes de drenagem pluvial e residual, nos arruamentos e passeios, já beneficiam a população residente naquelas localidades.

Jornal de Angola - Como o Governo incentiva a autoconstrução dirigida?

Branca do Espírito Santo - Importa referir também que o sector está a intervir em reservas fundiárias com a execução de projectos de infra-estruturas integradas que vão permitir, após a conclusão das infra-estruturas, incentivar a autoconstrução dirigida e o investimento privado para a construção das habitações e equipamentos sociais, colocando desse modo um número maior de terrenos infra-estruturados e aumentando a oferta de habitações para comercialização, com destaque nos seguintes: projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Catapa, na província do Uíge; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Quiçama, na província de Luanda; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária das Mabubas, na província do Bengo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária Benguela Sul, na província de Benguela; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Mungo, na província do Huambo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Missombo, na província do Cuando Cubango; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Chitato, na província da Lunda Norte.

Jornal de Angola - Que elementos indispensáveis de avaliação pode citar em relação ao grau de execução do projecto de requalificação em Luanda?

Branca do Espírito Santo - No caso de Luanda, foram realizadas várias acções que levaram à requalificação dos bairros Cassenda, Mártires de Kifangondo, Bês e Cês, Lar do Patriota, Benfica, Morro Bento, Viana sede e outros. Todos estes bairros foram dotados de redes de abastecimento de água, drenagem e electricidade, incluindo iluminação pública, rede viária pavimentada

e passeios requalificados. Decorrem ainda trabalhos para se requalificar outros bairros, como são o caso do Bairro Popular, Terra Nova, Rangel, Futungo de Belas. Neste seguimento, estão em curso dois grandes projectos de requalificação urbana, nomeadamente Cazenga e Sambizanga, cuja intervenção se centra numa área de cerca de 90 hectares que tem as infra-estruturas concluídas e parte das habitações previstas de um total de 2.770 habitações no Cazenga (1ª fase) e 1.268 habitações no Sambizanga (1ª fase). Nestas urbanizações, já foram construídos alguns equipamentos sociais, com destaque para o SIAC e escolas primárias e secundárias.

Jornal de Angola - A avaliação é positiva a nível nacional?

Branca do Espírito Santo - Para a avaliação global, contribui ainda a execução de alguns estudos e projectos de planos urbanísticos e de infra-estruturas integradas, tendo neste capítulo sido cumpridas as metas e objectivos preconizados. A avaliação é positiva, visto que todas as províncias foram contempladas. No caso de Luanda, também foram elaborados estudos e projectos para a reconversão urbana de grande parte dos bairros, podendo citar, como exemplos, os bairros Rangel, Prenda, Catambor, Marçal, Vila Alice, Palanca, Morro Bento, Bairro Militar, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Benfica.

Jornal de Angola - A crise económica e financeira que se vive no mundo, que é resultante do baixo preço do petróleo no mercado internacional, afectou também Angola, que tem no petróleo a sua principal fonte de receitas para o OGE. O Executivo não refreou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação?

Branca do Espírito Santo - Infelizmente, a crise financeira, derivada da redução do preço do petróleo, afectou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Jornal de Angola - O desenvolvimento urbano sustentável deve estar adequado à realidade social e económica de cada país ou se defende um único paradigma?

Branca do Espírito Santo - O desenvolvimento urbano sustentável traduz-se na conciliação entre a necessidade de aumentar a produção e a produtividade dos factores e a preocupação de manter salvaguardadas as condições de perpetuidade e de regeneração das bases da vida (a água, o solo, o ar, a flora e a fauna), na lógica de solidariedade intergeracional as actuais gerações preocuparem-se com a qualidade de vida das futuras gerações. O desenvolvimento sustentável coloca o homem no

centro das atenções e as suas necessidades socioeconómicas variam de caso para caso, de comunidade para comunidade e de sociedade para sociedade. Deve atender, em primeiro lugar, a capacidade de carga de cada aglomerado (densidade, resiliência, participação, governação), que, por arrastamento, deve beneficiar a sua população de modo equilibrado. Os aglomerados urbanos devem ser concebidos para desempenharem funções estruturantes e a sua estratégia de gestão deve permitir a materialização das mesmas.

Jornal de Angola - O Executivo tem alguma estratégia de reversão da migração do campo para a cidade por via do investimento em novas centralidades no interior do país?

Branca do Espírito Santo - Um dos subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é a construção de aldeias rurais autosustentadas, que, associadas aos programas dos outros sectores vocacionados à melhoria de condições no meio rural, como o programa da Mulher Rural, programa, de Combate à Pobreza, programa Água para Todos, entre outros, vão contribuir para a fixação das pessoas no meio rural.

Jornal de Angola - Mathias Spaliviero, funcionário sénior para os Assentamentos Humanos do escritório regional para África da ONU-Habitat, declarou, numa entrevista ao Jornal de Angola, que o projecto para a construção de um milhão de casas, lançado em 2008 pelo Presidente José Eduardo dos Santos, serviu de exemplo para muitos países africanos, mas também defendeu que o Governo deve avaliar já o que fez até hoje, tendo em conta a necessidade da recuperação do financiamento para a construção de mais moradias. Gostaria de ouvir o seu comentário.

Branca do Espírito Santo - O Executivo angolano, através do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, lançado, em 2008, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, fez um grande esforço com a construção de habitações e respectivas infra-estruturas. As novas urbanizações e centralidades em várias províncias do país, algumas das quais já concluídas e habitadas, permitiram a realização do sonho da casa própria para muitas famílias angolanas. Uma avaliação do que já foi feito é importante, por permitir identificar os pontos fracos e fortes da metodologia até agora utilizada. Como ainda há muito a ser feito, é importante a recuperação de parte do capital investido. A forma de financiamento de projectos futuros e o papel do Estado, do sector privado e da banca têm que ser repensados.

Neste contexto, o papel do Estado é o de criar condições macroeconómicas favoráveis para o

desenvolvimento do sector, o sector privado fornecedor de serviços na cadeia de valor dum projecto imobiliário e o sistema financeiro disponibilizar produtos financeiros para a habitação. As cooperativas habitacionais também são um veículo importante para o acesso das famílias à habitação e é uma forma de os beneficiários participarem na resolução do seu problema. Outra questão, muito importante, é a regularização jurídica dos imóveis, condição para o acesso ao crédito e garante da segurança no processo de transacção dum imóvel.

Jornal de Angola - A ONU-Habitat deseja abrir em Angola um escritório sub-regional para os países lusófonos, um assunto que acredito ter sido abordado na audiência que a senhora ministra concedeu a Mathias Spaliviero, na visita que fez recentemente a Angola. Qual é a posição oficial de Angola e que ganhos pode obter se albergar um escritório sub-regional para os países lusófonos?

Branca do Espírito Santo - Angola possui uma posição geográfica central em relação à lusofonia, o que representa uma ponte entre o Brasil e Moçambique, além da facilidade de conexão com São Tomé e Cabo Verde. Com excepção da Guiné-Bissau e Timor Leste, Angola tem voos directos para todos os países lusófonos do mundo. Angola faz parte do actual Conselho de Governação do UN-Habitat e também do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que demonstra o desejo de assumir as responsabilidades que o seu protagonismo natural já lhe reserva. Portanto, consolida a posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal de Angola - Como está a decorrer a preparação de Angola para a terceira conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que vai decorrer, de 17 a 20 de Outubro, na cidade de Quito, capital do Equador?

Branca do Espírito Santo - A conferência decorre de vinte em vinte anos e a primeira teve lugar em Vancouver, no Canadá, em 1976 (Habitat I) e a segunda, em Istambul, na Turquia, em 1996, (Habitat 11). A preparação de Angola para a terceira conferência é um processo que já decorre há algum tempo e incluiu vários tipos de actividades, que vão desde a constituição da Comissão Nacional do Habitat, que teve como missão a elaboração do relatório de balanço do Habitat 11, à participação nos eventos internacionais, para a discussão e adopção da posição comum africana em relação à Nova Agenda Urbana. A realização de eventos nacionais, como o Fórum Urbano para a partilha com a sociedade do "draft zero" da Nova Agenda Urbana e a

comemoração do Dia Internacional do Habitat, enquadrada nas actividades do Outubro Urbano 2016. Angola far-se-á representar por uma delegação multisectorial e representante, da sociedade civil. Participará na exposição, onde todos os países membros da ONU vão dar a conhecer ao mundo os progressos feitos desde Habitat II.

6.24 No projecto Maquis. O antigo combatente tem prioridade mas não tem capacidade de compra

Jornal Grandes Noticias

21 De Outubro de 2016

Texto: Belezê Tchimbwanlã

No mundo da política, a lei da auto gratificação impera e deve ser respeitada, porque é um facto assente: "ser político é para homens de barba rija" Não é novidade para ninguém que os políticos usam a sua grande capacidade de persuasão para induzirem outros a servi-los ou dar-lhes poder através do sistema de voto.

Uma de tais formas é convencer outros a pegar em armas e lutar por um ideal que satisfaça os interesses dos políticos.

É assim hoje, foi assim no passado e assim será no futuro, até que um dia alguém mais poderoso que os políticos tome as rédeas do destino do mundo. O Mundo já testemunhou várias guerras e suas consequências. Não precisamos nos pronunciar sobre as consequências das guerras porque para os Mwangolês o fenómeno guerra não é novidade. Uma das tristes consequências das guerras é a de deixar dezenas de milhares de ex - militares e outros tantos milhares de civis na mandimbinza (desgraça).

Para atenuar tais situações, alguns governos procuram suavizar as desgraças de tais pessoas ao proporcionar condições de habitabilidade e de empregos. Em Angola, também temos vários exemplos de tais iniciativas. Existem programas que visam ajudar os antigos combatentes no ramo do comércio com créditos bancários e outras condições sociais.

Uma de tais condições sociais é a construção de residências para os antigos combatentes e suas famílias. Com base nesta intenção, o governo Angolano idealizou e já começou a construir casas no conhecido "Projecto Vila Maquis" onde o lema é: "O antigo combatente te prioridade".

É bom saber disto! A ideia é muito boa. Mas a questão é: será que os antigos combatentes têm

capacidade financeira para comprar ou pagar as prestações de tais residências?

Por aquilo que vimos no terreno, existem três tipos de casas: as T4, T3A e T3 gémeas. São casas de grande qualidade, do estilo europeu que podem ser vistas na Alemanha e em outros países.

Por exemplo, a T4, para alguns europeus, pode ser e é considerada uma mansão. Portanto em função da qualidade das casas, os preços vão de 170 a 130 mil dólares. Portanto, em função destes preços, o antigo combatente que normalmente não ganha mais de 30 mil kwanzas, embora tenha prioridade, não pode candidatar-se para a compra.

Então podemos concluir que o projecto em causa pode continuar a ser erguido, mas não com o slogan que o antigo combatente tem prioridade. Achamos que o melhor seria construir casas mais modestas para que efectivamente o antigo combatente tenha prioridade e capacidade de compra.

625 Drama das famílias no Panguila permanece

Novo Jornal

21 De Outubro de 2016

Texto: Isabel João

No próximo mês, completam-se seis anos desde que o governo da província de Luanda, na pessoa do ex-vice-governador Bento Soito, juntou três famílias numa única residência. No dia em que foram desalojados, a promessa era de que cada família iria receber uma casa.

De lá para cá, continuam a morar três famílias numa mesma casa. Ao todo, 1700 agregados foram transferidos do extinto bairro da Favela, comuna da Kinanga, para a zona do Panguila, que agora pertence à província do Bengo.

"É muito sofrimento dividir a casa com a pessoa que você não conhece e nunca viu e toda a vida". Foi com estas palavras e começou a conversa com Joaquim Gomes. Desde o dia 12 de Novembro de 2010, divide a casa com três famílias que apenas conheceu no bairro do Panguila.

Joaquim Gomes, de 54 anos, disse que residência onde vive tem apenas três quartos, uma sala e um quarto de banho. Cada família ocupa um quarto dos três existentes. "Há tantas brigas todos dias. É porque o vizinho comeu a comida do outro, ou porque tentou violar a mulher ou a filha do vizinho. É tanta

coisa que estamos aqui a passar e ninguém resolve a situação. Já são muitos anos nisto", desabafa.

O interlocutor tem seis filhos e 12 netos. Três dos filhos e sete dos netos vivem com ele no bairro do Panguila. Como muitos, Joaquim considera uma humilhação a situação que dezenas de angolanos estão a viver no bairro.

"Como é que um governo faz isso às populações? Será que nós só servimos ao partido no poder quando é para votar? Seis anos é muito. Eu, no bairro da chicala, era pescador e todos os dias tinha o meu peixe para vender. Aqui nem isso tenho. Se a mulher não vender arroz, não comemos. Aqui tudo é difícil", denunciou

Francisca Kuitela, de 32 anos, que divide a casa com Joaquim Gomes, também classificou os dramas que vivem como humilhante. A jovem frisou que, devido à situação de coabitação forçada, perdeu o marido para uma das filhas do senhor Joaquim.

"Na Chicala, vivia bem como o meu marido, mas, quando fomos transferidos para cá, logo no primeiro mês, o meu ex-marido começou a namorar uma das filhas do senhor Joaquim e tivemos que nos separar. Hoje ele é casado com ela e vivemos na mesma casa. Acho que a jornalista já pode imaginar o meu sofrimento!", exclamou.

A mulher acredita que só perdeu o marido devido à situação em que o governo da província de Luanda os obrigou a viver. "As minhas filhas perderam o pai devido a essa situação. Com a casa, de um quarto e sala, que tínhamos na Chicala, éramos uma família feliz. Viemos para aqui e tudo mudou, As filhas do senhor Joaquim andam de cuecas em casa e, muitas vezes, dormiam no cadeirão com o meu marido sentado na sala. Que governo é esse que, ao invés de unir, está a separar?", interroga.

O mais doloroso para Francisca é não saber a quem reclamar, porque o bairro do Panguila deixou de pertencer a Luanda e passou a estar, administrativamente, sob a alçada do Bengo.

Questionado se no dia em que foram retirados da Chicala não foram informados que cada residência seria dividida por três famílias, a fonte respondeu que não. "Se todas as, famílias soubessem da situação, nunca teriam arredado pé da zona da Chicala. Saímos todos convictos de que cada família ficaria na sua própria casa. Foi logo à entrada do bairro que nos informaram que ficaríamos três famílias na mesma casa, mas que era apenas por 15 dias".

De acordo com a jovem, que é mãe de quatro filhos, uma das suas grandes preocupações no Panguila são as fossas que se encontram todas entupidas, o que obriga os moradores a fazer necessidades maiores em baldes e bacias, que foram transformados em "penícos", e que cujo conteúdo depois é jogado na vala.

6.26 Angotec vai produzir mais de 100 casas contentorizadas até 2017

Jornal O País

27 De Outubro de 2016

Texto: Brenda Sambo

O novo produto denominado "Módulos", recentemente apresentado pela empresa Angotec, assenta no princípio da reutilização de contentores marítimos que posteriormente são transformados em pequenos edifícios, que podem ser comerciais, escritórios, lojas de conveniências, habitações familiares, sanitários, hotéis e postos de combustíveis. Cada módulo pode pesar entre de 2000 a 4000 kg. Quanto à dimensão, variam de 30 a 45 metros quadrados e com estruturas fáceis de movimentar, garantem os promotores.

De acordo com director executivo da Angotec, Rui Baía, à margem da conferência de imprensa de apresentação do produto, a empresa pretende produzir até final de 2017 cerca de 100 unidades. Neste momento, a fábrica tem capacidade para produzir duas unidades por semana e garantir a entrega num período de até quatro semanas.

"Para a criação das estruturas a Angotec reutiliza contentores marítimos que são transformados industrialmente na sua unidade metalomecânica, aproveitando as sinergias da unidade", explicou Rui Baía. Contando com matéria-prima nacional, o responsável revelou que o produto "Made in Angola", será feito com contentores usados, madeira, vidros e inox, tendo sido já aprovado pelo Ministério da Economia.

Nessa perspectiva, disse também que "a inovação, sustentabilidade e diversificação das áreas de negócio estiveram na base da criação deste produto, que não somente acrescenta valor ao mercado angolano, como também garante soluções práticas, viáveis e sustentáveis para os empreendimentos em Angola que até agora não dispunham deste tipo de estruturas".

Rui Baía referiu que as novas soluções podem ser provisórias ou definitivas e têm garantia de resistência e durabilidade equiparadas aos de uma casa convencional. "Cada unidade pode ser adaptada e

personalizada, quer nos acabamentos interiores e exteriores, quer na combinação de tipologias, e pode evoluir para áreas de maior dimensão e de acordo com as necessidades", frisou:

Quanto aos preços, esclareceu que variam consoante a tipologia da estrutura e também o nível de acabamento que se pretende. Rui Baía realçou que em época de desaceleração da economia é importante diversificar as áreas de actividade com vista a criar postos de trabalho, garantir mais oferta e ter -se a certeza que criamos soluções sustentáveis à medida das necessidades do mercado local. "Neste momento, a fábrica conta com 54 trabalhadores, mas pretendemos aumentar para 65", rematou.

6.27 APIMA quer parques industriais para assegurar o sector imobiliário

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Xavier António

O presidente interino da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Miguel Ribeiro afirmou, em entrevista ao JE, que as vendas no mercado imobiliário registaram uma queda de 50 por cento, face aos anos anteriores, resultante da actual crise económica e financeira.

O acesso às divisas e a falta de um parque industrial que possa ser vir às necessidades do mercado contribuíram para esta queda nas vendas.

Ainda assim, Miguel Ribeiro revelou que apesar do "grande passo" que o mercado registou, com a produção do cimento, considerado um dos importantes componentes para o sector da construção civil, precisa-se' de outras matérias-primas fundamentais, cuja produção deve ser local.

Competitividade

Mesmo com o abrandamento das vendas, o país continua a ser um mercado onde há espaço para crescer, pois, segundo adiantou, existe ainda alguma procura quer por habitação como por escritórios.

Sobre os constrangimentos no seio da classe, o gestor apontou que há ainda muita informalidade, o que em muitos casos pode vir a gerar "insegurança ao investidor".

Assegurou que têm mantido encontros com outras instituições, onde são partilhados planos e objectivos que se pretendem atingir para melhorar o ambiente de negócios do mercado imobiliário e garantir uma outra visão junto do investidor externo.

A Associação aprovou alguns instrumentos jurídicos, nomeadamente a Lei da Mediação Imobiliária, do Arrendamento Urbano assim como a de Condomínio instrumentos que vão contribuir para tornar o sector mais competitivo.

Quanto as parcerias e apoios, Miguel Ribeiro sublinhou que, nesta altura, a banca comercial é o pilar do mercado imobiliário, porque um imóvel é um património que deve ter segurança, quer para quem deseja investir como para aquele que deseja comprar.

Mais oferta

No que toca ao surgimento das centralidades, o especialista considera ser positivo, uma vez que permitiu o surgimento de zonas mais infra-estruturadas e planos urbanísticos.

Por outro lado, aconselhou que se deve apostar na construção de linhas de transporte, a fim de assegurar a mobilidade das pessoas nestes novas urbanizações.

Actualmente, a Apima controla cerca de 40 associados, na sua maioria instalados na província de Luanda, sendo que é intenção alargar este número com mais empresários de outras províncias, embora reconheça que existem províncias em que o investimento no sector imobiliário "ainda não se faz sentir.

"A nossa missão tem sido incentivar investimentos imobiliários para outras províncias fora de Luanda, através de encontros de negócios", informou.

6.28 Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Arão Martins

Um total de 30 mil lotes de terreno, foram distribuídos às populações de toda a extensão da província da Huíla, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida.

Segundo o vice-governador provincial da Huíla, para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, o projecto está a proporcionar a melhoria da qualidade de vida.

"O programa de auto-construção dirigida é um vector importante, em função das políticas gizadas pelo Governo Central, que visam proporcionar conforto à população, distribuindo lotes de terreno em lugares já infra-estruturados e com os principais serviços", disse.

Esclareceu que, nos 14 municípios, o programa de auto-construção dirigida está a surtir os efeitos desejados, com um crescimento aceitável, sendo que à médio e longo prazos, os resultados serão ainda muito mais satisfatórios. Entre os municípios, o do Lubango destaca-se.

"O défice habitacional ainda é considerável. Temos vários programas, sendo que a nossa missão é continuar a dar respostas às preocupações das populações", sustentou.

Revelou que, tanto o governo local como o Executivo angolano têm estado a desenvolver projectos estruturantes para diminuir o actual défice habitacional, apostando na reabilitação e construção das estradas secundárias e terciárias, que "têm uma influência directa no fomento habitacional",

Referiu que na Huíla, a avaliação que se faz na construção de moradias, quer no âmbito do sub-programa habitacional dos 200 fogos por cada município, bem como aos projectos ligados às casas evolutivas e sociais, e ainda o da construção das centralidades da Quilemba e Eywa é considerada de "bastante positivo".

Informou que na Huíla estão igualmente em curso, projectos que estão a ser desenvolvidos por empresas privadas, que constituem uma aposta para o cumprimento dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Aquisição

Sobre a aquisição dos apartamentos nas centralidades, Nuno Mahapi Ndala informou que tão logo o empreiteiro conclua os últimos trabalhos ligados à infra-estruturação do projecto, a empresa gestora vai colocar as casas à disposição da população.

O governante explicou que está também em forja um projecto urbanístico que prevê dar uma outra imagem aos "musseques", uma iniciativa que contará com o apoio de empresas ligadas ao sector da construção civil.

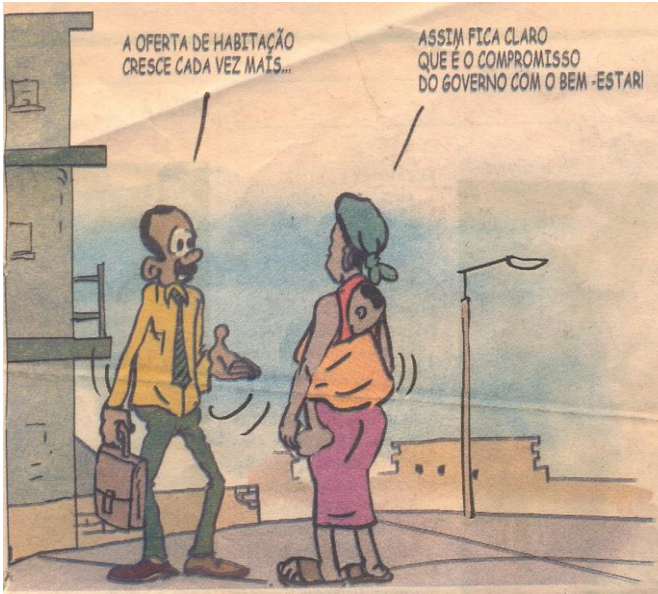
Apesar do actual contexto económico e financeiro, o responsável assegura que o mercado local tem vindo a crescer, em função da nova dinâmica, e cada empresa tem primado "pela inovação".

6.29 Cartoon

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Armando Pululu



6.30 Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Matias da Costa

A políticas desenvolvidas pelo Governo da Província do Bié, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida, permitiram à milhares de famílias, realizar o sonho da "casa própria".

A nível da província, as administrações municipais procederam este ano, a distribuição de um total de 1.412 lotes de terrenos urbanizados, para a construção de moradias, sendo 300 no Cuito, Chitembo (500), Cuemba (160), Cunhinga (252), Camacupa (100) e Chinguar, a um preço fixado em 45 mil kwanzas, cada parcela, com dimensões de 600 metros quadrados.

A iniciativa, prevê também, a construção de moradias para distribuição. Neste sentido, o Governo da província do Bié projectou obras para duas mil habitações, na reserva fundiária de Caluapanda, junto a cidade do Cuito, além das residências já distribuídas a nível dos municípios e comunas no quadro do projecto dos 200 fogos.

Na sequência do projecto habitacional, no mês de Agosto, um total de 136 jovens beneficiaram de residências, no bairro São José e outros 86 na

localidade de Caluapanda (Cuito), no âmbito do programa "Angola Jovem", sob responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos.

Satisfação

Numa ronda efectuada pela reportagem do JE, em alguns bairros construídos pelo Governo, cujos principais beneficiários são os jovens, era visível o entusiasmo dos contemplados.

Kitine Rafael, jovem contemplado com uma residência no projecto habitacional da juventude, no bairro São José, afirma que com a aquisição do imóvel vê realizada uma das principais "prioridades" da sua vida, tendo acrescentado que "assim se efectiva o sonho da "casa própria".

Por sua vez, Francisco Genivaldo, solteiro de 34 anos, encorajou os jovens que ainda não foram contemplados com terrenos para não se desesperarem e aguardarem pela sua oportunidade.

Lembrou, por outro lado, que o Governo do Bié tem desenvolvido inúmeras actividades de desminagem em várias zonas suspeitas de minas que tão logo sejam clarificadas "serão entregues à população", como realçou.

Genivaldo acredita, para o efeito, que as políticas de acesso ao crédito bancário juvenil vêm, de certo modo, facilitar a aquisição de material para construção de casas para pessoas com pouco recursos.

Mais soluções habitacionais

Na província, foram construídas nos municípios do Cuito, uma centralidade com seis mil apartamentos e outra no Andulo, que conta com mil moradias.

As centralidades das duas circunscrições, contemplam serviços sociais e foram construídas, no âmbito do projecto "Horizonte", desenvolvido pela construtora "Kora Angola".

Em entrevista ao JE, o vice-governador da província para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Fernando Tchatuvela, garantiu, para até finais de 2017, a conclusão das áreas complementares, visto que os apartamentos já estão prontos para receber os futuros moradores.

José Fernando Tchatuvela anunciou que as duas centralidades (Cuito e Andulo) poderão albergar um total de 42 mil habitantes, sendo 7 mil famílias, num rácio de seis membros, em cada um dos apartamentos, com a tipologia T3.

O vice-governador explica que no Cuito, já estão prontos três mil imóveis, dos 6 mil previstos, ao passo que no Andulo estão todas concluídas.

6.30 Mais soluções habitacionais

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016

Nos últimos anos, o sector do Urbanismo e Habitação tem sido decisivo na busca de soluções para garantir o bem-estar das populações. O surgimento de vários "players" no mercado imobiliário nacional tem tornado o sector mais produtivo, competitivo e lucrativo.

O Executivo angolano elaborou o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que tem sido a referência orientadora não só das políticas do Governo, mas como também do sector privado, cujo objectivo é contribuir para a resolução do; 'problemas habitacionais.

Operadores públicos e privados têm aplicado inúmeros investimentos para a construção de vários projectos urbanísticos e habitacionais, sendo que a construção das centralidades tem sido determinante e uma solução aplaudida, pois, além de ajudar na minimização do défice, tem contribuído no aumento da oferta.

Segundo dados definitivos do Censo Geral da População e Habitação, realizado em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em todo país estão registadas um total de cinco milhões 544 mil e 834 é o número de unidades habitacionais. O relatório final do estudo aponta ainda que cerca de 69,7 por cento das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 19,2 por cento são arrendadas.

Os dados do INE indicam que a população angolana é estimada em 25 milhões 789mil e 24 habitantes, dos quais 13 milhões 289 são mulheres o que representa 52 por cento e 12 milhões e 499 são homens, equivalente a 48 por cento.

Recentemente, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse, na sessão plenária da Conferência Habitat III, realizado, em Quito, Equador; que Angola regista uma taxa de urbanização de 4,8 por cento e perto de 62 da sua população vive nas zonas urbanas.

Ainda em Quito (Equador), a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, anunciou que a República de Angola pode fazer parte do leque de 15 países africanos escolhidas para a implementação da Nova Agenda Urbana.

Os operadores privados têm sido uma peça fundamental para a prossecução dos objectivos traçados cobrindo uma Vasta franja da sociedade angolana, disponibilizando ao mercado, diferentes produtos imobiliários.

Segundo algumas imobiliárias as limitações às importações das matérias-primas por causa do acesso às divisas tem tido influência negativa na conclusão da construção dos projectos habitacionais das empresas privadas».

Ainda assim, destacam, no que concerne à procura de imóveis para habitação pelo comprador individual, verifica-se uma grande procura no segmento da classe média. Este segmento está muito voltado para a oferta das novas centralidades.

Ainda assim, será preciso juntar sinergias para que as parcerias público-privadas continuem a responder os desafios que o mercado imobiliário impõe.

6.31 Mercado imobiliário nacional continua atractivo e dinâmica

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016
Texto: Adérito Veloso

O sector imobiliário tem estado a despontar desde 2004, com o surgimento de várias iniciativas públicas e privadas, unindo os esforços do Governo e promotores imobiliários privados, com vista a garantir às populações, mais opções na hora de realizar o sonho da "casa própria".

O Censo Geral da População e Habitação, realizado em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que, em todo o país estão registadas um total de cinco milhões 544 mil 834 unidades habitacionais. O relatório final do estudo aponta ainda que cerca de 69,7 por cento das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 19,2 por cento são arrendadas.

O estudo realça que a proporção de agregados familiares, segundo o regime de ocupação da habitação, é de 69,7 por cento construída pelo próprio, 18,5 arrendada ao privado, 4,3 cedida por privado, 3,5 totalmente paga, 2,2 em processo de compra, 7 arrendada ao Estado e dois não declarados.

Cada habitação possui, de acordo com o documento, em média três divisões, sendo o número médio de quartos para dormir, por habitação, de 1,6 e o de pessoas para o mesmo cómodo de 2,9.

Avanços no sector Recentemente, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo,

disse, na sessão plenária da Conferência Habitat III, realizada, em Quito, Equador, que Angola regista uma taxa de urbanização de 4,8 por cento e perto de 62 da sua população vive em zonas urbanas.

Na província de Luanda estão a nascer vários projectos urbanísticos e habitacionais, no quadro da estratégia de desenvolvimento do território nacional.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o programa de desenvolvimento do território nacional reflecte as opções da estratégia "Angola 2025", procurando combater os desequilíbrios territoriais existentes.

A iniciativa será empreendida através do surgimento de uma rede de pólos de desenvolvimento, tendo em consideração os clusters considerados prioritários, nomeadamente alimentação e agro-indústria, energia e água, habitação, transportes e logística.

Luanda destaca-se

No quadro da política do Governo, para o sector urbanístico e habitacional, segundo um documento a que o JE teve acesso, estão em curso programas para a conclusão e continuidade das etapas previstas nos planos de construção e expansão urbana das cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco.

Neste sentido, foi criado o Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco (GCKCC), que através de um Plano Director, estabelece o modelo de estrutura espacial, para a implementação de estratégias de desenvolvimento e ordenamento.

Cidade do Camama

Depois da construção e venda dos apartamentos das centralidades do Kilamba (primeira fase), KK 5 mil, Sequele e KM 44, a Sul de Luanda está a surgir a cidade do Camama, numa área de aproximadamente 1.200 hectares, que poderá albergar entre 150 a 180 mil habitantes.

O projecto, sob coordenação do Gckcc, tem como empresa fiscalizadora a Serve no, empreiteiro Exlibris-Angola Lda, e projectista a firma Soapro.

Já estão concluídas as infra-estruturas ligadas aos arruamentos. Iluminação pública, construção de parte da drenagem das águas residuais e pluviais e o sistema de fornecimento de energia eléctrica.

A responsabilidade do Gckcc é de garantir que as cidades cresçam dentro dos parâmetros definidos no Plano Director.

A cidade do Camama terá uma área para a construção de apartamentos (edifícios para habitação colectiva), contará também com uma zona para serem erguidas casas de media renda, bem como outra destinada para habitação de alta renda (padrão mais alto).

O projecto terá igualmente áreas ligadas aos serviços administrativos (governo), hospitais e escolas.

Parceria público-privada

Tal como os vários projectos habitacionais, a cidade do Camama visa dar resposta ao défice habitacional a nível da província de Luanda, tendo como principal foco a participação do sector privado.

O Plano Director prevê uma área residencial, onde serão construídos cerca de 30 mil fogos habitacionais, numa iniciativa público-privada. O documento sublinha que a "participação do Estado será a construção das infra-estruturas",

As propostas de investimentos a serem aplicadas por entidades privadas, indica a fonte, são analisadas pelo Gckcc, que através de esboços técnicos e estudos de viabilidade (técnica e económica) aprova ou redirecciona a actividade proposta.

A cidade do Camama conta já com vários projectos habitacionais implantados de iniciativa privada, de onde se destacam o "Parque das Acácias", "Jardim das Rosas", "Green Villas" e o residencial "Austin".

6.32 Operadores criam fórmulas para contornar crise na comercialização dos imóveis

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Adérito Veloso

Os vários projectos urbanísticos e habitacionais que nascem um pouco por toda a província de Luanda dão garantias de que o sector continua atractivo e dinâmico, contribuindo desta forma, para o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, sob responsabilidade do Executivo angolano.

São exemplos, os projectos habitacionais que estão a ser desenvolvidos pelos grupos empresariais "Poltec Investimentos" e "Jefran",

Na zona Sul da cidade de Luanda está a nascer o projecto "Boa Vida", cujo promotor urbanístico e imobiliário é o grupo "Poltec Investimentos".

Lançado no mercado há mais de um ano, "Boa Vida" conta com um investimento global de 500 milhões de dólares norte-americanos, e está a ser construído numa área de 70 hectares de terra.

Segundo o presidente do Conselho de Administração e director-geral do grupo empresarial "Poltec Investimentos", Tomasz Dowbor, o projecto regista uma procura considerável, sendo que até agora, foram vendidas mais de 400 unidades (casas), de diferentes tipologias.

"Este ano já consideramos muito bom, com uma receita que vai ultrapassar os 120 milhões de dólares, resultante de uma procura constante dos nossos serviços, de mês a mês", sublinhou, depois de ter frisado que a meta é colocar à disposição do consumidor angolano, uma "urbanização com um estilo de vida moderno e serviços à altura da necessidade dos clientes".

Depois de concluída, a iniciativa contará com cinco condomínios fechados e independentes, com 150 a 205 casas e um total de 739 apartamentos, de tipologia T3, T4 e T5, de alto padrão, além de infra-estruturas sociais, culturais, financeiras e área comercial com um total de 112 lojas, supermercados, restaurantes, clínica e creches.

O PCA da "Poltec Investimentos" revelou que o sucesso das vendas permitiu mensalmente fazer o incremento da mão-de-obra, na ordem de 50 pessoas.

"Actualmente, o projecto conta com 1.600 trabalhadores, sendo que a meta é atingir 2.500 no próximo ano", sublinhou.

Tomasz Dowbor frisou que a atractividade financeira do projecto tem ajudado no sucesso das vendas das residências.

"As residências em termos de estrutura e preço vão de encontro às necessidades dos nossos clientes e vêm dar resposta a procura que este segmento tem tido", disse.

No projecto urbanístico "Boa Vida", os preços variam entre 300 mil dólares norte-americanos ou o equivalente em kwanzas e um milhão, tendo como principais clientes a classe média e alta.

As modalidades de aquisição das residências variam, desde o pagamento a pronto, financiamento bancário e parcelamento com 50 por cento iniciais e o restante negociáveis num prazo específico, com limite até Julho de 2017.

O empresário, com cerca de 20 anos de experiência no mercado angolano destaca que, o actual contexto económico financeiro global, também afectou negativamente o sector imobiliário, daí ter defendido "ousadia" e criatividade por parte dos investidores.

Para ele, a crise serve de elemento catalisador de várias iniciativas, sendo para isso necessário que os empresários possam encontrar soluções nesta fase difícil, criando mais empregos e ajudando as pessoas a poupar cada vez mais.

Construir casas Sociais

A empresa Jefran, que actua no mercado nacional há vários anos, tem vendido um número considerável de casas de baixa e média renda, com a tipologia T3 e T4.

Os resultados da venda das residências são considerados positivos, o que deixa satisfeito o presidente do Conselho de Administração da empresa, Francisco Simão da Silva.

O gestor assegurou ao TE que, a firma continuará a apostar na construção e comercialização de casas a preços baixos, no segmento de casas sociais, medida que visa contribuir para os objectivos do Governo angolano, enquadrados no "sonho da casa própria".

"A aderência dos nossos serviços advém da facilidade no processo de aquisição das casas, já que é feita de várias maneiras, sendo a de pronto pagamento e da renda resolúvel, modalidade bastante atractiva, onde, por exemplo numa casa 'P', com o custo de dois milhões de kwanzas, as pessoas pagam 10 por cento do custo da habitação, e depois terá de pagar mensalmente até um período de 15 ou 20 anos", sublinhou.

Com várias casas já concluídas na zona Sul de Luanda (município de Belas), onde construiu projectos habitacionais, tais como "Roma", "Israel", "Sanai" e actualmente, a operadora imobiliária está a erguer a "Vila Jericó", sua principal "pérola", com uma extensão de 10 hectares, onde prevê a construção de 820 residências.

Dada a procura e solicitação, a Jefran vai alargar os seus projectos para outras zonas do país, num programa a que o gestor chamou de "bola de neve",

O objectivo segundo avançou, é/chegar nas 18 províncias, mas numa primeira fase a prioridade recai para Cabinda, Benguela, Huíla e Huambo. As acções e contactos para a aquisição dos terrenos, onde poderão ser construídas as residências estão já adiantadas.

A Jefran pretende igualmente lançar um projecto que visa a construção de "casas rurais" (nas aldeias), cujo processo de aquisição será feito por via da troca de produtos agro-pecuários.

6.33 Seguro de habitação obrigatória

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016

Os residentes das diferentes centralidades do país poderão, brevemente, subscrever com carácter obrigatório o seguro' multi-riscos habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra a habitação.

A informação foi prestada ontem, quinta-feira (27) pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, orientado pelo Presidente da República e Titular do Poder Executivo, José Eduardo dos Santos.

O projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

Branca do Espírito Santo falou da necessidade de se adaptar o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta. Este facto fez com que o Ministério que dirige levasse à consideração da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Disse, que a reavaliação deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da execução, num valor inferior ao plano de construção inicial. Nesta esteira, disse estarem os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Luanda, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire.

No memorando aprovado, a ministra informou estar incluído uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel.

6.4 Seguro habitação vai ser obrigatório em centralidades

Jornal Liberdade
28 De Outubro de 2016
Texto: ANGOP

A informação foi prestada nesta quinta-feira pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

O projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

Branca do Espírito Santo falou da necessidade de adaptar-se o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta.

Este facto fez com que o Ministério que dirige levasse à consideração da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Disse que a reavaliação deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da excussão, num valor inferior ao plano de construção inicial.

Nesta esteira disse estar os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Lunda, Kuanza Norte, Cuando Kubango, Malanje, Kunene e Zaire.

No memorando aprovado, a ministra informou estar incluído uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel.

Trata-se, prosseguiu, de medidas complementares que tem a ver com a necessidade da regularização jurídica das habitações e espaços comerciais.

Na óptica de Branca do Espírito Santo esse passo vai permitir que os bancos comerciais concedam empréstimos hipotecários, além de aumentar as receitas fiscais do país.

6.35 Seguro habitacional obrigatório para centralidades

Jornal de Angola
28 De Outubro de 2016

Os moradores das centralidades do país vão ter que subscrever o seguro multi-riscos de habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra o Imóvel. A medida consta de um memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais sob gestão da Imogestin, que foi ontem apreciado durante a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

Em declarações à imprensa, no final da reunião, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse que o projecto que dá corpo a essa pretensão teve parecer favorável da equipa económica do Governo e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

Branca do Espírito Santo falou da necessidade de se adaptar o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta, o que motivou o Ministério do Urbanismo e Habitação a submeter à Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Uma reavaliação que segundo a ministra do Urbanismo e Habitação, deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da execução, num valor inferior ao plano de construção inicial. Branca do Espírito Santo disse que o estudo inclui os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Lundas, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire.

O memorando ontem aprovado inclui uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel, como medida complementar que tem a ver com a necessidade da regularização jurídica das habitações e espaços comerciais. Branca do Espírito Santo defendeu que essa medida vai permitir que os bancos comerciais concedam empréstimos hipotecários, além de aumentar as receitas fiscais do país.

O Memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais sob gestão da Imogestin, referente à primeira fase do período de Agosto de 2016 a Julho de 2017, reflecte a

situação dos projectos habitacionais em execução e a iniciar, bem como uma proposta de revisão dos planos de construção, comercial e financeiro.

As medidas aprovadas ontem pelas comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros visam assegurar a sustentabilidade dos projectos habitacionais, tendo em conta o papel relevante do Estado na prossecução das políticas de fomento habitacional.

As comissões Económica e para a Economia Real aprovaram também o Relatório de Balanço do Plano de Caixa do mês de Setembro de 2016, cujas despesas foram executadas em 85 por cento do montante programado, bem como o Relatório de Balanço de Execução da Programação Financeira referente ao terceiro trimestre de 2016, que registou um saldo positivo.

Por outro lado, a reunião aprovou a proposta do Plano de Caixa referente a Novembro de 2016, que condensa o conjunto de entradas e saídas de recursos financeiros do mês em referência.

A Imogestin é a entidade que gere, em representação do Estado, a construção e as vendas ou outras formas de transmissão das habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários que venham a ser integrados no Plano de Desenvolvimento Construtivo e Comercial dos Projectos Habitacionais.

6.36 Vem aí seguro obrigatório multi-risco habitação

Jornal O PAÍS
28 De Outubro de 2016

Os residentes das diferentes centralidades do país poderão subscrever, com carácter obrigatório, o seguro multi-riscos habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra a habitação.

A informação foi prestada nesta Quinta-feira, 27, pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16ª reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros. O projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

6.37 Venda das casas nas centralidades aguarda conclusão das obras externas

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Adérito Veloso

O reinício das venda dos imóveis, nas centralidades de Luanda, Benguela, Namibe e Huíla, aguarda a conclusão das infra-estruturas externas, anunciou o porta-voz da imobiliária Imogestín, Mário Guerra.

Em declarações ao JE, o responsável informou que "o início do novo processo de abertura de candidaturas para compra de habitações, será anunciado publicamente com antecedência não inferior a 90 dias".

Actualmente, segundo avançou Mário Guerra, decorrem Porta-voz da Imogestín Mário Guerra vendas de habitações nas centralidades do Dundo, na Lunda Norte, e de Cabinda.

"Os resultados estão dentro das projecções dos planos de vendas elaborados, denotando-se uma certa retracção no sector privado em função das condições económicas específicas de cada província", informou.

Garantiu que as reclamações das pessoas que haviam efectuado o pagamento na anterior gestão está praticamente solucionado.

"O processo de atendimento das reclamações de pessoas que haviam pago, mas não tinham recebido as habitações está praticamente concluído, com mais de 4 mil pessoas já atendidas. Há situações pontuais por solucionar", frisou.

Garantir mais habitação

O porta-voz da Imogestín destacou que, para se alcançar os resultados preconizados no Programa Nacional de Urbanismo 'e Habitação, as cooperativas de habitação deverão desempenhar um papel decisivo na solução dos problemas deste segmento.

Por outro lado, considera que a solução das necessidades de habitação no mercado nacional deverá ter uma participação mais activa do sector privado, cabendo ao Estado uma função mais reguladora e fiscalizadora de políticas que incentivem essa participação tanto a nível financeiro como fiscal.

Para ele, os dados apresentados pelo Censo habitacional mostram que "o parque habitacional registado ainda é insuficiente, apesar desses projectos contribuírem de forma significativa para reduzir o défice de habitação". Quanto à intervenção da banca comercial na concepção de créditos para facilitar a

aquisição de habitação, Mário Guerra sublinha que este segmento tem um papel fundamental para o acesso dos cidadãos aos projectos habitacionais.

"Entendemos que a banca tem que se cingir às regras que lhe são impostas pelo Banco Nacional. Quando a banca comercial tem como taxa de juro mínima 14 por cento, os seus clientes sofrerão os impactos das taxas", disse.

Revela que o fundo de fomento habitacional é uma alternativa que em colaboração com os bancos comerciais deverá permitir que "os mutuários beneficiem de taxas de juro bonificadas cujo objectivo é o de mitigar o encargo dos mutuários em relação as taxas de juros praticadas pelas instituições bancárias, ficando o fundo responsável pelos encargos da bonificação através de recursos próprios".

6.38 Funcionários da SONIP detidos

Jornal O Crime

29 De Outubro de 2016

A burla e venda ilegal de apartamentos da parte de funcionários da Sonangol Imobiliária e Propriedades SONIP) não é de agora. Em Junho de 2014, por exemplo, sete funcionários daquela instituição, acusados de pertencerem a uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamento na Centralidade do Kilamba, município de Belas, teriam sido detidos pela Polícia Nacional (PN).

Na ocasião, o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, que se reservou em avançar mais pormenores, teria dito à imprensa que as investigações prosseguem, no sentido de serem apurados outros integrantes da rede.

Os mesmos eram acusados de vender, ilegalmente, mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não chegaram a ser revelados. Todavia, não espanta que casos dessa natureza ocorram, também, noutras centralidades, como é o caso das centralidades de Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango, como é também conhecido o Condomínio Vida Pacífica.

De referir que a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica), tendo cessado as suas funções, por Decreto Presidencial, em 2014, ao que a IMOGESTIN assumiu tais responsabilidades.

Mais de mil apartamentos ocupados ilegalmente

Mais de mil apartamentos na Cidade do Kilamba, em Luanda, estão ocupados ilegalmente. A denúncia é da IMOGESTIN, empresa que actualmente é responsável pela comercialização dos apartamentos nas várias centralidades do país.

Segundo o porta-voz da Imobiliária, Mário Guerra, da base de dados passada pela SONIP à IMOGESTIN, constam somente o registo de apenas 18 mil, o que significa que os restantes continuam ocupados ilegalmente.

"A cidade conta com mais de 20 mil apartamentos. É que na base de dados que nos foi passada pela SONIP, há somente registo de 18 mil apartamentos, os outros foram mesmo ocupados ilegalmente", sublinhou em Janeiro do ano em curso, quando denunciava tal facto à Rádio Luanda.

Ainda de acordo com o responsável, essas pessoas serão mesmo obrigadas a deixar os apartamentos, até porque foram adquiridos ilegalmente. "Não podemos deixar que isso continue assim. Vamos, nos próximos tempos, tomar as providências necessárias", avisou.

6.39 Mais de noventa famílias sem residências

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2016

Texto: Zeferino Salembé

Sem ter mais onde recorrer, já que até uma queixa-crime foi feita à Procuradoria-Geral da República, alguns proprietários de apartamentos dirigiram-se ao 'O Crime' para denunciar aquilo que chamam de burla da parte da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), a antiga responsável pelo processo de construção e comercialização das centralidades.

Os visados, que preferiram falar sob anonimato, por represálias ou retaliações da parte da SONIP ou da IMOGESTIN, têm em mãos os contratos há mais de um ano, assim como receberam as chaves dos respectivos apartamentos. Mas, para o espanto de tudo e todos, continuam a ver navios no que diz respeito à entrada nas casas que pagaram e das quais são os legítimos proprietários.

"Tudo porque a SONIP alegava, aquando da recepção das chaves, que os apartamentos teriam sido ocupados ilegalmente por outros cidadãos, mas que, no prazo de 30 dias, iria resolver a situação", explicaram os proprietários, visivelmente inconformados com a actual situação.

E não é para menos, pois já lá vão mais de um ano desde que a situação mantém-se e, segundo disseram, tanto a SONIP como a IMOGESTIN não têm sabido dar-lhes uma resposta satisfatória, tal como retirar os ocupantes ilegais para que eles, enquanto proprietários legítimos, já que têm em posse os contratos feitos com a SONIP e toda a documentação que atesta tal facto, consigam morar nas residências que adquiriram em regime de renda resolúvel.

"Mas, até a data em que estamos, a SONIP não se pronuncia, não convoca nenhuma reunião para esclarecer o caso.

As pessoas vão para lá e não atendem ninguém", denunciaram, realçando que nem marcando, via telefónica, através de uma extensão existente no piso inferior do edifício em que funciona a SONIP, os proprietários são recebidos por algum responsável.

Para o descontentamento dos mesmos, a resposta que recebem do outro lado da linha é que há sempre inconveniência ou indisponibilidade das pessoas do gabinete para os atender.

"O pior ainda é que as pessoas que normalmente atendem o referido telefone, nunca estão a par do assunto ou, pelo menos, fazem parecer que não estão. Pelo contrário, fingem que lamentam muito a nossa situação, apontam a nossa reclamação, mas isso não passa de disfarce", sustentaram, para depois dizer que, mesmo com os dados deixados à pessoa do outro lado da linha telefónica, as coisas nunca mudam.

PGR está a ver navios?

É o que parece estar a acontecer com este caso. Tudo porque, segundo os queixosos, já abriram um processo-crime contra a SONIP na Procuradoria-Geral da República (PGR), sob o número 1042115; mas, para o seu desagrado, nem água vem nem água vai. Tudo continua em 'águas de bacalhau'.

No processo, os promitentes compradores, conforme são designados no contrato assinado entre as partes, denunciavam a situação por que estão a passar ao longo desse tempo todo e solicitavam a devida intervenção deste órgão judicial, pelo facto de os seus apartamentos encontrarem-se ocupados ilegalmente, não obstante terem em sua posse as chaves, contratos e demais documentação.

Todavia, denunciaram, nem este expediente está a surtir efeito para a reposição da legalidade e receberem o que lhes é devido, isto é, os seus apartamentos.

6.40 Moradores das centralidades serão obrigados a pagar seguro habitação

Jornal Folha8

29 De Outubro de 2016

O Executivo angolano decidiu na quinta-feira, 27, que os residentes nas diferentes centralidades do país passarão obrigatoriamente a pagar o seguro multi-riscos habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra a habitação.

A decisão, segundo a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, foi tomada na 16 reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

De acordo a agência de notícias de Angola, Angop, o projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

A ministra Branca do Espírito Santo falou da necessidade de adaptar-se o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta.

Segundo a mesma, este facto fez com que o Ministério que dirige levasse à consideração da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Disse que a reavaliação deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da execução, num valor inferior ao plano de construção inicial.

Nesta esteira disse estar os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Luanda, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire.

No memorando aprovado, a ministra informou ainda estar incluído uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel.

Trata-se, prosseguiu, de medidas complementares que tem a ver com a necessidade da regularização jurídica das habitações e espaços comerciais.

Na óptica de Branca do Espírito Santo esse passo vai permitir que os bancos comerciais concedam empréstimos hipotecários, além de aumentar as receitas fiscais do país.

6.41 “Os invasores vieram do prédio da Cuca”

Jornal O Crime

29 De Outubro de 2016

Segundo fizeram saber, a SONIP alega que os invasores são moradores do demolido Prédio Cuca, antes sito no Kinaxixi, e, por isso, não podem sair dos apartamentos porque já decorre, em tribunal, um processo referente a isso.

"E foi o referido tribunal que anuiu a nossa permanência nos apartamentos", rebateram, sublinhando que esta situação não lhes pode ser imputada ou prejudicá-los, porque seguiram todas as normas estabelecidas no contrato com a SONIP, cumprindo com todos os requisitos e exigências, bem como procederam ao pagamento nos mais variados bancos e, depois de um ano, ainda não viram a cor do interior dos seus apartamentos.

"Durante esse tempo todo, a nossa vida baseia-se em bailes. Vamos à SONIP esta remete-se ao silêncio; vamos à PGR, para repor a legalidade, este organismo do Estado apenas diz que vai resolver, mas os dias passam e a situação continua na mesma ou tende a piorar", constataram, para depois dizer que estão com as mãos atadas, pois não sabem mais onde recorrer para ver a sua situação resolvida.

"Muitos de nós vivemos em casas de rendas; outros, em casas dos pais, somos chefes de família e fizemos tudo para termos, cada um, os nossos próprios tectos para vivermos", disseram.

Ainda assim, solicitam a quem de direito no sentido de intervir no caso, ou seja, a fim de saber de que lado pende a verdade.

'Alguém deve-nos uma explicação e revolução deste caso. Mas, ao que parece, ninguém está a se dignar resolvê-lo. Por isso, as instituições do Estado devem vir em socorro dos cidadãos e dirimir este 'imbróglio', uma vez que nós temos a documentação em dia", resumiram, apelando uma intervenção das instituições afins, porque são noventa ou mais famílias que se encontram nesta situação.

Nem a IMOGESTIN assume

Segundo apurou este jornal, a SONIP passou todos os processos para a IMOGESTIN, a nova gestora imobiliária das centralidades. Mas, para o espanto destas famílias, a IMOGESTIN 'lavou' as mãos quanto ao caso em questão, remetendo tal resolução para a SONIP, alegando que só tomará conta do caso depois de os mesmos entrarem, efectivamente, nos apartamentos.

6.42 Projectos habitacionais

Jornal de Angola
29 De Outubro de 2016

A qualidade de vida começa invariavelmente a partir da habitação, sendo fundamental que ela e o espaço circundante tenham condições para assegurar às famílias melhor usufruto e sustentabilidade.

Ao longo de muitos anos, o parque habitacional conheceu profundas deformações, nalguns casos destruição do pouco que ainda se mantinha de pé, numa altura em que o crescimento populacional prevalecia imparável.

A procura por um espaço para abrigar famílias, no tempo do conflito armado, contribuiu para uma pressão demográfica sem precedentes na História de Angola independente. O caos urbanístico em muitas zonas, sobretudo na periferia das grandes cidades, onde milhares de famílias encontravam segurança e sossego, passou a ser inevitável durante muito tempo.

O fim do conflito armado permitiu não apenas encarar o fardo pesado da herança de destruição do parque habitacional, mas, igualmente, pôr em marcha um amplo programa de reconstrução.

As instituições do Estado, ao lado de iniciativas privadas, meteram-se em campo para promover a construção de habitações das mais variadas tipologias em todo o país.

Nos últimos anos, foram erguidos milhões de casas, por via das iniciativas já mencionadas, sendo as centralidades um exemplo de que é viável no médio e longo prazos um programa de habitação condigna para todas as famílias.

O sector imobiliário cresce e apresenta desafios que precisam de ser devidamente equacionados para que as famílias continuem a usufruir dos espaços habitacionais, para que as empresas e pessoas singulares tenham acesso, em condições, aos terrenos para fins diversos.

Para melhor fazer face aos crescentes desafios a nível do sector imobiliário, o Executivo pretende implementar um conjunto de medidas com o objectivo de garantir a sustentabilidade dos projectos habitacionais. Trata-se de um novo paradigma que surge para melhorar a perspectiva de construção de projectos habitacionais, no sentido de garantia das condições de habitabilidade e durabilidade das habitações.

O memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais sob gestão da Imogestin é uma iniciativa que pretende transformar o sector habitacional num instrumento que melhore não apenas a qualidade de vida, mas igualmente o equilíbrio entre a oferta e a procura.

Com a agenda preenchida por via da construção de várias centralidades, muitas outras ainda por surgirem, não há dúvidas de que o memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais surge numa altura adequada. Embora se trate ainda de uma proposta, cuja análise passou recentemente sob o crivo da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, acreditamos que a mesma pode jogar um papel importante na gestão do parque habitacional.

Pretendemos todos que os ocupantes das habitações erguidas nas centralidades vivam em segurança, facto que pode ser acautelado com a adesão ao futuro Seguro Habitacional Obrigatório, um expediente que servirá para acautelar custos que venham a envolver intervenções ou danos nas habitações.

Atendendo à expansão do parque habitacional, é preciso que as outras instituições públicas e privadas se envolvam no sentido de melhorias, qualidade e durabilidade dos projectos, bem como na segurança das habitações.

Com estas iniciativas, espera-se que as seguradoras e os bancos aprofundem a intervenção e o papel que deles se espera, sobretudo numa altura em que há projectos de construção de centralidades nas províncias do Bengo, Lundas, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire. Trata-se de empreitadas monumentais que, para o seu sucesso, deverão envolver a entrada em cena de vários agentes.

Independentemente do papel do Estado na implementação de políticas viradas para o fomento habitacional, é inegável o contributo dos parceiros que, como se espera, devem estar à altura dos desafios. Para a frente, está um longo caminho a percorrer para que o sector imobiliário se tome num aliado fundamental na melhoria da qualidade de vida

e do rendimento das famílias angolanas de Cabinda ao Cunene.

Não podemos perder de vista que Angola e os angolanos se empenham todos para que o país evolua, nos próximos tempos, para o estágio de Países de Rendimento Médio. E isso passa também pela melhoria de indicadores sociais, dentre os quais a habitação, que num meio adequado e sustentável, constitui um dos principais elementos. Fazemos votos de que, com a participação de todos, desde agentes públicos e privados, sejamos capazes de dar sustentabilidade aos projectos habitacionais.

7. TERRA

7.1 Demolições forçam mais de 50 mil famílias a viver em tendas

Jornal O PAÍS

3 De Outubro de 2016

Texto: Domingos Bento

De acordo com André Augusto, coordenador adjunto da OS-Habitat, organização nacional de defesa do direito à habitação, grande parte das demolições ocorreram de forma irregular, sem o mínimo de respeito pelos direitos dos cidadãos que vêem as suas casas destruídas da noite para o dia a meio de tremenda violência que termina, em alguns casos, em mortes.

Segundo a fonte, as províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo são as regiões do país onde se assiste, com regularidade, ao facto de um elevado número de pessoas habitarem em tendas ou em habitações precárias devido às demolições perpetradas, na sua maioria, por instituições governamentais ou cidadãos economicamente mais fortes. No entanto, ao todo, conforme explicação de André Augusto, a SOS-Habitat trabalha com um total de 69 comunidades, num universo de 150 mil famílias. Destas, cerca de 50 mil vivem em tendas ou em habitações precárias porque as suas casas foram demolidas e até ao momento o Governo não conseguiu solucionar os diferendos.

Estes números, de acordo com responsável, poderão aumentar drasticamente nos próximos anos, já que não há uma política que vise travar a onda de demolições que a cada dia vão fazendo novas vítimas em todo o país. A título de exemplo, André Augusto referiu a situação da zona do Zango - III, em Luanda, onde se vem constatando, desde o final de Agosto deste ano, destruições que já atiraram abaixo mais de três mil residências.

Para aquele activista social, que falava a OPAIS por ocasião do Dia Mundial da Habitação, que se comemora hoje, o silêncio tumular do Estado, diante do tumulto que se vive naquela parcela de Luanda, e que já vitimou mortalmente um menor de 14 anos de idade, é "arrepicante" e reflecte muito bem a insensibilidade dos agentes do Estado, que precisa de uma reforma urgente nas políticas habitacionais.

"As demolições de residências de cidadãos constituem um grande recuo naquilo que é o nosso processo democrático. Elas não obedecem aos critérios e ao respeito pelas leis. Como podem

constatar, no processo de demolições não tem havido negociações. O que temos vindo a registar é uma tremenda imposição por quem tem maior poder. Entendemos ser uma atitude grosseira que mancha o nosso processo democrático, já que somos um Estado que se assume de direito e democrático", atestou.

André Augusto pediu ao Estado que adopte uma nova postura nas questões das demolições de forma a se evitar conflitos futuros, tendo em conta que, cada vez mais, a maioria das populações vão mostrando insatisfação e saturação diante das injustiças sociais que lhe são infringidas no que toca ao direito à habitação.

O coordenador adjunto da SOS- Habitat solicitou ainda um olhar atento e rigoroso sobre a parte Sul do país, por ser das zonas onde se assiste ao crescer de demolições e expropriações de terras.

"Se o Estado já não constrói casas para os cidadãos, então que não parta quando estes tomam iniciativas. E se há alguma irregularidade, o melhor é ir pela via da negociação. Mas nunca deixar pessoas ao relento, como temos vindo a assistir. Portanto, se queremos construir uma sociedade harmoniosa, é bom que se vele pelas questões ligadas à habitação. Elas são muito determinantes, Não poderemos construir uma sociedade inclusiva e harmoniosa deixando centenas de cidadãos sem tecto", frisou.

Por seu lado, a directora do Intercâmbio do Ministério do Urbanismo e Habitação (MINUHA), Eunice Inglês, disse que o Executivo angolano está interessado em construir habitações condignas para os cidadãos' tendo apontado o surgimento das novas centralidades como um dos exemplos da sua afirmação.

A responsável, que falava ontem ao jornal da Tv. Zimbo, deu a conhecer a realização da conferência nacional sobre habitação que vai decorrer em Luanda no próximo dia 3.

O Dia Mundial do Habitat é celebrado anualmente na primeira segunda-feira de Outubro. Foi designado oficialmente pela ONU e celebrado pela primeira vez em 1986. O objectivo do dia é permitir a reflexão sobre o estado das cidades e do direito humano à moradia adequada, assim como lembrar ao mundo a sua responsabilidade colectiva sobre o habitat das gerações futuras.

7.2 No Zango populações comemoram dia do habitat ao relento

Jornal Manchete

07 De Outubro de 2016

Texto: Jorge Neto

O Dia Mundial do Habitat é celebrado anualmente na primeira segunda-feira de Outubro, em todo o mundo. Foi designado oficialmente pela ONU e celebrado pela primeira vez em 1986. O objectivo do dia é permitir, à reflexão sobre o estado das cidades e do direito humano à moradia adequada assim como lembrar ao mundo da sua responsabilidade colectiva sobre o habitat das gerações futuras.

A efeméride foi comemorada sob o lema "Planear o Nosso Futuro Urbano", com o objectivo de salientar a urgência de ir ao encontro das necessidades dos habitantes das cidades, num mundo em rápida urbanização.

"Em inúmeras cidades, tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento, tem-se verificado uma tendência preocupante: por um lado, o crescimento de zonas residenciais de luxo e a multiplicação de condomínios fechados e, por outro, o aumento simultâneo de edifícios com apartamentos superpovoados em zonas pobres, de enclaves étnicos, de bairros degradados e de bairro, de lata", disse o secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, em comunicado de imprensa em relação a efeméride, em 2009.

Ban Ki-moon referira ainda que os principais desafios urbanos do século XXI são o rápido crescimento de muitas cidades e o declínio de outras, a expansão do sector informal da economia e o papel das cidades nas alterações climáticas ou na atenuação dos efeitos destas.

"Observa-se um pouco por todo o mundo que estes desafios estão a ser largamente negligenciados pelos governos, a todos os níveis. A expansão urbana e o desenvolvimento não planeado figuram entre as consequências mais visíveis. Centenas de milhares de habitantes das cidades estão cada vez mais expostos à elevação do nível do mar, às inundações costeiras e a outros perigos relacionados com o clima", disse.

Para o secretário-geral da ONU. É essencial que o planeamento urbano seja melhor e mais equitativo. Novas ideias vindas de cidades inteligentes de todo o mundo apontam o caminho para uma urbanização sustentável. Mas ainda há muito por fazer. Os pobres que vivem nas cidades precisam de um sistema melhor de propriedade fundiária e um melhor acesso às terras.

Ban Ban Ki-moon entende que o planeamento urbano constitui a essência deste programa, mas só funcionará se houver uma boa governação urbana e se os pobres das cidades participarem nas decisões que afectam as suas vidas.

"Esse planeamento produzirá melhores resultados, se combater verdadeiramente a corrupção. Os organismos das Nações Unidas, como o ONU-HABITAT, podem dar uma ajuda vital, sob a forma de reforço das capacidades, investigação e gestão e intercâmbio de conhecimentos", asseverara.

Por cá a efeméride foi comemorada com mais de quatro mil famílias ao relento, por terem visto as suas residências demolidas no bairro Zango III, município de Viana, pelas autoridades.

De acordo com a Lusa, que citava o director do gabinete jurídico da administração municipal de Viana, Hamilton de Lemos, que reagia ao microfone da RNA ao polémico processo de demolições iniciado há uma semana, as autoridades consideraram legítimo o processo de demolição de casas em curso nas zonas do Zango II e III, que afecta apenas obras recentes erguidas em reservas fundiárias do Estado.

"A Zona Económica está a quebrar obras novas, está a demolir obras novas, as obras antigas, aquelas que estão no cadastro da zona económica, que são os bairros antigos que lá já existiam essas estão devidamente preservadas e a seu tempo serão indemnizadas", explicou Hamilton de Lemos.

Acrescentou que as obras erguidas "de forma arbitrária", cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade sobre o espaço não vai haver "qualquer responsabilidade por parte da Zona Económica".

De realçar que destas demolições resultaram a morte de um menino de 14 anos de idade na tentativa de recolher das autoridades as razões da demolição da residência dos seus progenitores.

O menor Rufino Marciano António, de 14 anos, que foi morto a tiro durante confrontos com forças de segurança, que asseguravam as demolições de residências na zona do Zango II e III, foi a enterrar no dia 12 de Agosto, no Cemitério de Viana.

7.3 Novas demolições no Zango derrubam capela da Igreja Católica

Novo Jornal

07 De Outubro de 2016

Texto: António Paulo

Os interlocutores disseram não entender a razão das demolições, justificando com o facto de, dias antes, a zona ter recebido a visita do governador da província de Luanda, Higinio Carneiro e membros do governo municipal e do partido que determinou, na sua presença, a paralisação das demolições e a retirada das tropas.

"Naquela data, as demolições pararam", testemunharam fontes deste jornal que, desde segunda-feira, dia 2, assistem impávidos à destruição das suas moradias.

"vá lá ao terreno para ver o que eles estão a fazer. O próprio governador já tinha constatado a ausências de militares. Agora, estão lá de novo e bem armados, com armas pesadas do tipo PKM (metralhadoras russas), projecteis e tudo" denunciaram.

Testemunhas no local, revelaram ao NJ que as ordens de demolição eram dadas de forma expressa, por um suposto engenheiro, que se encontrava dentro de uma viatura Land Cruiser. "Não estamos a entender nada. Até ontem, praticamente, demoliram 1200 casas. É muita casa demolida pelos militares armados", insistiram.

À semelhança das primeiras áreas demolidas no Zango, os moradores também se queixaram de abusos sexuais, por parte dos militares, para além de pedirem dinheiro aos familiares para que as casas não fossem deitadas abaixo. "Eles olham para as casas onde há jovens bonitas, puxam as moças e as persuadem a deitarem-se com eles para que as suas casas não sejam demolidas. Há pessoas que estão a dar dinheiro para impedir as demolições. Isto é mais complicado", denunciaram as fontes.

Durante o primeiro dia das demolições, segundo os interlocutores, alguns cidadãos foram detidos, momentaneamente, pela Polícia Nacional, por se terem manifestado contra. "Várias pessoas, entre homens e mulheres, foram detidas por protestar contra as demolições. Estávamos a barricar a estrada para impedir que os camiões deles entrassem, quando a polícia encontrou a população a manifestar-se e deteve várias pessoas", pormenorizaram.

Para além de moradias, as demolições atingiram uma capela da Igreja Católica que ali existia há mais de 30

anos, segundo denunciou à Rádio Ecclésia, o porta-voz da Diocese de Viana, padre Queirós Figueira.

O prelado apelou para que sejam responsabilizadas as pessoas envolvidas nas demolições em curso no Zango. "Partiram a nossa capela que existia ali há 30 anos, se calhar, antes de se ter projectado a Zona Económica Especial-ZEE. Não há ninguém que diga nada. Tentámos reclamar, até ao padre os militares queriam bater. Portanto, são situações graves. Deus, no momento oportuno, faz o seu julgamento e, na verdade, vivemos neste mundo e cada um vai pagar pelo seu crime".

Até ao momento, nenhuma autoridade se pronunciou sobre o assunto.

7.4 Construções anárquicas em Luanda

Jornal A República

7 De Outubro de 2016

E 2014, a Administração do distrito urbano da Ingombota pretendia aplicar medidas mais rigorosas para conter surgimento de novas habitações na Ilha do Cabo.

A Administração do Distrito Urbano da Ingombota, província de Luanda, pretendia ser mais rigorosa em relação às medidas a serem tomadas para conter as construções anárquicas na Ilha do Cabo. Segundo o administrador interino da circunscrição' Humberto Marcelo, os casebres que se registavam na localidade terão sido construídos durante os fins-de-semana. "Estas construções foram feitas por pessoas oportunistas com intenção de obter outras residências no caso de realojamento, mas na altura da acção da fiscalização estas pessoas desaparecem": referiu. De acordo com o responsável, os cidadãos devem respeitar as acções desenvolvidas pelas autoridades administrativas, caso contrário serão penalizadas. "Os projectos de requalificação, no caso da Ilha do Cabo, são importantes, porque estão melhorar a imagem da localidade e a tornar o local aprazível, em benefício das populações": sublinhou, A administração local destruiu, neste mesmo ano, mais de quarenta casebres de chapas e ferro velho (carcaças de barcos e, viaturas) construídos na zona do Ponto Final, numa zona para execução de projectos de lazer; no âmbito do processo de requalificação da zona.

7.5 ONGs pedem ajuda à União Africana

Jornal O PAÍS

7 De Outubro de 2016

Texto: Hermenegildo Tchipilica

O presidente do Fórum das Organizações da Sociedade Civil, Esteves Machado, considera que a presença da comissão Africana dos Direitos Humanos, Pansy Tlakula, não só se revestiu como de capital importância para o país, mas constituiu uma oportunidade para constatar o trabalho que Angola vem desenvolvendo na promoção e defesa dos direitos humanos.

"Enquanto organizações da sociedade civil e parceiros do governo angolano, nós vamos fazendo o nosso trabalho que visa promover, disseminar o conhecimento nas populações em relação aos direitos humanos", detalhou.

Relativamente às grandes preocupações das organizações da sociedade civil, referiu que uma delas é a sua legalização e que têm estado a trabalhar com o Governo para efectivar esse requisito legal. "Na última reunião africana sobre os direitos humanos, na Gâmbia, já manifestámos este interesse e pensamos que a vinda da mais alta-mandatária da Comissão dos Direitos Humanos poderá trazer alguma influência em relação ao cumprimento deste pressuposto", disse.

Quanto à situação dos direitos humanos em Angola, o responsável sublinhou que "não se apresenta como grave" e adiantou: "entendemos que não há governo nenhum no mundo que, naquilo que são os actos de governação, não interfira neste ou naquele aspecto que tenha incidência na violação dos direitos humanos. Mas, aqui sim, chamamos a atenção ao governo para o respeito das garantias fundamentais dos cidadãos".

A fonte disse que a vinda da representante da União Africana visa a recolha de informações sobre a legalização das organizações da sociedade civil em Angola.

Por sua vez, o secretário-geral da Rede das Organizações da Sociedade Civil e Educação para Todos, Carlos Cambuta, entende que a visita da comissão da União Africana para os Direitos Humanos se enquadra no âmbito da monitoria da situação do direitos humanos à luz da Carta Africana dos Direitos dos Povos, em que a Comissão Africana tem a responsabilidade de discutir com os governos a resolução das situações que inquietam os cidadãos.

Avanços e recuos

Assinalou que as preocupações das organizações da sociedade civil são várias, mas entende que em Angola já se vive um avanço significativo no que concerne à ratificação de documentos importantes. "Temos hoje o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, existe um órgão que elabora um relatório sobre a situação dos direitos humanos e esse órgão integra as organizações da sociedade civil angolana", assegurou. "Do ponto de vista teórico, Angola deu um avanço significativo. Do ponto de vista prático, colocam-se desafios de várias ordens que importa inverter, nomeadamente no domínio da educação. Estamos num país onde grande parte da população tem dificuldades de acesso à educação", disse.

Para o vice-coordenador da SOS- Habitat, André Augusto, a vinda da comissão africana para os Direitos Humanos deve servir para minimizar alguns problemas, pelo que se assume expectante quanto à resolução de algumas deles, já que preocupam a sociedade civil.

O líder associativo adiantou que "é sempre bom o país receber figuras desta dimensão, porque ajuda as autoridades a perceberem mais sobre a questão dos direitos humanos, bem como mantém uma ligação entre o Estado angolano e as entidades internacionais, neste caso, a Comissão Africana dos Direitos Humanos".

O responsável mostrou-se preocupado com a onda de demolições de casas e de outro tipo de obras que ocorrem um pouco por todo o país, principalmente em Luanda, onde são violados alguns direitos fundamentais dos cidadãos e apelou ao reforço do diálogo entre o Governo e as organizações da sociedade civil, no sentido de se encontrar meios para minimizar situações anómalas que afectam as comunidades.

Durante a sua estada em Luanda, a comissão Africana dos Direitos Humanos, Pansy Tlakula, teve encontros com o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Manguerra, com o presidente do Tribunal Supremo, Manuel de Aragão, com o Procurador Geral da República, João Maria de Sousa, e ainda com a presidente em exercício da Assembleia Nacional, Joana Una. Com todos eles a representante da União Africana abordou questões ligadas à ratificação de alguns instrumentos internacionais e protocolos da União Africana.

Com a secretária de Estado das Relações Exteriores e Cooperação' Ângela Bragança, a comissão partilhou informações e experiências visando o melhoramento do trabalho em termos dos direitos humanos.

Um encontro com as organizações da sociedade civil estava agendado, visando a recolha de preocupações sobre os direitos humanos, combate à violência doméstica, bem como sobre a legalização daquelas instituições.

7.6 Assessores Diplomáticos do Presidente Esbulham Terra

Jornal Folha 8

08 De Outubro de 2016

Texto: Rafael Marques de Morais

O empenho com que os homens do presidente espoliam, de forma ilícita, violenta e impune, camponeses e pobres dos seus terrenos está a tomar-se num passatempo perigoso para os perpetradores e para o que resta da imagem de José Eduardo dos Santos.

Basta lembrar o caso do actual secretário-geral da Presidência da República, Edeltrudes Costa, contra a camponesa Helena Tekka. O banditismo descarado, com recurso à Polícia Nacional e às Forças Armadas Angolanas para os seus saltos à mão armada contra populares indefesos, parece ser agora a ideologia dos que rodeiam o presidente. Desta vez, o Maka Angola reporta sobre as diligências que o secretário da Presidência da República para os Assuntos Diplomáticos e de Cooperação internacional, e o assessor da Presidência da República para a Área Diplomática respectivamente os irmãos Carlos Alberto Saraiva de Carvalho Fonseca e Flávio Saraiva de Carvalho Fonseca - têm tomada para a espoliarem um terreno de sete hectares na área do Bita Sapú, em posse da cidadã Catarina Manuel Damião, pastora da Igreja do Bom Deus.

Em Fevereiro de 2015, o Club-K reportou sobre o assunto e, passado mais de um ano e seis meses, as autoridades continuam a garantir a ocupação do terreno pelos funcionários presidenciais.

A camponesa Isabel Luís Damião cultivava o terreno em questão desde 1980. Por falta de bilhete de identidade, pediu à sua sobrinha, Evita Adão de Oliveira Gomes, com quem co-habitava, que legalizasse o terreno em seu nome, e esta assim procedeu em 1989. O facto é comprovado por uma declaração emitida pelo Governo Provincial de Luanda, datada de 30 de Novembro de 2012, com o número 128/2012. Essa declaração tem como anexo, certificado, o croqui de localização do terreno. Há outros documentos oficiais que certificam a posse jurídica do terreno por Evita Adão de Oliveira Gomes.

Com a pressão demográfica em Luanda e a expansão das zonas habitacionais até essa área, que

anteriormente se confinava à agropecuária, Isabel Luís Damião e seus familiares construíram casas e passaram a viver no terreno onde mantinham a actividade agrícola.

Ciente da sua responsabilidade familiar e para precaver qualquer abuso, Evita Gomes passou uma procuração a Catarina Manuel Damião, a sua prima, filha de Isabel e cabeça de casal dos herdeiros. "O terreno é a herança que a minha falecida mãe deixou para ser dividido entre os seus seis filhos e netos", refere Catarina Damião.

Toda a documentação que Evita apresenta para comprovar a posse do terreno já foi autenticada e declarada verdadeira pelos serviços do Estado, designadamente pelo Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Integrado da Província de Luanda. A 23 de Novembro de 2015, este gabinete atestou a veracidade das declarações passadas em nome de Evita Adão de Oliveira Gomes sobre a posse da parcela de terreno com área de sete hectares, no Município de Viana.

Entretanto, os irmãos embaixadores ao serviço da Casa Civil do Presidente da República enamoraram-se do terreno que oficialmente está na posse de Evita. E, contando com o apoio militar das Forças Armadas Angolanas, Carlos Alberto e Flávio Saraiva de Carvalho invadiram a propriedade.

O Maka Angola contactou Carlos Alberto Saraiva de Carvalho por telefone e informou sobre a presente investigação, apesar da má qualidade da linha. Enviou mensagem para confirmar o telefonema e para pedir a sua versão dos factos, mas os telefonemas subsequentes não foram atendidos.

Invasão militar, demolições e litígio

"No dia 17 de Março de 2014, os militares do Posto de Comando Unificado das F AA, comandados pelo Rui Jorge da Silva, sobrinho dos Saraivas, foram ao terreno destruir tudo e apoderar-se dele, sem nenhum mandado", afirma Catarina Damião. "Esses senhores da presidência da República demoliram as oito casas que tínhamos no terreno, enquanto as pessoas estavam fora a trabalhar, com todos os bens que estavam dentro de cada uma delas. Não se tirou nada", denuncia Catarina Damião.

Com os meios de Estado ao seu dispor, os irmãos diplomatas ocuparam o terreno, começaram a preparar a sua vedação e a fazer um levantamento topográfico para realizarem uma empreitada, a cargo de uma empresa chinesa.

Os embaixadores não tiveram dificuldade de criar um imbróglío jurídico que envolveu também

a referenciação errada do terreno, isto é, apresentaram títulos de posse que afirmavam dizer respeito ao terreno da família Damião, mas na realidade diziam respeito a outros terrenos. Todos estes factos levaram Evita a apresentar uma queixa junto do Ministério Público, que originou o processo-crime nº 56/15. Este processo corre os seus termos na Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal, e nele são participantes Evita e, entre outros, os embaixadores Carlos Alberto e Flávia Saraiva de Carvalho.

O instrutor do processo é o procurador Gervásio Cauende, No âmbito desse processo-crime contra os consultores do presidente, foi considerado que Catarina Damião, prima de Evita e com procuração desta, demonstrara titularidade do terreno em litígio. Nesse contexto, o procurador-geral adjunto da República enviou um ofício datado de 30 de Outubro de 2015 ao chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, general Geral do Sachipengo Nunda. No ofício, o procurador-geral adjunto Henrique Santos "aconselha" o general Nunda a garantir a abstenção de quaisquer obras ou de qualquer tipo de intervenção no terreno por parte das forças do Posto de Comando Unificado de Luanda, argumentando que isso poderia gerar "más interpretações", enquanto decorresse; a instrução do processo-crime.

Dito em palavras simples e diplomáticas. O Ministério Público considerava que o terreno era de Evita e não dos embaixadores e por isso o exército devia deixar de proteger os interesses dos membros da Casa Civil do Presidente.

Nessa sequência, o general Nunda despachou "Para devido tratamento com os Senhores Dr. Carlos Alberto e Flávio" a 3 de Novembro de 2015.

A 5 de Novembro de 2015, o director do Gabinete do Comandante da Região Militar de Luanda, major Luís Pedro, despachou com urgência as ordens do seu comandante, general Simão Carlitos "Wala", no sentido de não permitir que se construísse naquele espaço, tendo em conta as indicações do chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, por sua vez baseadas na nota da Procuradoria-Geral da República.

Desta decisão foi dado conhecimento a toda as partes envolvidas, incluindo aos "manos" embaixadores. Vista do terreno esbulhado pelos assessores do presidente.

Em tribunal

A 23 de Novembro de 2015, através do Ofício nº 481/GPDI/GPL, o Governo Provincial de

Luanda respondeu ao Ofício nº 1345/2ª Secção da Sala do Civil e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, confirmando a autenticidade dos documentos em posse de Evita e Catarina Damião, incluindo a titularidade do terreno de sete hectares.

Passado uma semana, a 1 de Dezembro de 2015, a 2ª Secção do Civil realizou uma audiência sobre o caso, mas só um das partes foi ouvida. Nós não fomos ouvidos em audiência. Só as testemunha que o senhor Carlos Saraiva de Carvalho arrolou. Por exemplo, uma das senhoras disse que começou a trabalhar para o irmão do senhor Carlos em 1975 para dizer que já nessa altura a família dele tinha posse desse terreno e confirma em tribunal que tem 45 anos", explica Catarina Damião.

Essa polícia

Contrariando as provas documentais, o "conselho" da PGR e a abstenção das FAA, eis que surge a Polícia racional para impor a vontade dos manos Saraiva de Carvalho.

"Neste momento, eu nem sequer posso passar frente ao terreno. O comandante Francisco Notícia do Comando de Divisão de Viana tem estado a ameaçar-me pessoalmente, diz que me vai prender se eu voltar a passar pelo terreno."

Para comprovar o envolvimento do superintendente chefe Francisco Notícia na protecção dos interesses dos irmãos embaixadores, Sebastião Manuel, sobrinho de Catarina Damião, conta como a polícia o perseguiu.

"No passado dia 12 apresentei-me no gabinete do comandante Notícia para saber qual era o crime que eu tinha cometido. O comandante Notícia ameaçou-me, ordenando-me que nunca mais pusesse os pés no terreno, porque o mesmo pertence ao doutor Carlos, senão vai-me prender, e toda a minha família vai para a cadeia", revela Sebastião Manuel. E acrescenta: "O comandante ofendeu-me muito e a minha família e chamou a minha tia (Catarina) de burladora". A 5 de Outubro, superintendente chefe Notícia foi promovido a comandante municipal de Belas.

"O Zé Dú (José Eduardo dos Santos) está a trabalhar com gatunos, bandidos. Um embaixador que rouba uma pobre é quê?", interroga-se Catarina Damião. Ela mesma responde: "Cambada de gatunos"

Governantes contra pobres

"Será que o pobre não tem direitos? O que o pobre tem o governante tem de tirar?", interroga-se a pastora Catarina Damião. "É só a ganância, o prazer

de destruírem a vida dos pobres angolanos. Já me mandaram estranhos para me perseguirem. Querem matar-me por causa de um terreno? Deus é que me protege. Não sei como ainda sobrevivo."

Os "manos" ainda ocupam o terreno pela força e não cumprem as ordens do Ministério Público e das Forças Armadas. Esta é mais uma de entre as muitas histórias que chegam ao Maka Angola de esbulho ilegal de terras por parte de altos dirigentes políticos, com o apoio das Forças Armadas.

Além das questões jurídicas que se colocam em termos de direito de propriedade e de direito criminal são cometidos crimes e é desrespeitado o direito da propriedade, há uma questão constitucional que surpreende.

O que andam a fazer as Forças Armadas que no meio destes imbróglios? Porque é que as Forças Armadas são destacadas para ocupar terrenos de camponeses e defender os interesses pessoais de governantes? Não é essa a função das Forças Armadas. As Forças Armadas não são uma força de segurança policial interna.

A Constituição é clara no artigo 207º. "As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do país." Não se compreende como é que a ocupação de terrenos e a expulsão dos cidadãos proprietários tem que ver com a defesa militar.

Portanto, além de tudo o mais, é tempo de o comandante-chefe das Forças Armadas e os seus chefes máximos ordenarem que as Forças Armadas se abstenham de interferir em tarefas policiais internas corruptas, como a agressão aos detentores de terras. Se a Polícia Nacional não tem capacidade suficiente, então que se explique por que razão continua a receber a segunda maior fatia do Orçamento Geral de Estado e mantém os mesmos comandantes de sempre.

7.7 Demolições continuam no Zango após visita do governador

Jornal O País

10 De Outubro

Texto: Domingos Bento

Mesmo depois de o governador de Luanda, Higino Carneiro, ter visitado a zona no passado dia 13 de Setembro, as demolições nos Zangos, no município de Viana, em Luanda, continuam a todo o vapor. Na manhã de Segunda-feira, 03, foi a vez do Zango-4 que assistiu a um total de 150 casas serem destruídas.

Segundo os moradores, "os homens fardados chegaram cedo e munidos de máquinas e armas, prontos para instalarem o caos e a dor" no seio das famílias que acabaram desalojadas.

Para além de perderem as suas casas e pertences, os moradores dizem terem sido brutalmente espancados pelo grupo de militares que nem sequer poupou mulheres, velhos e crianças.

Residente na zona "há mais de dez anos", Neves Sebastião, 29 anos, é um dos moradores cuja casa foi demolida. Com a esposa grávida e desempregado, o jovem revela-se profundamente chocado com toda a situação e clama por justiça.

"Quando a gente pensa que estamos a construir a vida, lá vêm os militares para nos desgraçar. É horrível o que eles vieram fazer. Partiram as nossas casa roubaram os nossos bens", atestou.

Por seu lado, Emilia Hebo, estava esperançada que a visita do governador trouxesse: alguma solução. A esperança caiu por terra ao ver a casa destruída. "Foram desumanos. Eu ainda lhes disse que estou grávida mas nem com isso pararam. Bateram - nos e levaram o dinheiro que tínhamos. Foi horrível"

Josefina Jamba, é outra moradora que viu a sua casa totalmente demolida. Antes da destruição, a jovem, de 30 anos relata que foi barbaramente espancada mesmo diante dos filhos menores. De acordo com Josefina, no passado dia 19 de Setembro, ela e demais moradores haviam recebido a notificação que determinava -a obrigatoriedade de abandonarem o espaço por alegadamente fazer parte do perímetro da Zona Económica Especial (ZEE). Mas, como não tinham onde viver, insistiram em permanecer no local, enquanto aguardavam por uma eventual negociação, já que o prazo estipulado pelos militares, era bastante curto.

"Na Segunda-feira, fomos surpreendidos por um aparato de tropas fortemente armados. Arrastaram-nos com tanta força. As crianças choravam, mas eles (os militares) não queriam saber. Foram maus", lamentou.

Fontenário e igreja católica demolidos

Conforme apurou o OPAIS, as demolições deitaram ainda abaixo uma capela da Igreja Católica e o único fontenário que abastecia a zona com água. Em entrevista ao OPAIS, O porta-voz da Diocese de Viana, padre Queirós Figueira, referiu que a igreja está bastante chocada com o acontecido, tendo adiantado que se está a trabalhar no sentido de responsabilizar os culpados.

"A capela existe lá há trinta anos, antes de qualquer outro projecto. Já se reza aí há bastante tempo. Nós recorreremos às autoridades afins para se resolver esta situação.

Vamos aguardar pelo desfecho final porque até o padre foi ameaçado", salientou.

Também a SOS- Habitat, por via do seu coordenador adjunto, André Augusto, afirmou ter conhecimento da ocorrência e lamenta profundamente a situação, já que está em curso um processo com vista travar a onda de demolições em curso no Zango desde o início de Agosto. "Já tivemos encontros com alguns membros do Governo. Tratamos desta questão. Contudo, sentimo-nos tristes porque houve garantias que os militares deviam ser retirados da zona".

Para os devidos esclarecimentos, OPAIS contactou o porta-voz do Governo provincial de Luanda, Sebastião José, porém este disse desconhecer o assunto por se encontrar de férias. Já o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbo, não atendeu aos nossos contactos, apesar das várias tentativas efectuadas.

7.8 Nunda desdramatiza envolvimento das FAA em demolições no Zango

Jornal O País

10 De Outubro de 2016

Texto: Hermenegildo Tchিপilica

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), general Geraldo Sachipengo Nunda, desdramatizou, em Luanda, o envolvimento dos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) nas demolições ocorridos recentemente no Zango, de que resultou a morte do adolescente Rufino António, de 14 anos.

O general Nunda, que se pronunciava em conferência de imprensa, no âmbito nas comemorações do 25º aniversário das FAA, assinalado ontem, admitiu que o envolvimento dos efectivos das FAA no processo teve o seu aval enquanto chefe do Estado Maior General das FAA e sob orientação do Comandante em Chefe. "Recebemos orientação do Comandante em Chefe para a protecção das reservas fundiárias do Estado, que são aqueles espaços que o Executivo determina que devem ser preservados para a realização de objectivos específicos do Estado. Aquela área do novo aeroporto de Luanda era da responsabilidade de efectivos da Casa de Segurança do Presidente da República e posteriormente esta responsabilidade passou para a Polícia Nacional.

A partir daí, a população começou a demolir as vedações e a construir casas naquele espaço", disse.

Referiu que a presença de efectivos das FAA havia sido solicitada pelo presidente do Conselho de Administração da Zona Económica Especial (ZEE) para repor a legalidade no local, já que, concluída a construção do aeroporto, o mesmo seria inviabilizado, pois que nenhuma organização internacional conceder-lhe-ia o pretendido estatuto internacional se ao seu redor se mantivesse a confusão então verificada.

"Pediram-nos e eu autorizei o Comando da Região Militar de Luanda a fazer o plano para podermos proteger. As FAA não fazem demolições. Apenas estiveram no Zango para assegurar que a ZEE fizesse as demolições de centenas de casas, o que aconteceu", disse.

Nunda assegurou que a acção tinha sido concertada em reunião prévia havida com a Administração Municipal de Viana.

A alta patente militar justificou, que a reacção das FAA se deveu ao facto de no decorrer das demolições ter identificado a acção de um grupo de indivíduos com o plano de queimar as máquinas e de ameaçarmos quatro militares que naquele momento se encontravam em serviço no local. "Foram apanhadas duas armas. E, infelizmente, houve o incidente daquele menino que todos lamentamos", sublinhou. Sobre o destino dado ao autor do disparo que tirou a vida ao adolescente Rufino, o chefe do Estado-Maior das FAA, disse que o mesmo recebera ordens para lá estar e proteger os homens que faziam as demolições.

"A vida dele estava em risco e quando um grupo de indivíduos pretendia ir contra eles tiveram de se defender e na defesa morreu esta criança. O caso está sob instância da Justiça e, posteriormente, o Tribunal soberanamente vai decidir", indicou.

Situação em Cabinda Debruçando-se à situação em Cabinda, o general afirmou que, apesar de existirem relatos de ataques naquela província mais nortenha de Angola, um facto palpável é que a situação é estável, não havendo acções da FLEC desde 2011.

"Nós gostaríamos de dizer que a FLEC certamente gostaria que pudesse matar muitos soldados. Mas, não é verdade, porque as pessoas podem ir à Cabinda não precisam de avisar ninguém, podem ir à Cabinda, podem circular em todos os cantos da província. Não há instabilidade e a vida das populações decorre com normalidade", relatou.

O general frisou que como resultado das acções militares realizadas no território, as bases da FLEC foram desmanteladas em 2003 e a captura sucessiva dos principais comandantes na base principal de Necuto que desde 1989 existia e acabou sendo ocupada.

Sem forças na RDC

O chefe do Estado Maior General das FAA, desmentiu, na ocasião o suposto envolvimento directo de efectivos das FAA em combates na República Democrática do Congo (RDC), tendo referido que "não existem", estando apenas alguns instrutores na região de Kitona que faz fronteira com o nosso país. "Nós temos alguns soldados em Kitona, mas são instrutores", garantiu.

7.9 Desalojados do zango esperam por respostas há dois meses

Jornal República

14 De Outubro de 2016

Texto: Manuel José

Cerca de duas mil famílias que viviam no bairro Batechapa, no Zango 3, arredores de Luanda queixam-se de terem sido desalojadas e levadas em camiões para uma mata perto de Calumbo em Agosto passado.

Apesar da promessa de receberem terrenos para construírem as suas casas, dois meses depois, queixam-se do abandono total das autoridades.

Duas mil famílias desalojadas em situação dramática. Aquelas famílias vivem praticamente ao relento, sem quaisquer condições de habitabilidade, estrada, água nem luz.

'Apanhamos água da chuva, não temos latrinas, as pessoas defecam ao ar livre, estamos como se fosse numa capoeira, passamos dias sem tomar banho, os filhos não vão à escola e não podemos trabalhar' queixa-se um morador que adverte para o surgimento em breve da prostituição.

Outro residente crítica o facto de as crianças terem deixado de ir às aulas e agora "perderam o ano lectivo, enquanto quem pôde deixou os filhos com parentes para não correrem esse mesmo risco"

Um morador de 78 anos, que se identificou apenas como João, perguntou que "frente tanto sofrimento, qual é o trabalho do Governo para com o povo?"

A VOA tentou ouvir as autoridades, mas sem qualquer sucesso.

7.10 Provedor da Justiça revela que foi impedido por um coronel

Jornal O Crime

15 De Outubro de 2016

Fino âmbito das comemorações do mês do primeiro presidente de Angola e dos 37 anos da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FD-UAN) que a Associação dos Estudantes daquela instituição de ensino público teve a iniciativa de convidar o Provedor de Justiça da República de Angola, Paulo Tchípilica, para abordar o tema 'O Provedor de Justiça - O que é? Qual a sua função na defesa dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos?', figura incrementada no país em 2005, sendo que existe no mundo há mais de duzentos anos.

Realizada na segunda-feira, 26 do passado mês de Agosto, o Auditório Maria do Carmo Medina da FD-UAN viu-se sobrelotado com professores e estudantes, não só daquela instituição, mas também das mais distintas universidades privadas, institutos médios e autoridades policiais, na ânsia de serem alimentados pela sapiência daquela figura essencial à Justiça, como descreve a Constituição da República de Angola.

Dissertando, por algum tempo, sobre as disposições que compõem o Estatuto do Provedor de Justiça e a Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, Tchípilica, momentos depois, viu-se bombardeado com questões, saídas da plateia ansiosa, as quais respondeu com argúcia, sendo que a primeira foi levantada pelo docente daquela faculdade, Marcos Ngola, que se referiu ao efeito prático do serviço de Provedor de Justiça.

Em resposta, o carismático provedor, não obstante

um elogio feito ao seu respondente, retorquiu "nunca se deve multiplicar os entes sem necessidade", tendo acrescentado, em remate "à possibilidade do acto, basta a ilação". De frisar que essas são traduções literais de máximas latinas expressas por aquele prelector, que a seguir acrescentou "A figura do Provedor de Justiça existe em 150 países e a tendência é se alastrar. Com esses dados, ainda pergunta o efeito do nosso serviço? Quem pergunta

não afirma nem nega, mas tem todo o direito de o fazer".

Entretanto, foi outra pergunta do também civilista que mais expectativas criou aos presentes, por ser um tema bastante veiculado pela Midia, bem como um caso de interesse nacional e internacional. "O doutor disse, aquando da sua dissertação, que o Provedor de Justiça não deve ser impedido no exercício da sua

actividade de protecção dos direitos dos cidadãos. Foi exposto pela Mídia, aquando das demolições de casas no Zango 3, bairro Walale, que o Provedor de Justiça foi 'barrado' pelas instâncias que lá estavam. Como se explica?", indagou o académico.

Respondendo, o provedor advertiu "vou dizer aqui, em hasta pública, e qualquer responsabilidade será imputada ao senhor", o que fez se ouvir risos na sala, percebendo a ironia. Continuou "bem, de facto, nós chegamos lá, aparados por 30 agentes da ordem pública, porque assim o tinha de ser, acalmamos os cidadãos. Aí mesmo, um coronel mandou dizer a nós «diz ao provedor que os militares que estão naquela guarnição só sabem atirar»", sendo que depois das gargalhadas emanadas daquele auditório, Paulo Tchopilica disse "e como nós devemos estar eivados de bom senso, garantimos que tivemos o efeito útil, porém, levamos isso a outros níveis", aquele provedor garantiu que outros níveis significavam as instâncias judiciais, pelo que expectativas nasceram sobre o desfecho desse caso.

7.11 Construções ilegais travadas no Lobito

Jornal de Angola
16 De Outubro de 2016

O administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, exortou os serviços de Fiscalização e os de Protecção Civil e Bombeiros a prestarem atenção e estarem prontos para travar casos de construções habitacionais feitas nas linhas de água e em terrenos susceptíveis de deslizamento. Alberto Ngongo lamentou o facto de muitos cidadãos ignorarem os apelos que os serviços da administração estão a fazer sobre o perigo que as construções anárquicas podem causar para a vida das pessoas, pedindo às entidades religiosas e autoridades tradicionais para cooperarem com a administração na sensibilização das populações.

7.12 Bispos católicos manifestam-se contra demolições em Angola

Jornal Manchete
21 De Outubro de 2016

Os representantes da Igreja Católica em Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) manifestam-se contra as demolições, os desalojamentos forçados e a expropriação de terras dos camponeses em Angola, no final de mais urna conferência anual concluída nesta quarta-feira, 19, em Luanda

Segundo a VOA, aqueles responsáveis eclesásticos consideram como sendo desumano o modo como estão a ser feitas as demolições "deixando famílias inteiras à mercê da miséria e do sofrimento, bem como a manutenção, por tempo indeterminado, de famílias diferentes numa mesma casa".

A CEAST manifesta-se igualmente preocupada com a ocupação de extensões de terras, uma atitude que considera passível de criar conflitos,

"A ocupação prepotente de grandes extensões de terras para fins agro-industriais inconfessos e gananciosos com total desrespeito para com as comunidades aí residente que, impotentes, assistem à destruição das suas zonas de transumância, de agricultura familiar e até dos seus cemitérios gerando não poucos conflitos", alertam os responsáveis da Igreja Católica, que dizem ter constatado com preocupação que económica e financeira continua a afectar o poder de compra das famílias e a agravar ainda mais a pobreza, o desemprego e algum desespero entre a população.

Os bispos manifestam-se igualmente contra a deflorestação simultânea e generalizada em todo o país com o abate industrial de árvores e outras práticas hostis à biodiversidade, tais como os derrames de petróleo, as queimadas e a produção desenfreada de carvão e a caça indiscriminada.

Outra preocupação revelada no final da conferência vai para a falta de medicamentos nos hospitais públicos e o conseqüente aumento da taxa de mortalidade, sobretudo infantil, e o recurso à prática de feitiçaria.

Os bispos afirmam também que "o desemprego galopante entre os jovens está a provocar o desespero, incertezas e o aumento da criminalidade e assaltos violentos em todo o país",

No campo religioso, a CEAST chama a atenção do Governo para a intolerância política e religiosa e o aumento de seitas religiosas e manifesta-se perplexo com a "facilidade com que algumas religiões são reconhecidas, incluindo não cristãs,

Os bispos encorajam o Governo a adoptar políticas que incentivem diálogo permanente com os cidadãos, a cultura da legalidade, o respeito pela dignidade da pessoa humana e a satisfação paulatina das necessidades mais urgentes da população.

Numa nota final, os bispos católicos renovam o seu apelo à população para aderir ao registo eleitoral em curso.

De recordar que, em Março último, os bispos haviam afirmado que a má gestão e corrupção agravaram a crise em Angola, tendo através de uma nota pastoral, divulgada no final da sua primeira assembleia ordinária, realizada em Ndalatando (Cuanza Norte), denunciado, igualmente, a existência de falta de ética, mentalidade de compadrio e partidarização da Função Pública, bem como pediram competência aos governantes.

Corrupção, má gestão e falta de ética, são as três razões que a Igreja Católica angolana considera terem contribuído para o agravamento da situação económica e financeira que o país vive. Na referida nota pastoral, os participantes na CEAST argumentaram que a crise que se vive não foi apenas o resultado da queda do preço do petróleo.

Segundo os bispos, acumulam-se os sinais de preocupação no país. "Aumentou o clima de insegurança nas cidades e no campo: por tudo e por nada, assassinam-se friamente as pessoas, multiplicam-se as violações sexuais e os roubos e, muitas vezes, os crimes acabam impunes" e "muitos cidadãos perderam fé nas instituições públicas e estatais, encarando o futuro com pessimismo. Por exemplo, nos bancos, quem depositou divisas dificilmente as recebe quando necessita; a reclamação contra os direitos violados nem sempre é atendida com a rapidez que a situação reclama; o mesmo vale para os hospitais e centros de saúde, com carências humanas e físicas de toda a ordem". Perante esta situação, a Conferência Episcopal deixa um pedido aos governantes e outro aos empresários angolanos.

"Aos governantes e aos funcionários públicos, pedimos que façam a gestão da coisa pública com competência, sentido de justiça, transparência, honestidade, sentido de missão e compromisso com a Nação, Só assim estarão à altura de edificar adequadamente o bem comum. Jamais esqueçam que, além do respeito que todos lhes devemos, são servidores do povo".

Quanto aos empresários angolanos a mensagem vai no sentido de que contribuam para o desenvolvimento do país. "Exortamos a que invistam na sua terra, a fim de ajudarem a desenvolver o País e a combater, eficazmente, o desemprego galopante, que tão cruelmente atinge os nossos jovens, atirando-os facilmente para o desespero em relação a um futuro digno", lê-se na nota pastoral.

7.13 Saiba mais sobre a Lei de Terras

Jornal Grandes Noticias

21 De Outubro de 2016

Texto: Mito Agostinho

A lei, com 86 artigos, estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos.

Ela aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos, em benefício de pessoas singulares ou colectivas de direito público ou privado, designadamente com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária ou silvícola.

O mesmo acontece em relação à exploração mineral, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.

Nos termos da nova lei, "a terra constitui propriedade originária do Estado": pelo que se tornam nulos os negócios de transmissão ou oneração da propriedade dos terrenos integrados nesses domínios. Também não podem adquirir-se por usucapião quaisquer direitos sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado ou das comunidades rurais.

A lei estabelece que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo.

O Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. Contudo, ressalta, os terrenos dessas comunidades podem ser expropriados por utilidade pública ser objecto de requisição, mediante justa indemnização.

No que toca ainda à expropriações, a lei refere que "ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito fundiário limitado" e que "o Estado e as autarquias locais podem expropriar terrenos, contanto que estes sejam utilizados em um fim específico de utilidade pública" Relativamente aos direitos sobre terrenos, a lei estabelece domínio

público do Estado as águas interiores, o mar territorial, a plataforma continental, zona económica exclusiva, os fundos marinhos contíguos, incluindo os recursos vivos e não vivos neles existentes. Também incluem-se o espaço aéreo nacional, os recursos minerais, estradas, pontes, linhas férreas, as praias e a orla costeira, as zonas territoriais reservadas para fins de defesa militar, à defesa do ambiente' aos portos e aeroportos, os monumentos e imóveis de interesse nacional.

O diploma também salvaguarda os direitos das comunidades rurais em terrenos reservados, às quais o Estado assegura a afectação de despesas que visem a promoção do seu bem-estar resultantes das taxas cobradas pelo acesso aos parques e pela caça, pesca ou actividades turísticas aí desenvolvidas.

No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume.

O exercício deste domínio é gratuito e não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias.

Os litígios relativos aos direitos colectivos de posse, gestão, uso e fruição e domínio útil consuetudinário dos terrenos rurais comunitários são decididos no interior das comunidades rurais, de harmonia com o costume nelas vigente.

A lei estabelece, por último, que as pessoas singulares e colectivas que ocupam, sem qualquer título, terrenos do Estado ou das autarquias locais, devem, no prazo de três anos, requerer a emissão de título de concessão.

Publicado como a Lei das Terras 9/04 de 9 de Novembro, vem dar corpo aos princípios consagrados na Constituição Angolana das questões fundiárias, na qual são estabelecidos os seguintes:

Princípios

Os recursos naturais do solo e subsolo são do Estado e é este que determina o seu aproveitamento, promovendo a sua defesa e orientando a sua exploração em benefício da comunidade.

A terra originalmente pertencente ao Estado pode ser transmitida a cidadãos ou a empresas, associações, institutos, etc.

O Estado exerce respeito e protege a propriedade privada das pessoas singulares e colectivas, reservando-se no direito de expropriar quando interesses maiores de utilidade pública se manifestem de acordo com a respectiva Lei.

A aplicabilidade da Lei das Terras 9/04 estende-se desde a ocupação, ao uso e aproveitamento do solo, à exploração dos recursos mineiros, até à arabilidade de solos.

A Lei das Terras 9/04 vem definir as condições de transmissão de direitos fundiários a terceiros, que se fica apenas pelo direito de superfície e abre o caminho para que possa ser implementado a Política de Ordenamento do Território que se consuma na respectiva Lei nv 3/04 de 25 de Junho.

Atribui classificação aos terrenos, determina quais os que podem ser alvo de concessão, por exemplo os urbanos cujo uso seja construção e os que não podem nomeadamente os de domínio público e em que termos podem as concessões ser atribuídas.

Os direitos fundiários Consagrados na lei das terras são:

- Propriedade privada (é admitida sobre terrenos urbanos e a pessoas singulares ou colectivas nacionais, ex: empresas de direito Angolano; Domínio útil Consuetudinário; Domínio útil Civil; Direito de Superfície (é transmissível a nacionais ou estrangeiros); Direito de Ocupação Precária.

7.14 Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Arão Martins

Um total de 30 mil lotes de terreno, foram distribuídos às populações de toda a extensão da província da Huíla, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida.

Segundo o vice-governador provincial da Huíla, para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, o projecto está a proporcionar a melhoria da qualidade de vida.

"O programa de auto-construção dirigida é um vector importante, em função das políticas gizadas pelo Governo Central, que visam proporcionar conforto à população, distribuindo lotes de terreno em lugares já

infra-estruturados e com os principais serviços", disse.

Esclareceu que, nos 14 municípios, o programa de auto-construção dirigida está a surtir os efeitos desejados, com um crescimento aceitável, sendo que à médio e longo prazos, os resultados serão ainda muito mais satisfatórios. Entre os municípios, o do Lubango destaca-se.

"O défice habitacional ainda é considerável. Temos vários programas, sendo que a nossa missão é continuar a dar respostas às preocupações das populações", sustentou.

Revelou que, tanto o governo local como o Executivo angolano têm estado a desenvolver projectos estruturantes para diminuir o actual défice habitacional, apostando na reabilitação e construção das estradas secundárias e terciárias, que "têm uma influência directa no fomento habitacional",

Referiu que na Huíla, a avaliação que se faz na construção de moradias, quer no âmbito do sub-programa habitacional dos 200 fogos por cada município, bem como aos projectos ligados às casas evolutivas e sociais, e ainda o da construção das centralidades da Quilemba e Eywa é considerada de "bastante positivo".

Informou que na Huíla estão igualmente em curso, projectos que estão a ser desenvolvidos por empresas privadas, que constituem uma aposta para o cumprimento dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Aquisição

Sobre a aquisição dos apartamentos nas centralidades, Nuno Mahapi Ndala informou que tão logo o empreiteiro conclua os últimos trabalhos ligados à infra-estruturação do projecto, a empresa gestora vai colocar as casas à disposição da população.

O governante explicou que está também em forja um projecto urbanístico que prevê dar uma outra imagem aos "musseques", uma iniciativa que contará com o apoio de empresas ligadas ao sector da construção civil.

Apesar do actual contexto económico e financeiro, o responsável assegura que o mercado local tem vindo a crescer, em função da nova dinâmica, e cada empresa tem primado "pela inovação".

7.15 Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Matias da Costa

A políticas desenvolvidas pelo Governo da Província do Bié, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida, permitiram à milhares de famílias, realizar o sonho da "casa própria".

A nível da província, as administrações municipais procederam este ano, a distribuição de um total de 1.412 lotes de terrenos urbanizados, para a construção de moradias, sendo 300 no Cuito, Chitembo (500), Cuemba (160), Cunhinga (252), Camacupa (100) e Chinguar, a um preço fixado em 45 mil kwanzas, cada parcela, com dimensões de 600 metros quadrados.

A iniciativa, prevê também, a construção de moradias para distribuição. Neste sentido, o Governo da província do Bié projectou obras para duas mil habitações, na reserva fundiária de Caluapanda, junto a cidade do Cuito, além das residências já distribuídas a nível dos municípios e comunas no quadro do projecto dos 200 fogos.

Na sequência do projecto habitacional, no mês de Agosto, um total de 136 jovens beneficiaram de residências, no bairro São José e outros 86 na localidade de Caluapanda (Cuito), no âmbito do programa "Angola Jovem", sob responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos.

Satisfação

Numa ronda efectuada pela reportagem do JE, em alguns bairros construídos pelo Governo, cujos principais beneficiários são os jovens, era visível o entusiasmo dos contemplados.

Kitine Rafael, jovem contemplado com uma residência no projecto habitacional da juventude, no bairro São José, afirma que com a aquisição do imóvel vê realizada uma das principais "prioridades" da sua vida, tendo acrescentado que "assim se efectiva o sonho da "casa própria".

Por sua vez, Francisco Genivaldo, solteiro de 34 anos, encorajou os jovens que ainda não foram contemplados com terrenos para não se desesperarem e aguardarem pela sua oportunidade.

Lembrou, por outro lado, que o Governo do Bié tem desenvolvido inúmeras actividades de desminagem em várias zonas suspeitas de minas que tão logo sejam clarificadas "serão entregues à população", como realçou.

Genivaldo acredita, para o efeito, que as políticas de acesso ao crédito bancário juvenil vêm, de certo modo, facilitar a aquisição de material para construção de casas para pessoas com pouco recursos.

Mais soluções habitacionais

Na província, foram construídas nos municípios do Cuito, uma centralidade com seis mil apartamentos e outra no Andulo, que conta com mil moradias.

As centralidades das duas circunscrições, contemplam serviços sociais e foram construídas, no âmbito do projecto "Horizonte", desenvolvido pela construtora "Kora Angola".

Em entrevista ao JE, o vice-governador da província para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Fernando Tchatuvela, garantiu, para até finais de 2017, a conclusão das áreas complementares, visto que os apartamentos já estão prontos para receber os futuros moradores.

José Fernando Tchatuvela anunciou que as duas centralidades (Cuito e Andulo) poderão albergar um total de 42 mil habitantes, sendo 7 mil famílias, num rácio de seis membros, em cada um dos apartamentos, com a tipologia T3.

O vice-governador explica que no Cuito, já estão prontos três mil imóveis, dos 6 mil previstos, ao passo que no Andulo estão todas concluídas.

7.16 Mais de noventa famílias sem residências

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2016

Texto: Zeferino Salembé

Sem ter mais onde recorrer, já que até uma queixa-crime foi feita à Procuradoria-Geral da República, alguns proprietários de apartamentos dirigiram-se ao 'O Crime' para denunciar aquilo que chamam de burla da parte da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), a antiga responsável pelo processo de construção e comercialização das centralidades.

Os visados, que preferiram falar sob anonimato, por represálias ou retaliações da parte da SONIP ou da IMOGESTIN, têm em mãos os contratos há mais de

um ano, assim como receberam as chaves dos respectivos apartamentos. Mas, para o espanto de tudo e todos, continuam a ver navios no que diz respeito à entrada nas casas que pagaram e das quais são os legítimos proprietários.

"Tudo porque a SONIP alegava, aquando da recepção das chaves, que os apartamentos teriam sido ocupados ilegalmente por outros cidadãos, mas que, no prazo de 30 dias, iria resolver a situação", explicaram os proprietários, visivelmente inconformados com a actual situação.

E não é para menos, pois já lá vão mais de um ano desde que a situação mantém-se e, segundo disseram, tanto a SONIP como a IMOGESTIN não têm sabido dar-lhes uma resposta satisfatória, tal como retirar os ocupantes ilegais para que eles, enquanto proprietários legítimos, já que têm em posse os contratos feitos com a SONIP e toda a documentação que atesta tal facto, consigam morar nas residências que adquiriram em regime de renda resolúvel.

"Mas, até a data em que estamos, a SONIP não se pronuncia, não convoca nenhuma reunião para esclarecer o caso.

As pessoas vão para lá e não atendem ninguém", denunciaram, realçando que nem marcando, via telefónica, através de uma extensão existente no piso inferior do edifício em que funciona a SONIP, os proprietários são recebidos por algum responsável.

Para o descontentamento dos mesmos, a resposta que recebem do outro lado da linha é que há sempre inconveniência ou indisponibilidade das pessoas do gabinete para os atender.

"O pior ainda é que as pessoas que normalmente atendem o referido telefone, nunca estão a par do assunto ou, pelo menos, fazem parecer que não estão. Pelo contrário, fingem que lamentam muito a nossa situação, apontam a nossa reclamação, mas isso não passa de disfarce", sustentaram, para depois dizer que, mesmo com os dados deixados à pessoa do outro lado da linha telefónica, as coisas nunca mudam.

PGR está a ver navios?

É o que parece estar a acontecer com este caso. Tudo porque, segundo os queixosos, já abriram um processo-crime contra a SONIP na Procuradoria-Geral da República (PGR), sob o número 1042115; mas, para o seu desagrado, nem água vem nem água vai. Tudo continua em 'águas de bacalhau'.

No processo, os promitentes compradores, conforme são designados no contrato assinado entre as partes, denunciavam a situação por que estão a passar ao longo desse tempo todo e solicitavam a devida intervenção deste órgão judicial, pelo facto de os seus apartamentos encontrarem-se ocupados ilegalmente, não obstante terem em sua posse as chaves, contratos e demais documentação.

Todavia, denunciaram, nem este expediente está a surtir efeito para a reposição da legalidade e receberem o que lhes é devido, isto é, os seus apartamentos.

7.17 “Os invasores vieram do prédio da Cuca”

Jornal O Crime

29 De Outubro de 2016

Segundo fizeram saber, a SONIP alega que os invasores são moradores do demolido Prédio Cuca, antes sito no Kinaxixi, e, por isso, não podem sair dos apartamentos porque já decorre, em tribunal, um processo referente a isso.

"E foi o referido tribunal que anuiu a nossa permanência nos apartamentos", rebateram, sublinhando que esta situação não lhes pode ser imputada ou prejudicá-los, porque seguiram todas as normas estabelecidas no contrato com a SONIP, cumprindo com todos os requisitos e exigências, bem como procederam ao pagamento nos mais variados bancos e, depois de um ano, ainda não viram a cor do interior dos seus apartamentos.

"Durante esse tempo todo, a nossa vida baseia-se em bailes. Vamos à SONIP esta remete-se ao silêncio; vamos à PGR, para repor a legalidade, este organismo do Estado apenas diz que vai resolver, mas os dias passam e a situação continua na mesma ou tende a piorar", constataram, para depois dizer que estão com as mãos atadas, pois não sabem mais onde recorrer para ver a sua situação resolvida.

"Muitos de nós vivemos em casas de rendas; outros, em casas dos pais, somos chefes de família e fizemos tudo para termos, cada um, os nossos próprios tectos para vivermos", disseram.

Ainda assim, solicitam a quem de direito no sentido de intervir no caso, ou seja, a fim de saber de que lado pende a verdade.

'Alguém deve-nos uma explicação e revolução deste caso. Mas, ao que parece, ninguém está a se dignar resolvê-lo. Por isso, as instituições do Estado devem vir em socorro dos cidadãos e dirimir este 'imbróglio',

uma vez que nós temos a documentação em dia", resumiram, apelando uma intervenção das instituições afins, porque são noventa ou mais famílias que se encontram nesta situação.

Nem a IMOGESTIN assume

Segundo apurou este jornal, a SONIP passou todos os processos para a IMOGESTIN, a nova gestora imobiliária das centralidades. Mas, para o espanto destas famílias, a IMOGESTIN 'lavou' as mãos quanto ao caso em questão, remetendo tal resolução para a SONIP, alegando que só tomará conta do caso depois de os mesmos entrarem, efectivamente, nos apartamentos.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Central de atendimento inaugurada

Jornal de Angola
04 De Outubro de 2016
Texto: Arcângela Rodrigues

Uma central de atendimento, com três linhas telefónicas de apoio ao utente, foi, ontem, inaugurada em Luanda pela Agência Nacional de Resíduos, numa cerimónia presidida pelo presidente do seu Conselho de Administração, Sabino Ferraz.

A central funciona com um canal de denúncias, cujo número é 923166756, disponível 24 horas por dia, uma linha de atendimento ao cliente, com o mesmo número, a funcionar de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, eo991166756, disponível no Whatsapp 24 horas por dia.

A central de atendimento tem por missão receber e atender reclamações dos beneficiários das actividades de gestão dos resíduos sólidos, sensibilizar para a melhoria da recolha e tratamento de lixo e disponibilizar informações sobre matérias ligadas aos resíduos sólidos.

No seu discurso, Sabino Ferraz afirmou que a central de atendimento, já disponível ao público e desde o dia da sua inauguração, vai permitir uma melhor relação com a população e entidades singulares e colectivas.

Sabino Ferraz lembrou que a Agência Nacional de Resíduos tem a competência de regular a actividades de concessão de serviço público na área de resíduos, dar resposta às reclamações dos beneficiários, resolver conflitos que envolvam as operadoras na gestão dos resíduos Sólidos e fiscalizar.

A Agência Nacional de Resíduos, inaugurada em Outubro de 2014, tem a sua sede na urbanização Nova Vida, município de Belas.

Na cerimónia de inauguração, a ministrado Ambiente, Maria de Fátima Jardim, disse esperar que a agência materialize os planos estratégicos traçados, que incluem um programa de recolha seletiva e reciclagem de resíduos, com vista à promoção da saúde e bem-estar das populações.

Em Julho do ano passado, o ministro da Administração do Território, Bonito de Sousa, disse, num seminário sobre "Controlo e Fiscalização na área dos Resíduos", destinado a governadores

provinciais e a administradores municipais, que 00 municípios e as cidades em Angola devem seguir o exemplo de países em que o lixo é transformado de um mal para uma vantagem, uma vez que pode ser usado como uma fonte de receitas e em energia limpa.

O seminário, realizado em Luanda, foi organizado pelo Ministério do Ambiente em parceria com a Agência Nacional de Resíduos.

8.2 Lixo na Vila Chinesa

Jornal de Angola
4 De Outubro de 2016
Texto: Adibelson Rodrigues

Estimado director. Cordiais saudações e bem-estar a todos quantos garantem este diário de segunda a sexta.

O lixo é uma maka que vai dar muito que falar e fazer. Um dos casos flagrantes reside no condomínio Vila Chinesa, em Viana, do qual só o nome sobrou. De resto, só é mesmo caso para dizer "quem te viu e quem te vê!"

Aliado a uma série de podres que destroem aquele espaço residencial com 196 casas, por que uma foi construída fora do Projecto, está o lixo. Segundo, moradores da Vila Chinesa que, existe há 16 anos, o lixo tomou-se num quebra-cabeças, principalmente para quem não tem carro e nem dinheiro para comprar sacos.

Actualmente, os resíduos sólidos são depositados em qualquer esquina. O cheiro nauseabundo, os vermes e as ratazanas incomodam os moradores e o meio ambiente com força.

Já lá vão mais de dois anos. Quando apercebi-me do facto fiquei apavorado. Há pouco mais de 13 anos, o carro da SGO passava com regularidade. Na hora certa, ouvia-se o roncar, o apitar ou o acelerar do carro do lixo. Agora, nem pó, nem poeira...

É notório o esforço do governador Higinio Carneiro e sua equipa. Os bons exemplos vão crescendo dia a dia. Lentamente, somam-se uns atrás de outros. É o caso do lixo que desapareceu do Calemba II, ao Luanda Sul, até ao Kikuxi.

A luta agora é manter o que se fez. O trânsito automóvel já está mais desafogado. Mas, alguma população insiste em vender à berma da estrada principalmente na área da rotunda que vai ao Estádio 11 Novembro. A situação é crítica neste domínio. Por essa razão, somos obrigados a pedir um pouco mais de esforço por parte das autoridades. Pelo que

tudo indica, o casamento entre o GPL e as operadores ainda não atingiu a harmonia do passado, apesar dos pesares. Lixo GPL, um caso sério de tirar o sono a governantes e governados. Face à tal situação, cada um de nós tem de fazer mesmo a sua parte, não piorando o que já vai muito mal. Todos, mas absolutamente todos, temos de tratar do lixo como mandam as regras da sã convivência. Nada de depositá-lo em locais impróprios para trazer mais doenças e aborrecimentos a todos. A Vila Chinesa tem de conhecer dias melhores, assim como todos os cantos e recantos da nossa Luanda.

8.3 Ingombotas entre os distritos com maior produção de mosquitos

Jornal o PAÍS

05 De Outubro de 2016

Texto: Romão Brandão

Direcção Nacional de Saúde Pública apresentou os resultados do programa de luta anti-vectorial durante uma troca de experiências mantida entre os jornalistas e responsáveis do Ministério da Saúde, que visou esclarecer eventuais dúvidas sobre as doenças causadas pelo mosquito e apelar à necessidade de sensibilizar a população na adopção de medidas para combater tais doenças.

O programa, que está focado nas províncias de Luanda e Kuando Kubango, aponta a existência de quatro zonas na capital, com índices muito altos, em relação ao indicado pela OMS, do mosquito *Aedes Aegypti*, o suficiente para provocar um surto epidémico de qualquer doença transmitida por este mosquito.

O mosquito *Aedes Aegypti* é o transmissor da Febre-amarela, Chikungunya (Katolotolo), Dengue e Zika. O estudo não põe de parte a produção do mosquito anó-feles, que causa a malária, e as quatro zonas com índices preocupantes são os distritos da Ingombota, Rangel e Sambizanga, e o município de Cazenga.

De acordo com o especialista cubano Yoenys Hidalgo Flores, que está na coordenação do referido programa, os dados do mês de Junho do corrente ano apontam para a Ingombota um índice vectorial de 49.5, Sambizanga 48, Rangel 32.8 e Cazenga como índice de 55. No mês de Julho, o Cazenga registou uma queda, fruto das campanhas de limpeza, ficando assim com 12, Ingombota 44, Rangel 26. Já em Agosto, Ingombota 29.2, Rangel com 24, Sambizanga com 12, Cacuo com 12 e Viana 7.2 - por ser o epicentro da epidemia da febre-amarela, os esforços envidados para este município ajudaram bastante.

Durante o período de Junho, Julho e Agosto, os brigadistas ligados ao referido programa visitaram um total de 41.189 casas e inspecionaram 136.089 depósitos. Entre os depósitos mais comuns estão as fontes, pneus, blocos, tanques de lavagem de roupa e vasos de plantas, sendo que estes últimos são os mais frequentes no distrito da Ingombota.

Vigilância epidemiológica nas 18 províncias

O resultado do estudo vectorial ajuda a perceber a possibilidade do surgimento de uma epidemia na zona em estudo, quer seja de Febre-amarela, Malária, Katolotolo ou outro tipo de doença provocada pela picada de mosquito.

Por isso, de acordo com o especialista cubano, foram desenvolvidas um total de 33.929 palestras educativas, nas cidades em que está implementado o programa, onde os voluntários falam sobre como se comporta o mosquito e as medidas a serem tomadas para que se evite a sua reprodução.

Os depósitos de maior densidade encontram-se nas áreas periféricas tais como parques, cemitérios e recauchutagens, o que contribuiu para que muita gente seja picada pelo mosquito uma vez que são locais que registam muitas visitas.

"Devemos manter a vigilância no combate ao mosquito não só nas duas províncias que têm o programa, como também nas demais. Se tivermos vigilância epidemiológica nas 18 províncias do país, podemos dar resposta rápida a qualquer surto que surja", sublinhou.

Aconselha que cada município tenha um plano de acção de luta anti-vectorial correspondente aos recursos humanos existentes em cada zona. E fê-lo porque nota a falta de recursos humanos para que se dê continuidade ao programa.

Tiveram dificuldades na implementação do programa nos municípios de Viana, Cazenga e Cacuo. Neste momento os membros das brigadas estão descontentes com os atrasos constantes no pagamento dos salários. Por Este motivo, os distritos do Sambizanga e Ingombota estão sem realizar actividades e o índice vectorial tende a aumentar.

"Precisamos urgentemente de continuar o combate contra o vector antes do, início à sério das chuvas", sentenciou Yoenys, que acredita que o programa venha a ter o sucesso que teve em Cuba-se várias pessoas se mobilizarem com a causa.

8.4 Deixar Luanda suja para “limpar” a Defesa

Jornal A Verdade

08 De Outubro de 2016

Texto: Wilson Lourenço

Mas, pelas já anunciadas mudanças no xadrez político, os propósitos que trouxeram Hígino Carneiro para "salvar Luanda" dos amontoados de lixo e outros problemas podem ter de ficar no papel ou verem os respectivos dossiers mudarem de mão a confirmar-se a nomeação de Carneiro para ministro da Defesa Nacional.

Caso se efective a ida do general "todo-o- terreno" para o lugar de João Lourenço, os projectos que traçou ficam comprometidos. Não é garantido que o próximo inquilino do edifício da Mutamba esteja disposto a fazer um "copy paste" do antecessor.

De Janeiro a Setembro, segundo dados, Luanda registou algumas melhorias, mas continua a ser uma cidade desordenada, onde impera mais a "autoridade musculada", com as zungueiras e vendedores ambulantes a serem as principais vítimas.

Partindo desse ponto de vista, a passagem pela capital do general que "não tem medo dos generais de Luanda", com uma pasta cheia de projectos e iniciativas por concluir, pode ser considerada um fracasso, com destaque para a problemática do lixo, que ele prometeu resolver em 45 dias, prazo que há muito "expirou".

O resultado é visível: Luanda continua, apesar de alguns avanços e recursos, uma cidade suja, inóspita, desordenada e sem autoridade. O lixo, o maior desafiador, não tem fim à vista. A prova é, até agora, a falta de definição sobre como será cobrada a comparticipação dos cidadãos no saneamento básico.

O primeiro ensaio de cobrança do lixo através da factura de electricidade já passou à História. Chegou-se à conclusão que, por suposta falta de um software, não é viável "anexar" os proventos do lixo às facturas da

ENDE. Um outro modelo de cobrança está na forja, ou seja, passar a ser da responsabilidade das administrações em parceria como os bancos.

Os impasses que se verificam para se encontrar um modelo de cobrança da taxa de saneamento básico, de acordo com alguns cidadãos, é indicador de que a problemática do lixo em Luanda continua a ser um desafio imbatível. Segundo um ex-agente operador, além de revelar "incapacidade da equipa de Hígino", é um sinal de "recoo estratégico para posições mais

vantajosas", em benefício de certos grupos de interesse, como detentores de bancos.

A introdução dos elementos "administrações" e "bancos", como novo modelo a ser seguido para a cobrança da taxa de lixo, já começou a provocar desconfiança e incertezas quanto a real aplicabilidade, pois os cidadãos consideram ser mais uma jogada dos "ifumbe" para irem ao bolso dos contribuintes e ao erário.

Se o lixo gera lucros para algumas operadoras, em função das somas astronómicas disponibilizados para a recolha, para a maioria da população, sobretudo os que vivem na periferia, é factor de doença, pela forma como o mesmo é tratado.

"Os camiões basculantes não foram concebidos para recolher lixo. É lamentável a forma com o lixo doméstico é recolhido. Não é aceitável que um camião transporte quantidades de fezes e produtos estragados a céu aberto. É retirar o lixo de um local e distribuir, durante o trajecto, vectores de doenças para as famílias", disse um este ex-agente operador de lixo.

A consumir-se o adeus do general "Bulldozer" do GPL, o lixo ficará na memória dos luandenses como um dos problemas que Hígino Carneiro, apesar de todas as estratégias montadas, não conseguiu "derrubar" nos 45 dias prometidos nem em o consulado, deixando a capital do país a precisar de cuidados especiais de higiene.

Permitindo-os uma analogia histórica, diríamos que se os exércitos de Napoleão e Hitler sucumbiram ao "general Inverno" na Rússia, o governador de Luanda sai derrotado pelo "general lixo".

8.5 Novo modelo de recolha de lixo entra em vigor

Jornal de Angola

10 De Outubro de 2016

Texto: Adolfo Dumbo

A recolha de resíduos sólidos, na cidade do Huambo, vai ser feita no período que vai das 17 às 20 horas, de acordo com o novo modelo, que entrou em vigor, anunciou ontem o vice-governador provincial para o sector Político e Social.

Guilherme Tuluca explicou que o novo modelo de recolha de lixo vai possibilitar a restituição de contentores nas ruas e em áreas indicadas pela Administração Municipal do Huambo, com vista a

melhorar em grande escala a questão do saneamento básico.

O vice-governador informou que, além do Governo, o processo deve envolver forças militares e policiais, estudantes, igrejas, associações juvenis e população em geral, para manter a capital do planalto central cada vez mais limpa, atraente e bonita.

"A partir de agora, os municípios devem depositar o lixo nos contentores em horários apropriados", disse o vice-governador que salientou que os meios disponíveis de recolha e a colaboração dos cidadãos vão ajudar a eliminar a imundície que se regista na cidade.

Para o êxito deste novo modelo, disse que foram traçadas várias estratégias, com destaque para a sensibilização massiva dos cidadãos, através dos órgãos de comunicação social, sobre o plano do governo provincial e da administração municipal, no sentido de o lixo deixar de ser um problema nas ruas da cidade do Huambo.

Guilherme Tuluca disse ser necessário que os cidadãos aprendam a cuidar do lixo de maneira racional, referindo que os resíduos devem ser controlados pelas famílias, até estarem em condições de ser depositados nos locais apropriados. Com base nos estudos feitos, o administrador municipal do Huambo, Irineu Sacaála, avançou áreas de Kapango, Cacilhas Norte, Largo Wasanjuka e a rua do Comércio como os principais focos de lixo a nível da cidade.

Por isso, disse o administrador municipal, a partir de agora, os moradores das referidas zonas devem "arregaçar as mangas" para cuidarem dos espaços onde são depositados os resíduos sólidos e evitarem danos à saúde pública. Irineu Sacaála avançou que estão disponíveis meios que vão dar resposta à redução do lixo na cidade, daí apelar aos municípios e ao empresariado local para uma maior colaboração no sentido de ajudarem a manter a cidade limpa.

O administrador afirmou que tudo depende da consciência do cidadão, pois as empresas que se dedicavam à recolha de lixo deixaram de funcionar devido à crise financeira que assola o País, mas que tudo pode funcionar com a cooperação dos municípios.

Aterro sanitário O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Francisco Calunga Quissanga, esclareceu que estão a ser criadas as condições para a conclusão total do aterro sanitário do Huambo.

Os trabalhos de construção do aterro sanitário, localizado na aldeia de Catenguenha, estão na sua terceira fase e brevemente arranca a nova etapa.

Calunga Quissanga explicou que lixo vai já chegar ao referido aterro de uma forma seleccionada, isto é, separado o orgânico do inorgânico.

O vice-governador provincial esclareceu que as estimativas apontam que acidade do Huambo produz até 420 toneladas de lixo por dia.

8.6 Trabalhadores da ELISAL ameaçam entrar em greve

Jornal O PAÍS

12 De Outubro de 2016

Texto: Romão Brandão

Os funcionários da Elisal, que neste momento é responsável pela recolha de lixo naquele que já foi considerado o município mais populoso de Luanda, Cazenga, querem não só reclamar por melhores condições de trabalho, como também pressionar para que a direcção da empresa dialogue com a massa trabalhadora.

António Kudituaça, da comissão sindical da Elisal, em exclusivo a O PAÍS, declarou que os acordos assinados no passado entre os funcionários e a direcção não estão a ser cumpridos, facto que os leva a crer que paralisando poderão pressionar a direcção a dar-lhes ouvidos.

As condições de trabalho e a conversão de carreiras são alguns dos pressupostos dos acordos a que se referem, mas o que preocupa o grupo de trabalhadores neste momento é o facto de não conseguirem manter contacto com a comissão que actualmente gere a empresa, o que dificulta a negociação.

"Sem diálogo, não há negociação. Eles não falam connosco, não nos dizem nada e estamos quase aos seis meses nesta situação. Para além disso, temos notado que tem havido extravio de meios, por isso vamos estar todos concentrados no Cazenga para reivindicar", sublinhou.

'Problema recorrente?'

Em Abril do corrente ano, os trabalhadores da Elisal ameaçavam entrar em greve precisamente pelos mesmos motivos: melhores condições de trabalho, com acréscimos salariais e reclamavam ainda pelo atraso dos seus ordenados que já levavam, na altura, dois meses. Registou-se uma intervenção do Governo

Provincial, e a situação foi apaziguada. Os salários foram pagos, mas quanto ao seguro de saúde, que os trabalhadores tanto aguardam, não foi dado nenhum passo até ao momento.

O centro médico continua em péssimas condições para receber os trabalhadores e sem medicamentos. E os funcionários continuam não tendo os cartões de seguro de saúde, por isso, acham que há incumprimento de certos pontos acordados em negociações anteriores com a direcção da empresa.

Segundo o sindicalista, o seguro de saúde é muito importante para a profissão exercida pelos seus filiados, visto que estão em contacto constante com dejectos vários, sujeitando-se à contaminações, já que as condições de trabalho são precárias.

Kudituassa acrescentou ainda que para além do incumprimento dos acordos anteriores, preocupam também o facto de estarem com um mês de atraso salarial. Entretanto, hoje vão estar na sede da Elisal para pressionar a direcção a dar respostas rápidas às variadas questões apresentadas em nome do colectivo de trabalhadores.

1900 Trabalhadores só para o Cazenga

Ainda persiste a preocupação dos trabalhadores sobre o facto de, com a medida adoptada pelo GPL, a Elisal ficar apenas responsável pela limpeza do Cazenga, o que, do seu ponto de vista, pode indiciar que alguns dos trabalhadores serão desempregados.

Antes, a Elisal era responsável pelas zonas de Belas, Kilamba Kiaxi, Ingombotas, Maianga e o Cazenga. "Há trabalhadores que já estão desde que éramos Câmara Municipal, Urbana 2000, Elisal U'E, Temos muitos anos de experiência. Por quê que essas novas operadoras não ficam com as zonas suburbanas e nós com o centro da cidade? Nós, mesmo com falta de meios, trabalhamos" disse, Victorino Paulo.

Uma vez reduzida "a zona de acção", a direcção da empresa, segundo os trabalhadores, não terá necessidade de manter 1900 pessoas para limpar apenas o Cazenga. Consideram o município como sendo muito reduzido para tão elevado número de pessoal e que, provavelmente, pois que o orçamento também será reduzido.

"Os alvos poderão ser aqueles que estão doentes e os que estão quase na idade de reforma, e isso resultará em muita fome e, possivelmente, mortes", reforçou Ventura Graciano, da mesma comissão.

8.7 Trabalhadores da ELISAL em greve

Jornal O País

13 De Outubro

Texto: Romão Brandão

Os funcionários da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) estão em greve, desde ontem, 12, reivindicando melhores condições de trabalho e que a comissão de gestão da empresa, indicada há 5 meses, encabeçada pelo administrador cessante de Viana, Manuel Caterça.

Reunidos na sede da empresa, no Cazenga, os trabalhadores estão enfurecidos com o rumo que a empresa tomou, uma vez que não são tidas em conta face a aspectos que acham fundamentais para o exercício aceitável daquela que chamam de profissão de risco.

A saúde é o mais importante para eles e "a empresa não valoriza este aspecto, como exemplifica o centro médico que não reúne condições algumas. Invés de gastarem o dinheiro para o bem dos trabalhadores, estão a ser gastos na compra de carros VX e Sportage para os administrativos", referiu Luís Boca, trabalhador da ELISAL, há 12 anos.

Aquele interlocutor considera lamentável o facto de os colectores ganharem um salário muito baixo e as novas secretárias auferirem até 212.000Kz/mês. "E como se não bastasse, sem a saúde assegurada. Temos um posto médico sem condições algumas. Outra coisa, a Embaixada da Itália deu à empresa, cinco camiões cisternas de água e uma grua.

Foram desviados", acrescentou.

Quase as mesmas reclamações tem Vitorino Paulo, outro funcionário da Elisal, uma vez que mostrou estar disposto a influenciar seus colegas para que a greve perdesse mais tempo até que a situação seja resolvida.

"A nova gestão, até ao momento, não teve algum encontro connosco para resolver este problema, que já vêm da gestão passada", assinalou, tendo acrescentado que estão abertos à negociação, mas na presença de representantes do MAPTESS e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores.

"A empresa está a gastar dinheiro com coisas que não são prioridades. Construíram um muro dentro do próprio quinta da ELISAL, para quê? Não sabemos. Não explicam nada aos trabalhadores. Compraram

carro para eles e nós continuamos ser transportados nas carroças sem condições nenhuma", reclamou.

Os trabalhadores estão em greve por tempo indeterminado e enquanto isso, segundo António Kuditua, membro da comissão sindical, a direcção da empresa reuniu, ontem, como governador Higinio Carneiro.

Não é a primeira vez que a direcção da ELISAL e respectiva comissão sindical são convocados pelo GPL para negociar, mas "nem por isso vamos suspender a greve. Vamos negociar em cima da greve", rematou.

8.8 Capitais provinciais vão ter aterros sanitários até 2020

Jornal Liberdade
14 De Outubro de 2016

As dezoito (18) províncias do país vão ter dentro de quatro anos aterros sanitários, no quadro do Plano Estratégico para a Concretização do Modelo de aterro sanitário, aprovado nesta quinta-feira em sessão conjunta das comissões económica e para a economia real do Conselho de Ministros.

O plano estratégico projecta para todas as capitais de províncias um aterro até 2020. "Não podemos continuar com as lixeiras, afirmou à imprensa a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, no final da reunião, a governante informou que no quadro do plano estratégico, a população do país vai ser educada a separar e a aproveitar os resíduos, sendo esse segmento uma oportunidade de emprego, inovação e de troca de experiências.

Quanto ao modelo de actuação das empresas que poderão prestar serviços nesse sector, disse que a actuação dessas companhias começa com um contrato de concessão.

Com o contrato de concessão, prosseguiu a ministra, as empresas operadoras concessionadas podem subcontratar outras ou exercer o transporte, a recolha e o tratamento dos resíduos.

Referiu que no âmbito desse processo ao Estado angolano cabe dar a garantia de execução para um período que vai de 7 a 14 anos.

Na primeira fase já em curso, o projecto está em execução nas províncias de Luanda, Cabinda, Huambo, Cuando Cubango, Malanje, Cuanza-Norte e Huíla.

Para Luanda disse estar projectado a construção de mais três aterros sanitários em áreas e prazos ainda por definir.

Fátima Jardim considerou o Plano Estratégico para a Concretização do Modelo de aterro sanitário eficaz para resolver o problema da saúde ambiental, cujos impactos se reflectem na saúde pública e nos indicadores de desenvolvimento do país.

8.9 Definido modelo para tratamento do lixo

Jornal de Angola
14 De Outubro de 2016

Luanda vai contar com quatro aterros sanitários, no âmbito do plano estratégico dos resíduos urbanos, que prevê pelo menos um em cada capital de província até 2020, disse ontem a ministra do Ambiente, em conferência de imprensa, após participar na sessão conjunta das comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Na reunião, que foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, Fátima Jardim apresentou o plano estratégico para concretização do modelo de aterros sanitários, como infra-estruturas fundamentais para gestão dos resíduos urbanos. O documento define os requisitos para a construção dos aterros, fixando critérios para a localização, especificações das obras, tipo de operação a ser realizada.

Os aterros sanitários devem estar entre dez e 15 quilómetros afastados das cidades e a sua construção feita de acordo com os termos de referência do programa. Em relação à operação, Fátima Jardim deixou claro ser preciso definir, desde o início, se se trata de uma incineradora, de uma central de compostagem, ou equipamentos de recolha selectiva.

O modelo do aterro deverá expandir-se a todas as províncias, mas implementado de acordo com particularidades de cada uma. "O exemplo de Luanda é muito característico, porque já temos aqui um aterro, embora já quase a completar o tempo de vida útil, conforme os termos de referência definidos no programa.

Mas cada província tem as suas características e naturalmente cada uma vai adequar o seu modelo aos requisitos definidos", referiu. A definição de um modelo de aterros sanitários insere-se no plano estratégico dos resíduos urbanos de Angola, aprovado em Conselho de Ministros, em Agosto de 2012. Segundo Fátima Jardim, é com base nesse

diploma que foram definidas premissas para uma reflexão mais orientada sobre como resolver o problema dos resíduos urbanos e tratá-lo como "questão importante de desenvolvimento, mas também de oportunidade".

O modelo definido assenta no princípio do "poluidor/pagador", em que cada cidadão poluente tem a obrigação de contribuir nos encargos das acções em prol do ambiente.

Para o êxito dessa estratégia, Fátima Jardim considera fundamental o envolvimento de toda a sociedade, já que, como disse, os benefícios serão comuns. "É preciso termos consciência de que é um modelo de todos para todos", frisou.

Daí que além de definir a construção de aterros como uma solução mais eficaz e menos agressiva ao ambiente e à saúde das pessoas, o modelo definido para Luanda inclui um sistema de cobrança da taxa de limpeza, que de resto já foi aprovado. "Temos que aplicar isso aos agregados familiares, aos grandes produtores e às empresas", disse a ministra, salientando que o mecanismo de cobrança terá que ser adaptado à realidade de cada província. Cada projecto de aterro sanitário é objecto de uma avaliação económica e financeira. Uma avaliação completa, como disse a ministra, que vai desde o período de concessão de sete a 14 anos, os contratos de manutenção com períodos de dez a 15 anos, até à estimativa das tarifas de recolha. "Nesta base também confortamos a quem com capitais próprios e alheios venha a envolver-se nesse programa".

Fátima Jardim sublinhou o facto de ser uma temática nova e um modelo igualmente novo, que precisa de tempo para que todos os intervenientes assimilem as suas tarefas e responsabilidades. "Estamos todos a iniciar e isto é um repto que vamos ter até 2020. Temos tempo para pensar positivo, mas temos tempo sobretudo para melhorarmos a prestação de serviços, a qualidade de vida das nossas populações e também melhorarmos o desempenho institucional dos envolvidos na gestão dos resíduos urbanos, as administrações, os governos provinciais".

O facto de existirem aterros em fase de construção em Cabinda, Huambo, Menongue e Lubango, e de em Malanje e Ndalatando haver propostas para um novo aterro, dá garantia da sustentabilidade do sistema e de que, sim, começamos uma nova abordagem da questão dos resíduos urbanos em Angola, que pode ser eficaz para resolução do problema da qualidade ambiental, com impacto na saúde pública e nos indicadores de desenvolvimento humano, disse a ministra do Ambiente.

Na sessão de ontem, as Comissões apreciaram o Relatório de Balanço das Actividades do Governo referente ao segundo Trimestre de 2016, que condensa o conjunto de acções desenvolvidas pelo Governo no período em referência e permite a tomada de medidas correctivas que visam contribuir para a realização eficiente e eficaz dos grandes desígnios nacionais.

No âmbito da Requalificação e Reconversão Urbana da Zona da Marginal, foi apreciado um Memorando sobre a sustentabilidade financeira do projecto, contendo propostas concretas para a sua viabilidade económica e financeira.

No domínio das finanças públicas, as Comissões apreciaram a proposta de alteração da Lei sobre a dívida pública, que tem por objectivo uniformizar as regras utilizadas no sistema de gestão da dívida pública, clarificar o conceito de dívida pública, excluindo a dívida contratada pelo sector empresarial público e introduzir mecanismos que sustentem o rácio dívida/PIB.

Também foram apreciados o Memorando sobre o estado de preparação do ano agrícola 2016-2017 e o Plano de Acção para o mesmo período. Estes documentos definem as prioridades que devem ser consideradas e as subsequentes acções a desenvolver no quadro dos Programas Dirigidos do Sector.

As Comissões tomaram conhecimento do trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do Plano Director da Península do Mussulo, que define um modelo de cidade funcional, economicamente sustentável, proporcionando aos seus habitantes e visitantes melhor qualidade de vida, procurando salvaguardar e preservar o património ambiental da Ilha.

8.10 Trabalhadores da ELISAL em greve

Jornal Grandes Notícias
14 De Outubro de 2016

Os funcionários da ELISAL, que neste momento é responsável pela recolha de lixo naquele que já foi considerado o município mais populoso de Luanda, Cazenga, querem não só reclamar por melhores condições de trabalho, como também pressionar para que a direcção da empresa dialogue com a massa trabalhadora. António Kudituaça, da comissão sindical da ELISAL, disse que os acordos assinados no passado entre os funcionários e a direcção não estão a ser cumpridos, facto que os leva a crer que

com a paralisando poderão pressionar a direcção a dar-lhes ouvidos.

As condições de trabalho e a conversão de carreiras são alguns dos pressupostos dos acordos a que se refere, mas o que preocupa o grupo de trabalhadores neste momento é o facto de não conseguirem manter contacto com a comissão que actualmente gere a empresa, o que dificulta a negociação

"Há muito que não há medicamentos no posto médico da ELISAL. Os trabalhadores recolhem o lixo sem os equipamentos adequados, como é o caso das luvas": disse a fonte.

O sindicato acusa a direcção da empresa de comprar novos carros para as secretárias num momento que alega não ter dinheiro para pagar os salários dos trabalhadores.

"Só agora conseguiram botas, que começaram a dar ao pessoal. Neste momento, temos um atraso salarial de dois meses e a direcção da empresa diz que não tem dinheiro, mas sabemos que nesta altura a direcção da empresa comprou carros para distribuir às novas secretárias".

O funcionário da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda diz que se não houver nenhum consenso entre as duas partes, a greve vai continuar, explicando que já passaram pela empresa três gestões distintas e até agora nenhuma conseguiu resolver as questões dos trabalhadores.

8.11 Distribuição de vectores

Jornal A Verdade

15 De Outubro de 2016

O lixo na cidade de grande, Luanda, continua a dar um bigode farto ao "grande" governador-general, Higinio Carneiro. Ficou a promessa, quando tomou posse, de que o lixo seria "neutralizado" em 45 dias e devidamente enterrado algures nos Mulenvos. Os luandenses acreditaram e sonharam que o clima fosse mais respirável e as doenças provocadas por causa do lixo passas em a coisa do passado. Se os focos de lixo diminuíram, em contramão, a solução encontrada para a recolha não ajudam a diminuir os vectores de muitas doenças. Em definitivo, camiões basculantes não foram concebidos para a recolha de lixo. Isso não tem ciência. Mais um problema se cria com este sistema: a distribuição de vectores, para a já "doente" saúde dos luandenses. Assim, sinceramente, nunca se terá uma qualidade de vida "saudável!"

8.12 Recolha de lixo em Luanda sem grandes efeitos desejados

Jornal Liberdade

21 De Outubro de 2016

Texto: Makonda Lemba

Sabe-se que com a entrada em vigor de novas operadoras de saneamento básico, em Luanda, a situação, tornou-se cada vez mais difícil, contrariando as políticas traçadas pelo governo do general Higinio Carneiro.

O governante é atribuído uma folha recuada de elogios, nomes por exemplo como de 4x4, não tem sido capaz, de travar os constantes focos de lixo que se encontram quase em toda as artérias da capital do país. Destacando-se deste modo, os amontoados de lixo, nos bairros da Sonéf, no município de Cazenga, onde as operadoras não conseguem assumir as suas responsabilidades, o que preocupa os cidadãos.

O jornal Liberdade visitou, algumas circunscrições municipais e distritais no sentido de constatar "in loco" a situação de resíduos sólidos porque como se sabe as primeiras chuvas que caírem na capital do país vai trazer graves situações de saúde e circulação aos "luandenses.

No município de Cazenga, concretamente, no bairro da Sonéf, as ruas são intransitáveis devido aos depósitos de lixo, que são efectuados pelos moradores e as empresas vocacionadas para o efeito, quase que não existem.

Josefa Miguel moradora do bairro em referência, há mais de uma década, salientou que o processo de recolha de lixo tem sido bastante fraco devido à ineficiência que as operadoras e as próprias políticas gizadas, não reflectirem aos anseios da população. "É um caso que merece muita atenção da administração municipal. Quando chove as ruas ficam intransitáveis e o lixo é arrastado pelas correntezas de águas até as casas dos cidadãos": explicou. A visita efectuada no bairro do Kawelele na com una do Kikolo, município de Cacuaco, demonstrou que ainda muito se deve fazer em torno de recolha de resíduos sólidos sobretudo no interior dos bairros.

Crianças são encontradas, a procura de brinquedos correndo risco de pisar objecto cortante ou contrair doenças como malária, tétano e outras. Sabe-se que o governo de Luanda, havia assinado um acordo com as empresas de recolha de lixo, mas até a dada altura, ninguém fala mais destas empresas.

'As empresas nacionais que deveriam ser potenciadas para o exercício foram posta a parte contrataram as operadoras de conveniência': desabafou um dos antigos gestores de lixo.

Recentemente, a empresa Elisal por incapacidade de assumir as suas responsabilidades, sobretudo no pagamento de salários e melhores condições de trabalho, os trabalhadores da referida operadora pública, decretaram uma greve para exigir a resolução dos seus problemas relacionados com o melhoramento das suas condições laborais.

Mais adiante, a município considerou que, as empresas contratadas pelo governo provincial de Luanda, há muito que não operam.

Marta Manuel identificou-se como sendo moradora do distrito do Sambizanga, zona do Calussinga há mais de 20 anos, salientou que o "caso lixo" tem estado a preocupar os habitantes locais.

A município sublinhou que as administrações poderiam fazer muito mais, no sentido de diminuir os grandes focos associados com as vias de acesso para viaturas menos adequadas.

'As operadoras de recolha de lixo não devem limitar-se apenas a retirar os resíduos sólidos nas principais vias, mas também é necessário que o trabalho seja inclusive para todas às zonas': referiu.

Josefa Miguel manifestou a sua insatisfação, devido a falta de coerência das empresas e as próprias administradoras que nada têm feito para garantir melhores processo que visam recolher os resíduos sólidos.

"O estado tem investido bastante dinheiro para as empresas de lixo, mas no que tange à recolha tem deixado muito a desejar', disse.

Por sua vez, Manuel Gaspar admitiu que, o município de Viana, as operadoras de prestação de serviço tem sido menos acutilantes nas suas actividades primárias, pois que os mesmos não sabem enaltecer o trabalho que exercem. "Não devemos admitir que as pessoas sejam menosprezadas em detrimento ao lixo esta substância é nociva na vida do homem e deve ser bem tratada para não perigar a nossa sobrevivência': lamentou a fonte.

O governador de Luanda, Francisco Higino Carneiro, ainda neste ano, havia anunciado, que o valor das taxas de saneamento básico seria estratificado bem como passaria a ser cobrado através da factura de energia eléctrica. Mas o facto, não passou de discurso meramente político. Outrossim, são as atitudes dos

governantes que habituaram os cidadãos a estabelecer medidas sem consultas públicas.

Higino carneiro viola a Constituição

"A medida anunciada pelo senhor governador viola a Constituição e as leis, porque é competência exclusiva da Assembleia Nacional legislar sobre taxas e impostos:' disse o político da CASA-CE, Leonel Gomes.

Higino Carneiro determinou na altura que os cidadãos da capital pagariam um valor monetário de 500 Kwanzas por mês, para as zonas periféricas, e 15 mil Kwanzas para quem vive em zonas urbanas. Acrescentando que, para todos os efeitos as empresas, segundo o governador, a taxa varia entre 15 mil a 150 mil Kwanzas.

O político referiu que o governo ao longo destes 40 anos mostrou que é incompetente e busca as soluções dos seus próprios problemas no bolso do cidadão:' acrescentou na ocasião Leonel Gomes.

No mesmo diapasão, o empresário José Severino, presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), salientou que preferir encarar o anúncio do governador de Luanda como uma proposta. Acrescentando que, "Houve um erro em não terem pago as empresas de limpeza que estavam no mercado': criticou o economista.

Severino disse que nas taxas anunciadas "há muitas distorções (...) há aí muitos pontos com os quais não concordo, como a discriminação das taxas por áreas". O empresário, que considera os valores exagerados, deixou algumas questões no ar:

"Que estudo de viabilidade económico foi feito? Qual é a perspectiva das ditas empresas contratadas, houve concurso?"

Taxa do lixo paga no Banco

Tal como fazia referência, a taxa de recolha de lixo em causa seria cobrada aos cidadãos, o custo variava entre 500 a 15 mil kwanzas, de acordo com área de residência, que seria paga directamente aos bancos, admite governador Higino Carneiro. Algumas pessoas críticas diziam que Higino Carneiro manifestava-se mais arrogante em relação a resolução que afecta o povo de Luanda.

Á propósito do início da empreitada, na Maianga, uma fonte da operação de recolha de resíduos sólidos da Queiroz Galvão, reconheceu que a iniciativa começou sem embaraços, mas é importante a conjugação dos esforços no sentido das medidas não

vier prejudicar a vida do cidadão que já está complicada.

A retirada dos pequenos amontoados de lixo na parte urbanizada na referida circunscrição cuja operação vai estender-se para a zona suburbana do território, numa primeira fase de adaptação por um período de 120 dias. Passados estes períodos, a recolha de lixo continuará a ser uma quebra cabeça por parte das operadoras nas referidas organizações devido a falta de verbas para o exercício de um trabalho eficiente.

Segundo o responsável, os efeitos da nova empreitada vão ser visíveis dentro de uma semana face a existência dos acumulados um pouco por toda a Maianga.

A Queiroz Galvão está encarregue de limpar o município de Luanda constituído pelos Distritos Urbanos da Ingombota, Maianga, Rangel, Samba, Sambizanga e Kilamba Kiaxi.

Novo modelo de recolha de lixo em vigor no município de Luanda

Um novo modelo de recolha de resíduos sólidos, nos Distritos Urbanos da Maianga, Sambizanga e Kilamba Kiaxi, no município de Luanda, funciona, numa responsabilidade da empresa brasileira de limpeza Queiroz Galvão, cujo efeitos não tem sido satisfatórios por onde exercem as suas campanhas de limpeza e tratamento dos resíduos sólidos. Dados do Censo Geral da População e Habitação, realizado em Angola, em 2014, fixam a população angolana em 25 milhões 789 mil e 24 habitantes, dos quais seis milhões 945 mil e 386 vivem na província de Luanda.

Francisco Lopes Higino Carneiro foi nomeado governador da província de Luanda em 11 de Janeiro deste ano, depois de ter exercido o mesmo cargo nas províncias do Cuanza Sul e Cuando Cubango. General, antigo ministro das Obras Públicas e membro do Bureau Político do MPLA, formação partidária que suporta o governo em Angola, Higino Carneiro é também o 10 secretário do partido na província de Luanda.

8.13 Trabalhadores da ELISAL ameaçam entrar em greve

Jornal de Angola
21 De Outubro de 2016

Paralisação serve para reivindicar dois meses de salário em atraso, mas também por melhores condições de trabalho e um seguro de saúde.

Trabalhadores da empresa que faz recolha de lixo no município da Cazenga ameaçam entrar em greve caso não sejam pagos dois meses de salários em atraso. Os cerca de 2000 funcionários da Elisal exigem ainda melhores condições de trabalho.

Os trabalhadores estarão concentrados na sede da empresa, no Cazenga, segundo informou Carlos António, primeiro secretário da comissão sindical.

Os funcionários da Elisal, que neste momento é responsável pela recolha de lixo naquele que já foi considerado o município mais populoso de Luanda, Cazenga, anunciaram recentemente a intenção de pararem essa recolha, facto que levou o Governo Provincial de Luanda a reunir-se imediatamente com a comissão sindical e a direcção da empresa pública. Durante o encontro, os responsáveis anunciaram o pagamento dos salários em atraso, embora não tenham dado o prazo para a sua regularização.

"Houve uma conversa e pediram-nos para que suspendêssemos a greve. Mas, se até terça-feira da próxima semana o problema se mantiver, faremos greve", garantiu Carlos António.

O primeiro secretário da comissão sindical disse ao Expansão que os acordos assinados na quarta-feira passada entre os funcionários e a direcção exigem que o problema esteja resolvido num prazo de dez dias, facto que os leva a crer que, paralisando os trabalhos, poderão "pressionar" a direcção.

Diariamente, acrescentou o sindicalista, os funcionários estão "em contacto com resíduos sólidos, sujeitos a contaminações, pelo que precisamos de um centro médico que seja capaz de dar resposta aos problemas de saúde". Para Carlos António, "o grande problema na Elisal é a falta de condições de trabalho".

Os atrasos salariais dificultam as deslocações dos trabalhadores já que o dinheiro para o transporte está incluído no salário. "São trabalhadores que sofrem e dão o seu melhor para manter a cidade limpa", garante.

Manuel José, porta-voz da Elisal, revelou que os trabalhadores já tinham apresentado reivindicações junto de antigas direcções, e que enquanto alguns problemas foram resolvidos, outros ficaram por resolver. A empresa sofre com "as exonerações constantes das direcções" o que faz com que muitos dos problemas não sejam resolvidos. "O acordo foi de que criassem novamente comissões de forma a que haja respostas ao caderno reivindicativo", esclareceu o porta-voz.

8.14 Bacia do Coelho deixa de ser problema

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2016
Texto: Nilza Massango

Depois de observar demoradamente algumas obras que decorrem no município de Luanda, no âmbito da segunda fase do Plano de Revitalização dos Eixos Viários de Luanda, Higinio Carneiro parou na famosa lagoa do Coelho, em Viana, onde foi informado sobre o andamento acelerado das obras de construção das bacias hidrográficas.

Na verdade, são três bacias hidrográficas a serem construídas no Coelho. Neste momento, os empreiteiros fazem a aplicação das tubagens no sentido Viana/Luanda, que vão permitir o escoamento das águas para colectores já existentes. São cerca de 1.500 metros de tubagem, dos quais 500 já executados. O trabalho inicial começou com o perfilamento e limpeza das bacias.

O objectivo, segundo o responsável da obra, Luís Oliveira, é até ao final do ano ter pelo menos uma das bombas a funcionar. "As três bacias juntam-se e delas saem dois tubos vão escoar num colector já existente. O prazo de entrega é até final de Janeiro do próximo ano. Temos cerca de 20 quilómetros já executados", adiantou. No município de Luanda, o governador constatou as obras de alargamento da via da Nova Marginal, na Chicala, colocação de um tapete asfáltico na rua Cerqueira Lukoki, na Ingombota, passou pela rua dos Quartéis, até à rua do mercado dos Correios, no Golfe I, distrito do Kilamba Kiaxi.

As obras correm a bom ritmo e o plano de revitalização dos eixos viários de Luanda envolve a arborização de algumas ruas, embelezamento e intervenção profunda, limpeza e desassoreamento de colectores.

Questionado sobre a recolha de lixo e limpeza na província, Higinio Carneiro disse que o trabalho das empresas contratadas continua a bom ritmo, mas que ainda há muito por se fazer para tomar o sistema mais eficaz. Higinio Carneiro referiu que as administrações municipais continuam a desempenhar o seu papel de fiscalização e que é preciso ainda concluir a organização das unidades técnicas de gestão do programa, que estão a ser constituídas para responder aos objectivos do mesmo.

8.15 Vendedoras agastadas com a falta de saneamento básico do mercado

Jornal Liberdade
28 De Outubro de 2016

O mercado do Sucupira localizado no bairro do Grafanil, município do Cazenga continua com fraca concorrência. A má localização do mercado que se situa ao meio do bairro, o aglomerado de lixo e os constantes assaltos que segundo os habitantes, são praticados por meliantes dos grupos vulgos "só tira e kamabatela", cujos líderes Mana Rosa e Da Saia têm forçado vendedores a preferirem vender em lugares pouco confortável para comercializar seus produtos.

"Este mercado não está bom. Apenas vinte pessoas estão neste momento a comercializar frescos, outras fugiram para diferentes locais uma vez que as chapas aqui do mercado voaram, e então não é possível vender assim. Não podemos reclamar uma vez que as nossas reivindicações não são ouvidas pela administração, mesmo pagando as fichas todos os dias, mas não resolvem nada": desabafou Maria Gaspar, uma das vendedoras.

A nossa interlocutora pediu aos responsáveis do mercado que "trouxessem todas aquelas que vendem nas ruas para que os poucos que ficaram não abandonem aquele espaço": A nossa equipa de reportagem contactou o identificado apenas por Araújo, administrador do mercado, mas aquela gestora pública negou qualquer pronunciamento sobre o assunto alegando que só poderia falar aos órgãos de comunicação social privados por ordens superiores.

De acordo com uma fonte até, o mercado tem oficialmente 500 vendedoras tendo reduzido por 100. "Arranjar um lugar aqui não deve ser apontado como um problema, porque estão a vender na linha férrea, na ponte do bar ou na entrada da Gamek são pessoas que já venderam aqui": disse Margarida Francisco, peixeira do mercado desde a sua fundação. Esta aponta razões que tem provocado a disseminação das vendedoras e de muitos compradores que por ali faziam compras.

Para José Francisco, comerciante de material de construção alega que as dificuldades têm sido várias desde que começou a vender naquele mercado. "Notamos desde o princípio que este mercado foi construído ao meio do bairro em que o acesso para os compradores seria por meio de becos correndo o risco de vida devido à delinquência, já constatávamos que seria muito complicado em termos de vendas.

O JL procurou ouvir diversas ocasiões o administrador do mercado, para colocando-lhe a questão dos vendedores que povoam a estrada da Gamek, mas este denegou com veemência qualquer informação.

8.16 Falta de transparência na recolha de lixo coloca governador em queda livre

Jornal Liberdade
28 De Outubro de 2016
Texto: Albino Sampaio

Segundo as fontes da CI Segundo fontes da Cidade Alta, José Eduardo dos Santos, convocou no início desta semana, o governador de Luanda, Hígino Carneiro e a sua comitiva, no sentido de os apresentar a sua posição inquietante sobre o curso menos bom que os resíduos sólidos representam na vida dos habitantes da capital do país.

O Chefe do Executivo, discordou como têm sido geridas as políticas aplicadas para a remoção de lixo em Luanda, o que pode causar nos próximos dias outros contornos na governação da capital do país.

As mesmas fontes, asseguraram que, na reunião com os responsáveis da capital angolana, foram ainda advertidos que o Estado gastou tantos milhões de dólares para erradicação do lixo mas os retornos não são satisfatórios.

"Naquela reunião o Presidente pediu que houvesse transparência nos fundos alocados para as empresas de lixo': salientou a fonte, acrescentando, que a falta de eficiência e mau uso do valor alocado para estas empresas de recolha de lixo, serão da responsabilidade das autoridades do governo provincial de Luanda, dirigido pelo general, Hígino Carneiro.

Ainda da reunião, a nossa fonte assegurou, José Eduardo dos Santos recordou que a última greve dos trabalhadores da Elisal, não gostou uma vez que existem verbas suficientes canalizadas para as operadores vocacionadas para o efeito. José Eduardo dos Santos chamou insistentemente, atenção ao governador de Luanda, Hígino Carneiro para que cumprisse os pressupostos da sua indicação como governador da província de Luanda.

Por outro lado, antes da reunião secreta havida entre o Presidente da República e as autoridades da capital do país, este jornal trouxe na sua reportagem sobre a

falta de eficiência na recolha de lixo em alguns município e distritos urbanos de Luanda.

Recordando algumas promessas feitas pelo governador de Luanda, Hígino Carneiro durante uma conferência de imprensa com os jornalistas angolanos e estrangeiros. Aquele governante, havia manifestado na ocasião que, para recolha de lixo no município de Belas, foi avaliado um orçamento de 63,7 milhões de dólares por ano.

Segundo algumas vozes solicitadas por este jornal, qualificaram este valor pago pela limpeza do município de representar mais de metade do orçamento de 2015 para toda Luanda. Comparativamente com o orçamento atribuído a recolha de lixo no município de Belas, a empresa

A operadora de limpeza Vista Waste, pertencente à portuguesa Mota-Engil, vai receber anualmente quase USD 64 milhões por um contrato de concessão de serviços de gestão integrada de resíduos sólidos de Luanda para o município de Belas. A informação é decorrente de um despacho assinado pelo presidente José Eduardo dos Santos datado de 24 de Junho, que autoriza o Governo Provincial de Luanda a contratar o consórcio formado pela Vista Waste e pela Suma, por USD 63.741.176 anuais.

O valor pago à empresa apenas pelo município de Belas representou mais de metade do orçamento para a limpeza de toda a província de Luanda no ano passado, USD 120 milhões. Em 2012, o valor destinado à recolha de lixo para toda a capital era de USD 360 milhões.

Na ocasião, com as medidas do Executivo que atribuía responsabilidade à operadora de limpeza Vista Waste levou-lhe na altura a colocação de contentores no município de Belas a 15 de Maio do corrente ano. Segundo adiantou na altura o director da operadora, Álvaro Gil, mais de 300 trabalhadores estariam assegurar os serviços de varredura manual e mecanizada, a lavagem mecanizada e manual de ruas, o corte de ervas nos passeios, limpeza de praias e a recolha diária de resíduos sólidos. Acrescentando a referida informação na altura que, a recolha de lixo seria efectuada através de contentores ou nalgumas zonas residenciais através de sacos, no método recolha porta a porta. Este exercício, ficou apenas na memória dos luandenses, que nos seus bairros não usufruem de tais promessas proferidas pelos responsáveis do governo provincial de Luanda.

Álvaro Gil acrescentou que todas as vias principais e de normal utilização pelas populações, dentro dos bairros, bem como a cidade do Kilamba passaria a ter

contentores e a recolha será diária, e em algumas zonas no período de noite.

Com a operadora portuguesa, outras quatro, Odebrechet, Queiroz Galvão, Elisal e Nova Ambiental inseriam-se no plano governamental para garantir a limpeza de cinco dos sete municípios de Luanda, ficando ainda de fora os de Icolo e Bengo e Kissama.

Este jornal, retoma o assunto e nos próximos dias e promete ainda trazer outras informações sobre o processo que tem estado a fazer engordar os cofres de muitos governantes.

8.17 Saneamento Básico no Huambo

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2016

Texto: António Canepa

Ruas e vilas da cidade do Huambo apresentam agora uma imagem mais agradável e saudável, com a implementação, pelo governo provincial, de um novo modelo de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, o que deixa a população local satisfeita.

Na cidade do Huambo, desde o início da campanha de recolha dos resíduos sólidos, a reportagem do Jornal de Angola constatou que, diariamente, se observa homens e máquinas a cuidarem da imagem da urbe.

A ideia é, segundo o governador provincial, João Baptista Kussumua, recuperar a imagem da cidade e torná-la mais bonita e acolhedora, além de se criar um ambiente salutar para os moradores e visitantes.

A limpeza e o embelezamento da cidade tornaram-se tema de conversa nas ruas, locais de trabalho, escolas e até mesmo em hospitais e quartéis. Para esta empreitada, o governador provincial lançou um repto na sociedade no sentido de aplicarem-se, para se puder combater o lixo e haver saúde para todos.

Na terça-feira, 25, foi apresentado, na cidade do Huambo, um Plano de Acção de Gestão de Resíduos Urbanos (Papgru) para a província. O objectivo é mudar o comportamento dos moradores em relação ao lixo, erradicar os modelos antigos de recolha e abrir campanhas de educação e sensibilização ambiental, acções que vão vigorar com o slogan "Cidadão Educado, Huambo Limpo".

As acções têm por finalidade melhorar a vida nas comunidades, proteger a saúde dos cidadãos e propiciar um ambiente são para todos. A educação sobre o lixo vai basear-se na metodologia de

abordagem directa ao cidadão, em campanhas de sensibilização massiva sobre gestão correcta dos resíduos, encontros de concertação com autoridades tradicionais e líderes religiosos e na formação de activistas ambientais. O governador da província, João Baptista Kussumua, que procedeu à apresentação do plano, mostrou-se satisfeito com o andamento do processo, informando que, em menos de um mês, foram recolhidos mais de sete mil metros cúbicos de lixo no casco urbano e na periferia, o que permitiu a redução significativa dos resíduos sólidos na cidade.

No município sede, os focos de maior concentração de lixo eram localizados nas cidades Baixa e Alta nos bairros das Cacilhas, São Luís, Kapango, Santo António, Aviação, São Pedro, Calomanda, Calilongue e na rua do Comércio. Fazem ainda parte os bairros Silo João, São José, Bomba-Alta e Baixa, Cambiote, Santa Iria, Aeroporto, Sassonde e Académico.

Para a operação de recolha de lixo, foram precisos 12 camiões basculantes e vários outros meios, como pás carregadoras e retroescavadoras. E de destacar a envolvimento e a contribuição dos municípios.

O novo modelo obriga que os cidadãos depositem os resíduos sólidos em locais identificados pela administração em horários definidos (17h00 às 22h00 na zona urbana e das 15h00 às 18h00 nos arredores da cidade).

Estima-se que mensalmente, sejam recolhidas na cidade do Huambo e bairros periféricos 490 toneladas de lixo. Consta também do novo modelo a restituição de contentores nas ruas e em áreas indicadas pela administração municipal.

8.18 Água com cheiro a gasóleo nas torneiras do Alvalade

Jornal de Angola

7 De Outubro de 2016

O fornecimento de água a algumas ruas do bairro Alvalade, em Luanda, está restringido, desde ontem, devido a reclamações de moradores de que o líquido sai das torneiras com um cheiro a gasóleo.

A informação foi confirmada pela Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), em comunicado, no qual informa que se trata das ruas Comandante Stona, Nzage, Eça de Queirós, Fernão Mendes e Ramalho Ortigão.

Como medida preventiva, a empresa pública isolou o perímetro das ruas referenciadas e dispositivos hidráulicos auxiliares. Além das ruas mencionadas, a

restrição no fornecimento atinge também os bairros Madeira, Maculusso, o Hospital Militar e a Maternidade Lucrecia Paim.

Ontem, uma equipa técnica multidisciplinar esteve no local para avaliar e solucionar o problema. Pelos transtornos causados, a EPAL pede desculpas e apela aos clientes das ruas do Alvalade mencionadas para não consumirem água da rede durante o período de restrição. Tão-logo seja superado o problema, é reposto o abastecimento normal de água.

8.19 Água não potável mata a sede de moradores do Banga Wué

Jornal O PAÍS

11 De Outubro de 2016

Texto: Afrodite Zumba

Um fontenário com água imprópria para consumo humano, instalado pela refinaria da petrolífera Sonangol, situada na comuna do São Pedro da Barra, bairro Banga Wué, está a ser utilizado por centenas de famílias para matar a sede, cozinhar, lavar e outros' afazeres domésticos.

Apesar de no local existir uma placa avisando que a água não é potável, os consumidores parecem indiferentes, afirmando mesmo estar cientes dos riscos a que a sua saúde está exposta.

Segundos eles, até à presente data, a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) não concluiu os trabalhos preliminares nas diversas ruas em que preconizava colocar água canalizada destinada a algumas residências. Acrescentaram eles, que provavelmente as casas que estão próximas ao chafariz não serão beneficiadas porque naquele local existem tubos para a passagem de petróleo da refinaria.

Deste modo, vêm-se obrigados a acordar diariamente às 3 ou às 4h00 da manhã, ao sabor do frio, para se dirigem ao chafariz e garantirem um lugar na fila, tal como explicou Maria Cecília após ser abordada pela equipa de reportagem de OPAÍS.

"O chafariz abre às 7h00 mas a montagem, ou seja, a marcação de lugar, começa a ser feita às 3h00. Isto porque as torneiras não estão muito boas e leva-se muito tempo para abastecer", disse.

Há quem perfile as banheiras e os tambores e volte à casa para descansar enquanto espera pela hora, e outros há que preferem chegar apenas minutos antes dos seguranças do Porto Petroleiro da Sonangol abrirem as torneiras.

Neste período, o grupo de mulheres de diferentes faixas etárias aproveita colocar a "conversa em dia". Os assuntos variam, desde "a criminalidade na cidade, o pão que desceu de preço, o salário que nunca sobe, a campanha de Registo Eleitoral e as cenas de novelas", servem para ecoar boas gargalhadas e passar o tempo, visto que em média é necessária uma hora para que se consiga encher um tambor de 200 litros. Este facto tem contribuído para que brigas entre os moradores tenham lugar, porque nem todos conseguem encher os recipientes até às 17 h00, altura em que as torneiras são fechadas.

"Por vezes, os primeiros querem encher quatro tambores de 200 litros e não aceitam dar prioridade ao que apenas tem uma banheira. Isso tem contribuído para as confusões", explicou.

Tendo acrescentado que após encherem os tambores com ajuda de um balde vão distribuindo a água em bacias que depois de cheias são transportadas até ao domicílio.

8.20 Cidade de Luanda tem cortes de água

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2016

A cidade de Luanda tem sofrido nos últimos dias restrições no abastecimento de água potável em consequência do vandalismo praticado por alguns ex-funcionários da EPAL.

A informação foi avançada ontem pelo porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, durante uma visita aos postos de abastecimento de água da Centralidade do Kilamba, onde oito condutas foram vandalizadas. Uma acção que tem sido praticada por ex-funcionários que fizeram parte do projecto de construção das estações de tratamento e abastecimento de água, por conhecerem o sistema de funcionamento. "Muitos deles já foram despedidos por estas práticas."

Os postos de abastecimento e tratamento da Centralidade do Kilamba, localizados na zona do Bitá Tanque e do Progresso, município de Belas, foram vandalizados por cidadãos ainda desconhecidos. Além da Centralidade do Kilamba, Sequele, Urbanização Nova vida, zonas periféricas e do casco urbano de Luanda também estão privadas de abastecimento de água, uma situação que tem causado muitos constrangimentos aos clientes da EPAL. "Esta semana tivemos de paralisar o funcionamento da estação, para realizar alguns trabalhos de manutenção. Vamos continuara

trabalhar para melhorar este quadro constrangedor. Por isso, pedimos a compreensão dos moradores", disse.

A estação de tratamento da Centralidade do Kilamba tem uma capacidade de produção de 20 milhões de litros de água por dia e quando não se produz esta quantidade causa muitos prejuízos.

8.21 Fubú Consome Água Imprópria

Jornal Folha 8

15 De Outubro de 2016

Texto: Deantunes Zongo

Os autóctones residentes na zona da Fubú, bairro Mbonde Chapé, município de Belas, Província de Luanda, dizem consumir água imprópria para o consumo humano, há mais de dez anos.

Para lá da alegada falta de água canalizada, que obviamente se tornou num velho e conhecido problema de diferentes pontos de Luanda, os moradores da zona da Fubú sita a sudoeste da capital também se queixam da falta de luz eléctrica, aumento da criminalidade, falta de estabelecimentos de ensino público, de recreio, hospitais, etc.

Segundo -dona Ana, residente naquela localidade há mais de 20 anos, a crescente onda de criminalidade deve-se à ausência de postes de iluminação, associada às falhas constantes de luz eléctrica e à pouca capacidade de intervenção para acabar com os delitos, revelada pelos operacionais da esquadra policial local.

"Aqui é proibido andar à noite porque os marginais aproveitam-se da escuridão que toma conta de todo o bairro assaltam, violam, até já mataram gente, e mesmo quando há energia que obviamente nos tem custado os olhos da cara, as pessoas são igualmente proibidas de palmilhar o bairro após o pôr-do-sol, por não haver postes de iluminação na zona, dado que os meliantes actuam sem quaisquer impedimentos", lamentou dona Ana, acrescentando, que, "quando estou a dizer que: à energia eléctrica tem-nos custado os olhos da cara, falo sério, por isso mesmo é que alguns vizinhos não têm energia, porque só o contrato de luz com a empresa ENAI, uma das firmas que detém um dos PTs no bairro, custa KZ100.000,00 (Cem Mil kz) e a mensalidade são cinco mil kz", disse. Quanto à questão da água, obviamente o mais precioso líquido planetário, os moradores dizem haver alguns fontenários que de forma intermitente vão fornecendo água à comunidade.

"Para ser sincero, a água do chafariz é imprópria, mais imprópria ainda para o consumo humano, é a água que compramos das cisternas e a que adquirimos em bidões vendidos pelos kupapatas", desabafou Mário Cardoso, adicionando, "há uns que pensam que a água fornecida pelos chafarizes é adequada para as pessoas, não é! Sou canalizador e faço manutenção em piscinas, um dos meus clientes fez teste de qualidade à água fornecida pela EPAL o resultado foi que o referido líquido era impróprio até para o banho. Mas, infelizmente, é a água que consumimos para cozinha, lavar, banhar e beber, se não morremos é por graças a Deus", referiu.

8.22 Conduta de água do Kilamba vandalizada por garimpeiros

Jornal O PAÍS

17 De Outubro de 2016

Texto: Milton Manaça

O porta-voz da Empresa Pública de águas de Luanda (EPAL), Domingos Paciência, admitiu, em declarações a OPAÍS, que entre os garimpeiros que vandalizam as condutas que transportam água para capital do país estão funcionários afectos à própria EPAL.

-Sem fornecer números, Domingos Paciência declarou que quando a campanha de desmantelamento de tanques clandestinos teve início, foram identificados no circuito "alguns trabalhadores desonestos da EPAL que foram desvinculados" depois do gabinete jurídico comprovar o seu envolvimento.

"Acreditamos que existem aqueles que às escondidas podem estar envolvidos nisto. Nós não descartamos isso e colocamos todas as hipóteses na mesa para entender o que se passa", prometeu Domingos Paciência. Entretanto, realçou que "os funcionários das empresas de construção dos diferentes centros de distribuição e tratamento de água de Luanda estão também na lista dos potenciais envolvidos" na vandalização das condutas.

"É um trabalho feito com muito profissionalismo, que não deve ter apenas a mão de um amador. A partir do momento em que as empresas concessionárias terminam as obras, os funcionários são liberados e ninguém sabe onde essas pessoas andam", sustentou.

Condutas do Kilamba vandalizadas nos Bitas

Na passada Sexta-feira, a EPAL identificou a vandalização das condutas que conduzem água para a Centralidade do Kilamba. No total, são oito pontos em que os garimpeiros efectuaram roturas na região dos Bitas.

Pelo que O PAÍS apurou no local, boa parte da água foi desviada para os campos de cultivo das populações e outra captada para proximidades de residências para consumo humano.

Em algumas localidades do Bita Tanque, constatamos que em volta dos pontos vandalizados formaram-se pequenos riachos pela água desperdiçada em ocasiões em que os garimpeiros fizessem aberturas nas condutas.

O porta-voz da EPAL ressaltou que enquanto não se resolverem as roturas nos oito pontos, a Centralidade do Kilamba continuará a sofrer restrições no fornecimento de água. A estação de captação e tratamento de água desta urbanização tem capacidade para 20 mil metros cúbicos e percorre quase 16 Quilómetro, a maioria dos quais ao longo dos Bitas.

No Kikuxi foi também localizado um ponto de vandalização no qual os garimpeiros efectuaram quatro ligações a partir de uma conduta da EPAL, tendo desviado a água para algumas fazendas.

A vandalização de condutas é uma prática comum em quase todos os pontos de Luanda. De acordo com Domingos Paciência, "grande parte da água consumida na capital o dinheiro não vai aos cofres do Estado. O garimpo passou a ser visto como uma forma de ganhar dinheiro e encher as contas bancárias das pessoas que pensam que a melhor maneira para resolver os seus problemas está ali", rematou.

8.23 Expansão dos sistemas de distribuição de água

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Ao intervir na cerimónia de consignação das obras da sede municipal do Lucapa, a cargo do consórcio chinês CBITEC/CTCE, no valor de 53 milhões de dólares, Ernesto Muangala considerou o acto como “uma viragem de página”, uma vez que ficam para trás os momentos difíceis em que a população consumia água dos rios, correndo o risco de contrair doenças.

O acto de lançamento das obras no Lucapa, que vão beneficiar mais de 100 mil famílias, foi testemunhado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

As autoridades municipais manifestaram satisfação e garantem que vão assegurar os apoios necessários à empresa construtora, por considerarem que o projecto visa reduzir o sofrimento que as populações enfrentam com a escassez de água potável e, por força disso, percorrem longas distâncias para se abastecerem.

As obras de expansão da rede de distribuição de água complementam outro projecto do sector naquele município, que permitiu a recuperação e o aumento da capacidade de produção do Centro de Captação do Luangando, com a implantação de três bombas de 208 metros cúbicos.

Os trabalhos foram executados pela empresa Sinomach e tiveram o suporte financeiro da linha de crédito da China, resultando na construção de uma estação de tratamento e central de armazenamento de água.

Ernesto Muangala afirmou que o novo projecto prevê o alargamento da rede de distribuição de água potável do Lucapa e zonas periféricas com maior aglomeração populacional.

"Esse investimento permite também reduzir o elevado índice de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria e sobretudo garantir estabilidade social à população", declarou o governador. De acordo com dados fornecidos pela Direcção Nacional de Águas, o projecto tem um prazo de execução de 20 meses e 36 de garantia de operação e manutenção. O novo sistema de distribuição de água do Lucapa vai ter 65.675 metros cúbicos de capacidade e uma abrangência de 9.500 casas das cerca de 16 mil da localidade.

Além das ligações domiciliárias, vão ser construídos 61 chafarizes na periferia da cidade. A rede de distribuição do Lucapa vai ser dotada de um sistema de canalização moderna, para possibilitar que os níveis de abastecimento de água potável sejam aceitáveis e justifiquem os grandes investimentos do Executivo. O Ministério de Energia e Águas anunciou para os próximos meses o início das obras de expansão das redes de distribuição de água das sedes municipais do Chitato, Lubalo, Cuilo e Xá Muteba. Um documento oficial distribuído à imprensa refere que a carteira de projectos engloba a reabilitação dos sistemas de captação, abertura de furos de água, instalação de sistemas de desinfecção e

aumento da capacidade de reserva no Lubalo, Cuilo e Xá-Muteba.

Rede de distribuição

No município do Chitato, a rede de distribuição vai ter uma capacidade de 10.318 metros cúbicos. A do Lubalo terá 6.906, Cuilo 7.422 e Xá- Muteba 10.909 metros cúbicos.

Com este investimento, o abastecimento de água canalizada vai servir milhares de famílias da província da Lunda Norte e contribuir para o desenvolvimento sustentável nos mais variados sectores. Outro projecto para a melhoria do abastecimento na província da Lunda Norte é a construção no próximo ano, no município do Chitato, de um laboratório destinado à análise da qualidade da água.

Perspectivas no Nzagi

Durante a visita de dois dias à Lunda Norte, o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, acompanhado pelo governador Ernesto Muangala, foi ver as obras do centro de captação, tratamento e distribuição de água do Nzagi, no município do Cambulo. As obras de requalificação do sistema 'de água do Nzagi começaram em 2013 e a sua conclusão tem sofrido adiamentos devido aos atrasos na execução financeira por parte do Ministério de tutela.

Até ao momento, foram construídas novas infra-estruturas para armazenamento e tratamento da água, abertura de novas condutas, redes de distribuição e chafarizes. Depois da conclusão, o empreendimento vai produzir mais de dez mil metros cúbicos de água e abastecer cerca de 90 mil famílias.

O centro de captação e distribuição de água de Satxicuco, no Nzagi, foi e construído há mais de 50 anos pela companhia de diamantes Diamang e a sua reabilitação está a ser feita pela empresa Sinomach, no quadro da linha de crédito da China.

8.24 Chafarizes e fontenários abandonados pela EPAL

Jornal O PAÍS

18 De Outubro de 2016

Texto: Romão Brandão

O jornal O PAÍS saiu à rua para fazer uma ronda na capital e registar os chafarizes e fontenários instalados na cidade capital pela EPAL em estado obsoleto e inoperante, precisamente em zonas em que os moradores clamam por um sistema de abastecimento de água potável mais eficaz.

Em muitas localidades, e porque os chafarizes não funcionam mesmo, os moradores dependem de camiões cisterna e da venda de água por operadores de motorizadas de três rodas, vulgo "cupapatas" - cujo preço "galopa" à luz do dia.

No bairro da Precol, distrito urbano do Rangel, encontramos pelo menos dois chafarizes inacessíveis sendo que um, segundo o morador Adriano Jorge, não está aberto há três meses. Assim, os moradores como o nosso interlocutor que não têm água canalizada, são obrigados a comprar água para consumir.

"A administração fechou o fontenário. Parece que querem acabar com o mesmo porque em algumas casas sai água. Mas como vêm não são todos os moradores que têm este privilégio. Eu por exemplo, não tenho água canalizada em casa. Porquê? Não sei. Os chafarizes já não funcionam e há 4 meses que o fontenário fechou ", desabafou.

Hoje, o bidon de 25 litros é comprado entre 50 a 100 Kz, quando antigamente os jovens das motorizadas vendiam a 25 Kz. O preço do bidon vem disparando e os moradores do mesmo bairro, próximo ao mercado Tunga Ngó, não terão, tão cedo a situação do fornecimento de água resolvida.

O jovem António Capitão, morador do referido bairro, fez questão de mostrar à equipa de reportagem' o local no qual habitualmente as pessoas buscam água para consumo, particularmente quando a situação financeira aperta. É um tanque subterrâneo de 3 metros que se beneficia de uma conduta rebentada.

"A água não está em bom estado, mas muitos bebem mesmo assim", precisou. Para além dos dois chafarizes e de um fontenário identificado pela nossa equipa de, o nosso interlocutor revelou a existência de mais um chafariz nas imediações da paróquia Nossa Senhora das Graças, que também não funciona.

'Já passaram por aqui três chafarizes'

No distrito urbano do Sambizanga, encontramos pelo menos três chafarizes inoperantes, sendo que um deles está na zona do Baião, Largo do Faria, e os outros, na Rua da Família e no Santo Rosa. "Este [apontando para o que restara do chafariz] é o terceiro chafariz a ser construído aqui no largo. Nenhum restou.

Este último está há 4 anos estragado. Como vês, a minha casa está por trás do chafariz e não tenho água potável. Temos de comprar o bidon a 25Kz quando,

ontem, comprávamos no chafariz a 5Kz", esclareceu Florinda Alfredo.

A nossa interlocutora, vive na casa atrás referida, há 63 anos, acompanhou a construção dos três chafarizes no largo e sempre teve o costume de acarretar água dali. Hoje, o chafariz tornou-se um lugar para descanso, uma vez que o alpendre ainda não se foi.

Há escassos metros do chafariz do Largo do Faria está o da Rua Santo Rosa. Porta fechada, torneiras secas e chão sujo, há quem diga que o mesmo ainda funciona.

José de Oliveira, morador do Sambizanga há 22 anos, disse que o chafariz já não funciona há 5 anos, pelo que as pessoas decidiram fazer os tanques nas próprias residências e depender do fornecimento de água das cisternas. Algumas casas possuem água corrente, porém há 3 meses que não jorra, em virtude de uma obra que está a ser erguida na Rua 12 de Julho.

O chafariz ajudava bastante os residentes, principalmente aqueles que dispõem de condições para fazer um tanque e sustentá-lo regularmente.

'Isso já está abandonado há anos'

No distrito urbano do Kilamba Kiaxi, encontramos três chafarizes, nomeadamente no bairro Malanjino, no Bairro da IERA, na famosa Cabeça do Agostinho Neto e no Bairro Sagrada Esperança. Neste último, os moradores dizem que o chafariz foi abandonado há muito tempo pela EPAL e está a ser vandalizado.

Solucionar este problema tem sido uma dor de cabeça para Antónia Cupaia, porque muitos jovens fazem do espaço o local ideal para fumar liamba. As torneiras não estão boas, e quando sai água, toda a rua fica alagada. "Isso tem sido uma fonte de doenças para nós.

Está a nos trazer muitos problemas e mosquitos", sublinhou. Próximo àquela zona, há um chafariz que foi substituído por um posto de cobrança de energia, daí que a nossa entrevistada sugere que se retire o chafariz que se encontra ao lado de sua casa e nele se instale uma esquadra para conter a delinquência no bairro.

"Neste momento, o chafariz tem água, mas foi vandalizado e vaza bastante água que acaba alagando as redondezas. Sem ninguém para controlar isso, os chafarizes viraram zonas de lazer para os delinquentes", afirmou Conceição Domingos, outra moradora.

8.25 Cacula oferece oportunidades de investimentos aos privados

Jornal de Angola

20 De Outubro de 2016

Texto: Alfredo Chivia

A localidade, que ascendeu à categoria de município em 2011, apresenta grandes margens de progressão para investimentos, sobretudo, nos sectores da indústria, agricultura, comércio, turismo e prestação serviços, como afirmou a responsável.

Cármen Duarte acrescentou que, enquanto o número de habitantes do município cresce devido aos investimentos em infra-estruturas sociais feitos pelo governo provincial, faltam iniciativas privadas, pelo que a concorrência é praticamente nula.

Com o aumento da população, o município oferece condições para o retorno rápido dos investimentos, referiu a administradora, preocupada com a criação de postos de trabalho, que tragam mais rendimentos e serviços para os moradores e gerem impostos ao Estado.

"O governo provincial continua a investir em projectos estruturantes nos domínios das águas, saúde, educação e habitação", disse Cármen Duarte, mas "o município não pode evoluir somente com estes esforços e dos residentes". Daí, o apelo aos empresários privados. "Estamos abertos, para acolher todos quantos estejam prontos para contribuir no processo de desenvolvimento da nossa região", garantiu. A administradora municipal disse que, à medida que o município cresce, o número de habitantes também aumenta, o que justifica mais investimentos para aumentar a oferta de bens e serviços de qualidade, no sentido de satisfazer as necessidades da população.

"Os interessados devem visitar o município e realizar estudos para avaliar a viabilidade dos projectos de investimentos. Assim, podem reunir as melhores informações e tomar decisões acertadas sobre o segmento de mercado que pretendem explorar", exortou.

A responsável destacou vários investimentos sociais feitos pelo governo provincial, com vista a reforçar a autonomia de Cacula, como o edifício da administração municipal e as residências dos administradores, assim como a construção do bairro da Juventude, com 60 casas, e do projecto de 200 fogos por município.

Água potável

Um novo sistema de abastecimento de água começou a ser construído em Setembro último, inserido no projecto Horizonte 2036, e deve começar a funcionar no próximo ano para atender a população da sede do município. Os moradores vão deixar de percorrer longas distâncias até aos furos existentes. O sistema de captação e abastecimento de água, avaliado em 14,3 milhões de dólares, vai, numa primeira fase, beneficiar mais de 10 mil pessoas residentes da sede da localidade.

O governador da Huíla, João Marcelino Typinge, e o secretário de Estado para a Energia, Joaquim Ventura, colocaram as primeiras pedras para a construção do sistema, numa cerimónia assistida pela população local.

A partir do rio Ecamba, 95 metros cúbicos de água vão ser bombeados por hora para uma estação de tratamento com reservatórios em betão de 400 metros cúbicos. O projecto inclui condutas adutoras e um depósito para 25 metros cúbicos.

Condutas de 355 milímetros e reservatórios vão formar uma rede de distribuição de 37 quilómetros de extensão, 439 ligações domiciliárias e 578 ligações a torneiras de quintal, além de oito chafarizes de duas e quatro bicas.

Para a administradora, este projecto de impacto social vai trazer grandes benefícios para a população de Cacula, que regista progressos a cada ano, após a sua ascensão à categoria de município.

As autoridades administrativas referem que o projecto vai criar postos de trabalho durante a execução das obras e aumentar a qualidade de vida dos munícipes de Cacula, com a redução de doenças.

O governador provincial da Huíla, Marcelino Typinge, afirmou que o projecto é um primeiro passo para acalantar a esperança da população de Cacula.

Combate à pobreza

Vários empreendimentos sociais foram construídos, desde 2011, com fundos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza a cargo da administração municipal. Escolas primárias, centros de saúde, armazéns agrícolas, cozinha comunitária, residências para técnicos e casa de função da administração foram construídos nas quatro comunas.

A administradora sublinhou o reforço do sector da Saúde, que registou uma evolução em todas as comunas, com unidades sanitárias e técnicos capacitados para oferecerem cuidados primários,

internamento e ambulância para o transporte de pacientes graves. A administração trabalha para enviar, nos próximos tempos, médicos para as comunas.

Cármén Duarte garante que a população das comunas está satisfeita, porque, além dos centros de saúde e escolas, ganhou também um sistema de captação e abastecimento de água potável com energia solar, que permite bombear 25 mil litros por dia.

Plano urbanístico

Um plano de desenvolvimento urbanístico dos municípios foi apresentado às autoridades locais por uma equipa de Ministério do Urbanismo e Habitação, durante a visita da ministra do sector à província.

O plano apresenta Cacula com todas as nuances de construção de infra-estruturas fundamentais, como escolas, unidades hospitalares, ruas e habitações a serem erguidas tanto por meio de projectos do governo provincial como por iniciativa dos cidadãos.

O documento define as matrizes arquitectónicas que devem nortejar a construção de todas as infra-estruturas fundamentais nas reservas fundiárias do Estado, identificadas para receberem edifícios ou casas, escolas, estabelecimentos comerciais, desportivos e jardins. A administradora de Cacula disse que o plano resulta de contribuições de membros de Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACCS) do município e serve de linha orientadora.

A execução depende da disponibilidade das verbas destinadas aos projectos públicos. Cidadãos e empresas podem participar com iniciativas próprias, bastando para o efeito seguir as directrizes definidas.

"O plano é um dos instrumentos que o município precisa, porque desenha as linhas de desenvolvimento local e serve de documento de apoio à governação. Estamos satisfeitos, porque o documento está concluído, melhorado por técnicos especializados e oficializado", declarou.

O município conta com mais de 120 mil habitantes, distribuídos pelas comunas de Cacula, Vihamba, Viti-Vivali e Chiquaqueia.

8.26 Ministério de Energia e Águas prevê cobertura nacional até 2025

Jornal Liberdade

21 De Outubro de 2016

Texto: Albino Sampaio

A garantia foi manifestada, pelo governador Ernesto Muangalo, quando falava à imprensa, nesta Quinta-feira, 13, à margem de um projecto de obras de reforço de abastecimento de água e energia eléctrica na cidade do Dundo.

A referida empreitada é custeada por 2 bilhões de dólares resultantes do acordo do crédito entre o governo angolano e chinês, com a prioridade absoluta no projecto de água e energia eléctrica.

De acordo com o governador, quando concluídas as infra-estruturas de grande impacto, que a região leste e em particular a província tem vindo a conhecer, muitos são jovens que irão conseguir o seu primeiro emprego, o que vai permitir a diminuição de nível de desemprego a população local.

"A melhor maneira de reduzir o desemprego na província e quiçá no país é necessariamente, o processo de industrialização ao nosso país": disse, acrescentando que, a energia eléctrica quando bem gerada, proporciona para as famílias uma maior oportunidade de empregos, com aparecimento de vários investidores no ramo de diversificação de economia.

Ernesto Muangala considerou que de acordo com as estimativas do censo realizado pelo país, demonstram que, num universo de 186.371 mil milhões de habitantes no país, urge a necessidade de apostar fortemente na potencialização de energia eléctrica e água potável para o bem-estar das famílias. Referiu o governador mais adiante que, 40 anos depois da independência, o Executivo vai construir e aumentar o abastecimento eléctrico de 8 MW que a província produzia para 38mw.

Por seu turno, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges salientou que, a sua presença na província da Lunda Norte, reveste-se somente, para relançar o programa de distribuição deste recurso as populações para o seu bem-estar. João Baptista Borges sublinhou que, a central hidrelétrica do Luachimo poderá diminuir significativamente, do défice deste bem importantíssimo nas vidas das famílias quase em todo o território nacional. Segundo o ministro, o seu executivo tem programas bem definidos para que até no ano de 2025 cerca de 15

milhões de populações em todo o país, possam beneficiar deste recurso que garante o desenvolvimento nacional. João Baptista Borges garantiu ainda que, a juventude quanto mais apostar na formação tecno profissional será bastante salutar para a integração e reforço nesta área de engenharia que tem vindo a reclamar da falta de técnicos qualificados para o arranque de muitos projectos que poderiam contribuir para o relançamento da indústria nacional.

Acrescenta ainda o ministro, sobre a reabilitação e reforço de crescimento da procura de energia eléctrica no país, para reduzir e eliminar o défice de energia, realiza-se a reabilitação e reforço de potência do aproveitamento hidrelétrica do Luachimo, que assume grande importância no aumento a capacidade de geração de energia eléctrica para a cidade do Dundo e de outras cidades circunvizinhas.

8.27 Agua para Todos chega aos bairros do Londuimbali

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2016

Texto: Justino Vitorino

Mais de sessenta mil famílias no município do Londuimbali, na província do Huambo, beneficiam, desde terça-feira, de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

O equipamento social funciona com painéis solares e foi construído no âmbito do programa do Executivo "Água para Todos, com objetivo de melhorar as condições sociais básicos das populações.

O administrador adjunto do município do Londuimbali, Paulo Morna, referiu que o fornecimento de água aos municípios desta região consta das prioridades do Executivo. Segundo Paulo Morna, com a construção do novo sistema de captação e distribuição de água as populações deixam de percorrer longas distâncias para adquiri-la.

Os municípios aplaudiram os esforços do Governo, por ter colocado à sua disposição o sistema de água canalizada, que, de forma gradual, vai contribuir na redução de doenças diarreicas agudas nas comunidades. O soba grande elementino Nhangá, disse que há muitos anos que ele e os demais moradores dependiam apenas de rios.

8.28 Sistema de água inaugurado no Uíge

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2016

Texto: Nicodemos Paulo

Mais de quatro mil moradores do bairro Quindenuco, no município do Uíge, beneficiam, desde terça-feira, de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água.

O projecto, implementado pela organização não governa mental Acção Angolana de Apoio às Verdadeiras Viúvas (ANGOAVI), ficou orçado em 103.088 dólares, financiados pela embaixada japonesa em Angola. O embaixador do Japão em Angola, Kuniaki Ito, que entregou o Empreendimento administração Municipal do Uíge, disse esperar que o novo sistema contribua na redução de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria, assim Como encurtar a distância da população na busca de água.

O diplomata garantiu que o seu país vai continuar a apoiar projetos de desenvolvimento comunitário em Angola, e na província do Uíge em particular, com o objectivo de desenvolver as vilas e aldeias, melhorar o saneamento do meio.

"Estamos a construir escolas primárias, centros de saúde e apoiamos os trabalhos de desminagem", disse Kuniaki Ito, que acrescentou:

"Estamos satisfeitos, porque este pequeno projecto beneficia 4.300 moradores nesta localidade", disse o diplomata, para quem a aceção é também um contributo ao programa "Água para Todos". O diretor provincial de Energia e Águas, Mendes Domingos, destacou a parceria do Governo japonês na implementação de vários projetos em benefício das populações.

8.29 Vandalizados equipamentos da EPAL

Jornal de Angola

30 De Outubro de 2016

Texto: Domingos Dos Santos

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, acompanhado dos secretários de Estado da Energia, das Águas, da Construção, do, vice-governador de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, o comandante provincial da Polícia Nacional e quadros do sector, visitou os equipamentos destruídos localizados nas imediações dos condomínios Jardim

de Rosas, Austin, Campus Universitário, Bairros da Juventude, Bonde Chapéu e Camama, onde foram destruídos 36 postos de transformação, dos 46 instalados e uma boa parte dos 46 armários de distribuição já concluídos.

O presidente do conselho de administração da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), Francisco Talino, falou em prejuízos avultados na ordem dos três milhões de dólares provocados pela vandalização dos equipamentos.

"Como acabámos de ver, realmente o grau de destruição das instalações que visitamos hoje é elevado", lamentou, revelando que as infra-estruturas foram entregues em Março deste ano pelo empreiteiro e pelo Ministério da Construção, que inicialmente acompanhou a execução das obras. As obras não foram entregues para entrarem logo em funcionamento, mas sim para serem concluídas.

Por isso, desde Março até à data estavam a ser mobilizados recursos para a sua conclusão. "Muitos desses equipamentos são importados e toda a mobilização para a sua conclusão foi feita e inclusive parte deles já se encontra no país. Portanto, estamos em condições de dar avanço a essa conclusão, mas agora temos essa parte acrescida", explicou.

Para evitar que o material que restou seja igualmente roubado, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, orientou a ENDE a retirar os equipamentos e a guardá-los em local seguro enquanto se trabalha no sentido de concluir as obras.

"Visando proteger o material que ainda não foi mexido ou aquele que tendo sido mexido, ainda tem alguma recuperação viável, recebemos a orientação de retirarmos esses equipamentos para serem guardados num local seguro e, na medida em que formos energizando partes dessas instalações, vamos recolocar os equipamentos para entrarem em serviço", disse o presidente do conselho de administração da ENDE. Francisco Talino, apesar de reconhecer que no passado houve situações do género com a convivência de trabalhadores da empresa, negou o envolvimento nos actos recentes de funcionários da ENDE, pelo grau de destruição e vandalismo que os equipamentos apresentam.

"Vimos que o grau de destruição persegue um determinado objectivo que é aproveitar o cobre para fins que ainda não conseguimos descobrir, mas que a polícia está a trabalhar para esclarecer. Por isso, como puderam ver, não nos parece ser obra interna", justificou.

Para o presidente do conselho de administração da ENDE, as evidências apontam para grupos organizados com foco no lucro fácil, na medida em que a acção visou a retirada do cobre e destruição do material sem implicação na produção de energia como portas e janelas. O comandante municipal de Belas da Polícia Nacional, superintendente-chefe Alberto Bala, garantiu que foram detidos nove cidadãos nacionais por prática de roubo dos equipamentos do eléctricos e cinco estrangeiros por supostamente serem o compradores e mandantes do crime

"Os compradores são de nacionalidade marfinense, guineense congoleza-democrática. Eles foram apresentados à Procuradoria Geral da República para depois processo transi ar 'em julgamento", disse Alberto Bala, acrescentando que os autores do roubo estão detidos há 15 dias e os compra dores há uma semana.

Os cabos de cobre roubados eram levados para algumas fábricas localizadas em Viana, onde eram diluídos para serem transformados e alumínio tratado para ser vendido supostamente no mercado informal

"Ainda estamos a trabalhar n sentido de percebermos o destine final desses produtos", frisou o oficial superior da Polícia Nacional que espera que a lei seja mais agressiva com os autores desses crimes para evitar que situações do género voltem a ser registadas.

Conduta do Kilamba

A conduta de mil milímetros que leva água à cidade do Kilamba também tem sido alvo de actos de vandalismo praticados por garimpeiros e populares residentes ao longo da e linha. Por este facto, tem-se registado restrições no abastecimento do precioso líquido aos moradores daquela centralidade.

A administradora executiva da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Lizete Pascoal, considerou "delicada" a situação que tem provocado alguns constrangimentos, na medida em que os estragos ali verificados afectam principalmente os moradores da cidade do Kilamba.

8.30 Começou disputa da água entre Bita e Kilamba

Jornal O PAÍS

31 De Outubro de 2016

Texto: André Mussamo

Num dos pontos, encontramos dezenas de senhoras lavando roupa e crianças banhado, que não se intimidaram com a' presença da numerosa comitiva que acompanhava o ministro da Energia e Águas.

Não há dúvidas de que os populares abrem as tampas das caixas e danificam as válvulas com o propósito de provocar rupturas que consequentemente provocam jorros de água em abundância que até chegam a formar caudais.

Durante a visita, foi possível constar que cinco pontos da conduta, do percurso desde a margem Norte do rio Kwanza até ao centro de tratamento das Centralidades, foram vandalizados.

A partir destes pontos, oportunistas munidos de electrobombas abastecem cisternas, criando sérios constrangimentos no fornecimento aos moradores do Kilamba e do KK5000.

Para aquelas populações, esta é a solução encontrada face à carência do precioso líquido que assola a região há muitos anos.

Confrontados com o facto de estarem a ser considerados como "vandalizadores de infra-estruturas públicas", os cidadãos residentes nos Bitas disseram à nossa reportagem que as autoridades precisam mudar a perspectiva de muitos projectos no país.

"Quando vimos a construção da conduta, que em alguns casos teve de passar pelas nossas lavras destruindo as plantações, sempre pensamos que finalmente o nosso sofrimento terminaria", contaram os cidadãos que regressavam de um dos pontos vandalizado transportando recipientes de 20 litros com água.

E prosseguiram, a conduta foi concluída e nem sequer um chafariz foi construído ao longo de todo o percurso.

"Será que a sede das pessoas que vivem no Kilamba é diferente da nossa? Perdemos mandioqueiras, mangueiras, cajueiros, etc, e mesmo assim não merecemos nem um chafariz?" interrogam-se.

Fonte da EPAL afirmou que, apesar da empresa ter selado as tampas, soldando-as e recorrendo a outras medidas de segurança, as condutas são sistematicamente abertas e a água garimpada vai fluindo através de tubagens piratas.

Os mesmos cidadãos interrogados pela nossa reportagem disseram que face à ausência de alternativas continuarão com o seu garimpo na conduta, a não ser que as autoridades se decidam por acções mais inclusivas que, por exemplo, passassem por construir chafarizes, principalmente nos aglomerados populacionais como o Bita Tanque, cuja única fonte de abastecimento encontra-se inoperante há muito tempo.

"Nós não somos vândalos senhor jornalista. É a necessidade que nos obriga a isso. No mínimo, um pouco de água para, atender à nossa sede diária" lamentou uma das senhoras do grupo que aceitou dialogar com a nossa equipa sem contudo deixar-se fotografar nem mencionar os seus nomes.

A administradora da EPAL Lisete Pascoal, considerou como avultados os danos provocados e que afectam principalmente o fornecimento na cidade do Kilamba.

A EPAL perde diariamente, devido a ligações anárquicas na capital angolana, nove milhões de kwanzas, tendo como medida de referência uma taxa média de nove kwanzas por litro.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Meliantes aterrorizam bairros de Luanda

O Novo Jornal
07 De Outubro de 2016
Texto: José Vota

Luanda voltou, esta semana, a ficar "manchada" com relatos sobre o aumento da criminalidade violenta. Marginais semearam a dor e o luto em várias famílias. Nem a polícia escapa a esta vaga. Uma esquadra foi invadida no fim-de-semana e de lá foi retirado um detido. Crimes que ocorrem dias antes da tomada de posse dos novos responsáveis da Polícia Nacional em Luanda, nomeadamente comandantes municipais, distritais e de esquadras, assim como de unidades compactas.

O assalto à esquadra policial no bairro Bita Progresso, município de Belas, ocorreu por volta das 23h00 de domingo, dia 2. Os bandidos resgataram da unidade policial um dos seus "amigos" que lá se encontrava detido. Durante o ataque, os meliantes mataram um oficial e deixaram um sub-chefe com ferimentos graves.

Em comunicado, o Comando Geral da Polícia Nacional confirmou a ocorrência, sublinhando que houve uma tentativa de evasão massiva de detidos no Posto Policial do Bita Progresso e que, na reacção efectuada pelo Corpo da Guarda em serviço, um dos malfetores atingiu dois efectivos, um sub-inspector e um a ente. "O oficial em causa não resistiu à gravidade dos ferimentos e acabou por falecer, enquanto o agente atingido está a receber tratamento hospital", lê-se na nota da corporação.

Na comunicação de segunda-feira, dia 3, o Comando Geral informou ainda que, da tentativa de evasão perpetrada, um dos detidos, identificado como Francisco Pedra, também conhecido por Picho e Guelor Milo, conseguiu colocar-se em fuga. Por isso, a Polícia Nacional apela a todos os cidadãos que tiverem conhecimento do paradeiro do fugitivo que denunciem o facto à esquadra policial mais próxima.

A Polícia informa ainda que desenvolve "diligências investigativas" para esclarecer os factos e identificar os autores do assalto. Por fim, lamenta a morte do oficial em serviço, e assevera que está a envidar esforços para que os autores sejam levados à barra da justiça.

Na madrugada de quarta-feira, dia 5, os luandenses voltaram a ser aterrorizados com relatos de assassinatos, desta vez no bairro Tunga Ngó, município do Cazenga, onde assaltantes de uma cantina mataram vários membros de uma família e feriram gravemente cinco outras pessoas, de acordo com relatos de sobreviventes e testemunhas.

André Reis Pedro, irmão das vítimas, explicou ao Novo Jornal que, depois de os assaltantes terem matado os seus irmãos, seguiram para a cantina, onde mataram o proprietário, um cidadão maliano, e deixaram o seu filho, de 12 anos, ferido.

"Quando ouvimos o barulho, o meu pai levantou-se e foi até ao portão e os bandidos acabaram por entrar e dispararam contra ele. De seguida, foram até à sala onde acabaram por matar os meus irmãos", descreveu.

O sobrevivente recorda que, no mês passado, sofreram um assalto igual. "Como eles não conseguiram o que queriam, então decidiram voltar. Eu não entendo por que razão esses moços nos estão a perseguir... nós não devemos nada a ninguém", exclamou. O irmão de André Reis Pedra, de 17 anos, e o seu pai foram baleados e estão gravemente feridos.

Apesar do barulho dos tiros, ninguém no bairro conseguiu reagir, segundo Maria Custódio, vizinha das vítimas, porque os marginais gritavam do lado de fora que quem se atrevesse a sair de casa, poderia morrer. "Todos ficaram com medo, porque os marginais estavam armados", afirmou a mulher, corroborando o testemunho de Magda Teixeira à Rádio Luanda. "Depois do último tiro que fizeram, por volta de uma hora da manhã, ouvimos a vizinha pedir socorro, o meu pai ganhou coragem e todos saímos e deparámo-nos com a triste situação. O irmão, de 17 anos, tinha sido ferido e perdia muito sangue. O filho do comerciante também levou um tiro na cabeça", relatou.

9.2 Amnistia tornou cazenga e sambizanga mais perigosos

Jornal Folha 8
08 De Outubro de 2016
Texto: Antunes Zongo

Há muito que os órgãos operacionais do Ministério do Interior (MININT) devolveram, parcialmente, a ordem e a tranquilidade ao distrito urbano do Sambizanga e ao município do Cazenga - ambas circunscrições tidas tradicionalmente como os antros da criminalidade na Província de Luanda.

Infelizmente para os pacatos moradores desta zonas, sob proposta do Presidente da República, a Assembleia Nacional aprovou, com 1/11 votos LI favor, nenhum contra e 33 abs tenções, em 20.06.16, a Lei de Amnistia - que está a restituir inúmeros reclusos à liberdade.

É verdade que a Lei de Amnistia, cujo simbolismo incide no perdão dos erros anteriormente cometidos, agrada a todos os cidadãos da zona rural à urbana, mas também, não deixa ele ser verdade que em face a nova Lei, muitos dos marginais, recentemente libertados, voltaram a aterrorizar os munícipes do Cazenga e Sambizanga. No entanto, para novamente mitigar a situação, os operacionais do SIC e Polícia Nacional terão de redobrar esforços.

Por exemplo, o cidadão António Victor, morador da zona 17, sector I-A da vala do Suroca bairro São João, município do Cazenga, viu-se obrigado a entregar a motorizada que usa para o serviço de táxi, aos jovens marginais, no passado dia 02.10.16.

"Fui assaltado por miúdos que já operavam no bairro há muito tempo, estavam presos e foram libertados recentemente. Tudo ocorreu sob a luz do dia, aqui mesmo na estrada nova, que liga a zona da Cuca a Comarca de Luanda", contou a vítima, acrescentando, que, "eles eram dois (delinquentes), um veio ter comigo e o outro foi ter com o meu colega, disseram que queriam ir à comarca, mas ao longo do caminho - eram cerca das 16 horas, o que estava comigo retirou um revólver no interior da calca, apontou-me e mandou-me descer da moto, ainda tentei reagir, mas após ele fazer um tiro ao ar, decidi ceder, o amigo dele fez o mesmo ao meu colega". Referiu António Victor, para quem, a criminalidade irá aumentar por causa da Amnistia.

Há muito que os vizinhos já não se queixavam de assalto ou de tentativa de assalto às suas residências, mas ontem vimos alguns jovens que tentaram saltar o muro do quintal do tio Braulio, so não tiveram sucesso por causa dos cães que meteram-se a latir. Mas o kota Zeca já não teve a mesma sorte, ouvimos hoje a dizer que lhe roubaram o fogão cozinha e a garrafa de gás butano. Assim já começou", lamentou outro interlocutor, também morador do Cazenga.

Entretanto, a sensação de medo dos munícipes do "Zenga", gerada pela libertação dos alegados marginais abrangidos pela Amnistia, é também partilhada pelos moradores do distrito urbano do Sambizanga.

"O problema é que esses miúdos não param, somente dão um tempo. Na sexta-feira, vi um dos putos que

foram libertados recentemente, a perseguir umas miúdas que saíam da escola, eram 21 horas.

Não posso precisar o que aconteceu a seguir, mais vi-o com uma pistola. Esta claro que ele não ganha juízo. A amnistia é boa, mais infelizmente, muitos dos amnistiados não saberão aproveitar as oportunidades. Particularmente estou com muito medo", confessou Mateus Correia, de 37 anos de idade, morador do Sambizanga.

No mesmo diapasão, Carlitos Pitra, também habitante do "Sambila", garante temer pelos próximos dias. " Como estudante de Direito, apoio o Presidente da Republica por esta iniciativa, mas acho ter sido inoportuna, ou se calhar, deviam seleccionar bem os abrangidos, porque sinceramente, já começamos a sentir os efeitos negativos da libertação destes miúdos", disse, tendo ainda sugerido que, "todos os reclusos que não revelem mudanças de comportamento, mesmo no interior das cadeias, não devem ser libertados".

9.3 Cresce a Criminalidade Violenta em Angola

Jornal A República

21 De Outubro de 2016

Texto: Armando Chicoca

A Criminalidade violenta em Angola é preocupante. O jornalista Vasco da Gama diz que, sem um programa bem elaborado, a situação vai piorar.

Num debate nas redes sociais, o jurista Betico Domingos não concordou e defendeu a inclusão das famílias na procura de soluções.

"Se continuarmos a pensar que basta dar uma boa arma ao polícia, para combater o crime, vamos perder tempo, dinheiro, e a criminalidade vai continuar a aumentar": disse o jornalista.

Da Gama afirmou que há falta de vontade para combater crimes, sobretudo os de colarinho branco.

Ele criticou o Presidente angolano, que já tinha reconhecido "haver dirigentes ladrões": mas "não disse quantos deles já foram punidos e se não disse é porque são impunes":

O jurista Domingos Betico próximo ao MPLA refutou as acusações afirmando que o governo tem a criminalidade sob controlo.

"O estado angolano não perdeu a bússola e nem vai perder o controlo do combate à criminalidade no país", disse.

O jurista disse que as famílias têm um papel no combate ao crime.

9.4 Moradores desesperados no distrito do Sambizanga

Novo Jornal

28 De Outubro de 2016

Texto: Isabel João

Os moradores dos bairros Uíge, São Pedro da Barra e Sucanor, na comuna do Ngola Kiluanje, distrito do Sambizanga, reclamam por causa do aumento da criminalidade na zona. Os munícipes dizem que os marginais não têm hora para actuar e queixam-se da falta de policiamento na zona.

Para constatar as queixas dos moradores dos três bairros, a equipa de reportagem do Novo Jornal deslocou-se ao distrito do Sambizanga. Já nas imediações do antigo mercado Roque Santeiro, presenciámos dois assaltos, um teve como alvo uma viatura e o outro uma mulher que circulava a pé.

Domingas Francisco, de 34 anos, uma das vítimas, disse ao Novo Jornal que na pasta roubada pelos marginais não havia nada de especial, apenas duas peças de roupa e dois cadernos. Mesmo assim, os assaltantes 'varrem' tudo o que encontram pela frente. "Não havia nada de valor. Acho que eles vão deitar a pasta fora com tudo o que lá tem dentro. Correram tanto para nada", resume.

Já a outra vítima não teve a mesma sorte de Domingas Francisco. Os marginais roubaram a Augusto da Costa um computador novo e a pasta de bolso, que continha 70 mil kz. "O meu computador é novo. Pedi a um colega que fez viagem à Namíbia para mo trazer. O dinheiro que eles levaram era para a minha mãe fazer algumas análises. Ela encontra-se adoentada já há alguns dias. Meu Deus, é muito azar. Não sei o que fazer", exclamou, acrescentando que os marginais levaram também os seus documentos pessoais e os da viatura.

De acordo com Augusto, a estratégia que os marginais usaram para o assaltar foi simular um atropelamento. Um dos marginais passou em frente à viatura e quando ele desceu para ver o que se passava, foi surpreendido. "Enquanto conversava com o suposto jovem que atopelei, os outros dois, que também estavam de motorizada, invadiram a viatura, levaram todas as minhas coisas e puseram-se em fuga", relata.

No bairro do São Pedro da Barra, os moradores também vivem em pânico. Os marginais atacam a

qualquer hora do dia e da noite, e muitos já pensam fazer justiça pelas próprias mãos. "É de mais, as pessoas já não andam à vontade. Desde o mês de Setembro, altura em que alguns presos foram amnistiados, a criminalidade em Luanda aumentou e o pior é que os comandantes da polícia têm conhecimento e nada fazem para resolver a situação. As pessoas são assaltadas todos os dias, está de mais e isto não é uma situação só deste bairro, é quase por toda a cidade de Luanda", desabafa.

A situação, de acordo com o morador, está a tornar-se "insuportável". Na noite de quarta-feira, dia 19, vários moradores passaram a noite em claro devido aos gritos de vizinhos, que foram assaltados, e dos vários disparos efectuados pelos marginais.

Adão João, de 47 anos, morador da zona há 19 anos, confirma o quadro de insegurança e de inoperância das forças policiais. "Dificilmente a polícia aparece aqui, já não sabemos o que fazer, não temos outra saída senão fazer justiça com as próprias mãos, porque, quando a polícia aparece, é para andar atrás dos motoqueiros.

A noite passada, depois de vários gritos de socorro por parte de alguns vizinhos, ligamos à polícia, mas nos informaram que não tinham carro", diz, inconformado.

Maria de Fátima, moradora do bairro Uíge, foi assaltada recentemente por um grupo de cinco elementos. Um deles tentou violar a sua filha, de 16 anos, e só não consumou a agressão porque a adolescente estava com o período. "A minha filha estava com o período e foi isso que a salvou do abuso. Os bandidos, para além de levarem a maior parte das minhas coisas, ainda usaram o meu carro para as transportar e abandonaram a viatura junto ao banco Económico".

No bairro da Sucanor, os populares dizem que o perigo começa a partir das 18h00. André Paulo, de 19 anos, deixou de ir às aulas no período nocturno devido à criminalidade que assola o bairro. "Deixei de ir à escola devido aos bandidos. Fui assaltado cinco vezes e, da última vez, fui atingido com um tiro no pé. Todos os dias há relatos de assaltos, violações, constantes lutas de garrafas e trocas de tiros".

O Novo Jornal tentou contactar o porta-voz do Gabinete de Comunicação Institucional do Comando provincial de Luanda, Mateus Rodrigues, mas os nossos esforços foram em vão. O telemóvel chamava e ninguém atendia.

9.5 Banga Wué à saque

Jornal O PAÍS

4 De Outubro de 2016

Texto: Afrodite Zumba

Moradores da zona do Banga Wué, no bairro São Pedro da Barra' município de Cacuaco, em Luanda, dizem estar agastados com o elevado número de assaltos a mão armada que têm sofrido frequentemente nos últimos dias.

Segundo eles, a fraca iluminação pública e a escassez de patrulhamento da Polícia no local, têm facilitado a acção dos marginais que controlam as vítimas com armas de fogo, facas e outros objectos contundentes.

Sem oportunidade de se defenderem, tal como contou Domingos Fernandes, que recentemente teve a sua "vida por um fio", após ser abordado por um grupo de sete jovens que o ameaçaram com uma faca e forçaram-no a entregar o seu telefone.

Eram 23 horas do dia 29 de Setembro, quando desceu da paragem de táxis do Ngoma e caminhava lentamente em direcção a sua casa. Na rua, o movimento era calmo e de modo algum lhe passava pela cabeça que minutos depois teria a infelicidade' de se cruzar com o grupo de marginais pronto a "tramancar-lhe", o que quer dizer assaltar.

"Cerca de sete jovens, com o rosto coberto, abordaram-me e mostraram-me uma faca sob ameaça de que se não entregasse o telefone o pior poderia acontecer", lembrou.

Naquele momento, o pânico tomou conta de si. O coração batia em ritmo acelerado, as pernas tremiam e com a força que ainda lhe sobrara esticou o braço para entregar o telefone de marca Samsung.

Após o assalto, o grupo pôs-se em fuga, enquanto ele caminhava apressado até ao sossego de sua casa, onde se recuperou do susto.

Questionado se no dia seguinte se dirigiu à esquadra da Polícia para apresentar queixa, Domingos Fernandes respondeu negativamente' considerando que a Polícia dificilmente actua nestes casos.

Quem também partilha desta opinião é Manuel Morais, 33 anos, que no dia 17 de Setembro teve um prejuízo de 66 mil kwanzas, após lhe ter sido arrombada a roulotte.

"Levaram muitas bebidas. Só apercebi-me do assalto por volta das 4 horas da manhã e apresentei queixa à Polícia e até agora não fizeram nenhuma investigação" explicou.

Deste modo, apelou para que a Polícia faça mais patrulhamento no bairro, para que, se diminua o grau de criminalidade na zona, uma vez que ainda no dia 30 de Setembro viu dois agentes da Direcção de Investigação Criminal, DNIC perseguindo alguns jovens.

Moradores perplexos com a breve detenção dos marginais

José Morais, residente no referido bairro há mais de 20 anos, considera que a harmonia do local deu lugar ao elevado índice de delinquência após o surgimento de dois grupos juvenis, nomeadamente o "Banga Wué e o Iraque" que têm rivalidade entre si.

Segundo ele, alguns moradores dizem ter medo de denunciar alguns jovens à Polícia, receando represálias. Salientando que muitas das vezes, os jovens chegam a ser detidos e em menos de uma semana são vistos novamente a circular pelo bairro como se nada tivesse acontecido.

"Não sabemos o que está a acontecer com a Polícia, depois de dois dias saem novamente", disse.

O interlocutor solicitou à Polícia que montasse uma esquadra móvel na zona, para que se reduza o índice de delinquência no Banga Wué, porque as unidades policiais encontram -se distantes do bairro.

9.6 São precisas condições para combater o crime

Jornal de Angola

13 De Outubro

Texto: André da Costa

Mais de 109 mil armas de fogo em posse ilegal dos cidadãos foram recolhidas até ao ano passado em todo o país, pela Polícia Nacional. O comissário chefe Paulo de Almeida defende mais investimentos na Comissão Executiva para o Desarmamento da População Civil para continuar a cumprir a missão, que deve ser dinamizada. O segundo comandante geral defende também mais investimentos na Polícia Nacional para combater a criminalidade. Nesta entrevista, fala sobre a recolha do armamento de guerra em posse das empresas privadas de segurança e dos marginais. A entrevista teve lugar no seu gabinete de trabalho, num clima de bastante descontração num dia normal de trabalho.

Jornal de Angola - Qual é o balanço do processo de desarmamento da população civil?

Paulo de Almeida - Este processo começou depois da assinatura dos acordos de paz de Lusaka, em que uma

das cláusulas era o desarmamento da população, sendo mais incisivo nas partes beligerantes, ex-militares das FALA e FAPLA e algumas milícias. Na altura, foram recolhidas mais de 350 mil armas. O processo actual começou em Abril de 2008 e foi concebido para dois anos e em três fases distintas. A primeira fase seria a mobilização e sensibilização da população. A segunda fase foi de entrega voluntária das armas e a terceira e última a recolha coerciva. As três fases foram materializadas.

Jornal de Angola - Que balanço faz sobre os resultados alcançados até ao momento?

Paulo Almeida - Os resultados são positivos, mas sentimos ainda que não foram alcançados os objectivos estratégicos desse programa, que eram remover da consciência das pessoas o espírito de violência, de possuir uma arma para realizar acções ofensivas a outrem, criar um clima de paz de espírito, vivendo num ambiente mais ordeiro e tranquilo.

Jornal de Angola - A população aderiu em massa ao processo?

Paulo de Almeida - Temos mais de 109 mil armas de fogo recolhidas, mas existem muitos cidadãos que se negam a entregar a arma de fogo, como os delinquentes e outras pessoas que acham que ainda não estão reunidas as condições de segurança e têm a arma como defesa pessoal. Há elementos que têm a arma como uma relíquia, como é o caso dos antigos combatentes, que tiveram sempre armas e não as querem entregar.

Jornal de Angola - Qual é a solução para ultrapassar esta situação?

Paulo de Almeida - Estamos a trabalhar para ver se retirarmos deles essas armas e temos duas vias a proceder: ou sensibilizá-los para entregarem voluntariamente ou retirarmos coercivamente. Se optarmos pela segunda via, vão ser alvo de processo disciplinar.

Jornal de Angola - Há uma noção de quantas armas ainda estão por recolher?

Paulo de Almeida - É difícil fazer essa estimativa, porque não tínhamos a percepção de quantas armas proliferavam em Angola. Foram muitos anos em que a população ostentou armas durante o conflito armado, que na sua maioria foram entregues de forma descontrolada. Tentámos fazer um estudo para perceber quantas armas ainda há por recolher e concluímos que havia uma grande franja da população que entregou as armas de fogo, mas ainda existem muitas armas por recolher.

Jornais de Angola - Quais são as províncias onde foram recolhidas mais armas de fogo?

Paulo de Almeida - A província de Luanda supera todas as demais na ordem dos 80 por cento. Isso tem uma justificação: Luanda é a capital, com mais habitantes. Depois, temos Benguela e a Huíla, que no início do processo foi a que mais aderiu e liderou na entrega voluntária de armas de fogo. Outras províncias são MaÍanje, Huambo, Uíge e Bié.

Jornal de Angola - Boa parte dos crimes violentos que ocorrem em Luanda é realizada com recurso a armas de fogo. Qual é a proveniência dessas armas? O senhor disse há dias que uma das fontes é a Polícia Nacional e as Forças Armadas. Mantém essa ideia?

Paulo de Almeida - A primeira fonte dessas armas é a migração da população de várias províncias para Luanda, tendo trazido armas de fogo. A segunda, são as empresas privadas de segurança. Houve um crescente número dessas empresas tuteladas por elementos que pertenceram às forças de defesa e segurança e aproveitaram a reorganização para recolherem algumas armas e apetrecharem o seu pessoal. Muitas empresas de segurança não têm estrutura organizativa suficiente para ter um controlo eficaz do armamento. Daí 'que, quer os agentes quer o sistema de organização, são tão débeis que as armas são recolhidas por acção dos marginais.

Jornal de Angola - Tanto as Forças Armadas quanto a Polícia Nacional também evoluíram

Paulo de Almeida - Evoluíram, mas o nível de disciplina e de consciência não é cem por cento. Temos detectado indivíduos pertencentes à Polícia Nacional e às Forças Armadas que, aproveitando-se da distração dos serviços de guarda, retiram armas e vendem-nas aos marginais, às empresas de segurança ou a indivíduos singulares, o que constitui um acto criminoso.

Jornal de Angola - Até que ponto o sistema de controlo do armamento é eficaz?

Paulo de Almeida - Temos de dar a mão à palmatória e dizer que os nossos sistemas de controlo e registo de armas ainda são deficientes. Não é um número assustador, mas pode criar situações desagradáveis. Há ainda outra fonte, que são as armas abandonadas durante o conflito militar. A oposição, na altura do conflito fazia guerrilha e uma das táticas da guerrilha é criar refúgios para guardar as armas. Muitas dessas armas foram abandonadas, sendo que uns se esqueceram delas, mas outros não. Essas armas são usadas hoje para sustentar algumas pessoas.

Jornal de Angola - Há casos concretos de polícias e militares apanhados com armas de fogo. Qual tem sido a medida aplicada?

Paulo de Almeida - Estes elementos estão. a contas com a justiça e a pena não é igual à de um civil. Quem desvia armas de guerra incorre num crime de fórum militar, cuja pena é mais pesada em relação aos crimes comuns.

Jornal de Angola - Temos observado um abrandamento na propaganda sobre o desarmamento da população. O que se passa?

Paulo de Almeida - Nos anos passados, sentimos o impacto da posse ilícita de armas de fogo, onde qualquer desentendimento era solucionado com o uso de armas de fogo. Havia muitos acidentes causados por arma de fogo nos lares. A acção da comissão de desarmamento fez com que houvesse uma mudança radical, porque já não se ouve tanto tiroteio como antes. Então, as pessoas começaram a relaxar, perderam a visão da importância desta comissão de desarmamento, o que se repercute nos apoios.

Jornal de Angola - A comissão recebe menos apoio financeiro?

Paulo de Almeida - O nosso orçamento foi drasticamente reduzido e não satisfaz o trabalho da comissão. A mobilização ou prestação de serviços requer dinheiro. Existem algumas iniciativas feitas com organizações cívicas e igrejas, no sentido de passar a mensagem, mas têm sido pouco "agressivas".

Jornal de Angola - A comissão de desarmamento já não tem o mesmo peso que outrora?

Paulo de Almeida - Quando iniciamos, a comissão era coordenada pelo primeiro-ministro, a segunda pessoa do país, e a autoridade era diferente perante os demais, uma vez que a comissão é constituída por membros do Governo, ministros, e depois vêm os directores, que se ocupam da parte executiva e técnica. A partir do momento em que tivemos a nova Constituição no país, deixámos de ter a figura de primeiro-ministro, e por causa do muito trabalho que vice-Presidente tem, delegou-se a tarefa ao ministro do Interior. Houve de facto empenho, interesse, dinâmica por parte do ministro do Interior, mas entre iguais a autoridade não vaza. Muitas vezes, quando o ministro convocava as reuniões, apareciam dois ou três ministros, o resto enviava directores, chefes de departamento e a comissão deixou de ter aquela pujança e isso repercute-se nas acções, porque todos têm missões a cumprir dentro da comissão.

Jornal de Angola - O desarmamento da população é um problema exclusivo da Polícia Nacional?

Paulo de Almeida - As pessoas julgam que essa questão é um problema somente da Polícia, mas não é verdade. A comissão é do Governo e todas as partes envolvidas devem participar, incluindo a sociedade civil. Muitas vezes delegou-se a Polícia para cumprir todas as tarefas da comissão, o que não é correcto. A comissão nacional é um órgão mais colegial e de recomendações e não é um órgão executivo. Quem executa as acções são as instituições que fazem parte da comissão: a Polícia, as Forças Armadas, os Serviços de Inteligência, os ministérios da Juventude e Desportos, da Educação, Administração do Território e até o das Relações Exteriores, porque os nossos relatórios e programas são apreciados pelas Nações Unidas e temos boas referências a esse nível.

Jornal de Angola - O que se está a fazer perante esta situação?

Paulo de Almeida - Devemos ter um engajamento mais participativo destes departamentos ministeriais para dinamizarmos a campanha de desarmamento da população, porque sentimos, nos últimos tempos, um certo clima de insegurança motivada por acções cometidas com armas de fogo. A arma de fogo está a voltar outra vez à ribalta e muitas dessas armas estão nas mãos de civis. Precisamos de dinamizar a comissão de desarmamento para se continuar a retirar as armas em posse dos cidadãos.

Jornal de Angola - Ainda assim alguns cidadãos pretendem ter uma arma legalizada. Isso é possível à luz da lei?

Paulo de Almeida - A lei permite ao cidadão ter uma arma de defesa pessoal desde que não seja arma de guerra. Para obter essa arma, os cidadãos devem requerer autorização à Polícia

Nacional, desde que reúnam os requisitos exigidos. Não vendemos armas, apenas passamos a licença de autorização. As armas devem ser adquiridas no estrangeiro. Quando os cidadãos querem ter em casa uma arma de guerra, alegando questões de segurança, é uma alegação. Podemos reconhecer que a zona onde vive é insegura, mas não podemos permitir que os cidadãos tenham armas de guerra, porque só as instituições competentes as podem ter.

Jornal de Angola - Até que ponto a Polícia Nacional tem o controlo das armas de guerra usadas por efectivos das empresas privadas de segurança?

Paulo de Almeida - A Polícia Nacional tem a responsabilidade de licenciar, autorizar e fiscalizar as

actividades das empresas privadas de segurança, incluído o controlo do armamento. Há algumas deficiências nesse controlo porque nem todas as empresas de segurança registam ou dão a conhecer à Polícia o armamento que possuem. Durante as inspecções periódicas, detectamos muitas empresas sem licenciamento e estamos a encerrá-las.

Jornal de Angola - Quando é que as armas de guerra serão retiradas das empresas privadas de segurança?

Paulo de Almeida - Quando se aprovar a regulamentação, vamos retirar as armas de guerra de forma paulatina dessas empresas, pelo que deverão ter a capacidade de se apetrechar. Naturalmente, não vamos fazer uma substituição precipitada porque as empresas privadas de segurança são importantes no contexto da segurança geral. Essa retirada deve ser gradual, para que capacitemos também estas empresas a assumirem o seu lugar na sociedade.

Jornal de Angola - Existe um horizonte temporal para a conclusão do processo de desarmamento da população civil?

Paulo de Almeida - O Executivo é que vai decidir, em função de avaliação que se fizer. Como é um programa do Governo e este cessa o seu mandato em 2017, a partir daí também cessamos as nossas funções. Logicamente, o próximo Governo vai definir se há necessidade de continuarmos este processo.

Jornal de Angola - A que se deve recrudescimento da onda de crimes em Luanda?

Paulo de Almeida - O crime está muito associado à situação política, económica e social. Quando tivermos as condições económicas e sociais mais estabilizadas, também vamos ter a tendência criminal reduzida. Nenhum país pode contar apenas com as forças policiais. Não há polícia no Mundo que consiga dar resposta cabal a todas as situações criminais, por mais moderna que for em termos de equipamentos. Deve haver uma parceria com a população para ajudar na denúncia dos criminosos para facilmente os determos. Hoje, mesmo em sistemas modernos, as populações estão organizadas para apoiarem a acção dos serviços de segurança, porque conhecem os movimentos estranhos nos bairros, criando condições para haver uma acção oportuna da Polícia. Devemos ter uma população organizada no município, bairro ou quarteirão. Só assim podemos ser eficientes.

Jornal de Angola - É fácil combater a criminalidade numa cidade como Luanda, com bairros onde existem inúmeros becos e fraca iluminação pública?

Paulo de Almeida - Se sobrevoarmos Luanda, veremos que é uma cidade fechada em termos de periferia. Não é possível fazer-se uma segurança eficaz com esta desorganização. A situação vai melhorar quando se urbanizar a periferia, os musseques, com a abertura de novas estradas. Os crimes ocorrem mais de noite e a cidade é pouco iluminada. O Estado tem feito esforços para melhorar as estradas secundárias e terciárias e melhorar a iluminação e a segurança.

Jornal de Angola - Considera Luanda uma cidade segura?

Paulo de Almeida - Pelas condições estruturais, ainda somos uma cidade segura pelos meios que possuímos. Louvo a atitude e o espírito de missão das nossas forças policiais, porque não é fácil. Temos um polícia para cada duas mil pessoas, quando o rácio deve ser um polícia para 250 pessoas. A questão da segurança pública é transversal, por isso, todos devemos trabalhar sob monitorização dos órgãos de defesa e segurança.

Jornal de Angola - Há sete nos, disse-nos que a Polícia era cara e, por isso, defendia maiores investimentos. Ainda pensa da mesma forma?

Paulo de Almeida - Continuo a defender mais investimentos na Polícia para termos maior segurança. A Polícia é cara. Por exemplo, se tivermos de neutralizar um indivíduo que está a criar terror e se tivermos que estragar um carro para neutralizá-lo, temos de fazê-lo.

9.7 A lei da amnistia e a criminalidade

Novo Jornal

14 De Outubro de 2016

Texto: Ismael Mateus

A opinião pública, a luandense em particular, volta a queixar-se de um clima de insegurança que reina sobre os bairros da capital, inferindo-se daí que isso se deve às centenas de angolanos que desde há dois meses vêm beneficiando da lei da amnistia.

A única e mais significativa nota do que vem acontecendo é a constatação que persiste entre nós um grande preconceito em relação aos ex-presidiários. Os jornalistas entrevistadores permitem e as pessoas entrevistadas assumem declarações preconceituosas imputando aos amnistiados a autoria de violações, mortes e toda a sorte de maldições das suas vidas, quando uns e outros deveriam saber que estes que têm sido libertados não têm nenhuma relação directa com crimes violentos, os chamados de sangue, não foram abrangidos.

Mesmo os partidos políticos não têm sido capazes de explicar a amnistia no âmbito da confiança na ressocialização e na oportunidade de recomeço.

Temos grandes dúvidas de que a sociedade se tenha preparado para acolher esses cidadãos, criando condições para o seu acolhimento e recomeço sem estigmas nem rótulos. Nessa medida, o mais provável é que a liberdade que agora ganharam acabe por fazer deles ainda mais presos do que a cadeia, por os empurrar para um calvário consumista, sem emprego, sem dinheiro e sendo vistos permanente sob suspeita. Nestes dias de crise e de pouca solidariedade, dificilmente haverá clima para oportunidades de trabalho a quem todos os dias nas rádios, jornais e televisões é visto como um perigo para a tranquilidade da sociedade e um potencial causador da onda de crimes que se regista. São, como ouvimos chamar-lhes numa rádio, "pessoas de natureza criminosa".

Não é de agora que a imprensa noticia ciclicamente o aumento da criminalidade no país. Qualquer trabalho de pesquisa pode comprovar que todos os anos os noticiários se reportam a períodos de subida do número de crimes. Não há, portanto, nenhum elemento relacional directo indiscutível entre a suposta onda de novos crimes e a lei da amnistia. Questionemos em primeiro lugar se está realmente a haver uma onda de crimes. Regra geral, os crimes chocantes ou que criam impacto na sociedade criam a percepção de um aumento da criminalidade. Está por provar se estatisticamente estamos a ter nestes dias mais crimes do que em igual período dos anos anteriores e, mais grave, se estes novos crimes foram efectivamente cometidos pelos ex-presidiários. Podem pessoas acusadas de crimes menores terem na cadeia adquirido uma "natureza criminosa" e agora estarem a praticar as violações, assaltos à mão armada e raptos? É muito pouco provável.

De uma coisa estamos certos: o clima de instabilidade é suspeito deve-se muito mais ao facto de a Polícia Nacional persistir em não lidar convenientemente com os media do que a factos concretos sujeitos à verificação. Se fossem apresentadas estatísticas

operacionais comparativos com os anos anteriores, mesmo que isso fosse desfavorável à própria PN, seria preferível a viver de rumores e suspeições. Exemplos de anos anteriores mostravam que nos casos ditos de aumento de criminalidade a diferença entre os números não seguia a contestação popular, sendo nalguns deles inferiores. Se a PN não apresenta números e quadros comparativos é normal que uma morte ou uma violação num' bairro sem energia (o que lamentavelmente acontece muitas vezes) ou o roubo numa igreja (o que não é inédito) sejam logo vistos como uma crise na segurança pública. Também é responsabilidade da PN esclarecer se existe alguma relação de causa e efeito com a lei da amnistia. Calar é que não pode ser.

Na pressa de rentabilizar os louros políticos da amnistia, governo esqueceu-se também de anunciar um programa específico de ressocialização para os cerca de 8 mil amnistiados previstos. Como já o dissemos, o mais provável é que alguns deles queiram em breve voltar para a cadeia, por não terem nem saberem como viver em liberdade sem condições para a sua reintegração. Também faltou um programa específico virado para a restante sociedade. Existem obviamente vítimas, um exército de gente disponível para reclamar e sentir-se duplamente vitimizada com a libertação dos ex-presos. Mais uma razão para que uma palavra de conforto e até mesmo de justificação fosse dirigida a essas vítimas, fosse por via de campanhas publicitárias, aconselhamento profissional adequado, conferências e mesmo um discurso político mais orientado. O modo como a lei da amnistia está a ser tratada (ou não tratada) pode fazer de uma boa acção num terrível insucesso de ressocialização.

Outro aspecto pouco claro é o facto de nada ser dito quanto à amnistia dos crimes financeiros. Ao longo dos últimos anos foram sendo denunciados vários casos de dilapidação do dinheiro público, má gestão de empresas e instituições do Estado e mesmo crimes patrimoniais. Entendemos que a amnistia deve ser para todos sem excepção.

Roubar um carro ou roubar uma empresa pública são ambas atitudes condenáveis e merecedoras do perdão. A questão difere em matéria de ética e responsabilidade para com o Estado. Os que roubaram carros, galinhas e carteiristas de rua vão ser objecto da atenção da media mas os autores de crimes de colarinho branco podem nem sequer ser conhecidos. O caso dos milhões do BNA é dos mais paradigmáticos. Muitos dos acusados foram protegidos por "ordens superiores" enquanto a "arraia-miúda" pagou inteirinha pelo fardo todo. Nesta amnistia há um problema de moralização ou de falta dela em relação aos crimes de colarinho branco

e corrupção que deveriam ser objecto de um tratamento diferente.

O perdão concedido deveria ser acompanhado de medidas transparentes e amplamente divulgadas para garantir que esses indivíduos não voltariam a responder por dinheiros públicos e teriam de dar provas de efectiva reparação ao Estado. O governo deveria mesmo assumir a obrigação moral de fazer (a partir dos processos julgados e dos ainda em posse dos tribunais) o levantamento global do dinheiro descaminhado, por quem e de o reaver, para destiná-lo a hospitais, escolas ou no saneamento básico.

Lamentavelmente, as coisas estão a ser feitas como se a lei da amnistia fosse uma varinha mágica que resolveria os problemas sem necessidade de medidas adicionais, o que revela um nível da ingenuidade e amadorismo assustador. Acabara a meio prazo por ser mais um problema do que uma solução.

10. AMBIENTE

10.1 Alerta para fortes chuvas no norte do país

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2016

Texto: António Capitão

O director-geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) anunciou sábado, na cidade do Uíge, durante o acto de lançamento de dados das previsões da época chuvosa 2016/2017, a ocorrência de chuvas fortes acompanhadas de ventos, relâmpagos, trovoadas e granizo nas regiões norte e leste do país.

Domingos do Nascimento revelou que em algumas províncias do sul do país, com realce para a Huíla, Cunene.' Cuando Cubango e Namibe, podem registar-se períodos de estiagem.

Para as regiões onde vão ocorrer chuvas fortes, Domingos do Nascimento apelou a um melhor aproveitamento do fenómeno, sobretudo na maximização da produção agrícola, tendo alertado para uma maior prevenção sobre possíveis sinistros e calamidades naturais.

"É um acto de alerta para o país preparar-se melhor neste período. Os agricultores devem planificar melhor as suas actividades com o aproveitamento das previsões do INAMET, que lhes vão ajudar a direccionar as suas culturas. O Ministério da Saúde deve também estar preparado para prevenir doenças sazonais, como o paludismo, a cólera e a malária", alertou.

Domingos Nascimento exortou também os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, administradores municipais e comunais, autoridades tradicionais e a sociedade civil a reforçarem as suas acções de sensibilização das populações para evitar danos materiais e humanos devido às calamidades naturais e sinistros.

"Fizemos o lançamento daquilo que vai ser o comportamento da época chuvosa que vai de Outubro a Abril e verificámos que há zonas do país em que se esperam quedas pluviométricas acima do normal, como é o caso do norte e leste do país. Na região sul, algumas províncias vão ter dificuldade de receberem quedas de águas. Vão ter chuvas abaixo do normal", disse.

O responsável pelo controlo meteorológico do INAMET, Nfinda Pedro, explicou que nos períodos compreendidos entre Outubro,

Novembro e Dezembro (OND) e Novembro, Dezembro e Janeiro (NDJ), as regiões norte e leste vão registar precipitações acima do normal, a região centro com uma incidência normal, enquanto a região sul vai ter ocorrências abaixo do normal.

Em Dezembro, Janeiro e Fevereiro (DJF), a situação tenderá a melhorar, com precipitações normais na maior parte do território nacional, acima do normal em algumas regiões do leste de Angola e abaixo do normal em certas localidades da província da Huíla. De Janeiro, Fevereiro a Março, o leste, nordeste e sudeste vão ter precipitações acima do normal, mas a província da Huíla vai continuar a enfrentar escassez de chuvas.

Estações meteorológicas

O INAMET está a implementar um projecto que visa aumentar o número de estações meteorológicas e expandir os seus serviços para mais regiões do país. O sector prevê atingir as 100 infra-estruturas de controlo climatérico até ao próximo ano.

"Neste momento, o INAMET tem 65 estações meteorológicas no país e esperamos contar com a intervenção de outros parceiros, tendo em conta que o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica é o órgão regulador da actividade, mas também tem a missão de instalar unidades de supervisão de outras entidades e agrupar toda a informação numa base de dados para os investigadores nacionais", referiu.

O acto de lançamento dos dados sobre a época chuvosa contou com a presença do ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, que exortou a Universidade Kimpa Vita no sentido de instalar cursos ligados à meteorologia na secção das engenharias, para a formação de mais quadros, enquanto Afonso Luviluku, o governador provincial em exercício, destacou a realização do evento no Uíge.

No evento, foram abordados temas relacionados com o "Lançamento da época chuvosa 2016/2017", "O uso das previsões meteorológicas para prevenir ou minimizar perdas" e "A previsão sazonal no planeamento agrícola".

10.2 Rigor na exploração de madeira

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2016

A província do Cuando Cubango possui mais de mil espécies de plantas que podem ser exploradas, mas neste momento estão autorizadas apenas três, nomeadamente mussivi, Mucussi e o Girassonde, revelou o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Miguel Lissala.

Em declarações à imprensa, em Menongue, no final do encontro que deu origem à primeira cooperativa de madeireiros na província, Miguel Lissala disse que mesmo estas três espécies só podem ser exploradas desde que tenham mais de 60 centímetros de diâmetro.

O director provincial do IDF aconselhou os madeireiros a continuarem a exploração da madeira selectivamente, obedecendo escrupulosamente aos preceitos legais e respeitando os contratos celebrados com o Estado.

Miguel Lissala disse que não existe devastação da flora na região, uma vez que os madeireiros têm sabido seleccionar as áreas a explorar, bem como o tamanho exigido em termos de diâmetro, para que a árvore seja derrubada e usada para fins mobiliários.

"Com o processo de reflorestação, podemos também ter outra espécie de madeira, como o eucalipto, cedros, bem como a murunga. Este é o objectivo da cooperativa. Não é só explorar a madeira, mas também participar no repovoamento florestal", frisou. Para a exploração da madeira, o requerente deve, em primeiro lugar, localizar uma área que tenha a espécie que pode ser cortada.

Uma vez localizada a área, prosseguiu, deve contactar as autoridades locais que o orientam com base na Lei de Terras, de modo a obter a declaração certificando que a área requisitada pode ser explorada.

"Posteriormente, pode dirigir-se à direcção do Ambiente e da Agricultura para a avaliação do processo e com o aval da autoridade máxima da província, o requisitante está em condições de fazer a exploração selectiva da madeira", explicou. O director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal lembrou que o governador provincial só pode autorizar a exploração de 500 metros cúbicos, devendo as licenças acima disso serem assinadas pelo Ministro da Agricultura.

A cooperativa ora constituída é composta por 31 membros. A madeira nacional é um potencial produto para exportação.

Dados oficiais indicam que a produção de madeira em 2015 foi de 125 mil metros cúbicos.

10.3 É necessário sensibilizar a população

Jornal O PAÍS

05 De Outubro de 2016

O Ministério da Saúde e a cooperação cubana trabalham no combate aos vectores nas províncias de Luanda e do Cuando Kubango, de modo a que se contribua significativamente no controlo da epidemia da febre-amarela, na redução da malária, assim como de doenças causadas pelo mosquito.

O programa também está a capacitar recursos humanos em conhecimentos básicos na luta anti-vectorial integral, para além de controlar a propagação dos mosquitos vector *Aedes Aegypti* e anófeles mediante a aplicação de produtos biológicos. "É necessário sensibilizar a população. Nós queremos que a classe jornalística nos ajude neste processo de sensibilização, de formas a combatermos estas epidemias. Temos de tomar atitudes positivas, atitudes que visam diminuir a população de mosquitos", reforçou o Director Nacional de Saúde Pública, Miguel Oliveira.

Foram desenvolvidas nos bairros mais de 30 mil palestras educativas e trataram 1331 criadouros de mosquitos fora de casas. Houve total de 76.348 casas pulverizadas e 8.822 mosquiteiros entregues no presente ano. O mesmo programa também controla ratos, devido à transmissão da leptospirose, raiva, entre outras doenças.

Atitudes como evitar a acumulação de água parada nos vasos de flores e nos blocos de cimento que ficam por cima dos tectos de casas, que devem ser virados, no sentido de não acumularem água, bem como as garrafas, os pneus, tanto os de casa quanto os da vizinhança, devem ser levadas em conta.

"Todos temos o dever de eliminar o habitat do mosquito, o lugar onde ele se multiplica. Da mesma forma vamos todos aderir à campanha de vacinação contra a febre-amarela e acabar com os boatos de que a vacina faz mal. Por outro lado, devem lavar adequadamente as frutas e hortaliças e lavar as mãos. Só assim vamos evitar surtos epidémicos que caracterizam a época chuvosa", finalizou.

10.4 Nepotismo na exploração de madeira no Uíge

Jornal Liberdade

07 De Outubro de 2016

Texto: Makonda Lemba

A empresa de exploração de madeira P&P cuja titularidade, é atribuída ao governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo está ser acusada de explorar aquela matéria-prima na sede municipal de Milunga de forma indiscriminada.

De acordo com os habitantes, a madeira extraída na sua comunidade não os beneficia muito menos serve de esperança para o desenvolvimento da região.

"Estamos muito preocupados com abate indiscriminado da nossa floresta', lamentam a população, denunciando que, foram impedidos há não comercializarem madeiras mesmo sendo das suas próprias fazendas, com a justificação de que as terras são proprietárias do Estado.

Tal como fizeram crer, mais de trinta camiões transportadores de toros passam diariamente carregados partindo da sede municipal de Milunga em direcção a cidade do Uíge supostamente para a capital do país.

A situação eleva os nervos a flora da pele dos habitantes de Milunga e Macocola, que não tem sido capazes de travar as constantes investidas de invasão que a floresta tem sofrido.

No entanto, face a crise económica e financeira que o país está submerso desde os primórdios de 2014, devido ao baixo preço do petróleo no mercado internacional a situação serve para maior reflexão na utilização destes recursos menos aplicados de forma transparente para fortalecer o Orçamento Geral do Estado, que tem sido afeitado bastante devido aos recursos nacionais que são desencaminhados de forma desnecessária, pelos próprios governantes. Deste modo, Paulo Pombolo viola a lei de probidade pública, que condena os gestores da coisa pública, não fazerem negócios.

A exploração de madeira, é um direito atribuído às empresas nacionais e estrangeiras vocacionadas para o efeito, mas, alguns governantes que detém o poder político nas províncias onde governam, usam-no para benefícios pessoais, relegando os donos destas terras para as outras opções menos urbanas. Paulo Pombolo tem sido citado em várias ocasiões como estando interessado fortemente na exploração das

terras de município de Milunga para o seu enriquecimento pessoal.

As árvores ali exploradas, calculam-se que possuem mais de 20 metros de cumprimentos, o que preocupa não só os naturais mas também as pessoas singulares e que querem investir na comunidade.

Denunciam mais adiante os cidadãos que, a maior facilidade para a invasão de riquezas no município de Milunga, Paulo Pombolo usa a administradora Delfina Henriques para defender os seus negócios já que este não pode fazê-lo pessoalmente.

Por outro lado, os naturais da comuna de Macocola, disseram que as florestas dos bairros Kuimongo, Matabicho e Kuiluvualu, são zonas que têm sido exploradas por um oficial general das Forças Armadas angolana (FAA), que montou na localidade um posto de militares que controlam os seus negócios.

General em Acção

Um general destacou nas florestas dos bairros Kimongo e Kiluvualu, as suas tropas com vista a garantir a segurança dos seus negócios.

O jornal Liberdade promete nas próximas edições trazer dados envolventes as figuras de Estado e empresas com negócios inconfessos, uma vez que violam a lei de probidade pública.

10.5 Alterações climáticas em de bate a largado

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2016

A nova estratégia do Centro da África Austral para Ciências e Serviços para Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Solos (SASSCAL), para o quadriénio 2018-2021, está em debate em Luanda e no Huambo de hoje a sexta-feira.

De acordo com uma nota do Ministério da Ciência e Tecnologia, a iniciativa do SASSCAL congrega seis países, entre os quais, cinco situados na região Austral de África (Angola, África do Sul, Botswana, Namíbia e Zâmbia) e uma na Europa (Alemanha) e teve o seu início em 2009.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, no âmbito da política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, juntou-se à iniciativa em 2009, dando desta forma corpo ao programa denominado "Promoção das

respostas às situações de emergência e aos efeitos das alterações climáticas".

Com o financiamento inicial do Ministério da Educação e Investigação Científica da República Federal da Alemanha (BMBF), a primeira fase de implementação do projecto SASSCAL termina em Outubro de 2017, passando depois a sustentabilidade do programa a contar com o financiamento dos seis países que aderiram à iniciativa e outros parceiros.

A iniciativa do SASSCAL em Angola é coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O SASSCAL constitui uma das maiores redes de investigação científica da África Austral, com cerca de 300 instituições e 1.500 investigadores científicos, que trabalham de forma directa ou indirecta no sentido de propor soluções técnicas e científicas sustentáveis que propiciem a tomada de decisões para a adaptabilidade dos países frente às alterações climáticas.

No âmbito do SASSCAL, Angola beneficia com a formação de quadros (três doutoramentos em Espanha e sete mestrados que estão a ser realizados na Alemanha e Portugal).

No âmbito do financiamento de projectos de investigação científica e do reforço pontual da base material, Angola beneficiou até ao momento com a instalação de 18 estações meteorológicas automáticas inseridas na rede meteorológica nacional, coordenada pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), parceiro na iniciativa, e de 13 projectos de investigação científica e no reforço pontual da base material das referidas instituições (equipamentos laboratoriais).

Para os debates a realizar de II a 13 de Outubro de 2016, está em Angola o director executivo interino do SASSCAL, o sul-africano Yonah Selet, e pela parte angolana participam investigadores dos projectos financiados através dos Editais do SASSCAL, gestores de instituições de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação de Angola (S CTI) e sociedade em geral.

10.6 Projecto de Adaptação às Alterações Climáticas População protegida contra inundações

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2016

Texto: Dionísio David

O projecto, com a duração de quatro anos, está a ser desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, o

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo do Cunene.

Durante o seminário que serviu para a apresentação do projecto, a ministra do Ambiente disse que, no âmbito das suas atribuições, o Governo angolano concebeu e aprovou recentemente o Plano Nacional sobre as adaptações e as alterações climáticas, que contém vários projectos enquadrados nos objectivos globais sobre a sustentabilidade do planeta.

Fátima Jardim lembrou que o Plano Nacional sobre as alterações climáticas, elaborado em parceria com as Nações Unidas, estabelece várias prioridades, dentre as quais se destaca o programa de manutenção, através da criação de um sistema que, no caso da província do Cunene, prevê a prevenção e protecção da população afectada, quer pelas inundações, quer pela seca.

A ministra indicou, como exemplo, a província do Cunene que registou nos últimos anos fenómenos naturais que causaram prejuízos enormes e mortes de pessoas, o que motivou as autoridades a reflectirem sobre a necessidade de se capacitar as instituições e a população para as respostas que se impõem.

Esses eventos, sublinhou, têm tido um impacto negativo para os sectores da economia e na vida da população, já que afectam, acima de tudo, as infra-estruturas de apoio à assistência social, como por exemplo os pontos de água, cujos custos obrigam o Governo a redobrar esforços para repor a sua normalidade. O Executivo, frisou, tem como objectivo implementar o projecto de adaptação às alterações climáticas junto da bacia hidrográfica do Cuvelai, com vista assegurar a médio e longo prazo actividades agrícolas e agro-pecuárias na região, em benefício da província e, sobretudo, da população mais vulnerável.

Maior envolvimento

A ministra pediu o empenho e o envolvimento não apenas do Governo, mas também de parceiros, das administrações municipais e da sociedade civil, em especial das autoridades tradicionais, para que se faça uma correcta mobilização junto das comunidades.

De acordo com Fátima Jardim, o projecto agora a implementar conta com o apoio financeiro do Fundo Verde, bem como uma contribuição do valor de 200 mil dólares do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Do programa constam quatro prioridades, o sistema de alerta rápido, a monitorização do clima, as validades das alterações climáticas e o sistema de base de dados, aliado à assistência e apoio aos agricultores

e camponeses em aldeias e na criação de mais poços de água.

O vice-governador para a Área Técnica e Infra-estrutura, Cristino Mário Ndeitunga, disse que o projecto de adaptação às alterações climáticas da bacia do Cuvelai é uma mais valia para a província do Cunene para a sua população, fase ao impacto positivo que vai ter no desenvolvimento sustentável da região sul do país. Lembrou que, dos dados que se tem até, a província do Cunene é das que mais eventos de alterações climáticas regista no país e que se apresentam de forma cíclica, com chuvas excessivas que resultam em inundações que afectam assentamentos populacionais, infra-estruturas e comunicações, por um lado e eventos de seca inviabilizam a produção alimentar das comunidades, por outro.

A bacia do Cuvelai, ressaltou, é a que maiores alterações tem provocado. Representa 70 por cento da extensão territorial e é ocupada por 60 por cento da população a nível local. Resolver de forma sustentável o problema das adaptações climáticas, na bacia do Cuvelai, acrescentou, é dar solução para 70 por cento do território do Cunene e para, pelo menos, 60 por cento dos seus habitantes têm sido afectados de forma cíclica.

10.7 Chuva desaloja famílias na Galanga

Jornal Liberdade
14 De Outubro de 2016

Londuimbal - Vinte e duas residências foram destruídas nesta quinta-feira, na comuna da Galanga, município do Londuimbali (Huambo), em consequências das fortes chuvas que se abateram sobre a região.

De acordo com o soba da aldeia de Maca, adstrita a referida comuna, Gabriel Silvano, as chuvas destruíram igualmente três comités de Acção do MPLA, uma capela e um ponteco.

Autoridade tradicional disse que às famílias sinistradas encontram-se alojadas em casas de parentes e vizinhos.

Por isso, Gabriel Silvano solicitou as autoridades afins, no sentido de ajudar às vítimas desalojadas com chapas de zinco.

Com Angop

10.8 Dezenas de pessoas ficaram sem abrigo

Jornal de Angola
14 De Outubro de 2016
Texto: Valter Gomes

Pelo menos, 96 pessoas ficaram sem abrigo, em consequência das chuvas torrenciais que caíram nos últimos dias na sede provincial do Uíge, informou, ontem ao Jornal de Angola, o chefe da área de Protecção Civil e Bombeiros.

Eduardo André Almeida Pereira, que fez um pré-balanço das primeiras ocorrências da época chuvosa, disse que as chuvas acompanhadas de fortes ventos e granizos provocaram ferimentos a seis estudantes que se encontravam em aulas no Instituto Superior de Ciências da Educação (Isced) do Uíge.

As vítimas foram imediatamente evacuadas para o Hospital Geral do Uíge, onde receberam assistência médica. Além dos feridos, a chuva destruiu 16 residências, uma escola do I ciclo, dois postes de iluminação pública, uma cantina particular, centro de formação profissional, área administrativa e uma sala de aulas do Isced.

O chefe da área de Protecção Civil e Bombeiros explicou ter sido feito o levantamento dos danos causados pelas chuvas e remetidos às estruturas de direito para o devido apoio, visto que, referiu, muitas das vítimas estão alojadas provisoriamente em casas de familiares, amigos e vizinhos.

Para banir as construções em zonas de risco, sinistralidade e outras ocorrências, a área de Protecção Civil e Bombeiros, do Comando Provincial do Uíge, está a desenvolver ciclos de palestras no seio das autoridades tradicionais, líderes comunitários e população em geral, sobre os perigos das chuvas e inundações.

De acordo com Eduardo André Almeida Pereira, a área do Protecção Civil encontra dificuldades para acudir parte dos sinistros que ocorrem por insuficiência de meios de transporte, daí ter solicitado as estruturas de direito no sentido de resolverem a situação, para poderem dar respostas aos acidentes.

Rosa Pato, directora do Centro de Formação Profissional 1 o de Maio, localizado no bairro Caquiua, lamentou os danos causados pelas chuvas na instituição que dirige e lembrou que nesta altura muitos formandos são acomodados em salas provisórias. A chuva destruiu a área onde funcionam os Serviços Provinciais do Inefop, sala de informática, secretaria, carpintaria, canalização e

outras. Houve danos materiais avultados. Muitos dos computadores do Centro de Formação Profissional de Maio, mobiliário de escritório carteiras ficaram destruídos.

Com 216 alunos matriculados, ' Centro de Formação Profissional de Maio administra cursos de Canalização, Electricidade, Decoração Informática. A formação tem a duração de nove meses.

10.9 Governo incentiva surgimento de indústrias de exploração

Jornal Economia e Finanças
14 De Outubro de 2016

O governador do Cuando Cubango, Pedro Mutindi, incentivou a criação de pequenas indústrias de serração e carpintaria na região, para melhor aproveitar o potencial em madeira que a província possui.

Segundo o governador, que falava à imprensa, é fundamental que os empresários do sector tenham maior organização, daí a necessidade da realização de um encontro para avaliar o quadro.

Com base nesse quadro, está agendado para a semana em curso um encontro de trabalho entre o governador Pedro Mutindi e a classe empresarial que se dedica a exploração de madeira na região.

Para o governador, a madeira explorada no Cuando Cubango não está a ser usada localmente. "Se fosse aproveitada localmente se evitaria que as crianças estudassem sem carteiras".

Pedro Mutindi é de opinião que nesse quadro os antigos combatentes e veteranos da pátria tenham prioridade.

Exploração selectiva

O director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cuando Cubango, Miguel Lissala, instou, recentemente, em Menongue, os madeireiros a continuarem com a exploração selectiva da madeira, através de um cumprimento escrupuloso dos preceitos legais e dos contractos celebrados entre estes e o Estado.

Em declarações à Imprensa, Miguel Lissala esclareceu que não existe devastação da flora na região, uma vez que os madeireiros têm sabido seleccionar as áreas a explorar, bem como o tamanho exigido em termos de diâmetros, para que a árvore seja derrubada e usada para fins mobiliários.

Disse que a província possui mais de mil espécies de plantas que podem ser exploradas, porém, neste momento, apenas estão autorizadas a utilizarem três espécies, nomeadamente Mussivi, Mucussi e o Girassonde, desde que possuam mais de 60 centímetros de diâmetro.

Quanto aos passos para a aquisição da madeira, esclareceu que o requerente, deve, em primeiro lugar, localizar uma área que tenha a espécie que pode ser cortada.

Uma vez localizada a área, prosseguiu, deve contactar as autoridades locais, aonde será orientado com base na lei de terras, por formas a obter a declaração, certificando que a área requisitada pode ser explorada.

Fez saber que as licenças direccionadas ao governador da província devem variar até aos 500 metros cúbicos, ao passo que acima deste número a autorização deverá depender do Ministro da Agricultura, sendo que o custo, que é normalmente pago à Administração Geral Tributária, pode chegar até um milhão de Kwanzas.

10.10 Madeira ilegal e dos desafios da gestão ambiental

Jornal Liberdade
14 De Outubro de 2016
Texto: Kemalandua Copa

Após denúncias deste Jornal sobre extracção agressiva e exportação de madeira ilegal em Angola, os ministérios de tutela organizaram um encontro para debater a questão. O órgão autor da matéria vinculada não teve espaço neste debate.

A acção investigativa deste Órgão de Comunicação Social acabou por despertar o Ministério do Ambiente das suas principais actividades.

o Ministério da Agricultura parece que não apercebe até ao momento das suas responsabilidades. Esta Instituição estatual pouco tem feito para mostrar a sua verdadeira missão, desde 1976.

Este semanário promete trazer mais informações sobre o fracasso da agricultura em Angola.

Para coesão ministerial seria importante o Ministério da Agricultura, Pescas, Indústria, Petróleo, Energia e água, e Ambiente funcionarem numa única estratégia de preservação ambiental.

Para os ambientalistas, a exploração ilegal é o primeiro passo para a destruição florestal. Afirmam ainda que "essa madeira não permanece em Angola" Países compradores de nossa madeira não mostram garantia de origem, já que os papéis não são nada confiáveis.

"Hoje, qualquer empresa que compra madeira em Angola não identifica a sua origem; se foi retirada de uma unidade de conservação, ou de uma terra indígena, por exemplo.

Os amigos da biodiversidade que têm trabalhado neste tema, afirmam que, faltam instrumentos para assegurar a origem da madeira e sua extração legal. Porque a actividade madeireira deve ser estratégica e realizada de forma correcta para gerar emprego e riqueza, preservando a biodiversidade. "Precisamos pensar em meios de combater essa ilegalidade sem inviabilizar quem quer de facto manejar a floresta, a qualidade da nossa madeira deve ser citada no mercado internacional', defende o ambientalista.

O jornal Liberdade apurou ainda que, o projecto de adaptação as alterações climáticas na bacia hidrográfica do Kuvelai, província do Kunene que, reuniu o Ministro do Ambiente e parceiros, nesta terça-feira, na província de Kunene. Pelos estudos feitos em equipa, o aquecimento e mudança de clima, deve-se também pela baixa bacia hidrográfica dos rios e a falta de árvores robusto e arbustos (florestas) neste hemisfério sul de África. Deve-se ter máxima atenção para que o fenómeno não seja transferido em outras zonas do país, pela destruição das florestas e desvios de caudais de rios. Por estes factos, os nossos interlocutores questionam: "será que esta reunião tem o formato de greenwashing"?

10.11 Avisos dos céus

Jornal A Verdade
15 De Outubro de 2016

De maneira tímida, mas sempre assustadora, São Pedra está dar os primeiros sinais da sua missão na terra: ajudar no cultivo para que não se morra a fome. As chuvas são sempre uma bênção na vida dos homens, embora a voraz impetuosidade traga sempre reflexos. Poucos são os avanços que - mais agora com a crise se registaram em termos de infra-estruturas para conter a ira da água quando se abrem as comportas do céu. Já se está ver o fim: O cidadão a sofre por não se estar habituado a governar com chuva. Os avisos do céu já foram lançados e, pela ausência de obras, é só pedir a misericórdia de São Pedra. Tenha pena de nós para além do asfalto!

10.12 Construções ilegais travadas no Lobito

Jornal de Angola
16 De Outubro de 2016

O administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, exortou os serviços de Fiscalização e os de Protecção Civil e Bombeiros a prestarem atenção e estarem prontos para travar casos de construções habitacionais feitas nas linhas de água e em terrenos susceptíveis de deslizamento. Alberto Ngongo lamentou o facto de muitos cidadãos ignorarem os apelos que os serviços da administração estão a fazer sobre o perigo que as construções anárquicas podem causar para a vida das pessoas, pedindo às entidades religiosas e autoridades tradicionais para cooperarem com a administração na sensibilização das populações.

10.13 Chuvas destruíram dezenas de casas

Jornal de Angola
17 De Outubro de 2016

O director-geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Inamet) anunciou no princípio deste mês, na cidade do Uíge, durante o acto de lançamento de dados das previsões da época chuvosa 2016/2017, a ocorrência de chuvas fortes acompanhadas de ventos, relâmpagos, trovoadas e granizo nas regiões norte e leste do país .

Domingos do Nascimento revelou que em algumas províncias do sul do país, com realce para a Huíla, Cunene, Cuando Cubango e Namibe, podem registar-se períodos de estiagem.

Para as regiões onde vão ocorrer chuvas fortes, Domingos do Nascimento apelou a um melhor aproveitamento do fenómeno, sobretudo na maximização da produção agrícola, tendo alertado para uma maior prevenção sobre possíveis sinistros e calamidades naturais.

"É um acto de alerta para o país preparar-se melhor neste período. Os agricultores devem planificar melhor as suas actividades com o aproveitamento das previsões do Inamet, que lhes vão ajudar a direccionar as suas culturas. O Ministério da Saúde deve também estar preparado para prevenir doenças sazonais, como o paludismo, a cólera e a malária", alertou Domingos Nascimento' exortando também os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, administradores municipais e comunais, autoridades tradicionais e a sociedade civil a reforçarem as suas

acções de sensibilização da população para se evitar danos materiais e humanos devido às calamidades naturais e sinistros.

"Fizemos o lançamento daquilo que vai ser o comportamento da época chuvosa que vai de Outubro a Abril e verificámos que há zonas do país em que se esperam quedas pluviométricas acima do normal, como é o caso do norte e leste do país. Na região sul, algumas províncias vão ter dificuldade de receber quedas de água. Vão ter chuvas abaixo do normal", disse.

O responsável pelo controlo meteorológico do Inamet, Nfinda Pedro, explicou que nos períodos compreendidos entre Outubro, Novembro e Dezembro (OND) e Novembro, Dezembro e Janeiro (NDJ), as regiões norte e leste vão registar precipitações acima do normal, a centro com uma incidência normal, enquanto a sul vai ter ocorrências abaixo do normal.

Em Dezembro, Janeiro e Fevereiro (DJF), a situação tende a melhorar, com precipitações normais na maior parte do território nacional, acima do normal em algumas regiões do leste de Angola e abaixo do normal em certas localidades da província da Huíla. De Janeiro, Fevereiro a Março, o leste, nordeste e sudeste vão ter precipitações acima do normal, mas a província da Huíla vai continuar a enfrentar escassez de chuvas.

10.14 Ambientalistas encorajam área de conservação marinha na requalificação do Mussulo

Jornal O PAÍS

29 De Outubro de 2016

Texto: Domingos Bento

José Silva, da Juventude Ecológica de Angola, que propôs um olhar ao Mussulo como sendo um ecossistema frágil e degradado, devido à proliferação de infra-estruturas atípicas para uma península e ao crescimento imparável da população, explicou que, quando a requalificação começasse, ocorreria um desaparecimento temporário das espécies.

"Por isso, se, passado algum tempo, esses animais regressarem e encontrarem melhores condições de vida, poderiam instalar-se novamente e atrair outros", disse, tendo realçado que se referia principalmente às aves e certas espécies de peixes.

Segundo explicou o ambientalista, o ecossistema do Mussulo estava relacionado com uma conjuntura de espaços que circundam a referida península, como

eram os casos das ilhotas, nomeadamente o Ilhéu dos Pássaros, a Ilha da Cazenga e dos Desterros, além do Saco de Flamingos, na comuna do Ramiros e outros espaços marítimos entre o Benfica e a zona das Palmeirinhas.

A população de mangais e um espaço que requer muita atenção da parte dos executores ao plano, peio facto de o mesmo constituir o coração da vegetação, a área de reprodução, assim como a fonte de alimentação dos bichos.

O erguer da primeira área de conservação marinha é encarada pelos técnicos da Juventude Ecológica de Angola como uma proposta de correcção da situação existente no Parque Nacional da Quiçama, que não contemplou fauna e aflora costeiras.

Refira-se que, a par do parque de Luanda, os do Bicular, na Huíla, e do Yona, no Namibe, preenchem o grupo dos três do país que possuem zonas de protecção e conservação de animais.

Outra medida que anima José Silva tem a ver com a indicação de uma empresa nacional com técnicos angolanos que, recentemente, fizeram um estudo no Mussulo.

"Desta maneira, está a dar-se oportunidade a pessoas com almas ligadas ao Mussulo, para poderem manter o ecossistema, a fim de encaminharem o projecto para bons resultados", observou ambientalista, que propôs a necessidade de se fiscalizarem já os movimentos de materiais de construção com destino à península, a fim de se evitar o emergir de outras obras.

Considerando que a requalificação implicava a promoção de áreas turísticas, José Silva chamou a atenção para não se transformar a indústria de turismo numa indústria da guerra. "Às vezes, o nosso objectivo é garantir actividades turísticas e acabamos por arranjar guerra com a natureza, porque não acautelamos certas situações", referiu. O entrevistado defende ainda que a implementação do Plano de Requalificação deve compactuar com as necessidades de pesca, desporto e lazer social.

10.15 Os números da tragédia & os apoios

Jornal Manchete

21 De Outubro de 2016

Os fortes caudais de água que se formaram na zona alta da cidade e correram desgovernados encostas abaixo foram ainda responsáveis pela destruição total de 28 habitações, além de desalojarem centenas de

peçoas, agora a vi ver em tendas na zona para a qual foram realojadas.

Os bairros, da Luz, 4 de Fevereiro e baixa de Santa Cruz foram as zonas mais atingidas quando a chuva se intensificou, particularmente por serem locais onde existe um elevado número de construções precárias edificadas em zonas de risco.

Segundo o administrador, nas áreas sinistradas havia grande concentração de construções junto as ravinas e sobre valas de drenagem, contrariando os avisos das autoridades locais para se evitar a edificação de habitações em zonas de risco.

O Presidente da República, havia manifestado publicamente o seu pesar pelas mortes, tendo orientado o Executivo local para criar condições para acudir aos sinistrados, designadamente através da distribuição de bens alimentares, transportes, urnas e procedimentos necessários para a realização de funerais.

APOIOS

A 13 de Março de 2015, tal como escreveu o jornal País, em Benguela, teve início de solidariedade a favor das vítimas da tragédia causada pela chuva torrencial ocorrida no dia 11 do mesmo mês.

Ao longo da semana posterior à catástrofe, que abalou a vida no país, a província de Benguela reuniu todos os esforços de que dispunham para ajudar os seus populares para se refazerem o mais rapidamente possível das consequências da calamidade registada.

Na manhã de sábado dia 14, ouvia-se na rádio uma canção com profundo grau empático, repleta de compaixão e solidariedade pelas famílias vitimadas, que retratava o infortúnio que assolou os benguelenses, com o título, "Um Canto, Um Alento ao Lobito" da autoria de artistas regionais que prestaram o seu contributo em forma musical.

A "Benguela Solidária, S.O.S. Lobito" arrecadou 1 00 toneladas de donativos, com realce para produtos alimentares não perecíveis, roupas e calçados, ofertados por cerca de 20 mil pessoas que passaram pela Rádio Benguela para prestarem a sua solidariedade, porque, por esta causa, a província envolveu-se como um todo.

10.16 Sinistrados das chuvas de 2015 continuam a viver em condições precárias

Jornal Manchete

21 De Outubro de 2016

Fonte: Omunga

Iniciaram as chuvas a nível do Lobito e Catumbela. A caminho de dois anos após as calamidades das chuvas que dizimou bairros e ceifou vidas humanas, as associações AJS, CRB e OMUNGA decidiram avaliar as condições em que se encontram os sinistrados e que se encontram localizados nos Cabrais.

No dia 14 pelas 08 horas, as três organizações visitaram o local e registaram as seguintes constatações.

Casas: estavam previstas a construção de 375 casas, actualmente apenas 6 foram concluídas, 35 em fase de cobertura, aproximadamente 200 casas estão com 11 fiadas de blocos, e as demais são apenas bases. As obras encontram-se paradas e as famílias não receberam nenhuma informação sobre o arranque e muito menos sobre o ponto de situação das obras, o que as mesmas contam é que as empresas que lá se encontravam a fazer a construção das casas desapareceram e tudo ficou como está.

Água: segundo os moradores, estavam melhor no local anterior (onde foram alojados) porque havia abastecimento de água constantemente e a mesma era distribuída em tanques, que depois eram canalizados nas torneiras. Actualmente tem havido muitas falhas pelo que no início das chuvas, foram obrigadas a utilizarem a água das chuvas para matarem a sede. Actualmente a cisterna de água só vem duas vezes por semana, e as pessoas são obrigadas a correrem com os seus baldes para adquirem o precioso líquido. E para além disso, uma das cisternas encontra-se avariada.

Iluminação: todas as ruas têm postes de iluminação, mas nenhum poste acende por falta de corrente eléctrica. O gerador que apoiava o campo das tendas anterior encontra-se paralisado.

Tendas: nenhuma família encontra-se alojada pelo que todas encontram-se vivendo nas tendas que lhes foram fornecidas em 2015. As mesmas encontram-se em estado degradáveis e poderão não aguentar as próximas chuvas.

Latrinas: o local não dispõe de nenhuma latrina, e as pessoas têm feito as suas necessidades no capim.

Segurança: o local dispõe de um posto policial, mas com um número de agentes muito reduzido, e tendo em conta o nível de vida, o roubo aumentou, algo que tem preocupado muito a população naquele local.

Escola: a escola continua no seu normal funcionamento, mas só tem aulas até a 6ª classe. Algumas pessoas deslocam-se até ao Biopio para poderem continuar com os seus estudos

Posto de saúde: o posto carece de medicamentos

Conflitos: antes do projecto das casas, aquele local era habitado por uma comunidade, que segundo os sinistrados, tem havido muitos conflitos entre as duas. Foi construído um comité do MPLA, os antigos dizem que aquele comité lhes pertence; conflitos verbais contra o administrador do bairro por este ser separatista (segundo a comunidade antiga). Recentemente, um senhor do lado dos sinistrados escapou ser agredido, mas foi defendido por um dos professores, a população teme por coisas piores se o conflito continuar.

Para além das informações acima, no local não existe praça e nem existe qualquer outra actividade quer para as crianças, quer para os jovens.

KANGAMBA DOA BENS

O empresário Bento Kangamba doou, na altura, 400 toneladas de materiais de construção civil, que deveriam servir para construir 300 casas para alojar as 250 famílias que ficaram sem tecto. A entrega dos 27 camiões que continham bens doados foi feita na Administração Municipal da Catumbela.

Cada instituição governamental ao pedido do governador Isaac Francisco Maria dos Anjos, fez cumprir o papel para o qual fora criada, fornecendo suporte aos demais serviços que estavam a ser realizados para a limpeza da cidade do Lobito. Entre elas, destaca-se o Comando Provincial dos Bombeiros de Benguela que, na voz do seu Comandante, José Horácio da Silva, foi esclarecida a acção interventiva que tem vindo a praticar, tendo lembrado que,

"Isto já ocorreu em 1972 aqui no Lobito, com efeitos devastadores semelhantes", lembrou José Horácio da Silva, que disse ter sensibilizado "inúmeras vezes" os populares para que parassem de construir residências inadequadas e abandonarem as zonas de risco.

Por seu lado, as empresas petrolíferas levam, igualmente, o seu apoio aos sinistrados da chuva no Lobito, tendo construído um Centro de Saúde, com todos os serviços básicos e quatro furos de água potável no bairro 11 de Novembro, na urbanização dos Cabrais (Lobito), que acolhe os sinistrados.

Perante este cenário, a questão que os populares colocam tem a ver com o paradeiro dos apoios prestados que deveriam reverter o quadro.

10.17 SJL prevê exportar madeira em touro

Jornal da Economia e Finanças

21 De Outubro de 2016

Texto: André Sibi

A SJL Madeiras, empresa do ramo de transformação de madeira, prevê exportar nos próximos dias 50 contentores do produto, numa iniciativa conjunta entre a unidade fabril e os produtores associados.

A informação foi prestada pelo director geral da fábrica, Orlando Reis, no final de uma visita da delegação da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX), encabeçada pelo secretário de Estado do Comércio, Alexandre Costa.

De acordo com Orlando Reis, estão criadas as condições para exportar o primeiro lote de madeira, para países como Espanha, Portugal e China. Além da matéria exportável, a empresa fabrica para o mercado nacional, produtos de origem madeireira, com destaque para portas, janelas, carteiras e paletes.

Entre os constrangimentos apontados pelos potenciais exportadores, constam, a nova lei que proíbe o transporte interprovincial de touros, dificuldades na obtenção de licenças de exploração de madeira, bem como a excessiva burocracia na tramitação dos documentos de exportação.

Para o secretário de Estado do Comércio, Alexandre Costa, o Estado angolano está empresa na criação de condições para dinamizar as exportações e diversificar a economia nacional.

Alexandre Costa acrescentou por outro lado que a Sogester, empresa gestora de terminais (outra empresa visitada), está em condições de ajudar o Governo a concretizar a mata em relação a exportação, dada a capacidade e experiência

acumuladas na gestão de terminais de cargas e mercadorias.

O director adjunto da Sogester, António Barreira, disse que, a empresa gere um total de sete terminais de cargas destinados à prestação de serviços a nível de carga, descargas e armazenamento de contentores portuários.

10.18 Produção Agrícola na Chibia

Falta de chuvas preocupa camponeses

Jornal de Angola

24 De Outubro 2016

As chuvas tardam a cair na Chibia e os camponeses estão preocupados com o impacto negativo que essa situação pode ter no ano agrícola. Segundo a Angop, os agricultores daquela circunscrição da província da Huíla começam a estar preocupados visto que durante o mês de Outubro, como é costume, é o período em que chove com maior intensidade e reservado à sementeira.

José Tchivela, um agricultor experiente' disse que já tem os seus campos desbravados e prontos para receber as sementes, mas aguarda pelas chuvas para o cultivo. "Já tivemos algum chuvisco em algumas regiões mas é pouco para que possamos lançar as sementes à terra", afirmou.

Comparando com a anterior campanha, Cláudio Manuel salienta que nesta altura do ano já havia caído o suficiente para arrancar com o cultivo sem sobressaltos em praticamente todo o município. "Vamos esperar até ao final deste mês e princípio de Novembro", disse, igualmente preocupado, o agricultor Calembela Mutunga. Joaquina Muambo referiu que "mais cedo ou mais tarde as chuvas vão começar a cair e com frequência. Vamos ter fé em Deus que tudo vai correr bem e tal com na campanha passada vamos ter chuva em abundância".

Moreno de Carvalho referiu que não se trata da primeira vez que as chuvas começam a cair de forma tardia no município, pelo que acredita que em Novembro haverá grandes quedas de água que irão permitir começar o processo de sementeira e dar início à campanha 2016/2017 com maior segurança.

"A minha lavra já está preparada para receber a chuva e, assim que der uma boa chuva e a terra ficar bem molhada, vou começar a semear", disse, por sua vez, Maria da Conceição, augurando uma campanha exitosa neste ano agrícola.

10.19 Exploração ilegal de madeira preocupa as autoridades

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2016

Texto: Bernardo Capita

O ecossistema da região permite uma rápida regeneração das sementes sem recurso a métodos convencionais de repovoamento florestal. Cresce ali uma grande diversidade de espécies, como cambala, mundianuni vermelho e preto, pau preto, tola branca, pau rosa, menga-menga, takula, nsinga e lifuiti, todas de alto valor comercial.

O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal, António Paulo, disse ao Jornal de Angola que no presente ano florestal, que vai de 31 de Março a 30 de Novembro, a actividade de exploração de madeira está a ser feita apenas por sete das 11 empresas legalizadas para o seu corte.

A cada empresa licenciada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), foi atribuída uma área que vai de dois a 10 mil hectares para extracção da madeira. As dimensões são atribuídas em função de requisitos definidos pela Lei de Terras, que estabelece que, no caso de empresas não detentoras de equipamentos e unidades de semi-transformação, é cedido um perímetro não superior a dois mil hectares, ao passo que àquelas que possuem indústrias e outros meios técnicos de exploração são permitidos até dez mil hectares.

Reserva florestal

O ecossistema de Maiombe já carece de áreas virgens. A única área com tais condições naquela periferia é a da região do Alto Sundi, para onde "está a ser transferida, de forma gradual, grande parte de empresas que exploram madeira em Bucu-Zau", disse o responsável do IDF.

Desde o tempo colonial, esta zona é muito explorada pelos madeireiros, além do desmatamento feito pelos agricultores itinerantes, que abatem "todo tipo de árvore que aparecer à sua frente, chegando ao ponto de derrubar espécies em crescimento."

O IDF, à luz do novo decreto que cria os institutos públicos, foi classificado como instituto produtivo, que, dentre outras tarefas, tem a responsabilidade de emitir licenças de exploração de madeira, fiscalizar a actividade de corte, cobrança de taxas de exploração florestal e produção de carvão vegetal.

Nessa perspectiva, no primeiro semestre de 2016, a instituição arrecadou para a Conta Única de Tesouro (CUT) 16.377 milhões de kwanzas, resultantes de cobranças de taxas de exploração florestal e de outros emolumentos referentes à exportação de 10.079,400 metros cúbicos de madeira em toro para a China e o Vietname e 1.166,610 metros cúbicos de madeira serrada para Portugal e o Vietname, além dos 40.268 metros cúbicos de madeira referentes ao regime de cabotagem.

O valor arrecadado pelo IDF resultou ainda na cobrança de 462.625 metros cúbicos de madeira serrada destinada ao consumo interno e de multas pela produção de carvão vegetal em áreas não autorizadas pelo órgão que vela pela conservação da natureza.

Garimpo de madeira

O garimpo de madeira tomou-se, nos dias de hoje, um negócio muito apelativo em Cabinda, por propiciar às pessoas que se dedicam ao abate clandestino de árvores um enriquecimento fácil e rápido. O corte clandestino de madeira é feita na zona de Necuto, na sua maioria cidadãos do Congo Democrático com a cumplicidade de nacionais, incluindo autoridades tradicionais daquela localidade fronteiriça.

A denúncia é do chefe do departamento provincial do IDF, António Paulo, que descreveu o quadro como preocupante, devido à invasão da floresta de Necuto por estrangeiros ilegais com a "permissão das autoridades tradicionais dessa localidade, separada da RDC por uma fronteira fluvial."

O responsável do IDF afirmou que os congolezes vivem em pequenos casebres na floresta, munidos de motosserras e de outros meios rudimentares e, na calada da noite, fazem o corte ilegal de madeira e a serragem em simultâneo.

"Estamos muito preocupados com essa situação, porque os garimpeiros, além de serem maioritariamente estrangeiros ilegais, trabalham à margem da lei, devastam a floresta, com consequências imprevisíveis à flora, já que, por falta de equipamentos apropriados para o corte de madeira, escolhem preferencialmente árvores de pequenas dimensões, com diâmetros entre 20 e 40 centímetros para o abate, o que é reprovável", afirmou. As espécies mais procuradas pelos garimpeiros de madeira são a tola branca e a cambaia.

"O garimpo é a forma mais violenta de exploração de madeira que já surgiu na nossa província", alertou António Paulo, para quem essa prática foge ao

controlo da instituição. O IDF apenas possui nove fiscais, número insuficiente para garantir uma fiscalização eficaz da actividade de exploração de madeira, tanto na extensa floresta do Maiombe, como na região de Necuto, onde ocorre o contrabando de madeira.

Outro negócio apontado pelo responsável do IDF que contribui de forma negativa para a devastação da floresta é o de fabrico de carvão vegetal e de lenha, cujos actores violam as normas legais estabelecidas, limitando-se a extrair a lenha para o fabrico de carvão em áreas não autorizadas.

O corte anárquico do "pau Cabinda" para aproveitamento da casca para uso como estimulante sexual contribui também para a devastação da floresta na comuna de Necuto, a 75 quilómetros a nordeste da cidade de Cabinda, denunciou António Paulo.

Transformação da madeira

Para rentabilizar as empresas de exploração de madeira, é imprescindível que as mesmas tenham também pequenas ou médias unidades de transformação, dotadas de equipamentos técnicos capazes de garantir um produto acabado de qualidade, tal como tábuas, barrotes, folhas de contraplacado e tacos para colocação em pavimentos no interior das residências.

Cabinda possui oito serrações que sector da Indústria pretende dotar de carpintarias industriais para a produção de mobiliário, disse o secretário provincial, Geraldo Paulo.

A estratégia, de acordo com aquele responsável, resulta da orientação do Executivo, que proíbe doravante a exportação de madeira em toro. Antes da exportação, o produto deve ser transformado no país, para a respectiva valorização e criação de postos de trabalho.

"Ultrapassámos a produção diária de 20 mil metros cúbicos de madeira serrada, cifra estabelecida pelo Executivo até 2017. A aposta agora está na criação de unidades de produção de mobiliário e outros bens úteis para a economia e para a vida das populações", afirmou,

A instalação de uma estufa de secagem de madeira, para permitir que o produto das futuras carpintarias industriais seja de excelência, é outra aposta do sector, anunciada pelo secretário da Indústria. Geraldo Paulo acredita que, com um pouco mais de apoio institucional aos operadores do sector madeireiro, é possível desenvolver um conjunto de derivados de madeira para os vários segmentos socioeconómicos do país.

A Imacol, do grupo António Pereira Neves, é uma das oito empresas de exploração florestal licenciadas pelo IDF e está dotada de uma pequena unidade de semi-transformação, capaz de serrar 30 metros cúbicos por dia. A produção da unidade destina-se em exclusivo para o mercado local e a carpintaria da empresa, que se dedica ao fabrico de mobília e pranchas para sustentação da linha férrea.

O responsável da unidade, Mário Covas, disse que a preocupação, de momento, está relacionada com o garimpo da madeira, que sustenta o mercado informal e que provoca a concorrência desleal, já que os principais consumidores do produto, com a crise financeira reinante no país, preferem o mercado informal, onde encontram preços muito mais baixos do que os praticados em serrações.

"Estamos com sérios problemas de falta de clientela, por um lado, e, por outro, devido ao aumento exponencial dos custos de produção", lamentou.

10.20 300 Toneladas de madeira interceptadas

Novo Jornal

28 De Outubro de 2016

Texto: Paulo Cardoso

A Unidade Contra Crimes Ambientais apreendeu em Catete, Luanda, 21 camiões que transportavam ilegalmente 300 toneladas de madeira proveniente do Kuando Kubango. Pelo menos, cinco cidadãos chineses e vietnamitas foram detidos, havendo suspeitas de envolvimento de altos quadros do governo. Na sequência do reforço das acções de patrulhamento para combater a extracção ilegal de madeira e inertes, implementado pelo Ministério do Ambiente, a Unidade Contra Crimes Ambientais interceptou no domingo, em Catete, 300 toneladas de madeira transportada ilegalmente, numa operação que conduziu também à detenção de, pelo menos, cinco cidadãos chineses e vietnamitas.

O carregamento, distribuído por 21 camiões, era proveniente do Kuando Kubango, avançou ao Novo Jornal Online fonte da Comissão Interministerial Contra Crimes Ambientais relacionados à Fauna e Flora Selvagem, que integra os ministérios da Agricultura, Comunicação Social, Pescas, Transportes, Petróleos, Finanças, Defesa e Interior.

Segundo a mesma fonte, apesar de a madeira ter sido apreendida com a documentação exigida, a mesma não é admissível por ter sido obtida fora do período de exploração estabelecido pelo Ministério da Agricultura.

O prazo em causa iniciou-se em Maio e terminou no dia 30 de Setembro, data a partir da qual é proibido o transporte de madeira, a menos que se comprove que não foi possível escoar o produto atempadamente, ainda que tenha sido cortado no período estipulado,

"O mais grave nesta apreensão é que torna evidente o envolvimento de altos quadros do Ministério da Agricultura - através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) - e dos governos provinciais", acusa a fonte da Comissão Interministerial Contra Crimes Ambientais.

No centro das suspeitas está o facto de a madeira interceptada estar acompanhada de guias autênticas, concedidas pelo IDF, sem questionamento dos serviços provinciais, já depois da data-limite fixada pelo Executivo.

"Se existe uma circular do Ministério da Agricultura que impõe o dia 30 de Setembro para fim da exploração da madeira, como é que o IDF valida a carga com data de Outubro e como é que a mesma sai do Kuando Kubango e chega até Catete sem controlo?", questiona a fonte, alertando para a actuação de uma rede de crime organizado no país.

10.21 Dezenas de habitações em risco de desabarem

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2016

Texto: Estácioca Masete

Mais de dez habitações correm o risco de ser engolidas pelas ravinas no bairro da Kanata, arredores da cidade do Huambo, e os moradores solicitam uma intervenção urgente do Governo.

Além do bairro da Kanata, as ravinas ameaçam também ruir residências nos bairros de São João, Popular e de São José, deixando os moradores muito preocupados.

As ravinas afectam maioritariamente residências construídas em zonas consideradas de risco, ao longo do rio Kalohumbula, que passa também pelos bairros São José, São João e Popular.

A situação torna-se mais grave nesta época de chuvas, quando os rios aumentam de caudal e transbordam, ameaçando, deste modo, as habitações mais próximas.

Os moradores residentes nestas zonas, além de aconselhados a suspender as obras de construção das suas residências ao longo deste percurso, foram

também alertados a abandonar o perímetro para não se agravar a situação.

Preocupado com a situação, o governador do Huambo, João Baptista Kussumua, efectuou quarta-feira uma visita de constatação a esses bairros, tendo aconselhado os moradores a deixarem de construir residências em zonas de risco e por cima das condutas de água.

"O Governo Provincial vai tomar medidas necessárias para que as populações deixem de erguer casas em zonas proibidas e, além disso, vai continuar a sensibilizar os moradores sobre os riscos da construção nestas zonas", disse.

O soba do bairro da Kanata, Ernesto Sopite, mostrou-se esperançado, afirmando que a visita do governador provincial poderá dar solução aos vários problemas que os moradores apresentam, principalmente das ravinas que aos poucos progridem e ameaçam destruir várias habitações do seu bairro.

Além das ravinas, o bairro da Kanata debate-se também com a falta de água potável e os moradores consomem água do rio Kalohumbula, considerada imprópria para o uso humano.

A autoridade tradicional lamentou igualmente o facto de as estradas que dão acesso ao bairro estarem totalmente danificadas e de as que poderiam servir como alternativa estarem inoperantes há já muito tempo.

O cidadão João António, residente no bairro há mais de 20 anos, diz que Kanata continua sempre o mesmo, sem estradas, nem energia eléctrica e com o sistema de saneamento básico precário.

Maria da Conceição, outra moradora do bairro Kanata, insatisfeita com a situação diz não ter se esquecido da falta da ponte que os liga com o bairro Cacilhas, que desabou devido à chuva.

10.22 "Rio Coelho" está sob controlo

Jornal Manchete
28 De Outubro de 2016

As autoridades garantem que esta bacia de retenção deixará de ser um problema causado pelas chuvas o governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, ficou esta semana animado com o trabalho que está a ser feito na famosa bacia hidrográfica do Coelho, em Viana, que nos próximos tempos deixa de ser um problema causado pela chuva.

Depois de observar demoradamente algumas obras que decorrem no município de Luanda, no âmbito da segunda fase do Plano de Revitalização dos Eixos Viários de Luanda, Higinio Carneiro parou na famosa lagoa do Coelho, em Viana, onde foi informado sobre o andamento acelerado das obras de construção das bacias hidrográficas.

Na verdade, são três bacias hidrográficas a serem construídas no Coelho. Neste momento, os empreiteiros fazem a aplicação das tubagens no sentido Viana/Luanda, que vão permitir o escoamento das águas para colectores já existentes. São cerca de 1.500 metros de tubagem, dos quais 500 já executados. O trabalho inicial começou com o perfilamento e limpeza das bacias.

O objectivo, segundo o responsável da obra, Luís Oliveira, é até ao final do ano ter pelo menos uma das bombas a funcionar. "As três bacias juntam-se e delas saem dois tubos que vão escoar num colector já existente. O prazo de entrega é até final de Janeiro do próximo ano. Temos cerca de 20 quilómetros já executados", adiantou.

10.23 Centenas de famílias recebem assistência social

Jornal de Angola
31 De Outubro de 2016
Texto: João Silva

Wilson Palanca disse que foram assistidas 85 famílias do município do Lóvua, que ficaram sem casas e todos os seus haveres, em consequência das chuvas. As famílias receberam vários utensílios de cozinha, bens alimentares, medicamentos, roupas usadas, chapas de zinco e outros materiais de construção.

Os meios foram obtidos pela Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social, Saúde Pública, Protecção Civil e Bombeiros, Igrejas, classe empresarial, associações juvenis e outros membros da sociedade civil.

O director do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) disse que está programado, na segunda fase, o apoio a 12 famílias do município do Cuilo, também vítimas das chuvas que se abateram na primeira quinzena do mês de Setembro e que destruíram várias casas e infra-estruturas sociais.

Também será dada assistência aos familiares de duas crianças do município de Capenda-Camulemba que faleceram na semana passada, em consequência de descargas eléctricas provocadas pela chuva. Wilson Palanca explicou que, no quadro do processo de

relojamento de pessoas que vivem em zonas de risco para áreas mais seguras, foram reintegradas 31 famílias, sendo 19 do Chitato e 12 do município do Cuango, com a atribuição de parcelas de terra e materiais de construção. Muitas pessoas insistem em construir em zonas de risco. Segundo o responsável do MINARS, esta situação preocupa as autoridades da província, referindo que tal prática constitui um perigo eminente para as vidas dos habitantes.

Deficientes físicos

No início deste ano, o MINARS entregou a 180 deficientes físicos do município do Chitato 24 conjuntos (kits) de equipamentos de sapataria, corte e costura, alvenaria e electricidade, no quadro de um programa de reintegração sócio-profissional.

Este programa contempla também a entrega de meios de locomoção, como canadianas e cadeiras de rodas, além de ajuda em bens alimentares e chapas de zinco, para melhorar as condições de vida. Três mil chapas de zinco foram entregues a mais de 100 pessoas, distribuídas em 30 famílias. Wilson Palanca revelou que mais de 20 crianças desamparadas foram entregues este ano a "mães substitutas", no âmbito de um processo que vai culminar com os termos de adopção. A medida resulta do facto de se terem esgotado todos os mecanismos de localização dos pais biológicos.

O director do MINARS disse notar com grande preocupação a falta de centros de acolhimento para crianças desamparadas e pessoas de terceira idade. Tal situação, acrescentou, tem limitado a assistência que devia ser dada a este grupo da população.

Reintegração sócio-profissional

Na província da Lunda Norte, está prevista a constituição de 16 cooperativas agrícolas para servirem de apoio ao processo de reintegração sócio-profissional dos ex-militares nos municípios de Capenda-Camulemba, Cuango e Xá-Muteba. Wilson Palanca espera que as cooperativas agrícolas possam assegurar rendimentos às famílias e criar postos de trabalho nas comunidades rurais.

O director provincial do MINARS defendeu o reforço da capacidade de gestão destes projectos e a recolha de dados objectivos nas diferentes áreas de trabalho. Para tal, disse, 15 técnicos da instituição estão em Luanda a frequentar cursos de formadores nas áreas de educação escolar, gestão de dados, vigilância infantil e de terceira idade, activistas sociais e técnicos de informática.

10.24 Mais de seis milhões de dólares aplicados na reabilitação de estações hidrométricas

Jornal O País

31 De Outubro de 2016

Texto: Domingos Bento

Com a reconstrução destas infra-estruturas, o Estado quer manter o controlo dos caudais dos rios, recorrendo assim à equipamentos electrónicos que vão permitir medir regularmente a altura e o volume das águas que passam em cada bacia hidrográfica. Por via de um canal próprio, todas as informações recolhidas nestes pontos vão ser enviadas à uma base de dados do Instituto Nacional de Recursos Hídricos e poderão prevenir e acudir o país de eventuais fenómenos naturais como enchentes e estiagens.

De acordo com Luís Filipe da Silva, secretário de Estado para as Águas, em todo o país, no âmbito do projecto de desenvolvimento do sector hidrográfico, o Governo está a levar a cabo um amplo programa de construção e reabilitação de 600 estações hidrométricas. Actualmente, já estão concluídas um total de 55 unidades, orçadas em mais de 6 milhões de dólares.

A Estação de Cabiri, localizada no município de Icolo e Bengo, numa das margens do rio Bengo, foi a mais recente infra-estrutura reabilitada. No entanto, com a recuperação desta unidade, construída de raiz em 1958, sobe para quatro o número de estações hidrométricas reabilitadas ao longo das correntezas do rio Bengo.

Segundo Luís Filipe da Silva, numa altura em que o país atravessa um período económico bastante difícil, o passo seguinte será a construção de mais 50 estações nos próximos três anos. As restantes unidades serão feitas paulatinamente porque, conforme assinalou, a prioridade recai agora para os rios com mais dimensão e ao longo dos quais habita um elevado número de populações.

É este o caso da zona de Cabiri que, em época chuvosa, tem registado grandes enchentes que têm obrigado ao desalojamento das respectivas comunidades, segundo a administradora adjunta de Icolo e Bengo, Elisabeth Rafael.

Todavia, com o funcionamento da Estação Hidrométrica de Cabiri, o secretário de Estado das Águas frisou que, doravante, as autoridades poderão receber informações úteis sobre o nível das águas e evitar que as famílias ribeirinhas sejam apanhadas desprevenidas pelas enchentes.

"Para isso temos que medir todo os dias o que está a acontecer neste ponto do rio. Com isso, vamos saber o volume de água que vai chegar e o que está o ser consumido.

Esta informação vai ser depois recolhida através de equipamentos electrónicos, sendo posteriormente transmitidas a uma base de dados, o que vai permitir nos prevenir de eventuais calamidades"; referiu.

De acordo ainda com Luís Filipe da Silva, as informações que serão captadas nas SS estações já reabilitadas vão permitir, igualmente, projectar a construção de mais barragens que contribuirão para a melhoria e o aumento do volume de energia eléctrica e mitigar os actuais problemas de electricidade. "Se por um lado queremos evitar catástrofes, através da medição do caudal, por outro lado, vamos criar projectos de grande impacto que visem a melhoria da vida das pessoas".

Por seu lado, Manuel Quintino, director do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, revelou que os equipamentos instalados nas diferentes estações são de ultima geração e têm capacidade para fazer a recolha de dados via satélite. Posteriormente, as informações são levadas para os serviços técnicos do referido Instinto, onde serão processados e disseminados aos órgãos competentes, de forma a intervirem caso haja alguma emergência.

De referir que até 1975 o país contava com 189 estações hidrometricas. E em virtude da situação de guerra grande parte dessas infra-estruturas foram destruídas e outras abandonadas por estarem em locais de difícil acesso.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Rochas ornamentais já fazem a diferença nas receitas do OGE

Jornal de Angola
03 De Outubro de 2016
Texto: Kumuênho Da Rosa

Melhor resposta não podia haver ao desafio da diversificação económica que as performances do sector mineiro nos últimos anos, em particular no subsector das rochas ornamentais. O Ministério da Geologia e Minas prevê que até Dezembro as exportações atinjam 35 mil metros cúbicos e com a entrada de novos operadores no quadro dos programas dirigidos ultrapassem os 38 mil em 2017, com receitas brutas de exportação a rondarem os oito milhões de dólares.

Segundo o titular da pasta, os números são de longe superiores aos de 2014 e 2015, altura em que a economia angolana mais se ressentiu da queda acentuada da cotação do petróleo bruto no mercado internacional. O aumento da produção e das exportações angolanas de rochas ornamentais, como granito e mármore, é o resultado de um conjunto de medidas que começaram a ser adoptadas mesmo antes da fase mais crítica.

A aprovação do Código Mineiro em 2011 foi um primeiro foi um primeiro passo para a reestruturação do sector mineiro. Desde então foram registados alguns progressos, mas foi no período mais crítico, de maior escassez de recursos provenientes do petróleo, que o processo terá evoluído de forma mais substancial.

Analistas convergem na ideia segundo a qual o petróleo, a dada altura transformado em motor do crescimento da economia angolana, terá tido um efeito negativo na efectivação de projectos que visavam precisamente diversificar a produção interna e promover uma distribuição mais equilibrada das fontes de receitas do Estado.

"O boom no preço do petróleo foi ouro sobre azul para um país como Angola que tinha acabado de sair de uma guerra que deixou a economia de rastos, mas temos que reconhecer que isso teve um efeito viciante", considera o professor de Economia Pedro Peterson, para quem o avanço da indústria petrolífera

acabou por fazer com que "outros sectores avançassem numa velocidade inferior ou simplesmente não avançassem".

Em finais de 2014 e início de 2015 Executivo decidiu avançar com um conjunto de medidas para debelar os efeitos da crise e ao mesmo tempo impulsionar o aumento da produção, para responder às necessidades internas de consumo, e das exportações, para obtenção de divisas.

Uma dessas medidas foi precisamente identificar sectores que pudessem responder a curto e médio prazo à necessidade de se acabar com a "petrodependência".

Rochas ornamentais

Antes mesmo que a crise do preço do petróleo começasse a dar os primeiros sinais, com empresas a terem que fechar portas ou a despedir pessoal, já o subsector das rochas ornamentais era visto como incontornável para o equilíbrio da economia em termos de variedade de fontes de receitas orçamentais.

A crise financeira foi na verdade estopim para que algumas medidas que até já estavam programadas passassem à execução. Desde logo o processo de reavaliação das chamadas licenças ociosas, que há muito foram identificadas como um problema real do sector mineiro.

Muitas licenças que foram emitidas ao longo dos anos, maioritariamente voltadas para as rochas ornamentais e para os diamantes, não estão a ser usadas pelos seus titulares, pelo que se impunha uma medida para resolver esse problema.

Surge assim o Decreto das Licenças Ociosas para definir regras de como retirar essas licenças das pessoas que não estão a usá-las e poder distribuí-las a outras que de facto tenham condições para o fazer.

Segundo o ministro Francisco Queiroz, esta é apenas uma vertente da abordagem que podemos fazer à volta do objectivo desse diploma legal. O Decreto das Licenças Ociosas vem criar condições para prevenir eventuais conflitos na medida em que forem feitas as descobertas e o mapeamento de todo o território em função das mesmas, no âmbito do Plano Nacional de Geologia (Planageo). "Com as descobertas do Planageo, o que pode acontecer é as pessoas virem dizer que a área lhe pertence. O país está um pouco nas mãos daqueles que têm licenças, mas que não as utilizam", observa o ministro.

Diante de uma situação que considera complicada, Francisco Queiroz aponta para a uma solução

simples: "Vamos aplicar o Código Mineiro que diz que ao fim de um determinado prazo não utilizar a licença, ela caduca. E o que estamos a fazer. Estamos a caducar as licenças. Para criar condições para um ambiente adequado ao investimento nas rochas ornamentais e outros minerais, adequado a uma política de exploração racional e sustentável dos recursos minerais'?"

Mercado interno

A crise do preço do petróleo bruto afectou gravemente a indústria mineira. Muitas empresas foram obrigadas a despedir pessoal, outras tiveram mesmo que paralisar por falta de condições para mobilizar os cambiais necessários para a manutenção do equipamento que é caríssimo ou pagar a mão-de-obra expatriada.

Mas essa situação também teve o seu lado positivo. Foi aprovado um decreto que, no fundo, veio criar condições de mercado para os operadores económicos privados do subsector das rochas ornamentais.

"Os empresários queixavam-se da falta de um mercado. Extraíam e transformavam, mas depois não tinham mercado. Nas várias visitas de campo que efectuámos pudemos constatar que as queixas eram as mesmas, na Huíla, Benguela e Namibe", assinala o ministro.

O Executivo aprovou então um diploma legal que toma obrigatório que as obras que tenham recursos públicos usem rochas ornamentais de produção nacional, assim como outros minerais para a construção civil.

A medida teve grande impacto no mercado interno. "O que se estava a verificar é que muitas obras públicas, como edifícios e outras infra-estruturas, recorriam ao mercado externo para comprar rochas ornamentais transformadas, na forma de ladrilhos, e outros produtos acabados para serem aplicados nessas obras. O diploma veio precisamente acabar com essa situação, dando primazia à produção nacional e proporcionando o surgimento de um mercado interno."

Programas dirigidos

As rochas ornamentais foram incluídas na estratégia do Executivo para a saída da crise. Como nos sectores da Agricultura, Pescas e Indústria, no sector mineiro foram definidos programas dirigidos para as rochas ornamentais, para o ferro e diamantes.

Nas rochas ornamentais foram seleccionados projectos que estão a funcionar de modo a

potenciarem a sua produção e aumentarem as exportações. "É claro que para tal algumas precisaram de recorrer ao Estado para aquisição de cambiais para importação de tecnologia, pagar expatriados, e outras necessidades em divisas".

Essa intervenção feita no quadro da estratégia do Executivo para a saída da crise e o fim da "petrodependência" foi uma "lufada de ar fresco" no sector das rochas ornamentais, que viu surgirem os resultados quase de imediato.

Segundo o ministro, foram seleccionadas 14 empresas para os programas dirigidos e até Dezembro entram mais nove empresas. "No final deste ano chegaremos às 23 empresas para termos maior volume de produção e de exportação. As nossas previsões apontam para que até final do ano as exportações atinjam os 35 mil metros cúbicos de rochas ornamentais, entre granito e mármore e outras, e no próximo ano vamos subir para 38 mil metros cúbicos."

Receitas orçamentais a sector espera a curto prazo um aumento considerável na produção e uma maior capacidade de resposta à procura interna, principalmente para o sector da construção, e um forte impacto na recolha de cambiais pelo Estado e de receitas para OGE, com as exportações.

Segundo um relatório do Ministério da Geologia e Minas, em 2015, a exportação e comercialização das rochas ornamentais geraram ao Estado uma receita fiscal superior a 7,56 mil milhões e 143,6 milhões de dólares em impostos e royalties.

Nesse período, a produção global no subsector de rochas ornamentais foi de 42.658 metros cúbicos, e a sua exportação atingiu um total de 39.354,75 metros cúbicos, cujo valor de comercialização foi de 7.222.126,8 dólares ao preço médio de 183,51 dólares por metro cúbico.

As principais operadoras deste mercado são as empresas Omatapalo, com 240,20 metros cúbicos, a Galiangol (211,44 m³), Rodang (215,40 m³), Metarocha (93,05m³), DFG Africa (220 m³) e a Angostone (350m³).

12.2 Crise quebra impacto da produção de diamantes no Produto Interno Bruto

Jornal Expansão

14 De Outubro de 2016

Apesar de Angola ser um dos maiores produtores de diamantes do mundo, a diferença do impacto desta indústria nas contas do País em relação à do sector petrolífero é abismal.

Comparativamente com outros dos dez maiores produtores mundiais, o peso desta indústria nas contas do Estado é curto. Por exemplo, no Botswana, esta indústria é responsável por mais de 70% das receitas de exportação daquele país.

Cerca de 45% da receita do Botswana resulta da exportação desta matéria-prima, traduzindo-se em 33% do PIE. A economia deste país é das que mais cresceu a nível mundial nas últimas décadas e sem estas receitas, o Botswana perderia a sua principal fonte de receita. A África do Sul também é um dos maiores produtores mundiais e, só no ano de 2014 exportou 10,3 mil milhões USD, sendo o peso desta indústria no PIE do país bastante grande.

Em relação à Namíbia, os diamantes representam aproximadamente 10% do PIE, 40% das receitas de exportação e 7% da receita anual do Estado.

Relativamente a Angola, as estimativas do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial apontavam, em 2015, um contributo do sector diamantífero para o PIE de 5%, mas os efeitos da crise financeira, obrigaram o Governo a rever em baixa para 1% no relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2016.

Segundo os dados avançados ao Expansão, comparativamente a 2014, o País registou uma queda nas exportações de diamantes avaliadas em 25 milhões USD.

Mesmo assim o objectivo da governação de Angola passa por aumentar a meta de produção para acima da média actual, diminuindo a diferença do impacto deste sector nas contas públicas relativamente ao sector do petróleo.

De recordar que dados oficiais de 2015, revelaram que a contribuição do subsector dos diamantes no PIB rondou os 2,5% (cerca de 1,6 mil milhões USD), valores que ficam muito aquém, se comparados com os países que, juntamente com Angola, compõem o ranking dos maiores produtores mundiais.

A vontade de diminuir a dependência quase exclusiva da receita pública em relação ao sector petrolífero "é determinante", segundo José Severino, presidente da Associação Industrial Angola (AIA).

No entanto, José Severino considera que "a crise não tem ajudado" a diminuir essa dependência. O presidente da AIA reconhece, no entanto, ser imprescindível alavancar a o sector agrícola para diversificar a economia e acredita que os projectos mineiros podem contribuir para suportar o OGE.

De acordo com previsões da Endiama, o crescimento do PIB vai contar, a partir de 2017, com uma quota acima dos 3% do sub-sector dos diamantes, contra os indicadores actuais previstos no OGE 2016. Em 2015, o sector teve uma contribuição na ordem dos 3,2%.

Especialistas do sector e o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, acreditam que é possível aumentar a contribuição do sector ara o PIE.

12.3 Brigadas de Fiscalização

Novo Jornal

28 De Outubro de 2016

Texto: David Filipe

Existem na província do Bengo algumas brigadas responsáveis pela fiscalização das empresas que actuam no ramo da exploração mineira.

Os empresários são informados no sentido de melhorarem o funcionamento das unidades e a respeitarem as leis que regulam este tipo de actividade.

Algumas empresas do sector cometem infracções, mas ficam impunes por falta de um instrumento que regule a actividade mineira no país, sobretudo no que diz respeito às medidas a serem tomadas para cada infracção e às taxas para as multas correspondentes.

"Já foi aprovado o Código Mineiro, mas este ainda não está regulamentado. Por isso, a nossa actuação nas empresas tem sido mais no sentido de persuadi-las a melhorarem os métodos de funcionamento. Não conseguimos penalizar ou multar qualquer acto que estes cometam, sob pena de incorrerem na prática de outro crime, tendo em conta que ainda não existe um instrumento regularizador para o sector", disse uma fonte do Ministério da Geologia e Minas no Bengo.

Na opinião do economista Gaspar António Matela, "a maioria dos exploradores de inertes, que actuam

nesta região, tem vindo a violar as normas legais de funcionamento das empresas do sector".

"Grande parte dos exploradores não observa as condições gerais de segurança, higiene e salubridade no trabalho, isto é, falta de equipamentos de protecção colectiva, individual e sinalização de segurança mineira no exercício da actividade", acrescentou

O reformado António Balombo vive nos arredores da comuna de Quicabo e diz que o acompanhamento e a fiscalização das actividades de exploração de inertes na província constituem factores importantes e determinantes para o controlo da produção.

"A província é rica em inertes, por isso, este sector bem aproveitado pode alavancar a economia local, visto que o país não pode depender só da produção petrolífera, uma vez que temos muitos recursos por explorar. A fiscalização é fundamental", sublinhou.

Relativamente às normas ambientais, disse que as empresas, depois da exploração, não efectuem a restauração de solos, não se preocupam com a realização de estudos de impacto ambiental e deixam em condições de abandono definitivo as áreas de concessão.

12.4 Exploração de inertes “mutila” meio ambiente

Novo Jornal

28 De Outubro de 2016

Texto: David Filipe

Yan Quon, chinês de nacionalidade, é tesoureiro de um posto de extracção de inertes nos arredores da centralidade de Sequele, município de Cacuaco. Ali, diariamente, mais de 300 camiões transportam inertes para várias obras de construção e revenda em diversos pontos da cidade de Luanda.

"Por cada camião de areia cobramos 29 mil kwanzas, por pedras 32 mil kwanzas e por burgau [brita] 35 mil kwanzas", responde Yan Quon, quando interpelado pela reportagem do Novo Jornal sobre o preço dos inertes.

A empresa de Yan Quon explora várias áreas, mas não efectua a restauração dos solos, não tem nenhum estudo de impacto ambiental que oriente a exploração e já deixou em condições de abandono definitivo várias áreas de concessão.

"Na China também é assim?", questiona o Novo Jornal. "Não amigo, já estamos a criar condições para fazer isso", respondeu.

Quon tem noção dos prejuízos que esta actividade pode causar ao meio ambiente, mas por enquanto tem outras prioridades.

"Para eles, a preocupação é só os seus lucros. Nem querem saber do ambiente", queixa-se Santos Paulo, que aguarda o momento para começar a fazer o carregamento do seu camião com pedras.

O empreiteiro Osvaldo Januário Paca, que também esteve neste posto para comprar inertes, defende que "as empresas devem adequar os modelos de exploração com estudos de impacto ambiental, por forma a preservarem o equilíbrio ecológico",

"As empresas exploradoras de inertes são obrigadas a apresentar estudos de impacto ambiental que provem a sustentabilidade do meio natural e que ajudem a padronizar e regularizar os interesses urbanísticos e ambientais", indicou.

O ambientalista Quintas Abreu Maria destaca que "as actividades de extracção de inertes são de grande importância para o desenvolvimento social, mas são igualmente responsáveis por impactos ambientais negativos, alguns irreversíveis".

"A extracção de inertes é necessária, mas deve ser feita de maneira a minimizar os impactos ambientais. Os impactos causados ao meio ambiente podem ser recuperados por meio da revegetação, por exemplo das areias degradadas, através da plantação de mudas de árvores, perfeitamente, nativas no entorno das cavas de areia", explicou.

Segundo ele, a vegetação é de grande importância, pois protege o solo dos danos causados pela exposição ao sol e às chuvas, evitando a sua degradação.

"A extracção de areia ocasiona uma série de impactos ambientais e de vizinhança. Entre eles, está a supressão da vegetação, a alteração do solo e o afugentamento de animais", acrescentou.

Na comuna da Barra do Dande, o ancião António Lopes manifestou-se preocupado com as consequências nocivas ao meio ambiente, resultante da exploração anárquica de inertes e as queimadas por parte do homem.

"O comportamento negativo do homem para com a natureza acarreta alterações climáticas", concluiu.

12.5 Extracções no Bengo e impostos pagos em Luanda

Novo Jornal

28 De Outubro de 2016

A extracção de inertes e a degradação ambiental têm provocado grande preocupação ao país, principalmente numa altura em que atinge proporções mais graves nos arredores da cidade de Luanda e na província do Bengo.

No Bengo, a extracção de inertes para a construção civil representa cerca de 85 por cento da produção mineral da província, sendo o principal fornecedor deste tipo de material à capital do país, Luanda.

Segundo dados estatísticos do Departamento Provincial de Geologias e Minas, 192 empresas de exploração mineira estão licenciadas nesta região.

Desta cifra de empresas autorizadas a operar na região, 56 estão já instaladas, das quais 48 se encontram em pleno funcionamento, quatro em fase de arranque e igual número paralisadas.

Das empresas que se encontram em pleno funcionamento, 33 são de pedreiras, 12 de areeiro, oito burgaleiras, uma de pedreira de rochas asfálticas e igual número de pedreira de calcário e gesso.

Quanto à arrecadação de receitas para os cofres do estado, uma fonte da instituição frisou que esta tem sido uma preocupação das autoridades locais, porque as empresas produtoras de inertes pagam os seus impostos em Luanda, deixando o Bengo sem recursos financeiros decorrentes da tributação das explorações no seu território.

Isto acontece porque, antes da Divisão Administrativa de 2011, algumas zonas de exploração de inertes pertenciam à província de Luanda. Foi feita a transferência do território para a província do Bengo mas os impostos continuaram a reverter para Luanda, não tendo havido o ajustamento da tributação.

Na opinião do economista Estêvão Sobral, as empresas que exploram inertes no Bengo deveriam pagar os seus impostos nesta província e não em Luanda.

"O produto é extraído aqui e ficamos sem nada nos cofres do Estado, a nível da nossa província?", questionou o economista, solicitando a intervenção das autoridades locais, no sentido de fazerem um protesto junto das autoridades centrais.